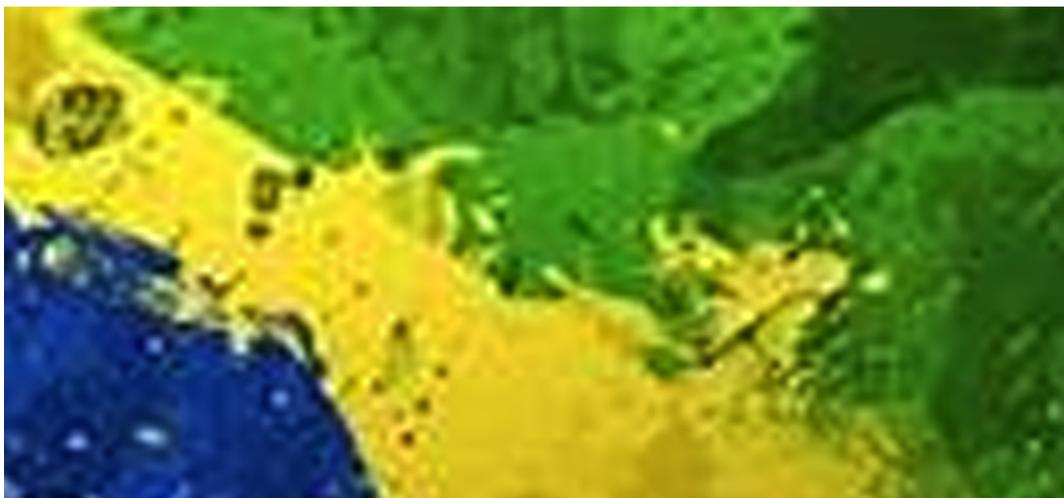


**PENSANDO O BRASIL: BASES
TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA MISÉRIA
BRASILEIRA. INTÉRPRETES DA FORMAÇÃO
SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA
NO SÉCULO XX**



**ORGANIZADORES:
ASSUNÇÃO, VÂNIA NOELI FERREIRA DE;
MELO, WANDERSON FABIO DE;
JIMENEZ, JUAN RETANA.**

NOJOSA EDIÇÕES

PENSANDO O BRASIL: BASES
TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA MISÉRIA
BRASILEIRA. INTÉRPRETES DA FOR-
MAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA
NO SÉCULO XX

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da Miséria Brasileira. Intérpretes da formação sócio-histórica brasileira no século XX

Organizadores:
ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de
MELO, Wanderson Fabio de
JIMENEZ, Juan Retana

São Paulo / SP, Editora Nojosa, 2024, 282p.

ISBN 978-65-89439-03-5

1. História do Brasil 2. América Latina 3. Revolução 4.
formação sócio-histórica 5. Revolução

CCD 320 / 327 / 920

Editora Nojosa
Av. Dr. Altino Arantes 120,
cep 04042-00 São Paulo / SP
www.revistapasquinagem.com

PENSANDO O BRASIL: BASES
TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA MISÉRIA
BRASILEIRA. INTÉRPRETES DA FOR-
MAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA
NO SÉCULO XX

Organizadores:
ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de
MELO, Wanderson Fabio de
JIMENEZ, Juan Retana

SUMÁRIO

	09
INTRODUÇÃO	
	17
AS INTERPRETAÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A PROBLE- MÁTICA DOS MODOS DE PRODUÇÃO NA OBRA DE NELSON WERNECK SODRÉ.	
	51
J. CHASIN E A VIA COLONIAL DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO: UMA REFLEXÃO MARXISTA SOBRE NOSSA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA	
	99
FLORESTAN FERNANDES: SOCIOLOGIA HISTÓRICA E TRANSFORMA- ÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL DO SÉCULO XX .	
	131
CAIO PRADO E A QUESTÃO NACIONAL: CONTRIBUIÇÕES À HISTORIO- GRAFIA E À FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA	
	163
RADIOGRAFIAS DO BRASIL EM CARLOS NELSON COUTINHO	
	199
UM COMENTÁRIO AO LIVRO A SOCIOLOGIA POSTA EM QUESTÃO, DE CLÓVIS MOURA	
	217
RUY MAURO MARINI: O INTELLECTUAL ENGAJADO	
	249
PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA ECONOMIA NA REPÚBLICA VELHA BRASILEIRA (1889-1930): UMA INTERPRETAÇÃO TEÓRICA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA	

INTRODUÇÃO

JUAN RETANA JIMENEZ¹

WANDERSON FABIO DE MELO²

Esta publicação é uma coletânea de textos sobre os trabalhos de intelectuais que interpretaram a realidade brasileira ao longo do século XX, com os esforços em apanhar as especificidades e particularidades dos caminhos e descaminhos da formação sócio-histórica do Brasil, a partir de uma perspectiva embasada nos referenciais teóricos do marxismo e no campo contra-hegemônico.

O livro é resultado do Curso de Extensão Universitária Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira, organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Universidade Federal Fluminense, Campus de Rio das Ostras, UFF/Rio das Ostras. A atividade extensionista ocorreu entre agosto e novembro de 2021, no formato atividade remota, on-line, em razão da pandemia de Covid-19. Participaram professores e pesquisadores de diversas instituições de ensino e Programas de Pós-graduação. Os autores selecionados e a ordem das aulas foram: Nelson Werneck Sodré (1911-1999), José Chasin (1937-1998), Florestan Fernandes (1920-1995), Caio Prado Jr. (1907-1990), Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), Clovis Moura (1925-2003), Ruy Mauro Marini (1932-1997) e Francisco de Oliveira

1. Juan Retana Jimenez[Doutor em Serviço Social pela UFRJ, e professor no Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campus de Rio das Ostras.

2. Wanderson Fabio de Melo[Doutor em História pela PUC-SP, e professor no Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campus de Rio das Ostras.

(1933-2019). A seleção dos autores a serem trabalhados nas aulas foi resultado de solicitações de alunas e alunos e das discussões no interior do Grupo de Estudos Marxistas da UFF, leituras nos esforços em perceber os contornos da particularidade brasileira e a relevância reconhecida no cenário intelectual e político.

Coordenaram as atividades no formato remoto alunas e ex-alunas da UFF de Rio das Ostras, aluna da pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, professora e professores do Curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras. Nos bastidores dos encontros virtuais, o trabalho diligente de Maria Luiza Assunção foi importante no cuidado das questões tecnológicas e operacionais.

Os Intérpretes do Brasil escolhidos para as análises nas aulas foram aqueles que publicaram textos expressivos na discussão sobre as formas de ser do capitalismo brasileiro. O percurso societário do Brasil não negou a universalidade do capitalismo, o sistema de produção generalizada de mercadorias. Contudo, no processo de sua formação, impôs-se traços particulares e singulares na sua forma de ser. Ao longo da história brasileira, verifica-se a trajetória singular da sua formação sócio-histórica. Neste sentido, busca-se a compreensão da especificidade de seu movimento histórico-social, com vistas a proporcionar o entendimento de sua dinâmica. Os autores elencados esforçaram-se em revelar os traços constitutivos do processo brasileiro por meio de suas obras e reflexões.

A ordem de publicação dos artigos seguiu a cronologia das aulas, sendo assim, não há uma relação propedêutica imediata entre os textos, tampouco uma suposta linha de evolução entre os intérpretes do Brasil escolhidos. A leitura poderá ser realizada aleatoriamente, sem prejuízos ao entendimento do debate. Obviamente, existem polêmicas entre as leituras do Brasil realizadas por esses autores clássicos, resultados de múltiplos condicionantes, mas o objetivo do nosso trabalho é proporcionar o conhecimento das obras dos intelectuais sem preocupações em traçar uma linha evolutiva entre elas. Destaca-se que no trabalho de editoria, foi possível identificar pontos de polêmicas entre os autores, o que em alguns casos foram remetidos aos leitores em notas de rodapé, sem intuir uma conclusão ou posicionamento, apenas indicação, possibilitando aos leito-

res a elaboração de suas próprias conclusões. Entretanto, torna-se útil reconhecer que a maioria dos escritores dos capítulos expressam concordâncias acerca da visão chasiniana dos contornos específicos da trajetória nacional, em outras palavras, vários dos colaboradores consideram a via colonial de objetivação do capitalismo enquanto traço constitutivo da singularidade da formação social brasileira.

Os artigos que compõe a coletânea expressam uma baliza comum que deve ser ressaltada: O esforço em tratar como cada intérprete do Brasil selecionado considerou os movimentos do capital, os sujeitos na história e o programa de ações para a transformação do país no século XX. Estes são, sem dúvidas, os eixos centrais das reflexões na publicação. As respostas as complexas questões foram múltiplas, uma vez que as soluções ou encaminhamentos obedeceram a contextos, espaços de sociabilidades, diferenças geracionais, perspectivas ideológicas e considerações sobre as forças sociais.

Os participantes que contribuíram com textos para o presente livro são estudiosos e estudiosas do tema da história do Brasil e do pensamento social. Autores e autoras de dissertações de mestrado e de teses de doutorado sobre os intelectuais em questão e/ou de temas correlatos às formulações historiográficas. São pesquisadores e professores envolvidos no trabalho de investigação, intervenção e no exercício em sala de aulas. Assim sendo, os capítulos da publicação foram redigidos com o rigoroso cuidado quanto ao referencial teórico-metodológico, o amplo trabalho junto às fontes (livros e artigos dos analisados) e o esforço didático na escrita ao público não especializado no assunto. As preocupações metodológicas, a pesquisa e a consideração didática são pontos altos no trabalho em seu conjunto.

A coletânea é aberta com o texto “As interpretações da formação social brasileira e a problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré”, de autoria de Maria de Anunciação Madureira, professora aposentada da Universidade Estadual de Maringá. Trata-se do capítulo que se debruçou sobre a interpretação da história e a problemática de “modo de produção” em Werneck Sodré.

O segundo capítulo foi produzido por Vânia Noeli Ferreira de Assunção, professora no Curso de Serviço Social da Universida-

de Federal Fluminense (UFF), Campus de Rio das Ostras, líder do Grupo Estudos Marxistas da UFF de Rio das Ostras, organizadora do Curso de Extensão Universitária Pensando o Brasil. A professora Vânia Assunção escreveu “J. Chasin e a via colonial de objetivação do capitalismo: uma reflexão marxista sobre nossa formação sócio-histórica”, texto no qual recuperou as formulações de José Chasin acerca da via colonial de entificação do capitalismo.

O professor Rodrigo Chagas, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), escreveu o texto “Florestan Fernandes: sociologia histórica e transformação capitalista no Brasil do século XX”, o terceiro capítulo do livro, que tematiza aspectos das reflexões do prestigiado sociólogo sobre as fases da sociedade brasileira.

Yuri Martins-Fontes, pesquisador vinculado ao Núcleo Práxis da Universidade de São Paulo (USP), apresentou o texto: “Caio Prado e a questão nacional: contribuições à historiografia e à filosofia contemporânea”, no qual expressou a relevante discussão acerca da contraposição em compreender a formação social brasileira enquanto “feudal”, ou “restos feudais”. O estudo do professor Yuri teve como bases o livro A evolução política do Brasil e ampla documentação consultada nos arquivos de Caio Prado Jr., material que se encontra guardado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP).

O texto: “Radiografias do Brasil em Carlos Nelson Coutinho”, do professor Vladimir Luís da Silva, o quinto capítulo do trabalho, traz uma importante reflexão sobre as fases do pensamento de Carlos Nelson e a sua “imagem” do Brasil moderno, que ressaltava as debilidades da sociedade civil na formação social brasileira. Vladimir propõe uma leitura crítica acerca da visão sobre o caminho prussiano com vistas a interpretar a particularidade do Brasil.

O sexto capítulo foi escrito por Márcio Farias, estudioso da obra do intelectual negro comunista Clovis Moura. Trata-se de “Um comentário ao livro A sociologia posta em questão, de Clóvis Moura”. O professor Márcio trouxe reflexões pertinentes sobre a práxis na obra do importante sociólogo, demonstrando-a enquanto processo ativo e relacionada ao tema da questão racial.

O professor Amarildo Vieira contribuiu com o texto “Ruy Mauro Marini: um intelectual engajado”, o sétimo capítulo do livro,

trazendo as diferentes vertentes de interpretação da teoria da dependência, bem como as pesquisas de Marini sobre a superexploração da força de trabalho, a especificidade latino-americana no capitalismo. Amarildo Vieira enfatiza a importância do engajamento político de Ruy Mauro na elaboração de sua relevante obra.

A publicação é encerrada com o capítulo escrito pelo professor Eriberto Peres Castilho, “Produção e reprodução da economia na República Velha Brasileira (1889-1930): uma interpretação teórica de Francisco de Oliveira”, debatendo as explicações sobre o processo de industrialização brasileira em suas origens. Castilho situa as ponderações de Chico de Oliveira em contraponto à visão de Celso Furtado e da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da Organização das Nações Unidas, que defendia o desenvolvimentismo, explanavam a estratégia de industrialização por substituição de importações com vistas a contar o advento industrial no Brasil. Ao contrário da interpretação furtadiana e cepalina, explica Castilho remetendo às reflexões de Oliveira, o baixo custo de reprodução da força de trabalho serviu ao processo industrial em seu início, proporcionando a ampla acumulação de capitais. Além disso, as demandas das burguesias urbana e rural continuaram a serem supridas pelas importações, a despeito das dificuldades no comércio externo e os custos altos, o que evidencia a insuficiência da tese de substituição de importados ao narrar a fase inicial de industrialização na economia brasileira.

As reflexões desenvolvidas pelos autores na coletânea estão amplamente embasadas nas obras dos intérpretes do Brasil. Os autores demonstram dominar à fundo as vastas obras dos intelectuais selecionados. Ademais, eles conhecem os combates sociais nos quais os leitores do Brasil tratados estiveram envolvidos e a cultura de que usufruíram e na qual trabalharam.

Esta coletânea não tem a pretensão de ser completa, uma vez que sempre faltarão nomes que, de uma forma ou de outra, produziram contribuições para o conhecimento e a transformação da realidade brasileira. Como o primeiro trabalho de publicação do Grupo de Estudos Marxistas da UFF de Rio das Ostras, e por ser o resultado de uma atividade de Extensão Universitária, não houve a

preocupação de se trazer as reflexões de intelectuais por seu gênero, raça ou etnia, embora tenha-se evidenciado a obra de um intelectual negro. Ademais, participante como autor na coleção e no curso teve-se um professor negro e uma professora negra. Contudo, não houve a preocupação na ênfase da representatividade de gênero e racial. De todo modo, os interpretes do Brasil selecionados para os estudos compõe um panorama amplo dos pensamentos social brasileiro.

Pode-se afirmar que os pesquisadores que percorreram sobre os leitores do Brasil o fizeram aproximado ao recurso metodológico da análise imanente. As obras dos intelectuais selecionados foram compreendidas enquanto síntese de suas imanentes e múltiplas determinações. Assim, a análise crítica imanente é fator legítimo e indispensável na exposição e no desvendamento das posições, haja vista que se quer evidenciar o modo real e concreto das diversas consciências práticas. Procedimento metodológico que, segundo GyörgyLukács, torna-se “indispensável que demonstremos, também no terreno dos fatos e filosoficamente, sua incoerência interna, seu caráter contraditório” (1959, p. 6). Dessa maneira, desenvolve-se a análise que abarca, ao mesmo tempo, a gênese e a função social das proposituras dos autores, visto que suas elaborações intelectuais estão determinadas sócio-historicamente e, além disso, torna possível desvendá-las através de sua própria lógica interna. Realiza-se, portanto, a análise que permite fazer os intérpretes do Brasil explicitarem seus próprios pressupostos, bem como os conflitos sociais em que participaram, trazendo, como frisouLukács, a evidência “que aparece explícita, sem necessidade de provas, para seus leitores” (1959, p. 5).

O trabalho centrado na análise imanente sugere a investigação exegética dos textos e discursos dos intelectuais selecionados, de modo que os escritos e relatos devem ser compreendidos como produtos de suas subjetividades, exposições de conteúdos teóricos e práticos, além de expressões de suas experiências. Neste caminho, a tarefa do pesquisador frente à matéria do texto em análise se divide em três fases de percepção: primeiro, demonstrar o que o texto afirma, isto é, identificar a propositura; segundo, explicitar o que o texto diz tacitamente, de modo a encaminhar a investigação a perceber as relações subjetivas dos sujeitos e os laços constitutivos com outros

agentes sociais e, terceiro, perceber o que o texto não revela explicitamente, isto é, desvendar o que está “escondido” no discurso, o que se objetiva ocultar da cena social. O procedimento de investigação presente nos capítulos pressupõe, por um lado, a análise interna dos discursos dos intelectuais, objetivando a compreensão, cuja função consiste em evidenciar a formação imanente para, a partir daí, demonstrar o significado dos diversos elementos envolvidos nas formulações. E, por outro lado, almeja contemplar uma análise externa, explicativa, capaz de estabelecer relações com a estruturação social.

A coletânea também é um esforço em resgatar a tradição intelectual crítica no Brasil. Vale destacar que desde o processo de autorreforma da autocracia burguesa nos anos 80 do século XX, percebe-se certa negligência por parte dos intelectuais das esquerdas em pensar a especificidade da formação social brasileira. O movimentismo e a adaptação à rotina institucional pseudodemocrática revelaram a carência da assimilação do conhecimento produzido sobre a história do país ao que se refere a avanços e a limites da materialidade social. Verificou-se os esforços em solucionar o pauperismo no Brasil sem a realização de transformações da questão agrária, da restrição salarial e da desigualdade, o que se demonstraram insuficientes. Nessa direção, ainda que se tenha conseguido alguns (poucos) avanços, vale destacar que 1% mais rico da população possui quase metade da fortuna patrimonial brasileira, enquanto a metade mais pobre do Brasil possui menos de 1% da riqueza do país. A distância social entre os proprietários e não proprietários é imensa, o que faz do Brasil um dos países mais desiguais do mundo. Os responsáveis pelo combate à pobreza não fizeram uso da fundamentação teórico-prática que explicasse a origem, o desenvolvimento e a necessidade de superação da sociedade do capital. A intelectualidade das esquerdas tem se debruçado pouco acerca do caráter da particularidade da formação brasileira e as suas consequências para a vida social.

O capítulo atual da miséria brasileira – isto é, do “reformismo” cada vez mais “fraco” e das ameaças da extrema-direita – impõe-se, entre outros trabalhos, pensar o Brasil na perspectiva da transformação social, para tanto, o desvendamento do caminho específico do país se faz necessário, o que não se consegue sem a apropriação

dos debates e das leituras de forma crítica do que os clássicos autores trouxeram em suas páginas.

Referências

LUKÁCS, G. El asalto a la razon: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Tradução: Wenceslao Roces. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 1959.

AS INTERPRETAÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A PROBLEMÁTICA DOS MODOS DE PRODUÇÃO NA OBRA DE NELSON WERNECK SODRÉ

MARIA DE ANNUNCIACÃO MADUREIRA³

O objetivo da pesquisa que venho realizando é identificar e discutir as interpretações da formação social brasileira elaboradas por Nelson Werneck Sodré.

Sua obra, comumente identificada com a orientação teórico-política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em especial a adotada pelo partido desde a Declaração de Março de 1958, notabilizou-se a partir da publicação do livro Formação histórica do Brasil (SODRÉ, 1962), título em que nosso autor buscou fundamentar a existência do feudalismo no país.

Sintomaticamente, a Declaração de Março de 1958 representou uma profunda mudança tanto na linha política do PCB quanto na compreensão de Sodré acerca do evoluir histórico brasileiro. No caso específico da obra de Sodré, as primeiras indicações de sua nova maneira de interpretar a formação social brasileira já apareciam em Raízes históricas do nacionalismo brasileiro (SODRÉ, 1959), aula inaugural proferida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) em março de 1959 e publicada em livro no mesmo ano.

Sistematizada em Formação histórica do Brasil, essa nova interpretação da formação social brasileira se distinguia da anterior, inscrita no campo do pensamento conservador brasileiro, devido não a alterações significativas em sua maneira de compreender a história, que pouco se modificou, mas por admitir a existência de uma fração de classe burguesa – a chamada “burguesia nacional” – capaz de participar do encaminhamento e conclusão do processo de desenvolvimento do capitalismo no país.

3. Professora aposentada da Universidade Estadual de Maringá (UEL). E-mail: mmaambr@yahoo.com.br.]

É preciso lembrar que o pensamento conservador brasileiro pôs em tela, sob o seu viés ideológico – o que não é sinônimo de haver resolvido –, a problemática da identidade nacional ou da falta de identidade enquanto nação da formação social brasileira, materializada na exclusão social da ampla maioria da população do país.

Com o diagnóstico da realidade nacional elaborado a partir de três núcleos centrais recorrentes – o antiliberalismo, a ausência de um povo constituído e a incapacidade das elites brasileiras de conduzir os rumos da nação –, as diversas vertentes do pensamento social brasileiro elaborado nas primeiras décadas do século XX apontavam um encaminhamento político confluyente, a renovação conservadora: somente um Estado forte poderia dirigir os rumos do país, estabelecer um regime político coerente com seu traçado histórico e ultimar o processo de formação da nacionalidade brasileira. Quanto ao perfil, à identidade da nação que se constituiria “pelo alto”, pela ação de um Estado fortalecido e excluindo a participação popular, as divergências eram profundas e era intensa a luta ideológica que se estabeleceu entre as diversas vertentes do pensamento conservador brasileiro.

Era essa a questão decisiva que alimentava a luta político-ideológica travada ao longo da década de 1930. As diretrizes interpretativas e programáticas para os problemas nacionais abarcavam um gradiente que comportava desde propostas que sustentavam a necessidade de se realizar uma modernização capitalista no Brasil, através da industrialização, até aquelas que afirmavam a vocação agrícola do país, o qual deveria permanecer, coerentemente, agrário. Entre os industrialistas, destacou-se o pensamento de Azevedo Amaral. Por sua vez, a proposição ruralista mais acabada foi exposta no ideário integralista elaborado por Plínio Salgado. Há que se indicar, porém, que “as próprias determinações estruturais de nossa formação histórica (...) fizeram conhecer variadas formas de combinação conciliada entre essas duas vertentes” (RAGO, 1998, p. 270).

A grande mudança operada na segunda interpretação da formação social brasileira elaborada por Nelson Werneck Sodré não é de natureza teórico-filosófica, mas política: iniciado nos anos 1930, em especial com o advento do Estado Novo, o avanço industrial teria

propiciado o surgimento, nos anos 1940/50, de uma fração progressista da elite brasileira – a “burguesia nacional” –, de maneira que a tarefa de encaminhar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não caberia mais a um Estado fortalecido e coeso, que excluía a participação popular, como nosso autor sustentara nos anos 1930/40, mas poderia – e deveria – ser efetivada sob um regime político democrático, contando com a participação do proletariado, dos camponeses, das camadas médias urbanas e da fração burguesa ligada aos interesses nacionais.

Essa segunda interpretação da formação social brasileira elaborada por Sodré conheceu poucas alterações significativas de cunho teórico-filosófico. Ele próprio reconheceu não haver grandes rupturas em sua maneira de compreender a história ao longo de sua extensa e prolífica atividade intelectual. Foi o reconhecimento da manutenção, em suas linhas básicas, de sua compreensão da história que o levou a afirmar, repetidas vezes em sua memorialística, que sua obra esteve inscrita no espectro marxista desde a década de 1930, quando, por paradoxal que possa parecer, suas análises estavam enraizadas no campo do pensamento conservador brasileiro.

1. A COMPREENSÃO DE HISTÓRIA

A compreensão de história que lastreia a obra de Sodré se constituiu a partir do diálogo estabelecido entre nosso autor e, fundamentalmente, a filosofia comtiana. Tal compreensão é um dos elementos que singularizam o pensamento werneckiano no ambiente intelectual brasileiro ao longo do século XX.

Inspirado pela filosofia da história elaborada por Comte, para quem “a lei fundamental da evolução (...) serve de base à nova filosofia geral” (COMTE, 1978c, p. 88), nosso autor considerava que o movimento histórico, a dinâmica social, obedeceria a princípios evolucionais. Em seus escritos, tão frequentes quanto as afirmações a respeito da “marcha evolutiva dos acontecimentos históricos” (SODRÉ, 1938, p. 235) são as declarações de apoio aos esforços daqueles que buscaram interpretar “o estado de perene evolução de todas as manifestações da atividade humana” (SODRÉ, 1940, p. 213).

A compreensão de Nelson Werneck Sodré acerca do movimento evolutivo foi formada a partir de um amálgama da proposição comtiana com a de Darwin, filtrada pelo pensamento de Azevedo Amaral. É preciso lembrar, sempre que se faz referência à incorporação das teses evolucionais pelas pesquisas sociais, “que, historicamente, o evolucionismo sociológico é anterior ao outro [ao biológico]” (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 15. Os colchetes são meus – MAM).

Comte pressupunha que tanto a existência individual quanto a social estariam sujeitas ao processo evolutivo. Seu sistema filosófico pretendia “apreciar o núcleo essencial da teoria positiva, (...) consistindo em descobrir a verdadeira teoria da evolução humana, ao mesmo tempo individual e coletiva” (COMTE, 1978c, p. 112). O processo evolutivo obedeceria a leis imutáveis, de acordo com as quais os fenômenos mais simples sofreriam modificações que dariam origem a outros mais complexos. A evolução histórica seria “regulada pela generalidade decrescente dos fenômenos correspondentes, ou, o que implica no mesmo, por sua complicação crescente” (COMTE, 1978, p. 113). A complexificação dos fenômenos seria assinalada por fases, cada uma resultando da anterior e preparando a próxima: nas “fases determinadas duma mesma evolução fundamental, (...) cada uma resulta da precedente e prepara a seguinte, seguindo leis invariáveis que fixam sua participação na progressão comum” (COMTE, 1978c, p. 71).

A obra de Azevedo Amaral está ancorada numa perspectiva evolucionista não clássica: embora aceitasse o progresso como fenômeno natural, o jornalista carioca reconhecia a importância desempenhada pelas crises de mutação – pelas revoluções – no século XX,

alterando bruscamente o lento desenvolvimento evolutivo e possibilitando a emergência de personalidades políticas que conduziriam a sociedade na trilha de novos rumos. As revoluções encerram, portanto, a possibilidade de alteração do curso natural da sociedade, do rompimento de uma ordem de fatores que retardam ou impedem o progresso social. A personalidade política emergente seria legitimada ao

cumprir a função de garantir a ordem, a autoridade e construir a nacionalidade, ao fundar o Estado (apud RAGO, 1993, p. 49).

Para Sodré, a história não seria estática, fixa ou permanente, mas dotada de movimento. Por isso, as pesquisas históricas deveriam resgatar e evidenciar sua dinâmica, substituindo a história narrativa pela interpretativa:

O processo histórico passou a ser considerado em sua única e basilar afirmação de continuidade e desenvolvimento e não mais como uma sucessão de episódios esparsos, em que as explicações careciam de mérito e de fundamento. O método narrativo passou a ser substituído pelo método explicativo. A história deixou de ser uma fonte de literatura morna para se tornar uma interpretação densa da distensão coletiva através do tempo e do espaço. (SODRÉ, 1940, p. 219-20)

As pesquisas históricas não poderiam prescindir dos estudos filosóficos: são eles que “tomam o caráter de explicação dos movimentos da sociedade, nos seus impulsos e aspirações, nas suas mudanças e inquietudes” (SODRÉ, 1938, p. 225). Sensível ao movimento histórico, o intérprete deveria “abandonar o talento descritivo e buscar uma explicação da vida do homem e da sua subordinação ao meio ambiente” (SODRÉ, 1940, p. 225).

A interpretação de nosso autor acerca do “transformismo de Darwin” (SODRÉ, 1938, p. 178), expressão cunhada por Haeckel (FARIA, 1959, p. 63-75), resultou na ideia de que a existência tanto do mundo natural quanto do social integraria um único e permanente processo evolutivo, assinalado por períodos de mutações. Essas transformações regeriam “o dinamismo das sociedades e de todos os organismos vivos” (SODRÉ, 1938, p. 213).

Todos os seres, fossem eles naturais ou sociais, sofreriam mutações, passariam por crises revolucionárias que alterariam o sentido histórico de seu desenvolvimento posterior:

os momentos críticos da humanidade se caracterizam pela mudança de orientações e pelo esclarecimento de novos caminhos, pela ruína de instituições e pela renovação da estrutura social, com nítidos rumos e com tendências pronunciadas (...), mudanças precisas e nítidas, pela ruína dum mundo de concepções, quer na ordem social, quer na ordem política, quer na ordem econômica, quer na ordem estética, por uma substituição de valores e pela abertura de novos horizontes na vida da humanidade e no evolver dos acontecimentos históricos (SODRÉ, 1942, p. 170).

Embora não seja objeto desta discussão, há que se indicar que esse raciocínio o levou, a partir dos anos 1960, a sustentar a existência de uma “dialética da natureza”.

Os períodos revolucionários, das mutações, tornariam um fenômeno mais complexo e indicariam a passagem de uma fase ou etapa do desenvolvimento social para outra, historicamente superior: “Como índice dos mais sensíveis e sinal positivo de todas as manifestações dos agrupamentos humanos, as mutações exteriores marcam as etapas positivas do desenvolvimento de uma sociedade.” (SODRÉ, 1943, p. 5)

Distinguindo-se de Comte, para quem as modificações sociais resultariam em progressão contínua, em complexificação crescente dos fenômenos, Sodré admitia que o processo evolutivo poderia conhecer fases involutivas. Em sua perspectiva, as revoluções sociais gerariam etapas positivas quando produzissem avanço histórico, e negativas quando, atuando de forma contrarrevolucionária, originassem a regressão histórica. Assim, e referindo-se à evolução do sistema de trocas em direção à atividade mercantil desde a Antiguidade, nosso autor afirmou que o advento do feudalismo teve conotação regressiva: “a economia retrocedeu a formas primitivas. Retrocesso que a expansão islâmica aumentaria, pela redução ainda mais acentuada da área geográfica de aplicação das trocas” (SODRÉ, 1944, p. 9).

Quanto à evolução em seu sentido positivo, Sodré incorporou o determinismo histórico do pensamento comtiano e considerou que a progressão histórica deslocaria a humanidade no rumo da sociedade industrial: “O caráter pacífico – industrial – para o qual tende a civilização moderna advém, naturalmente, da maior capacidade que ela possui para o aproveitamento das forças naturais, capacidade que o surto científico lhe proporcionou.” (SODRÉ, 1938, p. 176)

Ao comportar a ocorrência de crises revolucionárias e contrarrevolucionárias que determinariam o caráter progressivo ou regressivo de seu desenvolvimento, a evolução histórica seria assinalada pela heterocronia. Nosso autor atribuiu a Oliveira Vianna o mérito de evidenciar as heterocronias que teriam caracterizado a formação social brasileira:

O sr. Oliveira Vianna, num de seus livros mais lúcidos [Populações meridionais do Brasil], aponta um dos erros mais comuns em que incidem os estudiosos das coisas brasileiras: o de tomar como um todo a nossa terra e a nossa gente, deixando de estabelecer os traços de diferenciação, as peculiaridades regionais, para a explicação dos fatos históricos, dos movimentos políticos e das mutações sociais. (SODRÉ, 1998, p. 118. Os colchetes são meus – MAM)

O conceito de heterocronia, porém, foi extraído do pensamento comtiano. Ao investigar a dinâmica da história, Comte buscava desvendar “o curso espontâneo da evolução humana” (COMTE, 1978c, p. 71). Sua filosofia da história está sintetizada na lei dos três estados. O espírito humano se desenvolveria através de três estágios ou fases distintas, a teológica – que corresponderia à infância da humanidade –, a metafísica, de transição – identificada com a juventude –, e a positivista ou da maturidade:

cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abs-

trato, estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto (...). Daí três sortes de filosofias, ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto de fenômenos, que se excluem mutuamente: a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição (COMTE, 1978c, p. 4).

A existência de três etapas na evolução humana não resultaria da substituição de uma pela outra. O processo evolutivo da humanidade não seria homogêneo, mas assinalado pela coexistência de fases distintas, pelo fenômeno da heterocronia, em que o surgimento de um estágio mais avançado de desenvolvimento do espírito humano não necessariamente eliminaria o precedente. No início do estágio positivista da evolução histórica, “o único definitivo” (COMTE, 1978c, p. 113), encontrar-se-iam elementos das etapas evolutivas prévias.

Para Comte, a heterocronia, essa coexistência na fase positivista inicial de estágios anteriores do desenvolvimento do espírito humano, seria a causa das crises morais, intelectuais e sociais:

a desordem atual das inteligências vincula-se, em última análise, ao emprego simultâneo de três filosofias radicalmente incompatíveis: a filosofia teológica, a filosofia metafísica e a filosofia positiva. É claro que se uma qualquer dessas três filosofias obtivesse, na realidade, preponderância universal e completa, haveria uma ordem social determinada, pois o mal consiste sobretudo na ausência de toda verdadeira organização. É a coexistência dessas três filosofias opostas que impede absolutamente de estender-se sobre algum ponto essencial (COMTE, 1978c, p. 18).

De acordo com Sodré, a falta de homogeneidade, a heterocronia que assinalaria o processo evolutivo, estaria evidenciada nas mudanças das fases históricas:

A passagem da economia feudal à economia burguesa (...) não se faz uniformemente, apenas pela união entre a classe que surge e o rei, contra os senhores feudais, com consequentes vantagens para o povo. Ela se reveste, em várias regiões, de aspectos diversos e, muita vez, assistimos, como na Alemanha, o retrocesso do trabalho livre à condição de servo (...). (SODRÉ, 1944, p. 19)

A heterocronia da evolução histórica afetaria de maneiras diversas todas as formações sociais, originando um conjunto de características peculiares que faria com que cada fase ou estágio desse processo fosse vivido de maneira única, singular, em cada país:

Efetivamente, o feudalismo teve, em cada país, características próprias e, como exemplo, poderíamos apontar o seu caráter hierárquico em certas nações, em contraste com o aspecto dispersivo em outras. Mas, no fundo, o que traçou os lineamentos das instituições feudais foi a posse precária e o usufruto do solo por parte dos que o lavravam, não importando o caráter de interdependência dos senhores, entre si, ou para com o rei, a não ser para quem se disponha a fazer uma história detalhada do tempo. (SODRÉ, 1938, p. 10)

O conjunto de características singulares de uma dada formação social em processo de mudança para uma nova fase ou estágio da evolução histórica particularizaria, distinguiria o traçado histórico daquela comunidade em comparação com a tendência evolutiva mais geral, universal:

Em nenhuma outra nação da Europa o povo se mostrou tão refratário às influências essenciais do mundo feudal como na comunidade lusitana. Isto leva muitos historiadores, dos mais objetivos no estudo da Idade Média, a afirmar que, rigorosamente, em Portugal não houve feudalismo. Essa resistência às influências dos padrões característicos da sociedade contemporânea marca, fundamente, o isolamento de Portugal. (SODRÉ, 1938, p. 17)

Ao particularizarem o traçado histórico de uma formação social, os traços singulares gerados pela heterocronia do processo evolutivo permitiriam que a ocorrência de certos fenômenos, característicos de determinada fase do desenvolvimento histórico, viesse a ser abreviada, prolongada ou até mesmo desconhecida naquela sociedade:

Na ponta da Europa, um pequeno povo, através de anos e anos de luta extremada contra uma civilização oposta, uma crença adversa, uma absorção que o ameaça, vai constituir, mais cedo do que as demais nações do mundo cristão, uma consciência nacional e ultimar a obra unificadora do poder real, surgindo em plena Idade Média como nação organizada. Esse particularismo, esse refugio dos padrões comuns da cultura em formação do resto da Europa, essa autonomia na marcha e na integração, Portugal leva-os mais longe quando, depois de uma crise profunda e dispersiva, aparece a casa de Avis. (SODRÉ, 1938, p. 17)

De acordo com a compreensão de história de Sodré, a evolução social seria determinada não pelas modificações do espírito humano, como afirmava Comte, mas pelas revoluções ocorridas no processo de produção, as quais regeriam todos os demais fatores sociais, os espirituais, inclusive:

As coisas do espírito se me afiguram divorciadas das coisas materiais, e professando por elas um culto verdadeiro, consegui permanecer até hoje, e acredito que permanecerei sempre, fundamentalmente materialista. Materialista, evidentemente, porque coloco as funções espirituais dependendo das coisas materiais bem claras. Acredito que a vida esteja demonstrando, diante dos nossos olhos, a cada passo, que as condições materiais de existência individual e coletiva influem poderosamente sobre as concepções espirituais dominantes ou subterrâneas. (SODRÉ apud GAIO, 2000, p. 11-2)

Influenciado pela obra de Azevedo Amaral, autor que se distingue dos pensadores de sua época pela “referência e importância atribuída ao econômico (...) tônica [que] é (...) responsável pela originalidade da ideologia azevediana frente ao quadro do pensamento conservador” (RAGO, 1993, p. 49; 67. Os colchetes são meus – MAM), Sodré entendia que a produção material determina os rumos políticos, as mudanças sociais e os mitos espirituais de uma coletividade:

o desenvolvimento material que rege a formação e a evolução dos postulados políticos e das transformações sociais. Uma coletividade tem a organização política e mesmo os mitos espirituais que lhe permite a organização econômica em que se assenta (SODRÉ apud GAIO, 2000, p. 12).

Contrapondo-se ao pensamento comtiano, que sustenta que a existência social seria regida por bases morais, pela evolução do espírito humano, Sodré afirmava que a moral, assim como a totalidade do edifício social, deriva e é determinada pelo processo de produção:

Querer explicar certos fenômenos históricos, certos movimentos humanos, assentando essa explicação em bases simplesmente morais é inverter a ordem das coisas porque os mitos morais derivam do processo de produção e esses processos variam muito, sendo causa de todo o edifício social. (SODRÉ apud GAIO, 2000, p. 12)

O desenvolvimento das ideias acompanharia a marcha da evolução social, resultando das transformações sofridas pela produção material, das revoluções processadas no campo econômico:

Mudando, assim, as causas, mudando as condições de existência, mudando os processos de relação da sociedade, era impossível que os valores éticos e estéticos permanecessem à margem dessa transformação. Isso só seria possível num organismo estratificado e morto, e as sociedades se caracterizam pelo seu dinamismo permanente. (SODRÉ, 1940, p. 153)

As bases morais de uma sociedade identificariam a fisionomia dessa sociedade, mas não se constituíriam no fator que determina e orienta o sentido das transformações sociais:

os pontos de vista da moral e dos sentimentos (...), conquanto marquem muito bem a fisionomia das sociedades, carecem de importância na explicação do desenvolvimento das sociedades, pois são apenas emanções dos estados diversos por que passa a produção (SODRÉ, 1938, p. 168).

Para Sodré, a organização econômica de uma sociedade resulta da “transigência com o meio (...) [d]a luta entre o homem e a terra” (SODRÉ, 1990, p. 118. Os colchetes são meus – MAM). Ao estabelecer essa relação com a natureza, o homem se adapta ao meio natural e obtém os recursos necessários para assegurar a sua sobre-

vivência: “Do contato com a natureza, e da progressiva adaptação, o homem tem que tirar os recursos para a continuação de sua existência.” (SODRÉ, 1990, p. 125)

Conforme a etapa evolutiva do desenvolvimento histórico, o homem, em sua relação com o meio natural, estaria subordinado à ação da natureza: “As peculiaridades locais não devem deixar de influir na criação dos homens que se formam à sua sombra.” (SODRÉ, 1940, p. 230) Segundo nosso autor, a explicação desse processo caberia à literatura, seria tarefa dos escritores, que precisariam “abandonar o talento descritivo e buscar uma explicação da vida do homem e da sua subordinação ao meio em que desenvolve a sua atividade” (SODRÉ, 1940, p. 208).

Nas fases históricas em que o homem estaria subordinado ao meio natural, o predomínio da natureza regeria as próprias relações de produção. Assim, o regime de servidão pastoril observado por nosso autor em Mato Grosso, no final dos anos 1930, seria uma relação de produção cuja organização escapava ao controle do homem porque a própria produção pastoril sofria forte determinação do meio natural em que se processava: “Não é uma criação dos homens. É uma imposição dos processos de produção.” (SODRÉ, 1990, p. 131)

O fator econômico seria, ele próprio, passível de evolução, de ser revolucionado, segundo Sodré, que frequentemente se refere à “marcha evolutiva da produção” (SODRÉ, 1990, p. 202). As mutações econômicas resultariam do determinismo histórico que rege o processo evolutivo. Por isso, suas causas seriam naturais: “a natural mudança dos meios da produção e o advento da era industrialista” (SODRÉ, 1938, p. 176).

Em seu sentido positivo, progressivo, as mutações econômicas se desenvolveriam em direção à produção industrial que, ancorada no avanço científico, neutralizaria a ação exercida pela natureza sobre o homem:

o extraordinário desenvolvimento industrial de nosso tempo, antes de amesquinhar, mais em evidência colocou o papel do homem na vida moderna, e

se esse esforço formidável se indica na sua capacidade em se amoldar a natureza às suas condições prediletas, subordinando-as ao seu trabalho, exercendo uma ação poderosa sobre o meio físico, ação que neutraliza e equilibra aquela que este exerce, sem dúvida, sobre o homem (SODRÉ, 1990, p. 181).

As revoluções realizadas no campo econômico, as transformações sofridas pela produção material, impulsionariam a evolução histórica e determinariam a ocorrência das demais mudanças sociais:

Considero (...) que, entre os fatores que presidem a evolução das sociedades, o econômico tem uma importância superior. Acredito que isso seja ciência adquirida. Os demais fatores culturais, entretanto, encontram o seu lugar, no balanço das forças. (SODRÉ, 1944, p. 5)

O determinismo econômico, a regência da evolução da produção material sobre os demais fatores sociais, implicaria a correspondência entre cada transformação operada na organização produtiva e o surgimento de determinadas modificações equivalentes na organização política e social:

a mutação dos padrões econômicos produz, necessariamente, uma mutação nos valores políticos. Isso é axiomático. As sociedades industrializadas não têm as mesmas instituições que as sociedades agrárias. Nem os agrupamentos humanos, acostumados a um certo padrão de vida, que lhes é proporcionado pela organização econômica, podem ter a mesma moral e costumes idênticos aos dos outros agrupamentos humanos que vivem ainda da caça e da pesca, na mais primária situação corrente. É fato corrente e comum, portanto, as mutações econômicas alterarem o edifício político (SODRÉ, 1998, p. 247).

Uma vez que cada forma de organização política e social seria regida e corresponderia a uma organização produtiva determinada, a política, assim como os demais fatores sociais, não exerceria uma influência significativa sobre os rumos da produção material, sobre a situação econômica:

As alterações políticas influírem fundamentalmente na situação econômica, porém, nunca se conseguiu porque representa uma inversão. As instituições políticas como os mitos de ordem social são funções dos meios e processos de produção, dos padrões econômicos, em suma. Função pressupõe precedência, o contrário é que se não pode dar, não pode acontecer. E constitui ilusão tremenda julgar, desse ponto de vista, as coisas. (SODRÉ, 1998, p. 247)

Embora não chegassem a influenciar “fundamente” a ordem econômica, a política e os demais fatores sociais poderiam criar obstáculos para o seu desenvolvimento, dificultar a evolução dos padrões de produção material da sociedade: “De um modo geral, a parte externa das instituições não tem importância alguma. O que importa fundamentalmente é a essência delas. Se entram ou não o surto econômico.” (SODRÉ, 1998, p. 96)

Ainda que pudesse “entravar o surto econômico”, a ação política não se constituiria num instrumento capaz de afetar positivamente a economia:

Na imaginação brasileira, (...) as coisas estão montadas às avessas. Há a ilusão de que reformas de ordem puramente política, e até funcional, tenham o alcance de produzir bem estar econômico e sanar deficiências ou desequilíbrios da produção. (SODRÉ, 1998, p. 246)

O determinismo econômico inscrito na compreensão da história de Sodré implica o reconhecimento apenas dos fatores eco-

nômicos como definidores dos rumos sociais: "os processos de produção, estes sim, positivamente influenciadores de todos os rumos sociais, de todas as características de um povo" (SODRÉ, 1943, p. 9-10).

A regência do fator econômico não seria, porém, a única determinante do processo de constituição da fisionomia social:

A fisionomia das sociedades não é dada unicamente pelas características da produção, como querem os comentadores unilaterais do processo econômico, mas essa fisionomia depende de padrões econômicos vigentes no agrupamento social. (SODRÉ apud GAIO, 2000, p. 12)

Por isso, o intérprete da história deveria atentar para a regência econômica sobre os demais fatores sociais – “a mutação social (...) acompanha e varia segundo os processos de produção” (SODRÉ, 1938, p. 168) – e, ao mesmo tempo, permanecer sensível às especificidades das diversas manifestações sociais, originadas de uma mesma processualidade histórica. Assim procedendo, tornar-se-ia capaz de retratar os múltiplos aspectos que compõem a fisionomia da sociedade e de situar, no processo evolutivo do conjunto social, algumas de suas características, em especial as culturais:

Divorciar, pois, o desenvolvimento mental das características sociais que o conduziram é como apresentar aspectos parcelados e estáticos daquilo que contém, na sua própria essência, um poderoso dinamismo, e que, assim apresentado, semelha as criações artificiais e estáticas com que se ornamentam os descaracterizados, (...) mas não explicam, nem guardam significação alguma da terra e da gente, de que formam atividade ponderável. (...) a artificialidade de tal processo se acentua, de maneira positivamente alarmante, quando pretende colocar a atividade cultural, não de um homem, mas de um povo, à margem do desenvol-

vimento da sociedade que, justamente ao contrário do que, em geral, se pensa, através dessa manifestação afirmou as suas peculiaridades e denunciou as suas próprias características. (SODRÉ, 1943, p. 6-8)

Para Sodré, portanto, a evolução histórica seria determinada pelas revoluções ocorridas no campo da produção material. Em seu sentido positivo, o processo evolutivo culminaria por atingir a etapa industrial. A marcha evolutiva da humanidade “confirma a gradação em que os historiadores fixaram o desdobramento das civilizações” (SODRÉ, 1990, p. 23), ou seja, acompanharia a sucessão de etapas expostas na filosofia da história comtiana – Antiguidade, Idade Média e Estado Moderno. Porém, ao contrário do preconizado por Comte, essas etapas não seriam geradas pela evolução do espírito humano, e sim pelas transformações econômicas, que se fariam acompanhar das formas correspondentes de pensamento, respectivamente as filosofias teológica, metafísica e a positivista ou científica.

Nosso autor identificava a História como uma continuidade assinalada pelo movimento evolutivo, causado pelas transformações ocorridas no âmbito da produção material e cujo sentido, em sua progressão positiva, desenvolver-se-ia inevitavelmente em direção à sociedade industrial. Essa compreensão de História constitui, para Sodré, o método histórico.

Cabe indagar, então: o que seria, em seu entendimento, interpretar a História?

Para nosso autor, “qualquer intenção interpretativa (...) é situar o problema no quadro geral da evolução histórica” (SODRÉ, 1945, p. 46), evolução cujos traços ele julgava, nos anos 1930/40, terem sido indicados pela filosofia da História comtiana, sintetizada na lei dos três estados.

Em sua opinião, somente a adesão aos princípios evolucionais e transformistas possibilitaria ao intelectual guardar, sempre, “total receptividade aos pensamentos novos, aos estados de transformação da sociedade, aos cânones que se transmudam”, a abandonar velhos preceitos “se os novos estão mais de acordo com a verdade e o avanço científico”, e a se tornar “inimigo do dogma e adepto da trans-

formação e da objetividade”, ao invés de se admirar com “o definitivo, o estável, o permanente” (SODRÉ, 1938, p. 213).

Para Sodré, uma obra histórica “no bom sentido, isto é, o da continuidade”, precisaria “indicar as fontes, mostrar motivos, esmerilhar origens, sem nunca extrair os quadros apenas duma criação meramente estética” (SODRÉ, 1938, p. 227). Sinônimo da orientação filosófica que direciona a interpretação do processo histórico, o método adquiriu papel central em toda a vasta obra de Sodré, inscrita em dois campos aparentemente antagônicos teórica e politicamente – o do pensamento conservador brasileiro e o do marxismo.

Décadas após haver criticado a ausência de método histórico na obra de Capistrano de Abreu, nosso autor, já filiado ao PCB e identificado como um dos principais intelectuais marxistas brasileiros, afirmava: “o documento é uma coisa e a realidade é outra coisa” (SODRÉ, 1985, p. 79). E reiterava: “em história, vale mais o método do que as fontes, evidentemente” (SODRÉ, 1960, p. 202).

Em sua compreensão de História, o método se constitui no “maravilhoso instrumento de interpretação histórica”. Somente utilizando-o o pesquisador abandonaria “a análise dos acontecimentos superficiais”, o desvendamento dos fatos e sua continuidade, habilitando-se a interpretar o processo histórico.

2. Parâmetros críticos para a discussão da problemática dos modos de produção na realidade brasileira

O caráter democrático e burguês da revolução brasileira esteve inscrito na orientação teórico-política do PCB desde que o problema da revolução se apresentou para o partido.⁴

Foi Caio Prado Jr. quem chamou a atenção para o fato de

4. “A primeira vez que se formulou nitidamente o problema central da revolução no nosso país, o problema do seu caráter e das suas forças motrizes, ela apareceu como ‘agrária e anti-imperialista’, revestindo um conteúdo democrático-burguês. Em torno da palavra de ordem ‘pela revolução agrária e anti-imperialista’ girou toda a propaganda do Partido e toda a sua atividade se apoiou precisamente sobre a acepção que dela se depreendia sobre as classes em luta.” (Carta de Barreto Leme a Luís Carlos Prestes de 26 nov. 1935 apud VIANA, 1995, p. 140)].

que a ação revolucionária pecebista no Brasil, ao invés de ser “a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico do qual resulta” (PRADO JR., 1987, p. 19), orientava-se por concepções teóricas insuficientes, de origem remota, cujo ponto de partida não era a análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país, mas um esquema teórico abstrato, admitido de maneira apriorística e sem indagação prévia, aplicado à realidade brasileira (PRADO JR., 1987, p. 39).

Foi ainda Caio Prado Jr. quem apontou a origem do caráter “democrático-burguês” atribuído à teoria da revolução brasileira. Essa orientação teórico-política seguida pelo PCB foi elaborada, em suas linhas gerais, no final da década de 1920. Incluído no Programa da Internacional Comunista adotado pelo VI Congresso Mundial, reunido em Moscou, em 1928, baseava-se no perfil econômico-social atribuído aos países asiáticos e latino-americanos e na natureza de sua revolução (cf. PRADO JR., 1987)⁵

O perfil econômico-social atribuído aos países asiáticos e latino-americanos fundava-se na suposição de que os países coloniais, semicoloniais ou dependentes – dentre os quais se incluía o Brasil – se encontrariam em transição do feudalismo para o capitalismo. Em consequência, sua “etapa revolucionária” seria de cunho democrático-burguês. As principais referências políticas dessa “etapa revolucionária” eram a orientação leninista na condução da Revolução Russa e a própria Revolução Russa, transformada em modelo revolucionário⁶.

Como o Brasil foi considerado um país semicolonial, com

5. Esp. o capítulo II, A teoria da revolução brasileira.

6. “A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução ‘democrático-burguesa’, segundo o modelo leninista relativo à Rússia tsarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo.” (PRADO JR., 1987, p. 36)].

7. “Revolução agrária e anti-imperialista’: eis o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária daqueles países. ‘Anti-imperialista’ porque oposta à dominação das grandes potências ‘capitalistas’; ‘agrária’ porque se tratava de neles superar a etapa ‘feudal’ em que, em maior ou menor grau, eles ainda se encontravam.” (PRADO JR., 1987, p. 37)]

características feudais, a teoria da revolução brasileira adotada pelo PCB se revestiu, conseqüentemente, de caráter democrático-burguês. A única originalidade desse esquema teórico, ainda conforme Caio Prado Jr., foi a introdução do anti-imperialismo. Assim, essa revolução seria “agrária” porque deveria superar a etapa “feudal”, e “anti-imperialista”, porque se oporia à dominação das potências capitalistas.⁷

O procedimento do qual derivou esse esquema teórico e o conseqüente caráter democrático-burguês da teoria da revolução brasileira fundava-se na universalização do processo de transição para o capitalismo que se desenvolveu em algumas formações sociais europeias – notadamente na Inglaterra e na França – para as demais formações sociais, transformando-o em trajetória obrigatória, em modelo universal.

Ao criticar a existência de um modelo universal de revolução e apontar a necessidade de se resgatarem as especificidades do desenvolvimento histórico de nossa formação social, único meio de se elaborar uma teoria da revolução brasileira, Caio Prado Jr. indicava um problema teórico que envolveria os esforços de vários estudiosos: a aparente contradição entre a tendência universal do capital e as formas singulares com que essa relação social se desenvolve nas várias formações sociais.

Assim, o historiador paulista apontava “a natureza essencialmente única do capitalismo, que é um só e o mesmo em toda a parte – seja qual for o grau de desenvolvimento, extensão e maturação das relações capitalistas de produção”, ao mesmo tempo em que reconhecia que essa relação social assume características peculiares nas diversas formações sociais, “seja qual for a feição particular em que o capitalismo se apresente em cada país da atualidade” (PRADO JR., 1987, p. 16).

Nesse sentido, avanço considerável foi a conquista teórica obtida por J. Chasin que, dialogando com a problemática do desen-

8. Cf., a respeito, o texto: J. Chasin e a via colonial de objetivação do capitalismo: uma reflexão marxista sobre nossa formação sócio-histórica, de Vânia Noeli F. de Assunção, nesta mesma coletânea. [Nota dos editores]

volvimento do capitalismo no Brasil, identificou a particularidade do processo de objetivação do “capitalismo verdadeiro” em nosso país, por ele denominada de caminho ou “via colonial”⁸.

Seu procedimento teórico admitiu que na própria Europa a transição para o capitalismo conheceu outra trajetória histórica – de que o caso alemão é referência, em comparação com o inglês e francês, denominada por Lênin de “via prussiana” –, trajetória ou via histórica de transição para o capitalismo referida e conceitualmente caracterizada pelos clássicos do marxismo desde Marx, que distinguia enfaticamente a por ele denominada “miséria alemã” da via histórica assinalada pelo que ele referia como revolução de “tipo europeu” (cf. MARX, 1987).

Comparando as expressões concretas das características abstratas comuns aos casos brasileiro e alemão, Chasin pôde constatar que o caminho não-clássico de objetivação do capitalismo acolhe não uma forma particular, mas duas trajetórias distintas de constituição do verdadeiro capitalismo, “a forma particular do caminho prussiano e um outro particular, próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada), de extração colonial” (CHASIN, 2000, p. 45).

Esse percurso, que no Brasil desconheceu a ocorrência de processos revolucionários, foi impulsionado apenas no pós-II Guerra Mundial devido à forma específica que a expansão imperialista adquiriu nesse período. Sem jamais romper com a condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional, o capital industrial permaneceu incompleto no Brasil. Resultou dessa subordinação estrutural ao imperialismo o seu caráter atrófico e a incompletude das próprias classes sociais que aqui se constituíram.

A estreiteza econômica da burguesia brasileira, manifesta em um processo de industrialização subordinado ao imperialismo, fundado no arrocho salarial e conciliado com a estrutura agrária de origem colonial, determina sua estreiteza política. Subordinada ao imperialismo e antidemocrática, a burguesia brasileira é incapaz de elaborar e encaminhar um projeto de cunho nacional, nos limites do capitalismo, do qual as classes subordinadas possam participar. Por isso, na particularidade da via colonial, as formas genuinamente

burguesas de dominação política alternam-se entre o bonapartismo e a autocracia burguesa institucionalizada, que excluem a figura da democracia liberal.

A dominação proprietária revelou-se incapaz de oferecer perspectivas materiais e espirituais para o conjunto da nação, incapacidade congênita materializada na exclusão social, na não integração à vida nacional de parcelas expressivas da população brasileira, na inexistência em nosso país de uma sociabilidade regida por princípios sociais, políticos e econômicos democráticos, ainda que nos limites da regência do capital.

Por não identificar, por não particularizar, por não distinguir as diferentes formas de transição para o capitalismo, o esquema teórico apresentado no VI Congresso da III Internacional Comunista e adotado pelo PCB considerava que todas as formações sociais deveriam passar por etapas ou estágios históricos sucessivos – pelo feudalismo e pelo capitalismo –, até atingir o socialismo.⁹

Embora a linha política do PCB tenha se alterado diversas vezes ao longo das décadas de 1940 e 1950, a compreensão da estrutura social brasileira permaneceu basicamente a mesma: o desenvolvimento do capitalismo no Brasil – processo que simultaneamente levaria à destruição do feudalismo ou dos restos feudais existentes no país – era considerado condição prévia para o avanço do socialismo. Em consequência, o objetivo do partido sempre foi o de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a colaboração do proletariado.

3. A incorporação da problemática dos modos de produção à obra de Nelson Werneck Sodré

Com a filiação de Nelson Werneck Sodré ao PCB, consumada em 1946, sua obra só incorporou uma alteração na compreen-

9. “(...) a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo” (PRADO JR., 1987, p. 32).

são de história, expressa pela primeira vez apenas em 1959: as etapas que assinalariam a evolução histórica da humanidade não seriam as três fases sintetizadas na filosofia da história de Comte – teológica, metafísica e positivista –, mas cinco, identificadas como “modos de produção”, resultantes de uma interpretação positivista de textos de Marx: escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo.

Foi essa mudança em sua compreensão de história, subordinada à orientação teórico-política adotada pelo PCB em 1958, que permitiu ao nosso autor apresentar uma segunda interpretação da formação social brasileira.

É preciso lembrar que a Declaração de Março de 1958 alterou profundamente a orientação política do PCB. Desde 1949, o partido sustentava o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro e considerava que o proletariado era a classe que deveria conduzir a revolução democrático-burguesa:

essa revolução agrária e anti-imperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado (PRESTES apud CARONE, 1982, p. 99).

A partir de 1950, o partido defendia a revolução a curto prazo e a luta armada para a tomada do poder, motivadas pela subordinação crescente da burguesia ao imperialismo:

Já passou a época das velhas revoluções burguesas dirigidas pela burguesia e visando à instauração de uma sociedade capitalista sob a ditadura de classe da burguesia. A correlação de forças sociais no país, onde cresce o proletariado, sem que a burguesia se reforce nem econômica nem politicamente, já que as posições fundamentais da economia nacional estão cada vez mais em poder do imperialismo e devem, com a

revolução, passar diretamente para as mãos do novo Estado, criam, evidentemente, a possibilidade de um desenvolvimento não capitalista que leve diretamente ao socialismo. (PRESTES apud CARONE, 1982, p. 100)

Uma vez que a revolução democrático-burguesa nos países coloniais e atrasados estaria inserida na revolução do proletariado, a burguesia estaria impedida de assumir a sua direção:

a revolução democrático-burguesa dos dias de hoje nos países coloniais e atrasados é parte integrante da revolução do proletariado e, justamente por isso, é violentamente combatida pelo imperialismo e jamais poderá ser realizada sob a direção da burguesia, cada vez mais dependente dos grandes trustes e monopólios internacionais (PRESTES apud CARONE, 1982, p. 99).

No início dos anos 1950, o PCB também considerava impossível que burguesia brasileira pudesse conduzir uma revolução de cunho democrático-burguês devido à sua semelhança com a burguesia alemã,

como a pintara Marx em 1848 (...). No caso brasileiro, já é bem clara a posição contrarrevolucionária da grande burguesia, mesmo da burguesia industrial, mais diretamente interessada na liquidação dos restos feudais e na revolução agrária, que determinariam a rápida expansão do mercado interno. (...) É que a burguesia industrial brasileira surgiu como classe já nas vésperas da Grande Revolução de Outubro, quando se iniciava a crise geral do capitalismo, numa época em que o proletariado já se levantava no mundo inteiro como força revolucionária e classe formada e independente. A burguesia brasileira, devido à sua

própria origem, e ao processo de sua formação, jamais lutou contra o feudalismo, trata de adaptá-lo aos seus interesses, conservando-o e a ele se aliando para a luta contra as massas trabalhadoras. É por isso mesmo uma burguesia retrógrada, covarde e pusilânime que, não por acaso, muito se assemelha à burguesia alemã dos meados do século XIX, igualmente formada à sombra dos restos feudais e da conservação do Junker prussiano (FRENTE DEMOCRÁTICA apud CARONE, 1982, p. 111-2).

No IV Congresso (realizado entre dezembro de 1954 e fevereiro de 1955), e devido à aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (outubro de 1954), o PCB distinguia a burguesia nacional das “forças do campo feudal-imperialista” e propunha ao proletariado,

Sem amainar a luta pelos seus interesses de classe, contra a exploração burguesa, (...) lutar e marchar junto com a burguesia nacional contra os imperialistas norte-americanos e contra o regime de latifundiários e grandes capitalistas (IV CONGRESSO DO PCB apud CARONE, 1982, p. 133).

Com a Declaração de Março de 1958, o PCB passou a admitir o caminho pacífico para a revolução brasileira através da defesa da legalidade democrática, da combinação da ação parlamentar com a extraparlamentar e da ampliação e fortalecimento do movimento nacionalista: “A revolução no Brasil (...) não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática” (DECLARAÇÃO apud CARONE, 1982, p. 184).

Essa mudança na orientação política do partido resultou de uma avaliação que considerava que haviam surgido no Brasil as condições que permitiam um desenvolvimento revolucionário pacífico: o avanço industrial ampliara o número de trabalhadores fabris e teria possibilitado o surgimento e o fortalecimento crescente “de uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progres-

sista da economia do país” (DECLARAÇÃO apud CARONE, 1982, p. 177).

O desenvolvimento autônomo do capitalismo tornava-se possível devido quer ao surgimento dessa burguesia “nacional”, quer principalmente à atuação econômica empreendida pelo próprio Estado, através das “formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda” (DECLARAÇÃO apud CARONE, 1982, p. 180). Embora algumas vezes esse “capitalismo de Estado” realizasse uma política favorável ao imperialismo, ele era, basicamente, “um elemento progressista e anti-imperialista na política econômica do governo” (DECLARAÇÃO apud CARONE, 1982, p. 180).

Ao mesmo tempo, o quadro social brasileiro seria assinalado pelas sobrevivências feudais, que obstaculizariam o desenvolvimento da agricultura, e pela dependência econômica do país, que aguçaria o antagonismo com o imperialismo norte-americano.

Para o necessário desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização brasileira e a resolução do atraso da agricultura, impunha-se “a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano” (DECLARAÇÃO apud CARONE, 1982, p. 185).

Essa aliança, essa frente única que aglutinaria as forças anti-imperialistas e democráticas, inspirava-se na distensão das relações Leste/Oeste que caracterizou a política exterior soviética no período Kruschew e em algumas passagens da vida política brasileira, em especial na Campanha do Petróleo e na experiência da Frente Parlamentar Nacionalista. Dela participariam a classe operária, os camponeses, as camadas médias urbanas e a burguesia ligada aos interesses nacionais.

Essa política de alianças orientada pela perspectiva do desenvolvimento autônomo da economia nacional (política de alianças da qual a militância pecebista participou desde o final dos anos 1940, durante a Campanha do Petróleo, que se estruturou com setores do PTB em disputas eleitorais em algumas regiões do país desde o início da década de 1950 – não obstante a orientação política contrária do

PCB – e que foi incorporada à linha política do partido desde o final de 1954) constitui o nacionalismo “de esquerda”.

A mudança na orientação política do PCB a partir da Declaração de Março de 1958 levou Sodré a efetuar alterações profundas em sua maneira de interpretar nossa formação social, adequando-a à linha política do partido, como ele próprio reconhece no Prefácio da Formação histórica do Brasil: “não é este (...) um livro de mera especulação: deriva de uma posição política” (SODRÉ, 1962, p. IX).

Para facilitar esta exposição, vou comparar trechos de um título de Sodré que reúne algumas conferências por ele pronunciadas no Iseb entre 1954 e 1956, muitas das quais publicadas como artigos nesse período, e que veio a público em novembro de 1958, Introdução à revolução brasileira (SODRÉ, 1958), com as alterações feitas por nosso autor nos mesmos artigos para a segunda edição dessa mesma obra, lançada em 1963 (SODRÉ, 1963), alterações que foram mantidas nas edições seguintes.

Desde o seu primeiro livro, publicado em 1938, Sodré afirmava que a colonização brasileira foi um empreendimento capitalista. Dos anos 1930 até o final da década de 1950, nosso autor, enquadrando nossa trajetória histórica nas etapas evolutivas apresentadas por Comte, negava enfaticamente a existência de “feudalismo” no Brasil:

Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente capitalistas [no período colonial]. Na fase a que nos referimos agora [Império], nenhuma dúvida poderia mais subsistir. (SODRÉ, 1955b, p. 132; 1958, p. 79. Os colchetes são meus - MAM)

Ao incorporar à sua compreensão de história a existência de cinco etapas no processo evolutivo humano, Sodré enquadrou o período colonial brasileiro na fase “escravista”. Assim, o trecho anteriormente citado passou a ter a seguinte redação a partir da segunda edição de Introdução à revolução brasileira:

Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente mercantis, estabelecidos sobre uma produção escravista [no período colonial]. As relações feudais surgiriam mais adiante e caracterizariam a estagnação de grandes áreas territoriais do Brasil. Na fase a que nos referimos agora [Império], nenhuma dúvida poderia mais subsistir. (SODRÉ, 1978, p.84. Os colchetes são meus - MAM)

O trecho em que Sodré afirmava a existência de um “capitalismo colonial” – “o que surge em terras distantes não passa de uma forma singular de capitalismo, o capitalismo colonial, estreitamente vinculado ao surto comercial em desenvolvimento” (SODRÉ, 1957, p. 163; 1958, p. 118) – teve essa expressão substituída por “escravismo colonial”: “o que surge em terras distantes não passa de uma forma singular de escravismo, o escravismo colonial, estreitamente vinculado ao surto comercial em desenvolvimento” (SODRÉ, 1978, p. 120).

A expressão “capitalismo colonial” – “Nessa estrutura, o que se esboça, desde os primeiros dias (...) é, na verdade, uma forma particular de capitalismo – o capitalismo colonial” (SODRÉ, 1955a, p. 59; 1958, p. 64) – também foi substituída pela designação “mercantilismo colonial”: “Nessa estrutura, o que se esboça desde os primeiros dias (...) é, na verdade, uma forma particular de mercantilismo – o colonial” (SODRÉ, 1978, p. 70).

De acordo com a nova visão das etapas históricas adotada por nosso autor, o escravismo colonial poderia dar origem a uma nova fase histórica, a do feudalismo. Essa tese, aprofundada por Sodré na Formação histórica do Brasil, mereceu dele uma análise original.

Coerente com a perspectiva de que o movimento da história tanto pode ser evolutivo quanto involutivo, Sodré afirmava que, no Brasil, o escravismo teria evoluído tanto para o trabalho livre – o que representaria uma evolução histórica positiva – quanto para a servidão, para o feudalismo.

A evolução para o feudalismo seria mais frequente devido à longa vigência do trabalho escravo, entre nós, mas com uma particularidade que distinguiria o caso brasileiro do “modelo europeu”: na Europa, o feudalismo representou um avanço em relação ao que existia anteriormente; no Brasil, a evolução do escravismo para o feudalismo teria caráter regressivo, constituiria o que ele chamou de “regressão feudal”. Em sua opinião, essa seria sua principal contribuição para a historiografia brasileira.

Ao elaborar essa segunda interpretação da formação social brasileira o objetivo de Sodré foi o de fornecer lastro histórico para a análise das classes sociais existentes no país e à sua dinâmica, evidenciando que o surgimento de uma fração da classe burguesa, a chamada “burguesia nacional”, permitia ao país reatar o fio de sua história, avançando em direção à industrialização autônoma e, ao mesmo tempo, permanecer no campo democrático, dispensando a outrora necessária intervenção de um Estado forte e coeso para a condução dos rumos nacionais.

Por isso, suas posteriores análises conjunturais enfatizavam a continuidade do processo da revolução brasileira, que em sua opinião teria se iniciado em 1930: o país viveria um processo de desenvolvimento capitalista, de alastramento das relações capitalistas, que teria condições de se realizar de maneira autônoma e sob um regime democrático.

O processo da revolução brasileira seria assinalado pela significativa atuação do Estado na economia e pelas contradições entre os interesses do capital nacional e do estrangeiro. Para Sodré, distinguir o capital nacional do estrangeiro representaria um grande avanço político. Por isso, e para que se criassem as condições que nos levariam ao socialismo, fazia-se necessário o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, apoiar a burguesia nacional não comprometida com o capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, combater esse capital estrangeiro e seus aliados de classe naturais no país, identificados com aquela parcela do setor agroexportador com origem e características feudais.

Embora a tese sobre o feudalismo tenha sido aquela que mais despertou polêmica em torno de sua obra, em especial a partir

da publicação da Formação histórica do Brasil, essa não é, do ponto de vista de Sodré, a questão mais importante por ele abordada nesse livro e nos que se lhe seguiram. Para Sodré, a questão mais importante abordada em sua obra – e que ficou obscurecida com a polêmica acerca dos modos de produção no Brasil – é a fundamentação do nacionalismo. Toda a sua vasta obra, inscrita tanto no campo do pensamento conservador brasileiro quanto no do marxista, que comporta duas interpretações distintas da formação social brasileira e diversas propostas políticas para o encaminhamento dos rumos nacionais, teve esse objetivo: o de fornecer lastro histórico para a resolução da incompletude do capital e do capitalismo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO LEME. Carta a Luís Carlos Prestes (26/11/1935). In: VIANNA, Marly (Org.). Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro/São Carlos: Arquivo Nacional/UFSCar, 1995.

CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. 2.. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Una Editoria/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. A via colonial de entificação do capitalismo. In: _____. A miséria brasileira: 1964 a 1994 – do golpe militar à crise social. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 37-58.

COMTE, Auguste Comte. Discurso sobre o espírito positivo. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

_____. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.

_____. Curso de filosofia positiva. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978c.

DECLARAÇÃO sobre a Política do PCB (março de 1958). In: CARONE, Edgard. O PCB: 1943 a 1964 v. II. São Paulo: Difel, 1982.

FARIA, Álvaro de. “A origem das espécies”: seu primeiro centenário. Revista Brasiliense, São Paulo, Brasiliense, 26:63 – 75, nov./dez. 1959.

GAIO, André Moysés. Uma teoria da independência: história e revolução na obra de Nelson Werneck Sodré. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 2000.

IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: CARONE, Edgard. O PCB: 1943 a 1964 v. II. São Paulo: Difel, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. 4.. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

MARX, Karl. A burguesia e a contrarrevolução. São Paulo: Ed. Ensaio, 1987.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. 7.. ed. São Paulo:

Brasiliense, 1987.

FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação (- agosto de 1950). In: CARONE, Edgard. O PCB: 1943 a 1964 vl. II. São Paulo: Difel, 1982.

PRESTES, Luís Carlos. Informe Político ao Comitê Nacional do PCB (maio de 1949). In: CARONE, Edgard. O PCB: 1943 a 1964 v. II. São Paulo: Difel, 1982.

RAGO FILHO, Antonio. A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico. Tese (Doutorado) apresentada à PUC-SP, São Paulo, 1998.

RAGO, Maria Aparecida de Paula. O demiurgo da construção nacional: a ideologia industrialista de Azevedo Amaral. Dissertação (Mestrado) apresentada à PUC-SP, São Paulo, 1993

SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos. São Paulo: Cultura Brasileira, 1938. (2..ed. rev. e amp.: Rio de Janeiro: José Olympio, 1940).

_____. Panorama do II Império. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.

_____. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Edição fac-similar. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. Orientações do pensamento brasileiro: Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro: Ed. Vecchi, 1942.

_____. Síntese do desenvolvimento literário no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

_____. Formação da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. O que se deve ler para conhecer o Brasil. Rio de Janeiro: Cia. Editora Leitura, 1945.

_____. História econômica do Brasil II. DigestoEconômico, 125 : 59 – 65, set./out. 1955a.

_____. História econômica do Brasil III. Digesto Econômico, 126 : 128 – 33, nov./dez. 1955b.

_____. Estudo histórico-sociológico da cultura brasileira.

Digesto Econômico, 135 : 159 – 83, mai./jun. 1957.

_____. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. Rio de Janeiro: MEC-Iseb, 1959.

_____. A ideologia do colonialismo. Rio de Janeiro: MEC-Iseb, 1960.

_____. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. Introdução à revolução brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. (4. ed. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.)

_____. História e materialismo histórico no Brasil. São Paulo: Global, 1985.

Para saber mais:

MADUREIRA, Maria de A. Entrevista com Nelson Werneck Sodré. Margem: Revista da Faculdade de Ciências Sociais da PUC - SP, São Paulo, p. 270-91, 1999.

_____. Os modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré. Verinotio, Belo Horizonte, v. 5, p. 5, 2006.

_____. Cunha, Paulo R.; CABRAL, F. Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011. v. 1. 357 p.

_____. Nelson Werneck Sodré. In: Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF – Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/7mo_Qeqk-sw>.

J. CHASIN E A VIA COLONIAL DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO: UMA REFLEXÃO MARXISTA SOBRE NOSSA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

VÂNIA NOELI FERREIRA DE ASSUNÇÃO¹⁰

Aqui, tudo parece que é ainda construção
E já é ruína
Caetano Veloso, sobre Claude Lévi-Strauss

O paulistano J. Chasin (1937-98) foi um filósofo e professor universitário marxista. Pesquisador do tema da marxologia, da politicidade e da ontologia, comparece nesta coletânea pela sua elaboração da noção de via colonial de entificação do capitalismo, apresentada em artigos publicados dos anos 1970 aos 1990 e posteriormente coligidos no livro *A miséria brasileira (1964-1989): do golpe militar à crise social*, lançado após seu falecimento precoce. Infelizmente muito pouco conhecido no Brasil do século XXI, o autor em pauta é um pensador fundamental para a compreensão deste país.

Chasin dedica sua vida a duas tarefas complementares, indissociáveis e retroalimentadas: a redescoberta de Marx – em particular, a recuperação do estatuto ontológico da sua obra e a determinação ontonegativa da politicidade (cf. CHASIN, 2000a) – e a compreensão da particularidade da entificação capitalista no Brasil. Neste texto, trataremos apenas do último tema, ou seja, nosso obje-

10. Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras) e co-editora da *Verinotio* – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: vanianoeli@uol.com.br. A autora agradece imensamente a Ângela Maria Sousa e Ester Vaisman pelos agutos comentários a versões anteriores deste texto.

tivo é expor as suas principais descobertas sobre a formação social brasileira. Tal será feito de forma introdutória, mas completa, permitindo ao leitor ter uma visão geral da reflexão chasiniana sobre a matéria.

Assinale-se que, bem distante de resultar de uma mera curiosidade enciclopédica, a aproximação chasiniana do tema da via colonial deveu-se a embates prático-teóricos efetivos, no interior dos quais se fazia necessária análise e tomada de posição em face de cenários específicos. Desta maneira, o assunto é tratado em variados textos, escritos no decorrer de aproximadamente 30 anos e nos quais houve níveis de aproximação diferentes e significativas mutações do próprio objeto, a realidade brasileira. Sem acompanhar em detalhe as mudanças socioeconômicas e o amadurecimento teórico de Chasin no trato do assunto, optamos aqui pela exposição apenas dos principais momentos relativos ao tema em tela, tomando como ponto de partida seu momento mais desenvolvido.

Chasin, inspirando-se em Marx, busca entender o caminho específico pelo qual o capitalismo se objetivou no Brasil, concluindo que este tinha sido diferente daquele dos países ditos clássicos (a exemplo de França e Inglaterra) e dos chamados países retardatários (como Alemanha e Itália, de via prussiana), dessemelhanças que obrigavam à destilação de uma nova categoria: a via colonial de entificação do capitalismo, assunto deste texto.

Antes, porém, de adentrar no tema propriamente dito, apresentamos ao leitor alguns momentos importantes da vida de Chasin. Em seguida, introduzimos o assunto com um brevíssimo apontamento preliminar acerca da questão das formas de objetivação do capitalismo e da relação entre universal e particular. Por fim, nos tópicos seguintes discutimos aspectos da via colonial (que são inextricáveis, separados aqui apenas para fins didáticos): a industrialização e a constituição de um capital atrofico, as formas de dominação burguesa, a incompletude das classes e as dificuldades da esquerda e, por fim, o encerramento da via colonial no processo de globalização.

1. J. CHASIN: MOMENTOS BIOGRÁFICOS DE UMA TRAJETÓRIA ÍMPAR

A formação universitária de José Chasin (nascido em São Paulo, no dia 6 de janeiro de 1937) se iniciou em 1959, quando ingressou no curso de filosofia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde foi aluno de professores como João Cruz Costa, José Arthur Giannotti, Gilles-Gaston Granger e Michel Debrun. Ali, teve uma inserção no Partido Comunista (PCB), ainda que pontuada por divergências, e participou do movimento estudantil, inclusive tornando-se vice-presidente da Campanha pela Defesa da Escola Pública (presidida por Florestan Fernandes), enquanto representante da União Nacional dos Estudantes (UNE). Pouco antes de concluir a graduação, em 1962, aos 25 anos, coordenou uma pesquisa acerca do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ocorrido em Belo Horizonte (1961). Neste período, Chasin estava próximo de Caio Prado Jr., que o influenciou decisivamente na compreensão da formação sócio-histórica brasileira.

Chasin se tornou professor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1972. Por esse período, tomando como inspiração A destruição da razão de G. Lukács, passou a estudar um dos fenômenos ideológicos típicos do Brasil, o integralismo. Numa pesquisa que rastreou e fez a análise imanente de toda a obra do líder integralista Plínio Salgado, incluindo a literária e os discursos políticos, o filósofo paulistano buscou compreender a gênese, a determinação e a função sociais do pensamento pliniano no Brasil dos anos 1930. Neste trabalho ele se afastava da análise tradicional, que tomava (com base em semelhanças no plano da aparência) o integralismo por uma mera cópia do fascismo europeu, demonstrando que não só o discurso integralista pliniano tinha características completamente diferentes daquelas do nazi-fascista como as suas raízes sociais eram totalmente díspares. A ausência do elemento racial e o distanciamento da agressividade conquistadora imperialista – substituída pela regressividade de um passado idílico e por uma postura anticapitalista romântica típicas de um país colonizado e com forte

presença da grande propriedade rural – eram duas das maiores diferenças entre o ideário do líder integralista e o nazi-fascista. A tese *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio* (1999), orientada por Mauricio Tragtenberg (um amigo leal durante toda a vida de Chasin), foi defendida em 1977 na Escola de Sociologia e Política. A banca julgadora, da qual participou Antonio Candido, reconheceu o rigor e o brilhantismo do trabalho.

Após um autoexílio de quase dois anos em Moçambique, aonde foi por ser então sua única oportunidade de trabalho, em 1980 Chasin se tornou professor na recém-fundada Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ali, foi presidente da Associação dos Docentes (Adufpb) e membro do comando nacional da greve de 1980, a primeira grande greve das instituições federais de ensino superior. Contribuiu para a estruturação na região Nordeste da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf), entidade que era um importante fórum de debates à época. Também participou, em 1983, em Diamantina, da criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof), de cuja diretoria foi membro duas vezes.

No final dos anos 1980, já trabalhando na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criou o grupo de pesquisa *Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes* e veio a orientar pesquisas sobre a formação e o amadurecimento do pensamento marxiano, num projeto coletivo de grande envergadura.

A busca de estudar e compreender a realidade brasileira e o marxismo o levou à editoria diversas vezes durante sua vida. Ele acreditava que o desenvolvimento de pesquisas rigorosas e a sua divulgação deveriam ser feitas simultaneamente e por canais próprios. Daí que tenha criado, juntamente com seu irmão, a editora Senzala¹¹, que acabou falindo em 1968. Em 1977, junto com Nelson Werneck Sodré e outros teóricos significativos, fundou a revista *Temas de Ciências Humanas*.

Já em 1984 veio à luz *Ensaio*, um movimento de ideias articulado em três fundamentos: a produção teórica rigorosa, com a

11. Por esta editora foram publicados *Marxismo ou existencialismo* (1967), de G. Lukács, *Navalha na carne* (1967), de Plínio Marcos, e *Hai-kais* (1968), de Millôr Fernandes, entre outros títulos.

recusa e a crítica das objetivações materiais e espirituais do capital, do marxismo vulgar e da nova esquerda; a divulgação do resultado das pesquisas; e a orientação teórico-prática metapolítica, que tomava como norte a emancipação revolucionária do gênero humano (e poderia, futuramente, dar origem a um agrupamento partidário). O coletivo de pesquisas, a editora¹² e a Revista Ensaio eram, assim, elementos de um mesmo projeto, em prol da compreensão rigorosa e da transformação radical da realidade. Nesse período, articulou-se em torno de Chasin um grupo de pesquisas de fôlego sobre o movimento operário-sindical e sobre vertentes do pensamento conservador aqui existente (em particular, os que foram elaborados durante a última ditadura), o que contribuiria para a compreensão da formação sócio-histórica brasileira, bem como sobre o legado ontológico de Marx

Em 1997, depois da inviabilização da Editora Ensaio, Chasin criou a Estudos e Edições Ad Hominem e a revista Ensaio Ad Hominem, às quais se dedicava quando faleceu precocemente, em 31 de dezembro 1998, em Belo Horizonte, vítima de um ataque cardíaco.

2. A RELAÇÃO DAS SOCIEDADES LOCAIS COM O SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL ¹³

Argumentando que o reconhecimento e o estudo das formas particulares de objetivação do capitalismo estiveram presentes em Marx da juventude às últimas obras, Chasin, em sua busca de desvendar o Brasil, faz um movimento de retorno ao filósofo alemão. Para este, em sua época, nos países europeus e nos por estes

12. A Ensaio publicou obras de István Mészáros (Filosofia, ideologia e ciência social, O poder da ideologia e outros); Ernest Mandel (A crise do capital), Victor Serge (O ano I da Revolução Russa), Heinrich Mann (A juventude do rei Henrique IV) e Goethe (Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister), entre muitos outros.

13. [Dado o caráter introdutório deste texto, não nos deteremos nos fundamentos filosóficos do debate sobre a relação universal, particular e singular, senão que apenas abordaremos os elementos estritamente necessários para a compreensão do tema que nos propusemos a expor (cf. CHASIN, 2021).]

colonizados, a sociedade era capitalista, em estágios mais ou menos desenvolvidos, conforme uma série de processualidades históricas; e o estado, embora mudasse de fronteira para fronteira, era sempre determinado pela sociedade civil. De forma que “a sociedade pode se apresentar mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificada pelo processo histórico particular de cada país” (CHASIN, 2000, p. 38). Fundamenta, assim, a ideia de que não há um só caminho de efetivação do capitalismo, de que este modo de produção não é um estêncil do qual se faz uma nova cópia numa folha em branco, idêntica ou com apenas pequenas alterações, mas é “uma totalidade anatomicamente ordenada e em processo, apta e obrigada a colher o particular concreto” (CHASIN, 2000, p. 38). Dessa maneira, “há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas” (CHASIN, 2000, p. 13).

Ele também critica duramente as tentativas marxistas de apreensão da especificidade do capitalismo brasileiro até então existentes – que ora generalizavam acriticamente as características universais do capitalismo aqui como alhures, ora superevidenciavam as singularidades, negligenciando os liames com a universalidade. Afasta-se, por isso, dessas interpretações, nas quais “a relação entre universal e singular (...) se mostra[va] como uma relação entre categorias exteriores uma à outra”, que confundiam singularidade concreta com dado empírico, não compreendiam o que é o universal concreto e desprezavam os caracteres ontológicos – por desconhecerem a categoria da particularidade, que faz a mediação real entre universal e singular (CHASIN, 2000, p. 12-3).

O autor em pauta desenvolve, a partir de Marx, a ideia de que o capital industrial era até então a forma matrizadora do regime capitalista, era o motor das transformações nas sociedades havia mais de 150 anos e o seu domínio é que instaurava o “verdadeiro capitalismo”. As vias de objetivação do capitalismo são justamente formas específicas pelas quais este se pôs, alavancado pelo processo de industrialização. De maneira que se atingem os nódulos centrais

de cada formação social capitalista quando se analisa como se deu seu processo de industrialização, ou seja, seu ritmo e intensidade ao longo do tempo, seus vínculos com outras esferas da produção da vida e o modo como procederam os diferentes agentes sociais diante de tais demandas. Enfim, trata-se de avaliar o modo e a cadência do desenvolvimento das forças produtivas a partir do momento em que emerge o capital em sua forma “verdadeira”, a industrial.

Apenas para ilustrar aqui o mais fundamental da questão (cujo aprofundamento, embora necessário, ultrapassa os objetivos deste texto), lembremos as muitas comparações feitas por Marx no tocante à história de países como Inglaterra, França e Estados Unidos, de um lado, e a alemã, de outro. Nos primeiros, países que percorreram a via clássica¹⁴ ao capitalismo, a burguesia assumiu o papel de representante dos interesses universais das classes subjugadas sob o feudalismo e realizou uma revolução, e seu triunfo significara não a vitória de uma classe específica sobre o antigo sistema político, mas a instituição de todo um novo sistema social. A burguesia efetivara suas tarefas históricas ainda nos séculos XVII (Inglaterra) e XVIII (França), com a realização concreta de uma economia e uma sociedade capitalistas, mutuamente articuladas, organicamente estruturadas em sua interdeterminação e na integralidade de sua condição (CHASIN, 2000, p. 216), estabelecendo sua dominação econômica e política “na identidade formal da soberania popular” (CHASIN, 2000, p. 158).

Coisa distinta ocorreu em países retardatários, como Alemanha, Itália e Japão, típicos da via prussiana. Chasin toma por base principalmente a análise feita por Marx do seu país natal, a Alema-

14. Conforme Chasin, tais caminhos são clássicos. Por isso, em suas obras econômicas Marx se ocupou mais detalhadamente da forma de objetivação do capitalismo que se pode denominar clássica – muito especialmente, a do capitalismo inglês –, tendo em vista o desenvolvimento normal do capitalismo que ocorreu ali, quer dizer, no qual não houve obstáculos ou impedimentos postos externamente e que o tivessem impedido ou deturpado. A classicidade de uma fase de desenvolvimento se refere, pois, a que tal transcurso tenha se dado de forma mais pura e nítida, sem que houvesse a contaminação por elementos a ele estranhos, o que possibilita levar a configuração de tais processos e das suas relações a sua máxima potência.

nha, cujos dilemas o filósofo de Trier sintetizou na expressão miséria alemã. Aborda, dessa maneira, o atraso do processo histórico alemão (sua industrialização se iniciou já em meados do século XIX e só se acelerou com a unificação, em 1871), a ausência de revoluções e, portanto, o seu caráter conciliador com a antiga ordem, engendrando uma situação que era a combinação de novos e velhos males, de regressão e desenvolvimento. Chasin recorre também aos estudos acerca da via prussiana feitos por Engels, que salientava como a burguesia prussiana se impôs sem um processo revolucionário, tendo renunciado ao poder político, estabelecendo-se por meio de concessões e acordos com as classes representantes da antiga ordem e excluindo as grandes massas, dominadas pela força. Ainda assim, foi capaz de dar acabamento às suas tarefas econômicas, completando a industrialização, com uma importante indústria de base. Em suma, a “burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma”, quer dizer, “realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses” (CHASIN, 2000, p. 104). Nosso autor remete, ainda, a Lênin no que diz respeito às diferentes formas de resolução da questão agrária, para comentar a manutenção da grande propriedade rural alemã na transição para o capitalismo. E sintetiza os principais caracteres da via prussiana, segundo os autores clássicos: desenvolvimento do capitalismo de forma tardia, lenta, resistente ao progresso e conciliada entre os representantes da sociedade nascente e os daquela em desaparecimento, portanto, na ausência de uma ruptura revolucionária que incluísse as categorias sociais subalternas, de maneira que a sociedade sofreu formas de dominação heteróclitas, que combinavam iniquidades de várias formas de estado.

Chasin, como outros autores, chama a atenção para as similitudes de tais caracteres com o caso brasileiro. Assim, “no afã de tracejar um contorno interpretativo geral do caso brasileiro”, afirma, “é precisamente enquanto modo particular de se constituir e ser capitalismo que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica” (CHASIN, 2000, p. 15). Nunca, entretanto, como modelo, mas como uma via histórica concreta de objetivação do capitalismo, como a nossa, contrastante com a clássica. Quais eram as determi-

nações mais gerais que aproximavam as duas formas não clássicas de objetivação do capitalismo mencionadas?

(...) tanto no Brasil quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o “reformismo pelo alto” caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento e a implantação e progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, como distinguia Marx, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas (CHASIN, 2000, p. 15-6).

Temos, pois, que há importantes traços comuns entre as formações sócio-históricas que objetivaram o capitalismo pela via prussiana e o Brasil. É, contudo, pela via do contraponto que Chasin avança na reflexão sobre o caso brasileiro. Isso porque, inobstante os avizinhamentos entre os dois caminhos, havia dessemelhanças que os distanciavam radicalmente. De fato, as características apontadas como análogas referem-se a abstrações razoáveis, que nos aproximam dos objetos de estudo, destacando e fixando elementos comuns, mas não esgotam o seu entendimento. Isto porque estes são “um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes”, “síntese de várias determinações”, tornando-se decisivo para sua apreensão conhecer a forma como se singularizam em formações específicas.

Nesse mister, Chasin frisa as grandes distinções entre os casos prussiano e brasileiro – tão grandes que mais os distanciam dos casos clássicos do que os aproximam entre si. Assim, a gênese da

grande propriedade mencionada é totalmente distinta (na Alemanha, o latifúndio feudal; no Brasil, a empresa colonial, numa economia mercantil). Bem assim, se ambos passaram a trilhar o caminho da industrialização tardiamente em comparação aos países clássicos, a industrialização germânica ocorreu ainda no século XIX, foi rápida e completa, alçando o país ao panteão imperialista; em Terra Brasilis, por sua vez, a industrialização ocorreu tardiamente em relação à própria Alemanha, já num contexto de guerras imperialistas (a partir de 1930). E a burguesia prussiana manteve-se autônoma neste processo, bem ao contrário do que ocorreu no caso brasileiro. De sorte que, insiste Chasin, não há justificativa possível para equiparar a situação de países como Alemanha, Itália e Japão – “elos débeis da cadeia imperialista, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da fase superior do capitalismo” – à do Brasil na mesma quadra histórica, momento crucial do seu processo de industrialização, quando era objeto da disputa interimperialista (CHASIN, 2000, p. 58).

Continuando a comparação entre Brasil e Alemanha, no caminho para o progresso histórico-social, palmilhado por ambos de forma irregular, intermitente e lenta, carregam os dois um pesado encargo, contudo, essa herança do passado era bastante distinta. E não se tratava de um mero atraso cronológico, que poderia ser superado com o tempo, antes ao contrário, em tal situação, o retardamento histórico significava estar em outro patamar histórico:

Enquanto a industrialização tardia se efetiva num quadro histórico em que o proletariado já travou suas primeiras batalhas teóricas e práticas, e a estruturação dos impérios coloniais já se configurou, a industrialização hipertardiase realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado¹⁵

15. Trata-se, aqui, de uma situação em que o poder de estado foi reivindicado em nome da classe operária, mas que acabou sendo voltado contra ela. Ainda jovem,

em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização tardia, apesar de retardatária, é autônoma, enquanto a hipertardia, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais. (CHASIN, 2000, p. 34)

Hiper-retardatário, o capitalismo brasileiro, na sua forma propriamente industrial, tornou-se realidade em circunstâncias históricas nas quais as lutas de classes já estavam bem avançadas não só em relação às dos países clássicos, mas inclusive comparativamente àquelas que ocorreram no momento da industrialização dos países de via prussiana. Diferentemente da alemã, tardia mas completa, a industrialização brasileira nunca se completou, o que teve repercussões amplas e determinou que o capital aqui presente não tenha se posto em sua figura integral e organicamente articulada em seus diversos elementos. Ademais, as classes dominantes brasileiras nunca romperam sua subordinação aos centros hegemônicos, diferentemente de sua congênere alemã.

Chasin frisa, dessa forma, a necessidade de compreender a especificidade da objetivação do capitalismo nos países subordinados. Em seus termos:

Na medida em que um país de economia subordinada não é distinto dos países subordinantes simplesmente em grau; na medida em que sua estrutura e seu processo histórico são de natureza apropriada e decorrente à sua condição de subordinado, seus fenômenos particulares não podem ser simplesmente iguallizados aos fenômenos de aspecto semelhante que se

Chasin já é crítico do stalinismo. Depois atesta o fracasso das transições intentadas no Leste Europeu e congêneres, embora tenha tido graus diversos de amadurecimento em relação ao tema, ao tempo que reafirma até o fim da vida a necessidade histórica e a possibilidade objetiva da revolução social, em prol da emancipação humana (cf. CHASIN, 2017).

verificam nos países dominantes. (CHASIN, 1977a, p. 134)

Dessa maneira, em face das abissais discrepâncias entre os países de via prussiana e o Brasil, ressalta Chasin, é forçoso reconhecer não uma, mas ao menos duas formas particulares não-clássicas de objetivação do capitalismo, a via prussiana e aquela percorrida pelo Brasil, que ele denomina via ou caminho colonial. Nesta expressão – que combina a dimensão histórico-genética (relativa às origens da formação social brasileira) e as interdeterminações categoriais –, o adjetivo “colonial” diz respeito à subordinação estrutural, e não à política ou cultural. Chasin destaca, ainda, que, tal como cunhada, ou seja, como particularidade da objetivação do capitalismo – quer dizer, enquanto mediação objetiva entre a universalidade do capitalismo e sua efetivação singular –, a via colonial segue o oposto da “‘criação’ de novos universais, tal como se dá quando, a colonial, se antepõe modo de produção” (CHASIN, 2000, p. 17).

Por fim, observa, identidade nacional é algo distinto de aspectos pitorescos no campo cultural ou social, está associada à “equação relativa à produção e reprodução das categorias sociais que a integram” (CHASIN, 2000, p. 220-1). Para compreender a identidade nacional brasileira, vamos, então, perscrutar a produção e reprodução social efetivada em seu seio.

3. CONTRADIÇÕES, INTERMITÊNCIAS E INCOM- PLETUDE DA OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO INDUS- TRIAL NO BRASIL ¹⁶

A industrialização brasileira foi um processo que teve vários adventos e surtos desde o século XIX, os quais inicialmente não prosperaram, depararam-se com diversos óbices e foram objeto de

16. Neste item, esperamos desfazer confusões e restabelecer a especificidade do pensamento chasiniano em relação a outros autores que trataram do tema da formação nacional, indo, portanto, em direção diferente daquela que tomamos em texto anterior (“Constituição do capitalismo industrial no Brasil: a via colonial”, publicado em 2002).

desacordos e oposições. Ademais de hipertardia, a entificação do capital industrial no Brasil “atravessou toda a primeira metade deste século [XX] em tentativas e contramarchas” e permaneceu incompleta (CHASIN, 2000, p. 34). Tais dificuldades deitam raízes na configuração econômica existente no país, de caráter agroexportador.

Recorrendo a Francisco de Oliveira e Caio Prado Jr., Chasin explica que o Brasil havia se especializado na produção de algumas poucas mercadorias agrárias, e dentre estas daquelas exportáveis, cujo valor se realizava externamente. Aprofundando-se essa opção, com base na falácia da “vocação agrária” do país, gerou-se um círculo vicioso, segundo o qual a realiza o do valor na economia agroexportadora dependia do financiamento externo, e este implicava a manuten o da mesma forma de produ o do valor, agroexportadora. Era necessária a reitera o do círculo vicioso da intermedia o comercial e financeira externa para que o processo pudesse ter continuidade, implicando, por exemplo, a desaten o ao mercado interno. O que foi levado a tal ponto que as exigências desse mecanismo passaram a corroer todo o valor produzido pelo sistema agroexportador, consumido no processo de intermedia o comercial e financeira estrangeira, porquanto, na distribui o do mais-valor entre lucros internos e lucros e juros externos, estes últimos foram largamente favorecidos(CHASIN, 2000, p. 56).

Gastava-se, nesse mister, a maior parte do excedente social produzido pela totalidade do sistema econômico, na medida em que se transferiam recursos e rendas dos demais setores econômicos para o agroexportador. De maneira que os princípios da economia agroexportadora a inviabilizavam e, concomitantemente, bloqueavam o avanço da divisão do trabalho na dire o do capitalismo industrial e, por conseguinte, o desenvolvimento das forças produtivas. Em síntese, a economia agroexportadora estava estruturada em prol dos interesses das burguesias subordinantes e direcionada para o exterior, de maneira que não houve uma acumula o interna revertida para a consubstancia o das bases necessárias   industrializa o. Assim, as duas fases, a do auge e a da inviabiliza o da economia agroexportadora, significaram um bloqueio ao avanço do capitalismo industrial no Brasil, num quadro de subordina o ao imperialismo, mormente

o inglês.

O grande período de expansão da ordem agroexportadora havia sido subitamente interrompido e descambiado em crise acelerada a partir de 1930. Apenas nesse contexto de auge e crise subsequente da economia agroexportadora (e do desequilíbrio crônico das contas externas do país) é que se tornaram necessárias atividades econômicas alternativas, uma das quais veio a ser a indústria (CHASIN, 2000, p. 56-7). Ou seja, o fim da hegemonia agroexportadora só veio a se pôr no horizonte na terceira década do século XX, quando se deu início definitivo à (várias vezes tentada) industrialização, e nos anos 1950, à predominância da estrutura produtiva urbano-industrial. Trata-se, pois, de um processo ultrarretardatário mesmo com relação aos países de capitalismo tardio, que naquela quadra já estavam envolvidos em contendas imperialistas. O Brasil, que ainda estava em estágio incipiente no tocante ao modo de produção estritamente capitalista, fazia parte justamente do território em disputa.

A modernização da economia brasileira – antes agroexportadora, agora industrial – não alterou, entretanto, a lógica da produção determinada pelo exterior, a associação subordinada da burguesia nacional à estrangeira e a produção para um mercado interno restrito, com base na superexploração do trabalho. Exemplifique-se com o (mal) chamado “milagre econômico”, um “surto” econômico de crescimento dos que (como as ditaduras), longe de serem excepcionais, “fazem parte, lamentavelmente, do que há de mais característico, profundo e dominante da nossa formação histórica” (CHASIN, 2000, p. 59). Centrado na produção de produtos para exportação e/ou consumo das classes médias urbanas, em condições de carência de bases internas que lhe permitissem crescer autonomamente, implicou “concomitante, irreversível e determinantemente” a importação dos bens de produção e outros não produzidos internamente (CHASIN, 2000, p. 65). De fato, aduz Chasin, com uma boa dose de ironia, a formação e estrutura coloniais do país foram conservadas sob diferentes formas, com maior ou menor grau de complexificação, desde o “milagre” da exploração açucareira colonial, passando pelo da mineração, do café e, finalmente, o “milagre” da industrialização de 1968-73, o mais curto de todos, que alcançou

muito rapidamente a inviabilização com os próprios pressupostos (CHASIN, 2000, p. 60).

A via colonial de objetivação do capitalismo é marcada, antes de tudo o mais, pelo “estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte”, característica que “é responsável por traços fundamentais do modo de ser e de se mover da formação nacional” (CHASIN, 2000, p. 220). “Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero.” (CHASIN, 2000, p. 169) Sem a organicidade proporcionada por um processo revolucionário, o que constituiu o Brasil foi uma unidade territorial e linguística cuja subsunção formal ao capital se deu por meio de uma sociedade escravista, radicalmente excludente e exploradora, inorgânica, desagregada, sem identidade econômica ou cultural, a que unia apenas uma ilusória autonomia política. Inserida nos processos de universalização do capital, foi experimentando o cosmopolitismo ao tempo que se mantinha provinciana, subnacional.

Saliente-se, em acréscimo, a essência parasitária do capital atuante no país, “um aventureiro que abomina riscos e nunca os assume, e se acredita sempre no direito de ser financiado”, “sempre disposto (...) a se apropriar dos lucros e a impor a socialização dos prejuízos” (CHASIN, 2000, p. 170). Consoante tal inclinação íntima, este capital atribuiu frequentemente ao estado a realização dos pressupostos ao capitalismo, adquirindo o péssimo sestro de transferir para o estado os investimentos mais pesados e as atividades que não gerassem lucro líquido e certo num prazo relativamente curto, incluindo aí a indústria de base. As burguesias que se objetivaram pela via colonial, acomodadas à mesquinhez de sua situação, não realizaram as tarefas econômicas que as burguesias clássicas e prussianas levaram a cabo. Foi, pois, o estado que aqui atuou para firmar os fundamentos de uma economia capitalista, socializando eventuais prejuízos e privatizando lucros.

Chasin adita um importantíssimo elemento, lembrado por Florestan Fernandes: na periferia, a acumulação se dá pela articulação da sucção da riqueza e dos recursos naturais e humanos ali existentes – levada a efeito por mecanismos complexos e strategi-

camente localizados nos setores e estruturas mais avançados e produtivos – com a institucionalização de taxas de mais-valor altíssimas. Estas são necessárias porque o excedente econômico passa por uma apropriação dual, qual seja, precisa abastecer simultaneamente as burguesias externa e interna – sendo que para esta última resta uma parcela muito menor do espólio. De maneira que o ônus da acumulação de capital é carregado pelos países periféricos, enquanto os efeitos multiplicadores são absorvidos pelas economias centrais (CHASIN, 2000, p. 167). Entretanto, longe de se revoltar com tal situação, amplas frações burguesas do capital atrofico perceberam a própria fraqueza e subsumiram conscientemente ao estrangeiro, aceitando seu papel de sócio menor.

No Brasil, de fato, a burguesia nasceu e cresceu à sombra de suas congêneres metropolitanas e “não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil”, é “incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a sua subordinação ao imperialismo” (CHASIN, 2000, p. 103-4). Em suma, a incompletude do capital perfaz também a tibieza conata das categorias sociais que engendra, a qual se manifesta especialmente – mas não se limita a ela – na burguesia, “classe que em seu bojo supostamente deveria ocupar o espaço hegemônico” (CHASIN, 2000, p. 34).

Nesse cenário, em que “a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio”, está implicada a “própria excludência do progresso social” (CHASIN, 2000, p. 221). De fato, dinâmica a ponto de estar entre as maiores economias do mundo – o que é antes um “índice da pobreza da maioria das nações” –, a economia brasileira também é campeã em miséria social (CHASIN, 2000, p. 167). Aqui, as categorias sociais não foram organicamente inseridas num projeto de integração nacional proveniente do capital, pelo contrário, a própria constituição deste implicava a exclusão de vastos contingentes populacionais. Sua própria compleição levava o capital atrofico ao pagamento de salários abaixo do seu valor histórico, à superexploração do trabalho que acarretava o pauperismo generalizado. Em outros termos, a exclusão social, que se ampliava na mesma medida em que a economia se

tornava mais moderna e complexa (já que esta atualizava as mesmas características essenciais enquanto crescia e se complexificava), era consequência inevitável desse mecanismo. Os assim chamados excluídos são, portanto, produto genuíno da produção brasileira, do capital atrofico, “que reitera de modo particularmente agigantado a lógica intrínseca de todo capital: a produção em paralelo de imensa riqueza e de imensa miséria” (CHASIN, 2000, p. 166).

Sintetizando em poucas palavras, “à via colonial de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência autorreprodutiva do capital, a limitação acentuada da sua capacidade de reordenação social e a redução drástica da sua força civilizatória”, mantendo em irresolução crônica “as questões mais elementares, a contradição estrutural entre o capital e o trabalho” (CHASIN, 2000, p. 221). Muitos dos que se debruçaram sobre a extrema desigualdade social brasileira deixam de apreendê-la como resultante da prática fundante da superexploração do trabalho e propuseram como solução mecanismos distributivos, desconsiderando a inter-relação dialética entre produção, distribuição, circulação e consumo (que tem na produção seu momento preponderante). A reprodução ampliada da miséria brasileira é, porém, resultante da forma como a produção se organiza e é esta que precisa ser desmontada (CHASIN, 2000, p. 174).

A subordinação, a exclusão social (e a autocracia, como veremos) não eram, portanto, superficiais e externos, mas efetivamente formas de existência típicas do capital aqui constituído – que Chasin designou, a certa altura de suas pesquisas, de atrofico, justamente por essa sua má formação congênita, cujos caracteres sintetizou assim:

na particularidade a que pertence o caso brasileiro, acumulação moderna e dinâmica e pauperismo estrutural ou superexploração do trabalho perfazem os membros contraditórios de uma mesma equação unitária do capital. Amálgama que reproduz, com toda sorte de tensões e desequilíbrios, junto com a modernização e o pauperismo, a subordinação estrutural do “hospedeiro”, e nesta a figura da incompletude de clas-

se do capital que o caracteriza, a saber, sua fraqueza econômica (e política) relativa e sua falta de autonomia, sem as quais a associação desigual seria impossível (CHASIN, 2000, p. 167).

Este conjunto de mazelas “é o território precípua de nossas categorias dominantes”, “não abstraídas suas equações modernizadoras e nem mesmo seus eventuais e pretensos arroubos menos alcançados” (CHASIN, 2000, p. 160). Não se tratava, dessa forma, simplesmente de modernizar a economia e a sociedade brasileiras para que se alçassem a novo patamar, num percurso que teria sido outrora percorrido pelos países centrais e no decorrer do qual seriam corrigidas as suas piores mazelas. Chasin frisa que o capital atrofico era estruturalmente incompleto e incompletável e que, pela sua forma de existir e de se mover, reiterava permanentemente sua condição de subalternidade no seu processo de constituição e modernização – que se tornava “imediatamente reafirmação de sua incontemporaneidade”, isto é, “modernização sem ruptura é meramente a reciclagem do arcaico” (CHASIN, 2000, p. 214).

Do exposto, resta evidenciado que à incompletude de classe de nossos proprietários estão emaranhadas sua subordinação às burguesias estrangeiras, seu conagraçamento com os capitais mais atrasados, sua incapacidade de cumprir suas tarefas históricas – já que promoveu a transferência das propriamente econômicas para o estado, enquanto deixou irrealizadas as políticas, como se abordará no próximo item.

4. AUTOCRACIA E BONAPARTISMO: FORMAS DE DOMINAÇÃO BURGUESA NA VIA COLONIAL

Vimos que o traço mais marcante da sociabilidade forjada pelo capital no Brasil, que objetivou hiper-retardatariamente a configuração social capitalista em sua fase industrial (que exige e impulsiona o desenvolvimento de todo um conjunto orgânico aqui nunca plenamente posto), é a inexistência de um processo revolucionário. A burguesia colonial abandonou qualquer veleidade revolucionária,

que implicaria ampliar os processos decisórios pela participação popular e, igualmente, a disseminação de ideologias e esforços práticos de instituir a democracia e o liberalismo, tal como observou Carlos Nelson Coutinho, citado por Chasin.

Nesta forma de ser específica, os proprietários estão impedidos de desempenhar o papel de representantes dos interesses conjuntos da sociedade, como fizeram as classes burguesas ascendentes na aurora do capitalismo, função que aqui dá lugar à conciliação com os representantes da economia agroexportadora. Após 1848, as burguesias clássicas acabaram também, por fim, renunciando a todo elã revolucionário, tornando-se conservadoras, mas antes disso haviam forjado toda uma sociabilidade nova, como já mencionado. Já o ultrarretardatário capital industrial brasileiro foi encarnado em personae que, além de surgidas numa era contrarrevolucionária, nunca chegaram a empunhar as bandeiras humanistas, racionalistas e liberais clássicas da burguesia revolucionária, antes ao contrário: tiveram seus objetivos e atuação estreitamente delimitados, objetiva e subjetivamente, sempre estiveram mesquinamente voltadas para seus próprios interesses particulares. Em poucas palavras, “para algumas burguesias a democracia chegou a ser um objetivo, enquanto outras jamais cogitaram tal possibilidade” (CHASIN, 2000, p. 131), sendo esta a situação daquela presente no Brasil.

Como o caso concreto em terras tupiniquins muito se distancia daqueles nos quais nasceu a democracia moderna, em vez de tomá-la como regime político natural nos mais diversos tipos de capitalismo, seria necessário indagar da possibilidade objetiva do seu advento, das condições reais de sua efetivação, bem como dos sujeitos coletivos que a poderiam sustentar – e, é claro, de quem seriam seus inimigos. A análise das possibilidades concretas de nascimento e consolidação, dos protagonistas e dos antagonistas de um regime democrático é fundamental, porquanto, de outra forma, “corre-se o risco de reduzir a luta pela democracia, pelo recurso sempre arbitrário da dilatação das ‘autonomias relativas’, a um pobre ato de vontade, e a resvalar do pretendido caráter estratégico para uma estiolada taticidade politicista” (CHASIN, 2000, p. 104).

Deixando de lado o dever-ser e analisando realisticamente

a formação social brasileira, o que se percebe é uma repulsa à democracia – os liberais eram representados, no Brasil, por algumas poucas individualidades – por parte da burguesia, cuja incompletude de classe entrelaça-se com sua “inapetência congênita para a democracia liberal” (CHASIN, 2000, p. 156). Sua subserviência ao capital estrangeiro a impedia de desempenhar o papel centrípeto que o foi o das burguesias outrora e alhures. No Brasil, os interesses mais íntimos das massas implicavam, antes de tudo, mudanças na estrutura produtiva e na política econômica, a fim de que estas se voltassem ao atendimento de suas necessidades, passando, em primeiro e principal lugar, pelo fim da superexploração do trabalho (o que, por sua vez, implicava a eliminação da apropriação dual do mais-valor para remuneração das burguesias externa e, em menor escala, interna). Ou seja, sinteticamente, os interesses das massas só se realizariam com a mudança na estrutura produtiva e com o fim da subordinação ao capital estrangeiro, que encaixilhava as ações dos proprietários brasileiros. Ora, como poderiam as personae do capital brasileiro ceder espaço à soberania política popular se elas, além de estarem cativas de sua própria estreiteza orgânica, eram súditos das burguesias dos países centrais?

Donde capital vassalo e soberania popular não se integram, sendo incapazes de efetivar, de modo minimamente coerente e estável, o círculo mágico e vicioso do “circuito institucional do capital, que consta da totalização recíproca entre sociedade civil e estado”, quando se trata da democracia liberal, ou seja, da democracia dos proprietários. (CHASIN, 2000, p. 156)

A dominação material limitada, seu capital não autocentrado, nem autônomo, nem completável – portanto, atrofico –, bem como a época em que surgiu e se tornou hegemônico no consórcio no poder, implicava potência política acochada da burguesia tupiniquim, o que a compelia ao monopólio do poder.

Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. (CHASIN, 2000, p. 221)

Aqui a burguesia era obrigada, pois, a tomar distância, a um tempo, “de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável” (CHASIN, 2000, p. 124). Daí que se mantivesse em permanente conflito aberto com as categorias sociais dominadas, com maior ou menor grau de violência e repressão, “enquanto mansamente se subordina ou concilia com aquelas que se emparelham na sua própria altura ou estão acima dela” (CHASIN, 2000, p. 128).

É por isso que, quando se investiga a história brasileira, fazendo dobradinha com os ciclos econômicos de crescimento subitâneo e efêmero que se sucederam continuamente, encontravam-se as formas autocráticas de dominação. Salta aos olhos, com efeito, a inexistência de uma democracia no país, mesmo nos moldes liberais, durante a quase totalidade de sua história (levando-se em conta, evidentemente, que estado de direito e democracia não são idênticos). Durante o período monárquico, a maior parte da população brasileira era escravizada, e na vigência da escravidão a existência de uma democracia moderna é uma absuridade. Já na república, a “política dos governadores” dos seus primeiros 40 anos era, sob fachada liberal-democrática, uma “real ditadura das oligarquias rurais” (CHASIN, 2000, p. 60). Ainda nos anos 1930, viu-se a ascensão do bonapartismo de Vargas. Em 1946, fim do Estado Novo, um militar na presidência, no espírito da guerra fria, reprimiu fortemente a sociedade em geral e os comunistas em particular, inclusive cassando os mandatos dos seus parlamentares e relegando o partido novamente à ilegalidade. Uma incipiente democracia teve lugar apenas, de acordo

com Chasin, no curto período de menos de 15 anos entre o segundo governo Vargas e o golpe de 1964 – nos quais houve

o suicídio de um presidente, a renúncia de um outro e a derrubada pela força de um terceiro; e tudo isto já sem contar com um pequeno enxame de golpes e contragolpes, e com o fato de que exclusivamente um único presidente da república conseguiu exercer, até o fim, o mandato que recebera em eleições diretas (CHASIN, 2000, p. 103).

Foi, portanto, uma fase de menos “de década e meia, através da qual a democracia vigente, com todas as suas limitações, foi várias vezes duramente atacada, e ao cabo da qual não se conseguiu firmar” (CHASIN, 2000, p. 60). Por tudo isso, assevera, trata-se de conquistar a democracia, de fato, dado que ela não existiu de modo permanente e efetivo no país: “a democracia é o vir a ser, o historicamente novo, tendo, pois, de ser conquistada e construída, e não simplesmente reconquistada, dado que, num sentido legítimo e concreto, nunca a tivemos em nosso país [até este ano de 1980]” (CHASIN, 2000, p. 103).

Como nunca instituiu e nem mesmo desejou a democracia liberal, a burguesia da via colonial pôde, no máximo, comedir sua natureza autocrática e moldar civilizadamente o seu conservantismo (CHASIN, 2000, p. 153). Anuiu e se amoldou ao liberalismo econômico, mas nunca aspirou a ser democrática: “a ‘democracia’ possível da hiper-retardatária burguesia brasileira se resume na legalização, na institucionalização da sua insuperável negação da própria democracia” (CHASIN, 2000, p. 132). Onde, por estas terras, as formas da dominação capitalista genuína oscilaram entre dois polos: o da “truculência de classe manifesta” (o bonapartismo, forma de dominação burguesa “em tempos de guerra”, expressão armada do politicismo) e o da “imposição de classe velada ou semivelada” (a autocracia institucionalizada, forma de dominação burguesa “em tempos de paz”, expressão jurídica do politicismo), tipos de soberania do mesmo capital atrófico (CHASIN, 2000, p. 128). Tal alternância bloqueou,

obviamente, a possibilidade de uma hegemonia burguesa de viés integracionista e com participação de todas as categorias sociais, quer dizer, as classes dominantes brasileiras “estão impedidas de conceber e exercer a forma menos perversa de sua dominação, que é a democracia de classe dos proprietários” (CHASIN, 2000, p. 153). Chasin conclui que, no Brasil, a burguesia pode “ser arrastada ou compelida à democracia, esta pode ser feita à sua revelia, mas ela própria não é nunca o seu agente” (CHASIN, 2000, p. 131).

Nos países clássicos, o capital protege o modo de produção capitalista de qualquer impugnação radical (teórica e prática), mas nesse mister tolera questionamentos que proponham soluções reformistas. Este capital, posto de forma mais orgânica e coerentemente articulada, tem condições de suportar tais contestações, o que explica, segundo Chasin, a importante presença da social-democracia nos países de via clássica. Nos países subordinados, por sua vez, não há espaço para nenhuma indulgência:

o capitalismo subordinado da periferia, como o brasileiro, não possuindo a folga daquele, sempre roído pelo seu subordinante, e compelido a roer superlativamente seus subalternos, não só preserva na generalidade o modo de produção, mas nega qualquer gênero de questionamento econômico, pois não pode lhe escapar que, dentro da realidade de sua estreiteza capitalista, toda alteração significativa só pode provir da angulação das massas, implicando, mesmo quando não fere seu arcabouço fundamental, uma parcela de sua desmontagem, algo, portanto, em seu detrimento, no prejuízo imediato e na abertura de uma perigosa perspectiva (CHASIN, 2000, p. 133-4).

Premida por amarras tão apertadas, a burguesia encontrou uma forma de se preservar de críticas e pressões transformadoras: o politicismo. De fato, em suas análises concretas da história brasilei-

17. Bem entendido, não se está falando aqui da “consideração de que todo grande problema é um problema político, no sentido de que as grandes questões sociais têm sempre a

ra, Chasin percebe uma politicização dos processos e debates¹⁷, ou seja, neles se promovia, em detrimento da determinação econômica, o isolamento e a supervalorização do político, “o desossamento do todo” (CHASIN, 2000, p. 8), que ficava esvaziado, desenraizado e sem concretude (isso para não falar dos que adstringiam ainda mais o campo, reduzindo o próprio debate político aos seus aspectos político-institucionais). Uma compreensão politicista reduz a totalidade social, articulada e complexa, exclusivamente a um dos seus elementos – o político, ou seja:

Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das especificidades (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada. (CHASIN, 2000, p. 123)

Dissolvendo-se a complexa realidade concreta em uma sopa política, transformava-se a “totalidade estruturada e ordenada do real – complexo repleto de mediações – num bloco de matéria homogênea”, promovia-se a hipertrofia do político, que, além de constituir uma falsificação intelectual, “configura para a prática um objeto irreal”, resultado do desprezo das dimensões social, política, ideológica e, especialmente, das relações e fundamentos econômicos que constituem o ente concreto (CHASIN, 2000, p. 123).

Tal procedimento secciona política e economia, tornando o segundo um epifenômeno ou uma derivação da primeira, desconsiderando suas interdeterminações e negando o caráter fundante, ontologicamente matrizador, do econômico (CHASIN, 2000, p. 124). Ato contínuo, de forma despolitizada, propõe o debate (e põe, portanto, a possibilidade de aperfeiçoamento) do político, enquanto trancafia o econômico em minudências e tecnicidades. É um modo

magnitude dos negócios públicos”; nem de politizar, já que este ato “implica partir de uma equação da totalidade, conceitualmente elaborada” (CHASIN, 2000, p. 8). O politicismo é, na verdade, um fenômeno simétrico ao economicismo e antípoda da politização.]

de proceder tipicamente liberal, cujos princípios remetem a economia à vida privada – vista como o ambiente dos interesses egoístas desbragados e conflituosos –, enquanto a política, inchada formalmente, é dada como coisa pública, esfera dos debates e decisões públicos, do bem viver coletivo, da resolução dos conflitos.

O politicismo implica a perda de potência e eficácia da atuação política, já que esta, autonomizada da economia (em que se deve buscar a anatomia da sociedade civil), é voluntarista e, assim, condenada à impotência. Com o apelo ao politicismo, restava protegida a espinha dorsal da dominação burguesa de via colonial, lastreada na economia (e, em particular, na superexploração do trabalho), a cujo debate enquanto importante assunto público se esquivava. O politicismo funcionava, pois, como “protetor da estreiteza econômica e política da burguesia” e, na medida em que “efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político a debate e a ‘aperfeiçoamento’”, “atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado” (CHASIN, 2000, p. 124). É por isso que o politicismo não era meramente um recurso ideológico do conservantismo civilizado, senão que “é resultante primeira da obra prática de sua dominação de classe” (CHASIN, 2000, p. 153). Ou seja, a burguesia brasileira tinha no politicismo sua “forma natural de procedimento”, estava “na forma de sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante do seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe” (CHASIN, 2000, p. 124).

Impedidas por natureza de efetivar sua autoedificação (porque vazias de identidade transformadora, apavoradas das revoluções), as personae do capital punham-se como figuras transformistas, termo que Chasin usa como sinônimo de uma forma de manipulação. Esta não era, assegura, atributo exclusivo das burguesias periféricas: em verdade, toda a burguesia de sua época estava trespassada pela “inteligência da manipulação”, sendo, porém, que nas burguesias do centro capitalista, esta veio depois que foi abandonada sua centelha revolucionária. O distintivo das burguesias subordinadas

residia justamente em que nunca tiveram interesse ou condições de efetivar transformações, que substituíram pela manipulação (CHASIN, 2000, p. 174). Não havia, na atuação manipuladora, espaço para transformação ou mudança qualitativa: toda alteração mantinha e reiterava as condições estruturais prévias e os lugares ocupados pelas categorias sociais, o que salientava desde logo sua eficiência, inobstante sua falsidade (CHASIN, 2000, p. 174). Muito mais importante que a mera trapaça ou engodo, subjazia aí a dispensa do senso e dos critérios objetivos de aferição do real e a substituição da verdade por fins utilitaristas, cuja perseguição imediatista orientava a prática.

Obstada a transformação pela atuação das categorias sociais que personificavam o capital, dada sua incompletude, poder-se-ia abrir o espaço às que encarnavam a lógica do trabalho, que, diferentemente da burguesia, tinham a potencialidade universal de integralização (CHASIN, 2000, p. 164). O que quer dizer, na miséria brasileira: a irresolubilidade crônica do capital atrofico abriria possibilidades de transformação da perspectiva do trabalho. Nesse sentido, caberia ao proletariado arrastar a burguesia para a democracia – e não ser arrastado por ela ao campo dos formalismos liberais ou submetido sem subterfúgios a alguma forma de opressão despótica. Em suma, dada a particularidade da formação nacional, caracterizada pelo itinerário da via colonial, aqui “a construção democrática é possibilidade concreta apenas enquanto resultante das lutas sociais nucleadas pela ótica do trabalho” (CHASIN, 2000, p. 145) e “até mesmo os mais formais dos valores da democracia política” real e estável estariam associados à lógica e à ação do trabalho, então centradas na perspectiva operária (CHASIN, 2000, p. 105).

O fato de o agente histórico do processo democrático (que pressuporia a ruptura com a via colonial) ser a massa trabalhadora, empuxada pelos trabalhadores da indústria em particular, denotaria necessariamente que “a motivação e o direcionamento não permanecem voltados, pura e simplesmente, para a objetivação de formas institucionais”, “mas implica necessariamente a democracia econômica, a democracia social, a democracia cultural”, ou seja, a totalidade concreta da vida em sociedade (CHASIN, 2000, p. 76; 131). Seria necessário efetivar medidas para superar a via colonial, cuja ruptura

– ainda que não se desse inicialmente enquanto superação do modo de produção, mas apenas do sistema produtivo alicerçado no archo salarial, o que não era pouco na realidade brasileira – só era possível pela sua ação (CHASIN, 2000, p. 221). Em vez de garantir avanços institucionais para depois assegurar outros direitos (como os materiais), tratar-se-ia desde logo de articular as franquias legais com outras, mais substantivas: condições de salário e de trabalho sob as quais os trabalhadores produziam e reproduziam sua existência material, ou seja, modificar sensivelmente o enquadramento econômico do sistema e romper, assim, com o politicismo. A “desarrumação” e “desmontagem” de aspectos do aparato produtivo o impediria de reproduzir a superexploração do trabalho, abrindo espaço para uma democracia verdadeira, fundada na soberania dos trabalhadores (CHASIN, 2000, p. 132; 164).

Similarmente à burguesia, a classe trabalhadora também foi, porém, afetada pelas condições históricas que presidiram o seu nascimento. Com isso, para Chasin, os representantes teórico-político-ideológicos da perspectiva do trabalho estiveram igualmente aquém de sua tarefa histórica, como se verá a seguir.

5. NASCIMENTO E MORTE DAS ESQUERDAS NO CAPITAL ATRÓFICO

Chasin debate, embasado nos elementos formativos da realidade brasileira, não só as características antiliberais da burguesia endógena como as graves deficiências das esquerdas. Também em relação a tal temática sua análise se distingue das mais corriqueiras, pois ressalta que as insuficiências e equívocos da esquerda dos países de via colonial estão diretamente ligados à incompletude de classe do capital. Assim, tais debilidades (“antes um indicador de qualidade do que um índice quantificador de força”, cf. CHASIN, 2000, p. 152) não são meramente devidas a incapacidades pessoais ou gremiais, mas remetem aos próprios segmentos da sociedade brasileira – os quais, por sua vez, têm sua forma de ser explicada pela atrofia da instituição histórica do capitalismo no país, consubstanciada por um capital atrófico. Inobstante, se “na débil torrente democrática do processo

brasileiro, fraca é também a corrente proletária que nele atua”, em face da “incompletude de classe, que também atinge o proletariado no Brasil”, ela acabou sendo “superenfraquecida pela desorientação a que é submetida, sistematicamente, pelos partidos que o querem representar e conduzir” (CHASIN, 2000, p. 140).

Para melhor compreendê-lo, façamos uma rápida referência comparativa aos países clássicos. Ali, o novo sistema social, o mundo burguês, um circuito orgânico formado pela economia capitalista e pela sociedade burguesa, foi instituído pelas revoluções burguesas, das quais as massas participaram e nas quais puderam, portanto, influir, introduzindo algumas das suas demandas sob o signo dos interesses universais. De tal maneira que, quando as revoluções de 1848 proclamaram a autoemancipação do proletariado, “a emersão social e política, prática e teórica, desta nova categoria social fez-se, lá onde alcançou seu significado mundial, contra a figura integralizada da burguesia” (CHASIN, 2000, p. 157). Foi, pois, por sobre as reivindicações e realizações históricas progressistas da burguesia, retomadas e elevadas até o nível da ruptura revolucionária, que a perspectiva do trabalho se assentou em países clássicos. Com isto, ali, a crítica prática e teórica encetada pelos agrupamentos e ideologias representantes da perspectiva do trabalho teve início precisamente onde se estancou a crítica prática e teórica revolucionária dos proprietários. Não à toa, “a primeira aparição de um partido comunista verdadeiramente atuante se dá no seio da revolução burguesa” (CHASIN, 2000, p. 158). Nessas condições, “a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital. Os trabalhadores retomam e elevam as bandeiras decaídas das mãos dos proprietários”, sua própria obra “começa por onde aquela termina” (CHASIN, 2000, p. 158).

Radicalmente distinta era a situação da esquerda na via colonial, porque nesses países jamais houve uma revolução burguesa. “A crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado, como não podiam terminarnunca.” (CHASIN, 2000, p. 159) Relembremos, com Chasin, a gênese do PCB, agora centenário: “ressalvada meia dúzia de anos da década de [19]20 (sem entrar no mérito do elaborado), já ao final desta, com a adoção das

teses genéricas sobre o mundo colonial do VI Congresso da III Internacional, engendra-se a postura deplorável da cópia intelectual bisonha” (CHASIN, 2000, p. 157). Esta inanição teórica tornou-se crônica e foi elevada à tragédia no período stalinista – e à farsa pelo neostalinismo, com o pragmatismo e a dissimulação que lhe são típicos. A existência de transições tencionadas – cuja falência não foi reconhecida por longo tempo – no Leste europeu e a consequente crise do movimento comunista internacional agravaram o problema. Da divisão do PCB resultaram um grupo atraído para o viscoso pântano do eurocomunismo (com o abandono da perspectiva revolucionária) e outro atacadado ao lamentável referencial (sino)albanês (apegado a uma suposta sociedade de transição inexistente), na prática deixando aberto o caminho à instrumentalização do neoconservadorismo e à tomada de espaço pela nova esquerda.

Tomou forma no Brasil, por conseguinte, uma esquerda (a tradicional, ligada às tradições comunistas) esquartejada entre duas opções: a busca por completar – como acreditava que poderia –, via revolução democrática, as tarefas burguesas abandonadas pela própria burguesia e que não poderiam jamais ser as suas; e a de realizar a (possibilidade genérica tomada abstratamente) própria revolução proletária ou, nos dizeres de Chasin, “dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores” (cf. CHASIN, 2000, p. 159). Não havia, evidentemente, condições objetivas (nem subjetivas) para uma revolução socialista no Brasil dos anos 1960-80, um solo em que o capitalismo mais avançado nem existia efetivamente. Entre esta revolução incogitável, posta apenas idealmente, e a força muito concreta, com seus conflitos e exigências efetivos, de um capital incompleto e incompletável, a esquerda tradicional do capital atrófico acabou se dobrando a esta última. Insuperável do papel e das tarefas que lhe cumpria realizar, do seu lócus de nascimento e tempo histórico, “toma os parâmetros abandonados desta [burguesia clássica] como se fossem os supostos de itinerário e de projeto da burguesia de extração colonial, dos quais nem esta nem ela própria poderiam pretensamente escapar” (CHASIN, 2000, p. 159). Labutou, assim, por um projeto de capitalismo nacional que “supunha, em última análise, a reprodução do padrão integral do capital desenvolvido, au-

tonomizado pela ruptura com o capital metropolitano, de modo que seria alcançado o traçado clássico do sistema do capital, abstraídas distinções quantitativas” – acreditava ser possível um “sistema capitalista internacional formado pela justaposição de parcelas similares” (CHASIN, 2000, p. 215).

Ao fim e ao cabo, “o devaneio de principiar a integralização de classe dos trabalhadores reduz-se a miserável voto piedoso” e “a empresa impossível de levar à completude o capital incompletável se amesquinha, progressivamente, em simples e melancólico ativismo caudatário” (CHASIN, 2000, p. 160). A esquerda tradicional passou, então, a atuar a reboque de uma suposta burguesia “nacional”, em prol de uma revolução democrático-burguesa que cumpriria uma etapa necessária para só depois se bater pela revolução socialista, a ser atingida posteriormente – e necessariamente – a esta. Assim, ficou “entrapada entre o revolucionarismo abstrato e o ativismo caudatário” e “neste movimento pendular consumiu quase toda sua capacidade teórica” (CHASIN, 2000, p. 161).

Ademais, desacerto no imo do equívoco, a esquerda dita marxista deixou-se seduzir pelo ideário liberal (ao qual já havia abdicado a própria burguesia ali onde outrora fora revolucionária) que configurava, naquele momento, uma subsunção aos supostos anseios do conservantismo civilizado, que parecia liberal comparativamente à autocracia burguesa instituída em 1964. Aqui como alhures, estas foram enclausuradas na hegemonia ideológica burguesa e presas, junto com os defensores ideológicos do sistema, ao politicismo que “corresponde à faixa de segurança onde se movem em terreno próprio” (CHASIN, 2000, p. 125). Apropriaram-se e reproduziram, sob parâmetros dos ideários neoliberais internacionais, “os diagnósticos de realidade e os projetos de ação do conservantismo civilizado nacional” (CHASIN, 2000, p. 156). Manifestava-se, nessa mimese, sua astenia, mas também sua renúncia à independência teórica – que, como sua tibieza, não era nova, tampouco involuntária. Assim, a esquerda tradicional, com diagnósticos equivocados e práticas desorientadas e desorientadoras, teve um lastimável papel na perda de uma importante oportunidade histórica, as lutas envidadas no pré-64. Reboquista, etapista, determinista e atrelada ao estado, acabou

não estando à altura do desafio que foi o golpe de 1964 e o bonapartismo que se seguiu a este.

Crítica à esquerda tradicional, surgiu no final dos anos 1970, no bojo das greves operárias do ABC paulista, uma “nova esquerda”, assumidamente não marxista. Chasin analisa muito diversamente aqueles movimentos, pelo menos em sua potencialidade, e a esquerda dali originada. As greves traziam “em seu bojo o direcionamento histórico da conquista e da construção democráticas, das quais o programa econômico alternativo é a vertebração” (CHASIN, 2000, p. 102). Ressalva que os trabalhadores grevistas em nenhum momento punham em causa o próprio capitalismo e nem mesmo tinham um programa econômico alternativo mais ou menos desenvolvido (como outrora foram as reformas de base), mas ao politicismo proposto pelo sistema contrapuseram, na prática, conteúdos relativos às bases, à economia, quais sejam, a liquidação da política econômica sobre a qual se sustentava a ditadura (a política salarial do arrocho). Pugnando por reivindicações econômicas, acabaram também tendo conquistas políticas (como a derrubada factual da lei antigreve). Como “democracia minimamente efetiva e arrocho salarial não coexistem, nem podem coexistir, a não ser na ‘democracia’ da autocracia burguesa institucionalizada” (CHASIN, 2000, p. 132), punha-se, então, a possibilidade de uma verdadeira objetivação da democracia, sob a égide dos trabalhadores. O que implicava o rompimento com o politicismo, tendo por eixo um amplo desmantelamento de aspectos do aparato produtivo, impedindo-o, desta forma, de reproduzir a superexploração do trabalho e, assim, possibilitando a transformação das relações sociais.

O que houve, porém, foi a perda de outra oportunidade histórica de romper com os mais danosos aspectos da via colonial, pois o sistema tratou de “encaminhar o desenho de outra forma de sustentar a mesma dominação”, efetivando uma passagem politicista do bonapartismo à autocracia institucionalizada (CHASIN, 2000, p. 127). E teve nas esquerdas um cúmplice – voluntário ou não –, tendo em vista que aquele percurso proposto pelas massas foi sus-tado pelas suas representações, que atuaram apenas no campo de segurança proposto pelo sistema e sucumbiram ao politicismo. As

massas – que, de moto próprio, não podem determinar os processos e direcionar os movimentos rumo a conteúdos presentes espontaneamente em algumas das suas iniciativas – foram subordinadas e desfibradas pelas oposições ao regime bonapartista (CHASIN, 2000, p. 125). Para Chasin, “A dinâmica da construção democrática pelas bases não é, simplesmente, ter as massas em movimento, mas dotar o movimento das massas, ao mesmo tempo, da arma programática que reordena a sistemática da produção” (CHASIN, 2000, p. 132). Mas se deu exatamente o contrário no final dos anos 1970 e início da década seguinte, com as esquerdas pelejando para redirecionar as lutas sociais – que se davam nas fábricas, principalmente, mas também em comitês de apoio, nas ruas etc. – para o campo institucional, quando, na verdade, as lutas sociais é devem determinar a ação parlamentar, “de modo que atualizassem sua potência de forçar a representação parlamentar (...), vindo assim a conferir a ela conteúdo e direção” (CHASIN, 2000, p. 145). Assim, “depois de uma longa trajetória, à qual não se nega o valor de resistência e até momentos de pesado sacrifício”, as esquerdas sucumbiram ao artilho do politicismo porque “mantiveram e reproduziram a ignorância prática da centralidade operária, desconhecaram a necessidade de romper o politicismo, e não compreenderam o imperativo de um programa econômico de transição democrática” (CHASIN, 2000, p. 133).

Transitou-se, pois, sem transformação, num processo conduzido pelo sistema, que continuou mantendo fora de perigo seu cerne, a política econômica, mesmo que reformando alguns dos seus aspectos, com vistas à manutenção do poder. Na medida em que se limitaram à reivindicação (e de forma abstrata) das franquias democráticas e, no máximo, a uma irresolutiva redistribuição de renda, as oposições à ditadura militar, esquerdas incluídas, levadas de roldão pelo politicismo, não atenderam para o fato de que o projeto global do bonapartismo era antes de tudo econômico. Donde, não conseguiram entender e denunciar os esteios do projeto econômico da ditadura e suas consequências necessárias.

Faceta não desprezível da obsequiosidade teórica da esquerda e da penúria de seus padrões de reflexão é o conjunto de conceitos do qual se valia, que em muitos casos emprega ainda hoje, para

entender a realidade e combater suas mazelas. Sintetizado nas teorias da dependência e da marginalidade e nas críticas ao populismo e ao autoritarismo¹⁸, foi forjado nos altos-fornos da epistemologia liberal mas, inobstante, passou a ser identificado como interpretação oficial do marxismo para o Brasil. A esquerda tradicional, carente de um diagnóstico e um prognóstico da realidade nacional próprios, em vez de lhes dirigir a crítica radical e rigorosa que mereciam, assimilou elementos dessas teorias, amalgamando-as a suas antigas posições; e a nova esquerda as considerava sua essência, tomando-as como “aspectos válidos” do marxismo dos quais se valeria para fazer a crítica da esquerda tradicional.

Ao fazer essa – necessária – crítica, a proclamada “nova esquerda” perdeu-se nas brechas de outro tipo de tentativa de finalização, a do “poder liberal ininstaurado e ininstaurável” (CHASIN, 2000, p. 161), ou seja, a questão da soberania política burguesa num país onde o liberalismo era impossível. É por isso que, tomando igualmente para si fósseis liberais, impôs-se uma escolha simplória entre democratismo e autoritarismo – explicitando que sua diferença para com a esquerda tradicional era de acento, não de qualidade. No âmago de seu democratismo, um “participacionismo” – degeneração da participação, que reduz a força dos agentes à presença física e à quantidade, totalmente imerso no espontaneísmo que toma a política como o campo da vontade ou da invenção. Para Chasin, participar é estar jungido de forma consciente à política concreta pelas “demandas finitas de um momento histórico dado, no processo verdadeiramente infinito da autoedificação humana e de sua emancipação”, quer dizer, atua-se dentro de circunstâncias históricas determinadas, que impõem escolhas possíveis, mas sempre tendo como fim a emancipação humana. Já participar implica “servir como número à manipulação politicista, destituído de classe, consciência e individuação, sem vínculo concreto com a construção do humano e de sua liberdade”, é “a participação sem consciência participante ou a presença participante sem consciência”, tornada puro testemunho

18. Não há espaço, aqui, para reproduzir as críticas a esse quarteto teórico feitas por Chasin. Remetemos os interessados aos textos originais deste (especialmente, CHASIN, 1989).

e cedida à instrumentalização em seus mais variados níveis” (CHASIN, 2000, p. 161).

No início dos anos 1980, em suma, o diagnóstico da situação das esquerdas no Brasil era bastante negativo. Estas não tinham independência teórico-ideológica nem autonomia política, eram “raqúiticas em número e anacrônicas nas formas de organização” e – não obstante haver “mártires e sacrificados, ofendidos e humilhados”, verdadeiros “heróis no equívoco e vítimas de todas as regressões” aos quais a mais digna homenagem “é a coragem de recomeçar” – acabaram conduzindo sua ação de uma forma “que atinge e desencanta, limita e desorienta o conjunto dos trabalhadores do país” (CHASIN, 2000, p. 160). A união entre o “embrião maldito do capital incompletável” e a “insubstancialidade teórica e prática” da esquerda é que determina a miséria brasileira, expressão que diz da gênese, processo e consequências da objetivação do capital no país.

Segundo Chasin, na sua acepção desenvolvida historicamente, direita e esquerda são “campos políticos de natureza diversa, compreendidos pela dinâmica excludente entre as lógicas do capital e do trabalho e suas respectivas formas societárias”, e, assim, o que qualifica o campo da esquerda é ser “figura organizada pela lógica humano-societária do trabalho” (CHASIN, 2000, p. 229). Diante da derrocada da União Soviética e outros países pós-revolucionários (que se deveram, antes de tudo, a problemas internos) e do estabelecimento incontestado do domínio global do capital, houve um retraimento da esquerda até seu completo desaparecimento enquanto esfera de atuação política da perspectiva do trabalho. Num fenômeno que manteve similitudes com o que ocorreu no restante do mundo, no Brasil, a esquerda, enquanto representante da lógica onímota do trabalho, após dissensões e dissidências e um agudo empobrecimento teórico, cedeu passo a representantes postos no lado esquerdo do campo do capital, que em solo não revolucionado soam como radicais.

Restaram ou sugiram alguns organismos partidários, de portes distintos, que, perdidos em suas pobres diferenças, desvalidos para tudo que não sejam disputas irrelevantes de caráter bizantino, se igualizam

como organizações políticas que ocupam posições na esquerda do arco político do capital. (CHASIN, 2000, p. 231)

De tal maneira que, a partir do final dos anos 1980, o campo da esquerda foi o grande ausente¹⁹, existindo, no máximo, individualidades e agrupamentos “situados no polo da radicalidade burguesa, espaço que o capital subordinado nunca preencheu, dado o caráter autocrático de sua dominação, que implica a exclusão dos de baixo, isto é, do povo e do princípio de sua soberania” (CHASIN, 2000, p. 233).

A morte da esquerda se somou à extensão da utilidade histórica do sistema do capital para proliferar os obstáculos e dilemas da via colonial. A extraordinária transformação imposta pela globalização determinou o fim de todas as possibilidades de romper com a via colonial a partir das condições dadas no próprio país, como se verá a seguir.

6. VIA COLONIAL: ENCERRAMENTO SEM RUPTURA

Desde meados dos anos 1970 Chasin aponta os equívocos e limites da atuação das esquerdas, especialmente a não apresentação de um projeto econômico, pensado da perspectiva do trabalho, alternativo ao do sistema. Mas não só: considera parte da tarefa da crítica fixar alguns marcos acerca de elementos que jamais poderiam deixar de estar incluídos neste. Assim, com diferentes graus de formulação, por meio de aproximações sucessivas (que aqui não há espaço para reproduzir²⁰), ele traz à tona transformações que seriam necessárias

19. Constatar a morte da esquerda não significa abdicar da revolução social e desacreditar da perspectiva do trabalho: esta não foi extinta nem pode sê-lo, pois persiste enquanto houver trabalho, ou seja, humanidade. Bem ao contrário de derrotismo ou pessimismo, trata-se de reconhecer objetivamente a situação histórica e, por sobre um balanço da produção teórico-ideológica e da atuação prática, embasar um possível renascimento da esquerda, desta vez, quiçá, efetivamente assentada sobre a autêntica perspectiva do trabalho, que forje os diversos instrumentos organizacionais necessários e adequados às lutas social, sindical e política no momento de sua gênese (CHASIN, 2000, p. 201).

20. Não cabe, aqui, o acompanhamento do programa proposto para cada momento históri-

– e factíveis – para que houvesse a ruptura com os mais danosos caracteres da via colonial. Tais medidas subentendem um combate realizado no campo adequado, e justamente aquele que tem sido resguardado e protegido pelo capital atrofico, qual seja, o econômico. Trata-se, pois, de “fundir luta econômica com luta política”, procedendo-se à substituição da política econômica vigente por outra, elaborada da perspectiva do trabalho. Seria alcançado, dessa forma, um crescimento verdadeiro e resolutivo, que articulasse progresso social a evolução nacional. Assim, se alguns momentos da primeira transição aqui apresentada se transformaram conforme a conjuntura, foi mantida sua ossatura.

O conjunto de medidas apresentado por Chasin não se esgotaria em si mesmo, antes ao contrário, faria parte de um movimento mais amplo – constituiria a primeira etapa de um processo articulado de superação do capital, o qual ele chamou de dupla transição. As disposições que apresentamos constituem justamente o seu momento inicial, a primeira transição, de ruptura com um capital induzido, subordinado e excludente, de maneira a transformar o perfil do sistema produtivo – mas sem querer saltar imediatamente, por sobre as condições (in)existentes, para outro modo de produção. A primeira transição tomaria como arena de luta justamente a incompletude econômica e política do capital atrofico, a qual combateria não no sentido de completá-la, mas de desmontar os pressupostos do sistema produtivo (ainda defensivamente, no âmbito do mesmo modo de produção) para, assim, abrir caminho para uma segunda transição, esta sim já no terreno próprio da lógica do trabalho (CHASIN, 2000, p. 281-2). Em síntese, a primeira transição “está vinculada em sua distinção à transição socialista, consubstancia as transformações imediatamente possíveis e abre estruturalmente para a transição última, que projeta para além do capital” (CHASIN, 2000, p. 219).

co, tampouco o deslindamento da densa elaboração de Chasin acerca dos diversos temas nos muitos artigos e editoriais que escreveu (muitos deles, vale lembrar, realizados a quente, durante os acontecimentos e para embasar posicionamentos que julgava importantes). Dados os objetivos deste texto, apenas apresentamos os aspectos mais importantes de um percurso possível e o itinerário realmente percorrido, tomando por parâmetro a primeira transição pensada nos primórdios da globalização.

Sua propositura se caracterizava, em primeiro lugar, justamente por não supor uma constituição ideal do capitalismo no país, mas ser realista, partir da configuração do capital particularmente instituído por estas plagas. Tal significa não pleitear, por exemplo, a tentativa de chegar a alguma forma de capitalismo modernizado que desconsideraria sua real constituição e seus nexos visceralmente subordinados, bem como a crença algo ingênua num distributivismo redentor autônomo com relação às estruturas produtivas subordinadas e excludentes – mas a tentativa de superá-las. Chasin não se deixa, assim, engolfar nem pelo fatalismo (pois a primeira transição não se tratava de destino inelutável), nem pelo caudatarismo (de vez não era o caso de ela tomar para si as tarefas incompletas e incompletáveis da burguesia), nem pelo etapismo (já que não era uma etapa necessária e inescapável para se chegar a outro patamar). Bem entendida, estava posta no gradiente das possibilidades concretas, era uma “alternativa real da perspectiva do trabalho, inscrita no campo dos possíveis da atualidade brasileira” (CHASIN, 2000, p. 282). A processualidade da dupla transição também permitiria escapar do maniqueísmo que contrapunha abstratamente reforma a revolução, já que “reafirma o socialismo ao mesmo tempo que reconhece a impossibilidade de sua realização imediata, sem conduzir ao imobilismo e sem permitir que a afirmação socialista seja transformada em discurso melancólico da mais nobre volição ou da mais tacanha teimosia” (CHASIN, 2000, p. 219).

A proposição passava, antes de tudo, por levar a cabo tarefas para promover uma grande transformação qualitativa no campo

21. As propostas contidas na primeira transição mantiveram uma coerência interna fundamental, para a qual foi necessário ir ajustando medidas concretas às mudanças históricas pelas quais passou o país. Nesse sentido, o papel do estado, p.ex., foi bastante modificado dos anos 1970 para meados dos anos 1990, bem como a importância da transformação das relações internacionais. Nessa mesma direção, nos anos 1970 e 80, Chasin realça a importância da plataforma de luta pela democracia, que deveria articular e potencializar, a seu tempo, a anistia, a convocação de uma assembleia constituinte e todas as diversas prerrogativas democráticas, sempre cuidando de avançar do plano institucional para as efetivas condições de vida e trabalho da imensa maioria da população. Já nos anos 1990, ele salienta a conquista de certa estabilidade democrática, sem que os mourões da via colonial tivessem sido derribados.

das relações internacionais do capital ²¹, para o rompimento das relações subordinantes, de que depende toda alteração interna (CHASIN, 2000, p. 282-3). Chasin realça que uma estreita inter-relação no âmbito das relações econômicas internacionais fez parte de todo o incompleto processo de constituição do Brasil enquanto nação. Com tal histórico, e sendo um país de grande porte e complexidade econômico-produtiva, sua dissociação da revolução tecnológica e do mercado global era impossível (e indesejável, pois equivaleria a isolar-se, estagnar e regredir num mundo cada vez mais universal). De forma que se tratava de discutir a qualidade da inserção.

Umbilicalmente vinculada, e como ponto fulcral da proposta, a redefinição do aparato produtivo por meio de medidas de curto, médio e longo prazos para inativar as dimensões mais perniciosas do capital atrofico – mormente a superexploração do trabalho para, então, eliminar pela raiz a causa da exclusão social endêmica no país (CHASIN, 2000, p. 74; 237) –, no interior de

um programa econômico de recomposição da malha dos setores produtivos, do redirecionamento de prioridades e da alocação de recursos (privados e públicos), de maneira que o aparato de produção e reprodução material da vida seja posto a serviço da sociedade global (CHASIN, 2000, p. 283).

O enfrentamento da questão agrária também era inescapável (“a estrutura no campo é a matriz histórica [da] exclusão”, cf. CHASIN, 2000, p. 284), com especial atenção às reivindicações trabalhistas dos assalariados do campo, tão desatendidas historicamente e tão despercebidas pelas esquerdas. No mesmo bojo, deveriam ser tomadas providências variadas, de maneira a dar conta da diversidade do campo brasileiro, prevendo propriedades de tipos e caracteres diferentes (incluída a propriedade social, de contornos comunais, não estatal), voltadas ao atendimento de necessidades e especificidades de distintos setores, considerando-se a permanência do empreendimento diante do desmonte dos mecanismos da superexploração do trabalho, a sua viabilidade econômica e os avanços de

produtividade (CHASIN, 2000, p. 286).

E, finalmente, a formação dos blocos econômicos internacionais, com a promoção da integração econômica latino-americana – o que subentenderia a desmontagem das relações subordinantes com as economias centrais –, que teria um grande peso sobre o sistema mundial (CHASIN, 2000, p. 286). Se deixado a sua própria lógica, o capital atrófico poderia, no máximo, reiterar sua subalternidade estrutural ao capital metropolitano, em vez de empreender a formação de um mercado único latino-americano capitaneado pelas nações mais fortes articuladas aos demais países (forma de alcançar algum poder de pressão no cenário global). Nesse sentido, o início dos anos 1990 trazia amplas perspectivas ao Brasil, país que fazia parte do pequeno agrupamento de países periféricos (com Argentina e México) para os quais a inserção na nova forma de acumulação ampliada do capital poderia ser mais proveitosa (para além de ser inescapável, sob pena de retrocesso) (CHASIN, 2000, p. 286).

O perfil inicialmente defensivo das transformações econômicas fazia parte da visão objetiva que, ao mesmo tempo, era talhada de molde a induzir uma ampla reconfiguração econômico-societária, desordenar a lógica do capital atrófico, se não extinguindo, ao menos moderando a (des)ordem social posta por ele, ao controlá-lo socialmente (e não politicamente, como tem sido a regra no campo da pseudoesquerda voluntarista). Tais medidas, por desorganizarem aspectos centrais da estruturação do capitalismo no país, ainda que pudessem resultar em “fortalecimento do capital local e da continuidade da exploração do trabalho, é inverossímil que seja muito dificilmente seria operada, agora ou depois, sob a égide do capital atrófico” (CHASIN, 2000, p. 164; 169): somente poderiam ser consumadas por uma frente político-eleitoral articulada a partir das massas, fortemente estacada nas necessidades populares, tendo por eixo a aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, mas articulando em torno de si a pequena e média burguesias, interessadas na ampliação do mercado interno.

A possibilidade concreta de ruptura com os caracteres mais perniciosos da via colonial esteve presente especialmente em alguns momentos da história brasileira, como mencionado, com destaque

para as lutas do imediato pré-64, para as greves do final dos anos 1970 e para as eleições presidenciais de 1989, as primeiras após o bonapartismo instituído pelo golpe em 1964). Em nenhuma delas houve o rompimento desejado, graças a diversos fatores (os quais, por sua vez, se devem a diversas questões das quais já mencionados algumas); vários dos descaminhos trilhados pelo país se devem a equívocos da autointitulada esquerda – lamentavelmente, diz Chasin, no Brasil, “as melhores forças têm primado em perder oportunidades” (CHASIN, 2000, p. 294).

Durante quase todo o século XX, a produção de mercadorias no plano internacional tinha gradações ainda despretensiosas, e sua circulação dava-se quase sempre por meio de relações bilaterais em mercados – controlados pelas potências centrais – restritos ou cativos. A partir dos anos 1990, com a globalização, tudo isso desapareceu em face da “produção ampliada a grandezas sem limites e [d]o intercâmbio comercial elevado ao primado das trocas infinitas e superpostas, sem embaraços de fronteira” (CHASIN, 2000, p. 304). Certos capitais, antes circunscritos, ultrapassaram seus antigos limites à busca de lócus mais amplos para sua reprodução ampliada, alçando-se ao nível global, entre nações – dispostas em graus diferentes e hierarquizados – agregadas em blocos também desigualmente constituídos e que competem entre si e internamente. Com as imensas implicações da revolução tecnológica, as fronteiras se tornam mais dúcteis, mas não são eliminadas, bem como as relações de subsunção e o desenvolvimento desigual e combinado típicos dos movimentos do capital.

Nos novos marcos da revolução tecnológico-produtiva, há apenas um capital social global e os mercados interno e externo não mais se distinguem. Essa “nova (des)ordem internacional do capital” é “o mundo real a ser vivido por todos, embora sob a diversidade com que os países estejam habilitados a participar dele por efeito do desenvolvimento desigual que os informa” (CHASIN, 2000, p. 304). Crescer agora é ocupar nichos na infinitude da malha produtiva e no mercado único globais, certamente com contradições (muitas delas inimagináveis) inéditas e em proporções gigantescas das quais já foi possível ter algumas amostras. Mercado mundial e novo patamar

produtivo que não são opções ideológicas ou conspirações bem elaboradas e insidiosas, mas uma realidade inelutável, uma nova forma de existência humana, ainda sob o capital.

A existência nacional, sob os influxos de uma nova realidade, passa, então, a se conformar pela “lógica sem precedentes da nova fase de acumulação ampliada do capital, ou seja, pelos nexos operantes do novo patamar tecnológico e da mundialização do mercado” (CHASIN, 2000, p. 302). Nesse sentido, só integrado a esta seria possível existir civilizadamente a partir de então – inclusive para, no futuro, labutar pela ultrapassagem do mundo regido pela lógica do capital.

A nova configuração do capital, à qual o Brasil está atrelado, põe em patamar diferente todos os parâmetros de debate e de atuação possíveis. Este novo estágio produtivo global reformula completamente o quadro no qual se desenrolam os processos internos a cada país, impossibilitando alternativas resolutivas que em algum momento haviam se posto no interior das fronteiras nacionais. A revolução tecnológica elimina os vestígios de uma lógica do capital (já esgotado havia muitas décadas) que nutria a ilusão da possibilidade de autonomia do capital nacional, que no Brasil se encarnou até na “esquerda”. A via colonial encontra seu fim num processo que significa o fechamento de ciclos que se deram internamente ao país ainda apenas parcialmente inserido nas relações internacionais (em comparação com a globalização) e, no mesmo passo, inviabiliza soluções no âmbito nacional. Trata-se, enfatize-se, do fim de um longo ciclo da história brasileira, no decorrer do qual se cristalizaram determinados aspectos da nossa sociabilidade sem que fossem enfrentados revolucionariamente e que encontraram um encerramento “natural”, coerente com sua existência. Tomar em conta essa nova realidade, afirma Chasin, é imprescindível para compreender o tempo histórico e prospectivar o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos seus aspectos mais gerais, a via colonial de objetivação do capitalismo descoberta por Chasin foi a instituição da economia e da sociedade burguesas que não teve um processo revolucionário

por parteiro. Marcada pela grande propriedade rural – já empresarial, de origem colonial –, resistiu ao processo de industrialização, que só se afirmou após muitas intermitências, resistências e recomeços, hipertardiamente, em condições de subordinação aos interesses das burguesias dos países centrais, tendo o estado por um dos seus principais agentes e sem nunca se completar totalmente. Tratava-se de um capital atrofico, porque incompleto e incompletável, que deixou irresolvidas suas mais elementares questões estruturais, ademais (e em consequência) de nunca romper com sua condição subservente aos polos hegemônicos da economia internacional.

Ausente a revolução burguesa que instituiu a sociabilidade do capital nos países de via clássica, objetivou-se uma formação que dissociava a evolução nacional (aqui, determinada desde o exterior) do progresso social, quer dizer, em que a sociedade evoluiu e se modernizou sem que sua classe dominante encarnasse o papel de representante universal dos interesses das classes dominadas, enjeitadas e mantidas à margem, excluídas e/ou reprimidas pela violência abertamente bonapartista ou institucionalizada. Na via colonial o progresso só se pôs por meio de acertos e acomodações com os representantes da ordem agroexportadora, instituindo-se um reformismo pelo alto impeditivo de uma hegemonia burguesa em moldes liberal-democráticos, integracionista. Assim, por estas plagas o fenômeno da exclusão social, os graus abissais de desigualdade e a dominação autocrática que frequentemente resvalava para a ditadura não se deviam ao atraso, mas eram uma forma de ser e ir sendo do capital na qual a classe dominante, embrionariamente contrarrevolucionária, abandonou suas tarefas históricas e sujeitou-se docilmente às burguesias estrangeiras. Totalmente dedicada aos próprios interesses mesquinhos, servil às classes dominantes estrangeiras, selvagem com as classes dominadas, a burguesia dominou com mão de ferro “em tempos de guerra” e impôs-se com concessões desconfiadas “em tempos de paz”.

Em síntese, a via colonial

particulariza formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistentes e de-

sastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos e refluxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua incontemporaneidade, armada sobre a incompletude de seu capital incompletável e, por isto, sobre a natureza invertebrada de suas categorias sociais dominantes e, por decorrência, sobre a inorganicidade de suas categorias sociais subalternas (CHASIN, 2000, p. 212).

Como a classe dominante não efetivou seu papel histórico, as classes dominadas não puderam concretizar suas próprias tarefas partindo do patamar de um mundo já transformado pela revolução burguesa – a incompletude de classe é a ferida supurante do capital atrofico. Assim, as classes dominadas, superexploradas e reprimidas, e vendo tolhido o conflito que é o demiurgo das classes, não tiveram condições de exercitar sua organização política independente e desenvolver-se teórica e ideologicamente de forma autônoma. Seus representantes teóricos, desatentos às específicas características da nossa sociabilidade, gastaram rios de tinta em querelas abstratas e embrenharam-se pelo cipoal de rematar as tarefas que foram outrora efetivadas pelas burguesias clássicas, fossem elas as econômicas (caso da esquerda tradicional) ou as políticas (caso na esquerda não marxista). Nesse processo, as esquerdas foram se confundindo, cindindo e apequenando até a desapareição. Restam representações que ocupam o arco à esquerda do capital, que na via colonial aparece como radical. Mas, frise-se, para Chasin, a morte da esquerda realmente existente não significa o fim da perspectiva do trabalho.

Até os anos 1990, Chasin afirma que a eliminação pela raiz da miséria brasileira era tarefa dos trabalhadores em geral, então empuxados pelo proletariado industrial. A imensa transformação promovida pela revolução tecnológica e pela globalização, que engolfa (subordinadamente) o capital atrofico, modifica a configuração geral²² e reenquadra as possibilidades de cada país. De acordo com

Chasin, as economias nacionais têm de se adequar a determinados protocolos do sistema de produção global nos quais estão profunda e desigualmente imersas. No caso brasileiro, isso significa que as inviabilidades típicas da via colonial são transpostas para um quadro de universalização da produção capitalista que é o único no qual poderiam ser solucionadas. Inexequível agora qualquer transformação substancial nos estreitos marcos da nacionalidade; dado o novo patamar de determinação internacional do capital, verifica-se que se encerra todo um período histórico no qual o país poderia ter escolhido o caminho a percorrer, ou a velocidade da marcha, ou ao lado de quem avançaria, ou ainda quem carregaria as tralhas de viagem e quem aproveitaria as delícias da paisagem. Findo o percurso, põe-se, antes de mais, o desafio de entender a nova realidade dada – e de manter a lucidez, ato revolucionário em tempos obscuros.

Do início ao fim de sua vida teórica, Chasin se dedica à crítica – teórica e prática – da sociabilidade brasileira, corrigindo, aprofundando, atualizando, especificando suas reflexões sobre o tema, num processo ininterrupto e infinito de aproximação de um objeto também ele em constante movimento. Importante salientar que, como intentamos demonstrar, ele não faz uma “teoria da história” brasileira, abstrata, mas decanta categorias a partir da própria concretude. Distancia-se dos modelos teórico-metodológicos e típico-ideais, bem como das interpretações que ora destacavam as mazelas internas, ora salientavam a subordinação ao exterior, quebrando a estreita dialética que unia as duas pontas da miséria brasileira. Ao se debruçar sobre a realidade brasileira, ele captura – por sobre os caracteres culturais, linguísticos e outros – suas principais determinações sócio-históricas, da produção e reprodução material da vida tal como possível no processo efetivo pelo qual se objetivaram as

[E, nesta, o agente revolucionário deixou de ser a classe operária, ultrapassada com a perda de importância da indústria, cabendo investigar quem é o mais lídimo representante da lógica onímoda do trabalho em sua mais nova e revolucionária configuração histórica (cf. CHASIN, 2000).]

categorias do capital no contexto sócio-histórico dado no país.

Como o próprio autor frisou, que não se tratava de uma teoria plenamente desenvolvida, mas de uma tematização em processo, que impunha “sucessivas aproximações cada vez mais concretizantes” (CHASIN, 2000, p. 12) – e da qual algumas críticas e caracterizações foram menos desenvolvidas que outras, que restaram, assim, mais abstratas. A colaboração de pesquisadores de áreas diversas havia, inclusive, sido expressada como necessária para o aprofundamento e o desenvolvimento das análises, mas acabou em larga medida não sendo concretizada. Adite-se que, dado o encaminhamento da sociabilidade brasileira (inserida no mundo global) nesses quase 25 anos desde sua morte, é nossa a tarefa – urgente – de avaliar a pertinência, a atualidade e a necessidade de aprofundamento dos diversos elementos de sua análise, cujo rigor, de resto, esperamos ter demonstrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, J. A politicização da totalidade: oposição e discurso econômico. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Grijalbo, n. 2, p. 145-78, 1977.

_____. Sobre o conceito de totalitarismo. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Grijalbo, n. 1, p. 121-34, 1977a.

_____. Conquistar a democracia pela base. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 6, p. 153-75, 1979.

_____. As máquinas param, germina a democracia! *Escrita/Ensaio*, São Paulo, Ed. Escrita, p. 107-32, 1980.

_____. Lukács: vivência e reflexão da particularidade. *Ensaio*, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 9, p. 55-69, 1982.

_____. “¿Hasta cuando?” A propósito das eleições de novembro. *Ensaio*, São Paulo, Ed. Escrita, ano IV, n. 10, p. 5-29, 1982.

_____. Nota do editor. *Revista Ensaio*, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 13, 1984.

_____. A esquerda e a nova república. *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, n. 14, 1985.

_____. A miséria da república dos cruzados. *Revista Ensaio*, São Paulo, Ensaio, n. 15/16, 1986.

_____. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. *Santo André/Belo Horizonte: Ed. Ensaio/Una Editoria*, 1999, p. 565-96.

_____. A miséria brasileira(1964-1994): do golpe militar à crise social. *Santo André: Ad Hominem*, 2000.

_____. Especial J. Chasin: a determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaio Ad Hominem*, Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. III, 2000a.

_____. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Excertos sobre revolução, individuação e emancipação humana. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 23, n. 1, p. 10-105, abr. 2017. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/301/289>>.

_____. Da teoria das abstrações à crítica de Lukács. *Veri-*

notio, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, p. 157-239, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/609/521>>.

Para saber mais:

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de; SARTÓRIO, Lúcia M. V. A trajetória de J. Chasin: teoria e prática a serviço da revolução social. Verinotio — Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, Belo Horizonte, n. 9, p. 221-8, 2008. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/r9_14_entrevista_rago_ester.pdf>.

_____. J. Chasin. In: Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF – Rio das Ostras. Disponível em: <<https://youtu.be/vLg13EKXplQ>>.

CHASIN, Milney. J. Chasin e a realidade brasileira. Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, Ano V, n. 9, nov. 2008. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/258/246>>.

COTRIM, Lúvia C. A. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. Apresentação. In: CHASIN, J. A miséria brasileira. Santo André: Ad Hominem, 2000, p. I-XXXIV.

_____; RAGO FILHO, Antonio. Em memória de José Chasin: luta pela autenticidade humana. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 8, 1999. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/nota15Nota2.pdf>.

RAGO FILHO, Antonio. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, Ano VI, n. 11, abr./2010. Disponível em: <<https://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/98/88>>.

_____. Posfácio. In: CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado. Santo André/Belo Horizonte: Ad Hominem/Una Editorial, 1999.

SILVA, Sabina. J. Chasin: para a crítica da razão política. Ensaios Ad Hominem, n. 1, t. III, Santo André, Estudos e Edições

Ad Hominem, 2000. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/154/144>>.

VAISMAN, Ester. O projeto Ensaio e um “novo marxismo” brasileiro. Canal Tinta Vermelha, set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LzXhe5tGy_g>.

FLORESTAN FERNANDES: SOCIOLOGIA HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL DO SÉCULO XX

RODRIGO CHAGAS²³

Este ensaio visa a sintetizar a contribuição de Florestan Fernandes (1920-95) para o debate sobre a revolução brasileira. Para isso, apresentamos os traços gerais do seu esforço pela modernização da sociologia no Brasil e da adoção de uma posição política e intelectual radical no que se refere ao enfrentamento das debilidades estruturais do país no século XX. Por ser em *A revolução burguesa no Brasil* que Fernandes considerava ter equalizado melhor as vertentes teóricas que deveriam dar subsídio intelectual à disputa política pela superação da dependência e do subdesenvolvimento brasileiros, destacamos aqui esta obra, no intuito de pontuar seus principais aspectos.

Ao final, fazemos um balanço dos dilemas da leitura do teórico sobre a transformação capitalista do Brasil. A análise do autor contém impasses que não nos parecem ocorrer por limites intelectuais ou inadequação metodológica, mas por reproduzir as dificuldades inerentes ao pensamento revolucionário do século XX, que em vários casos funcionalizou os horizontes de expectativas do socialismo e do comunismo às “revoluções burguesas”. Além, é claro, dos impasses inerentes ao que o autor denominava “capitalismo selvagem” brasileiro.

Em um momento de crise social, Fernandes percorreu vigorosamente os labirintos da reforma (revolução dentro da ordem) e da revolução (revolução contra a ordem), examinou o impacto do subdesenvolvimento na estratificação social e as limitações que o capita-

23. Mestre em história (PUC-SP) e doutor em desenvolvimento econômico (Unicamp). Professor no curso de ciências sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR), no Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF-UFRR) e no Programa de Extensão Realidade Latino-americana (Unifesp).

lismo dependente impôs ao padrão de dominação latino-americano (autocracia burguesa). Seu treinamento sociológico o imunizou, em boa medida, contra reduções mecanicistas; porém, não deixou de apresentar posições bastante ortodoxas, alinhadas ao receituário político de Lenin e à densidade teórico-filosófica de Marx.

Em certo ponto de sua carreira, logo após a publicação de *A revolução burguesa no Brasil*, Fernandes parecia sentir-se incompreendido e isolado. O impulso romântico que o fez retornar do exílio no Canadá, para se opor, mesmo sem bases sociais, à ditadura, perdeu força a partir de 1975 e só voltou a aflorar com as greves no ABC paulista. Relutou a entrar no PT, devido à ambiguidade ideológica do partido no momento de sua fundação, mas acabou cedendo. Fez uma campanha entusiasmada para deputado federal, afirmando o papel da militância no fomento da educação e da consciência política nas bases sociais; ou seja, sem tratar o eleitor como um “consumidor” passivo.

Dizia que, se o PT abandonasse a perspectiva socialista, o partido perderia a razão de existir. Participou da Assembleia Constituinte, buscando avanços na área da educação, e concorreu a um segundo mandato com uma campanha sem a mesma veemência da anterior. Até o fim de sua vida, em 1995, foi crítico à transição democrática (ou “transição transada”) que instaurou a Nova República, pois entendia que o novo pacto político mantinha as estruturas de concentração de riqueza, poder e prestígio, devido às conciliações espúrias fomentadas pelo “medo-pânico” das elites brasileiras a mudanças e pela exclusão sistemática “dos de baixo” das tomadas de decisão no que realmente importava ao país. Ou seja, na instauração da Nova República, Fernandes não via o nascimento de uma democracia substantiva, e sim outra edição de uma “democracia dos mais iguais”.

Passados quase 50 anos da publicação de *A revolução burguesa no Brasil* e 27 anos da morte do sociólogo, novamente atravessamos uma crise que nos faz rever interpretações, legados e ideias. Fernandes, sempre que o consultamos, continua exigindo a coragem de nos perguntarmos se superamos efetivamente nossos problemas estruturais. Uma questão que hoje podemos traduzir assim: a Nova

República, sob hegemonia de uma interpretação do Brasil gestada pela inteligência paulista e executada pelo PSDB e pelo PT, avançou no sentido de consolidar a “revolução burguesa”? Ao menos esteve na agenda destes governos, em algum momento, a necessidade de romper a concentração de riqueza, poder e prestígio que corrompem a democracia brasileira?

SOCIOLOGIA, MARXISMO E A INTELLIGENTSIA PAULISTA

Florestan Fernandes fez parte das primeiras gerações formadas pela missão francesa que estruturou as ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP) a partir dos anos 1930 (PEIXOTO, 2001, p. 483). Paralelamente, iniciou a sua aproximação ao marxismo como militante de um grupo trotskista liderado por Hermínio Sacchetta e, a pedido deste, traduziu e prefaciou, em 1946, a obra de Marx *Contribuição à crítica da economia política*. Nesta primeira reflexão sobre o marxismo, defendeu a necessidade de se introduzir o método dialético na sociologia acadêmica para articular a pesquisa empírica à teórica. Somava-se, assim, à tendência internacional, no final dos anos 1940, de afirmar Karl Marx como um dos cânones das ciências sociais (BLANCO, 2007, p. 31-3; CARDOSO, 1977, p. 12).

O seu referencial teórico-metodológico, no qual se destacavam também Émile Durkheim, Max Weber e Karl Mannheim, aperfeiçoou-se nos anos seguintes. Foi, segundo o autor, durante a primeira tentativa de redação de *A revolução burguesa no Brasil*, ainda em 1967, que alcançou uma conciliação harmônica entre Mannheim, Weber e Marx (FERNANDES, 1996, p. 158). Contudo, após a publicação desta obra, em 1975, passou a privilegiar o marxismo em sua matriz epistemológica — principalmente os trabalhos de Marx, Engels e Lenin —, inaugurando uma nova fase, na qual, para alguns especialistas, o autor já não realizava um trabalho propriamente científico (ARRUDA, 1995, pp. 165-6).

Entre 1953 e 1968, Fernandes estabeleceu um novo padrão de atuação acadêmica, desenvolvendo três projetos de estudos — *Raça e sociedade*, *Economia e sociedade no Brasil* e *Empresa indus-*

trial em São Paulo — que expressaram o cerne dos seus esforços do período. Tratou-se de um trabalho coletivo que envolveu, entre outros: Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Leôncio Martins Rodrigues, José Carlos Pereira e Gabriel Cohn. Segundo o sociólogo, os livros publicados por esses intelectuais naquele momento foram exemplos significativos dos projetos organizados sob a sua liderança (FERNANDES, 1976, p. 13).

A compreensão de Fernandes no pré-AI-5 (1968) era a de que, devido às novas técnicas de manipulação e ao monopólio dos meios de comunicação, o conflito social havia perdido a sua eficácia como equalizador de um padrão democrático de sociedade. Ou seja, rompera-se o equilíbrio das lutas sociais, estabelecido pelo capitalismo concorrencial nas sociedades de classes. Por outro lado, a II Revolução Industrial havia gerado uma aceleração no ritmo das mudanças sociais e, por consequência, um desajuste entre o horizonte cultural moderno e as exigências das situações sócio-históricas (FERNANDES, 1979, pp. 338-9).

Neste contexto, caberia à sociologia a tarefa de atuar como técnica de consciência social para promover uma revolução no horizonte cultural, de maneira a assegurar a percepção das realidades complexas da nova condição histórica. Com a intervenção sociológica, portanto, seria possível o restabelecimento do conflito social em termos mais igualitários na sociedade, pois, segundo o autor, seriam criadas condições “de valorizar positivamente o desenvolvimento social, agora sob o marco da ‘atuação política’ e, por conseguinte, da exploração racional do planejamento” (FERNANDES, 1979, p. 340). Ou seja, seus projetos colocaram problemas da mudança, do desenvolvimento social e da democracia em primeiro plano, em um momento de crise do capitalismo e do “socialismo de Estado” (FERNANDES, 1994, p. 9).

Paralelamente ao empreendimento de Fernandes, desenvolvia-se na USP outro esforço de apreensão teórica do pensamento de Marx. Um esforço multidisciplinar de jovens pesquisadores que, nas décadas seguintes, firmaram uma concepção hegemônica de Brasil. Ainda que Fernandes compartilhasse temáticas e conceitos, além de possuir uma ampla vinculação com os membros desse grupo, é ne-

cessário distinguir sua posição em relação a este novo ideário.

Em 1958, o filósofo José Arthur Giannotti incentivou a criação de um seminário sobre O capital, que durou até 1964 (cf. RAGO FILHO, 2008; ARANTES, 1994). O filósofo, que havia participado na França da organização Socialismo ou Barbárie — presenciando exposições de Claude Lefort sobre a burocratização da União Soviética —, liderou um grupo multidisciplinar que reuniu professores e estudantes das várias áreas das ciências sociais, da história e da filosofia. O foco dos encontros foi a leitura paciente da obra de Marx e tinha como “ponto de honra” confrontar o monopólio que os Partidos Comunistas exerciam sobre a teoria marxista (SCHWARZ, 1999, p. 88). Naquele momento, com a divulgação do Relatório Kruschew e com a Revolução Cubana, o próprio processo histórico internacional reforçava posições críticas ao pensamento da União Soviética e abria novas perspectivas para interpretar a revolução, bem como o pensamento marxiano (ARANTES, 1994, pp. 238-9).

O Seminário, de acordo com Roberto Schwarz, diferenciava-se do ambiente carioca do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), do qual participaram, entre vários outros, Nelson Werneck Sodré e Guerreiro Ramos, não apenas pelo padrão técnico da produção intelectual, mas também por não estar em contato com o “mundo dos negócios e as vantagens oficiais”. Nesta leitura, a orientação do grupo paulista foi a que historicamente se provou correta:

Mas é certo também que o Isebrespondia ao acirramento social em curso: por vezes de maneira inventiva e memorável, ao passo que as nossas objeções pouco saíam do plano trancado das posições de princípio. Atrás da antipatia é possível que estivessem, além da oposição teórica, o complexo provinciano dos paulistas, e, de modo geral, as diferenças entre Rio e São Paulo. Como é sabido, a vida intelectual carioca evoluía em torno de redações de jornal, editoras, partidos políticos, ministérios, ou seja, organismos com repercussão nacional e saída fluente para o debate público (sem falar em praias, boemia e mundanidades); bem

ao contrário da nossa escola da rua Maria Antônia, ambiciosa e caipira, sofrendo da falta de eco nacional e tendo como bandeira o padrão científico: por oposição à ideologia. Além disso, é possível que a aposta marxista “pura”, voltada para a dinâmica autônoma da luta de classes, tivesse mais verossimilhança no quadro do capitalismo paulista. Ao passo que no Rio, com as brechas e verbas oferecidas à esquerda pela promiscuidade do nacional-populismo, não havia como dizer não ao Estado, cuja ambiguidade no conflito em parte era efetiva. No essencial, entretanto, a facilidade com que em 64 a direita iria desbaratar a esquerda, em aparência tão aguerrida, demonstrou o infundado das alianças desta, acabando por dar razão aos paulistas. (SCHWARZ, 1999, p. 88)

Florestan Fernandes não foi convidado para participar do Seminário: alegou-se que o seu ecletismo teórico era malvisto por alguns membros, que atribuíam uma superioridade ao método dialético em relação aos outros métodos científicos (CARDOSO, 1977, pp. 12-3). Por isso, Fernando Henrique Cardoso foi o principal elo entre a cadeira de Sociologia I, da USP, sob o comando de Fernandes, e o Seminário O capital. Da sua produção no período, destacam-se a sua tese doutoral, sob orientação de Fernandes, Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, e o livro Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. Ambos entendidos por Schwarz como clássicos produzidos “pelo grupo”, pois sintetizavam as preocupações gerais do Seminário.

Em Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, de 1962, o método dialético não compõe simplesmente o quadro epistemológico, mas tenta coordená-lo. O trabalho apontou os limites do funcionalismo e do estruturalismo — sem descartá-los em absoluto —, reforçando a primazia marxista para a interpretação sociológica da mudança, o que desagradou a seu orientador: “Florestan não quis aceitar a versão quase final de minha tese. (...) quando (...) leu a tese, o prefácio, que era pedante e fazia muita crítica ao funcionalismo,

disse-me que não aceitava o texto. (...) [ele] não gostava do seminário de Marx” (CARDOSO apud BASTOS et al., 2006, p. 77).

Valendo-se de História e consciência de classe, de G. Lukács, em seu trabalho, Cardoso ressaltava o papel da totalidade como uma perspectiva interpretativa que permitiria verificar a diferença específica de uma unidade e, ao mesmo tempo, as determinações essenciais para a formação de padrões analíticos. Ao retomar a reflexão de O capital sobre o mais-valor e o lucro, afirmava que a articulação entre a pesquisa empírica e a teórica encontrariam no método de Marx as mediações necessárias para relacionar o concreto e o abstrato. Por outro lado, partindo da concepção sartriana, na qual o “marxismo vivo” seria heurístico, compatibilizou as teorias econômicas de Marx às teorias políticas de Weber (CARDOSO, 1977, pp. 13-4). Segundo sua interpretação, ambos os paradigmas seriam válidos, pois nenhum identificava o real como dado a priori, mas como resultado do esforço analítico (CARDOSO, 1977, p. 41).

Em 1963, sua análise sobre o empresário industrial, apresentada como tese de livre-docência, foi considerada por Fernandes pioneira e de profunda significação teórica, “comprovando que, de fato, só os cientistas sociais dos ‘países subdesenvolvidos’ possuem condições para resolver problemas metodológicos ou teóricos mal formulados pelos autores clássicos”:

[A obra] não só traça os efeitos e as tendências dos recentes surtos industriais, que modificaram a estrutura econômica do País. Estabelece uma tipologia empírica das empresas industriais brasileiras e caracteriza a organização e os conteúdos do horizonte cultural dos tipos de empresários que as dirigem. Assim, são abordadas, sociologicamente, as questões cruciais para o conhecimento e a transformação da realidade. (...) Ela desemboca, corajosa e lucidamente, em nosso dilema fundamental: até que ponto o empresário industrial brasileiro se capacitou de suas tarefas históricas e se mostra apto para realizar uma política econômica que atenda, simultaneamente, aos interesses do capital

e às necessidades da Nação? (FERNANDES in CARDOSO, 1972)

O livro *Empresário industrial*, que buscou a caracterização dos empreendedores em uma sociedade subdesenvolvida, apresentou o industrial brasileiro como uma massa heterogênea, norteada por valores das classes médias e que participava da política de forma patrimonialista. Como resultado, faltava aos empresários industriais a socialização como cidadãos, o que implicaria responsabilidades com a nação (CARDOSO, 1977, p. 175). Na avaliação do próprio Cardoso, a tese central do trabalho foi confirmada pela crise de 1964, na qual se explicitou a inconsistência da política nacional-populista defendida pela “ideologia predominante à esquerda”.

Ambas as obras, *Capitalismo e escravidão* e *O empresário industrial*, mas principalmente a segunda, fixaram um campo teórico — portanto, uma força social que atuou no embate ideológico — a partir do qual se estabeleceram novas referências para interpretação do país e da transformação capitalista que forjava o “Brasil moderno”. Em síntese, os impasses e as possibilidades de uma revolução brasileira advinham de uma situação na qual a burguesia industrial oscilava entre o imobilismo, devido ao temor ao povo, e uma política agressiva que tendia ao bonapartismo (CARDOSO, 1977, p. 190). Neste quadro, os burgueses encontravam-se ilhados entre as motivações e interesses tradicionais e o capitalismo internacional, do qual eram “sócios menores”. Restavam como alternativas à modernização brasileira ou a capitulação à posição de subcapitalismo dependente ou o socialismo impulsionado pelas forças populares e urbanas do período (CARDOSO, 1977, pp. 196-7). Segundo Schwarz, era “com pesar” que o Seminário se deparava com uma realidade heterodoxa e difícil para o socialismo:

Embora fosse a inspiração de todos, é preciso convir que o horizonte socialista não se desenhava com firmeza nos fatos, nem ganhava corpo na figura que esses trabalhos isentos de demagogia compunham. Passando por cima da convicção dos autores, a pesqui-

sa acadêmica radical ia delineando um quadro irresolvido, de difícil interpretação, que ainda vale a pena interrogar. (SCHWARZ, 1999, p. 98)

Durante o período ditatorial, a “analítica paulista”, como denominou J. Chasin, iniciou sua ascendente trajetória de influência intelectual e política no pensamento social brasileiro (CHASIN, 1999, pp. 11-2). Nos anos 1980, por exemplo, vários pesquisadores formados nesse horizonte cultural figuravam como importantes quadros dos partidos que se formavam por ocasião da “abertura democrática”. O pequeno grupo provinciano e isolado apresentado por Schwarz transformou-se em uma força social influente na academia, que passou a contar com financiamentos de fundações internacionais e cujos participantes, não raro, vincularam-se direta e indiretamente ao poder.

Formou-se neste ideário uma imagem de Brasil que se estabeleceu por meio das chamadas “teorias” da dependência, do populismo e do autoritarismo. Esta diretriz geral, no entanto, não impossibilitou uma diversidade no tratamento dos temas e mesmo uma utilização variada desses conceitos por seus elaboradores. Grosso modo, pode-se afirmar que o dilema entre subcapitalismo ou socialismo demarcou as posições dessa vertente teórica, que passou a polarizar o campo político da esquerda brasileira. Contudo, a tendência que predominou foi a apontada pelo próprio Cardoso que, em parceria com o chileno Enzo Faletto, publicou *Dependência e subdesenvolvimento na América Latina*, em 1966.

Debatendo as concepções cepalinas de um desenvolvimento nacional autônomo nas economias “periféricas”, o ensaio sugeria que as novas condições estruturais e a situação histórica permitiriam a essas economias suplantarem o caráter excludente, cuja interpretação presente nos comunistas e nos “cepalinos” que convergiam como suporte ideológico aos governos “populistas” assegurava que a superação do subdesenvolvimento somente seria possível com o fim da dependência (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 139). Afirmava-se, no lugar, uma relação “interdependente” na qual países como o Brasil poderiam avançar no desenvolvimento capitalista mesmo sob a dependência econômica, desde que a atuação política fosse equali-

zada internamente. Ou seja, por uma autonomização teórica entre a política e a economia, esvaziava-se o núcleo da ideia de uma revolução brasileira e a luta pela autonomia econômica do país (COTRIM, 2015, p. 43).

Ainda que Fernandes tenha tido um papel de relevo nesse movimento, o seu pensamento pós-1975 destoou em vários aspectos das interpretações sobre o país que foram elaboradas por essa analítica. Com o acirramento da ditadura civil-militar, Fernandes fez um acerto de contas com a concepção de mundo que tinha no período que apresentamos, no qual identificava que o Brasil passava por uma “revolução burguesa segundo o ‘modelo’ francês, sob a aceleração de renda, do prestígio social e do poder” (FERNANDES, 1979,p. 21).

Sobre as perspectivas que alimentava no período ele escreveu algumas linhas melancólicas:

Tratava-se de uma “utopia” e, o pior, de uma utopia que se achava redondamente errada. Tal utopia pode ser facilmente compreendida se se toma em conta sua origem acadêmica (transferência de ideias de trabalho por parte dos professores de origem europeia e treinados para trabalhar nas universidades europeias) e a falta de concomitância entre papéis profissionais e oportunidades de participação dos sociólogos no movimento político-social. (FERNANDES, 1979,p. 21)

CORREÇÃO SOCIALISTA DA SOCIOLOGIA

Em 1968, Florestan Fernandes foi aposentado compulsoriamente e se exilou no Canadá. Nesta nova condição, entre 1969 e 1972, realizou análises comparadas entre diversos países da América Latina, o que lhe possibilitou apreender o sentido dos acontecimentos no Brasil, que passava por um estágio de incorporação ao capital monopolista. Essa compreensão foi o golpe que liquidou as últimas hesitações sobre o processo de transformação “burguesa” do país e todas as esperanças de uma saída de amplitude efetivamente democrática para o caso brasileiro e latino-americano em geral: “dentro do

capitalismo só existem saídas, na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e a sua superpotência” (FERNANDES, 1979, p. 204).

A intervenção ditatorial exigiu do sociólogo paulista uma autoavaliação das suas concepções precedentes nos planos teórico e prático. Como resultado, Fernandes concluiu que era necessário “superar a circularidade de uma investigação sociológica condicionada pelo passado e repor o raciocínio sociológico no circuito da história em processo, que se abre para o futuro” (FERNANDES, 1977, p. 102). Os seus estudos sobre as revoluções socialistas na Rússia, China e Cuba evidenciaram, segundo ele, os limites da própria ciência sob o capitalismo monopolista. Tratava-se de uma época de crise da civilização, na qual estavam em xeque as próprias funções sociais da sociologia (FERNANDES, 1979, p. 204):

Até agora a sociologia (e com ela os sociólogos) nunca passou de uma “serva do poder”. Mas isso não se deu porque a sociologia esteja condenada a ser e a manter-se uma “ciência burguesa”. (...) A sociologia sofreu, portanto, uma dupla deformação, que nos compete corrigir e retificar, para chegarmos a explicações adequadas das mudanças que não podem ser concebidas e efetuadas sem conhecimento científico prévio da realidade. (FERNANDES, 1973, pp. 126-7)

No plano pessoal, o golpe civil-militar representou o desmoronamento de um projeto de 15 anos para o desenvolvimento de uma sociologia moderna “brasileira”, ao qual havia se dedicado integralmente. Tal empresa passou a ser vista então como uma utopia “errada”.

O impacto da nova situação brasileira e os estudos feitos no Canadá foram sintetizados na retomada de um ensaio, iniciado em 1966, que deu as bases para a redação de *A revolução burguesa no Brasil* logo após seu retorno ao país, entre 1972 e 1974. A rotação de perspectiva realizada por Fernandes não significou o abandono da sociologia, mas uma mudança de olhar para este campo do conhe-

cimento. Tampouco significou a aceitação dogmática do marxismo-leninismo, ainda que o sociólogo tenha desenvolvido reflexões que chegaram a ser lidas como “ortodoxas”.²⁴ Segundo a sua nova interpretação, era necessário transitar do que chamou radicalismo intelectual, puramente subjetivo, para um intelectualismo radical (FERNANDES, 1977, p. 241; 1979, p. 22). Assim, negando a ideia de uma neutralidade axiológica, Fernandes ressignificou o papel da sociologia, que deixava de ser uma “autoconsciência crítica” para se tornar uma “arma de combate” (FERNANDES, 1980, p. 17). Para tanto, foi necessário romper com o horizonte burguês de defesa da ordem, por meio de uma correção socialista do pensamento sociológico (FERNANDES, 2007, p. 113).

Não diria que a infiltração ideológica e utópica inerente ao socialismo produza um saldo negativo ou uma reação bloqueadora na interpretação sociológica do capitalismo dependente e de suas vinculações com o imperialismo. Isso só ocorre quando essa infiltração empobrece o horizonte intelectual ou enrijece a perspectiva de observação do sociólogo, graças aos influxos de um dogmatismo especulativo a que o sociólogo não tem direito, especialmente se for um sociólogo socialista. Tudo isso fica muito claro quando se considera que não são os socialistas que querem calar ou deturpar as verdades que a sociologia crítica pode descobrir. Os socialistas distinguem o “momento intelectual” do “momento político” no que se refere ao conhecimento científico. Embora estejam empenhados em passar de um a outro e estabelecer uma relação dialética entre ambos, para eles o conhecimento sociológico só possui valor se for obtido dentro dos cânones da ciência e puder ser submetido ao teste da prática,

24. [Nildo Ouriques observa que, nos panfletos da primeira campanha a deputado, Florestan Fernandes foi descrito como marxista ortodoxo (cf. OURIQUES, 2017).]

pelo qual se determina seu grau de verdade, de capacidade de “transformar o mundo”, ou o grau da revisão que se faz necessária. O que pressupõe um vínculo recíproco entre ciência, ideologia e utopia, que não aparece nem pode existir onde a imaginação sociológica não seja intrinsecamente revolucionária. (FERNANDES, 1977, p. 205)

Nas suas análises sobre o Brasil, pautou-se pela articulação entre as duas faces da realidade social: a particular (ou histórica) e a universal (ou estrutural). Para ele, as duas possuíam especificidades, mas estavam correlacionadas. Na face histórica concentravam-se principalmente os fatores dinâmicos, de essência mais flexível. Por outro lado, a face estrutural era também um produto histórico, porém, mais estável e de duração prolongada (FERNANDES, 2007, pp. 97-8). A concepção que o autor tinha de revolução burguesa, por exemplo, foi entendida enquanto conceito estrutural-histórico, como era o caso também de “modo de produção” (FERNANDES, 1983, p. 99). Essa relação se evidenciou na análise do caso cubano:

Para nosso corte interpretativo, o que se impõe em primeiro plano é a peculiaridade de Cuba (uma peculiaridade que tem duas faces, uma histórica e outra estrutural; a histórica “não se repete” fora de Cuba, mas a outra é universal entre os países da América Latina que permaneceram na situação neocolonial até meados do século XX, dotados ou não de um Estado nacional). (FERNANDES, 2007, p. 40)

Desta forma, a face estrutural era passível de mudanças, que seriam influenciadas pelas tormentas que ocorriam ao nível histórico, adaptando-se ao presente e ao futuro. Em contrapartida, os elementos estruturais determinavam o processo histórico global. Como elemento mediador, a luta de classes poderia influenciar na reorganização estrutural, e as estruturas condicionavam as disputas em fluxo. Nesta relação dialética, a luta de classes era o marco analítico

por excelência da transformação social e o centro da sua formulação (FERNANDES, 1980b, p. 11).

Fernandes diferenciava também dois sentidos dentro do que chamou de história em processo. No primeiro, haveria a história que ocorrera em um momento distante, da qual se resgatam acontecimentos passados; no segundo, estava a história do presente in flux — ou história em processo aberto para o futuro. Ambas eram passíveis de análise e interpretação, mas a segunda deveria coordenar o direcionamento analítico do pesquisador, uma vez que o resgate histórico dentro do marxismo visava à transformação da organização social.

O papel do pesquisador permitiria compreender melhores processos históricos nas suas oscilações no plano das estruturas, instituições, funções sociais e dinâmismos. Entretanto, o sociólogo não encontrava na ciência uma fonte de engajamento nas práticas diretas das classes prejudicadas (FERNANDES, 1982, p. 162). Cabeiria ao pesquisador, na sua dupla condição de socialista e sociólogo, compreender a história in flux por meio de uma leitura que fugisse de uma visão mecanicista das lutas sociais e apanhasse o concreto como “síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX apud FERNANDES, 1979, p. 72). Assim, seria no nível do processo histórico — ou seja, particular — aberto ao futuro que o pesquisador-militante deveria identificar as saídas para uma perspectiva de superação dos dilemas da sociedade de classes, contribuindo para elevar a história in flux ao plano das estruturas com o objetivo de modificá-las em uma direção modernizante específica, naquele momento: revolução burguesa (dentro da ordem) ou revolução socialista (contra a ordem) (FERNANDES, 2007, p. 115).

Fernandes não renegou as divisões epistemológicas clássi-

25. Comentando sobre o desenvolvimento das ciências sociais no pós-guerra, Immanuel Wallerstein escreveu: “Houve, ainda, uma virada bastante diferente em relação à história por parte de alguns outros cientistas sociais, aqueles que estavam interessados em descrever e explicar mudanças sociais em larga escala, às vezes numa tradição weberiana, outras vezes na tradição marxista, muitas vezes em algum lugar entre as duas. Eles produziram vários tipos do que veio a ser chamado de ‘sociologia histórica.’” (WALLERSTEIN et al., 1996, p. 44)

cas da sociologia. Para ele, a análise dialética era compatível com o campo da sociologia histórica, enquanto a análise funcional restringia-se à sociologia descritiva e à comparada²⁵. Na análise histórica (ou diferencial) o pesquisador deveria operar com uniformidades de sequências, buscando explicar a transformação das estruturas dentro do tempo histórico contínuo, ao passo que, manejando a análise estrutural-funcional, buscava-se um modelo lógico completo, operando-se apenas com uniformidades de coexistência (FERNANDES, 1978, p. 102).

Ao comparar as pesquisas de caráter estrutural-funcional que realizou nos seus primeiros trabalhos sobre os índios tupinambás a alguns estudos clássicos do marxismo, o autor concluiu que Marx (em *O capital*), Lenin (em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*) e Lukács (em *História e consciência de classe*) também lançaram mão dessa modalidade de análise. A sua conclusão era a de que o estrutural-funcionalismo poderia ser um instrumental para assessorar a planificação social; podendo ser utilizado, por exemplo, “onde o socialismo de Estado está criando condições novas de passagem para uma sociedade comunista” (FERNANDES, 1978, p. 107).

Em resumo, as concepções sobre a estrutura-histórica e a história em processo figuravam no interior da dialética, pois ambas se voltavam para a explicação de elementos diacrônicos, enquanto o estrutural-funcionalismo ganhava um caráter instrumental para lidar com elementos sincrônicos. O sociólogo afirmava trabalhar simultaneamente com as duas perspectivas, “completando-as e corrigindo-as” (FERNANDES, 1978, p. 107).

Como vimos, desde o início da sua trajetória o autor buscou inserir o pensamento de Marx na sociologia (FERNANDES, 1983, pp. 9-10). Porém, apesar da acentuação do marxismo em suas análises, continuou a afirmar a sociologia como plataforma que incorporava tanto as soluções específicas da burguesia do caso “clássico” — com uma autoconsciência que exige algum grau de racionalidade e historicidade burguesas — quanto as respostas específicas do pensamento antiburguês. A sociologia tornava-se, assim, uma ciência social totalizante em uma sociedade que se encontrava fragmentada e polarizada. Ainda assim, enquanto esforço epistemológico, era

possível apenas aglutinar os elementos sociais desagregados. Seria somente quando a sociedade superasse a divisão de classes que haveria a condição para eliminar a polarização no interior da própria ciência (FERNANDES, 1980,p. 28).

DESTAQUES EM A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

A revolução burguesa no Brasil é uma obra inacabada e de difícil interpretação. Trata-se de um ensaio de sociologia histórica no qual o autor utiliza uma abordagem caleidoscópica, alternando seu foco entre estruturas econômicas, padrões políticos de atuação e arranjos sociais no âmbito dos valores. Dessa maneira, na obra, realiza-se uma investigação genética da evolução da subjetividade de uma burguesia que começou a se desenvolver ainda no Brasil colônia; desdobrou suas contradições entre as forças do passado (Antigo Regime) e o horizonte de expectativas no período neocolonial (pós-Independência); e, por fim, com a Abolição e a República, tornou-se força predominante no capitalismo dependente competitivo. A ditadura civil-militar, de 1964-1968, seria, para o sociólogo, o marco da transição para uma nova fase: o capitalismo dependente monopolista.

Em vários aspectos o livro é abstrato, muitas vezes é difícil identificar os sujeitos históricos e mobiliza-se um ferramental teórico-metodológico muito amplo e complexo: ao tratar do espírito burguês, estamentos e situação de classe, bem como, para compor tipificações e padrões de dominação, utiliza-se de W. Sombart, Weber e weberianos (como Raymundo Faoro); as funções sociais e a esfera dos valores (mores) aparecem a partir de Durkheim e do debate funcionalista; a sociologia do conhecimento de Mannheim mapeia as ideologias e utopias que orientam e/ou tumultuam a ação da burguesia em sua trajetória; Marx, Engels e Lenin, assim como o marxismo que foi contemporâneo ao autor (incluindo os latino-americanos), ajudam a decompor o sistema colonial, as estruturas-históricas, as lutas de classes e as transformações capitalistas.

Com esse ferramental, Fernandes destaca quatro fatores

que eram necessários para explicar a emergência da revolução burguesa no Brasil: o processo político da Independência; os dois tipos humanos — o fazendeiro de café e o imigrante —, centrais às transformações sociais; o processo econômico que relacionava os capitais internacionais e a organização da economia nacional; e o processo socioeconômico relativo à expansão da ordem social competitiva.

Como se tratava de um processo estrutural, a revolução burguesa no país, repetia processos ocorridos em outros países, o que, segundo o autor, exigia algumas clarificações “heurísticas” sobre o burguês, a burguesia e como uma revolução burguesa poderia ocorrer enquanto realidade histórica brasileira. As cadeias de singularidades que configuravam a história dos distintos povos relacionavam-se por um padrão civilizatório comum; e desde a Independência era possível verificar a pretensão nacional de absorver e expandir o padrão ocidental moderno, cujos requisitos estruturais e funcionais orientavam a “vocação histórica” brasileira à revolução burguesa (FERNANDES, 1975, p. 17). Portanto, investigar a revolução no Brasil significava apreender o processo de absorção do padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura, bem como compreender o papel dos agentes humanos por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação da sociedade de classes no país.

Por outro lado, este processo histórico demandaria uma complexa base psicossocial e política — mesclando interesses sociais imediatos, valores sociais latentes e interesses remotos — para compor um mínimo de consciência social, de capacidade de ação conjunta e de um inconformismo contra o status quo. Nesse quadro, era necessário explicitar o nexos entre o capitalismo e o espírito capitalista, pois, se o burguês e a sua espiritualidade formaram-se tardiamente na sociedade brasileira, os móveis capitalistas foram introduzidos com a colonização e foram distorcidos, dada a natureza do sistema colonial que limitava a renda do senhor.

Sua forma de tratar o tema se contrapôs à de muitos cientistas sociais que à época não concordavam com a ideia de que a revolução burguesa ocorresse num contexto da dominação imperialista. Dentre eles, dialogava com um dos maiores especialistas do momen-

to, Barrington Moore Jr., que sustentava que a última revolução burguesa teria sido a estadunidense. Para Fernandes:

O problema central está na transformação capitalista. É o problema de saber se uma sociedade nacional autônoma ou não, mais ou menos dependente, é ou não capaz de absorver os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista. (...) De qualquer modo, a revolução burguesa surge como o requisito global do processo e o alvo que lhe dá sentido. Ou há uma burguesia interna — embora sua “condição nacional” seja heteronômica — que controla o processo ou não há nada. Porque, se não houver uma burguesia interna que controle o processo, qual é a alternativa? Em um extremo, a persistência da situação colonial. Em outro extremo, poderia ser uma regressão à situação colonial. Haveria uma terceira hipótese: a transição direta para o socialismo. Aí, porém, não se estaria lidando com as nações capitalistas dependentes da periferia. (FERNANDES, 1978, p.97)

Como foi dito, Fernandes dividiu a história do Brasil em três grandes momentos: a Era Colonial, que se iniciou com a colonização e se estendeu até a vinda da corte para o Brasil, em 1808; a Era Neocolonial, que vai de 1808 até aproximadamente 1880; e a Era Capitalista Dependente ou Era Burguesa, que se inaugurou em meados de 1880 e que tinha como momento diferencial o ano de 1930. Esta última foi subdividida em Era Burguesa Competitiva e Era Burguesa Monopolista. Para o autor, “a América Latina é o único continente no qual é possível observar toda a sequência da formação e desenvolvimento das formas de dominação externa associadas à chamada ‘expansão da civilização moderna’” (FERNANDES, s/d), o que definiu o sentido do seu desenvolvimento:

Basicamente, a evolução das formas de dominação prende-se às transformações do capitalismo

no exterior. Este é que contém os dinamismos que dirigem e condicionam a incorporação das estruturas sociais, econômicas e políticas das sociedades latino-americanas ao espaço econômico, sociocultural e político do mundo capitalista avançado. Tais dinamismos é que definem o sentido e os limites dentro dos quais se dão as transições de uma fase a outra, bem como o padrão característico do desenvolvimento de cada fase. (FERNANDES, s/d)

Fazia, no entanto, a importante ressalva de que havia efetivamente um condicionamento interno deste processo, que dava base ao dinamismo externo. Destacavam-se dentre as condições para a transformação social no país: a demografia; o controle do espaço físico e ecológico; as bases econômicas, socioculturais e políticas. Nenhum destes elementos podia ser criado a partir de fora. Portanto, a incorporação do Brasil ao capitalismo teve uma lógica de duas faces que revelavam tanto os dinamismos externos quanto as estruturas e dinamismos internos.

O marco de passagem da primeira para a segunda “era” foi a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, iniciando todo um processo de mudança econômica da colônia, cujo ponto principal foi a abertura dos portos. A Era Neocolonial cumpriu, segundo o autor, um papel de acumulação primitiva, a partir dos recursos que passaram a ficar no país e que foram essenciais para a transformação seguinte, que gerou a Era Capitalista Dependente. Um aspecto importante a ser destacado é que, por mais que houvesse reconfigurações gerais das estruturas de uma era para outra, havia também continuidades de elementos estruturais; em cada mudança ocorrida, constituía-se uma reestruturação de elementos econômicos e mesmo ideológicos e utópicos, mas que não eram suficientes para romper com a concentração de riqueza, poder e prestígio das camadas dominadoras.

A transição entre a Era Neocolonial e a Era Burguesa — essencialmente mercantil e urbana — foi um exemplo de recomposição conciliadora que manteve a concentração de privilégios e poder no topo (FERNANDES, 1975, p. 203-4). A oligarquia mantinha a do-

minação tradicional anterior à implantação da hegemonia burguesa e, no geral, estava vinculada ao campo — no caso de São Paulo, ao plantio do café —, tendo no escravo o meio de produção por excelência.

No modelo “clássico”, a oligarquia seria a classe social que estaria em oposição direta à burguesia, pois representava o atraso. Contudo, no Brasil, “graças ao café e à associação direta com o capital financeiro mundial, os homens de negócios transformaram a oligarquia paulista em uma complicada floração do capitalismo competitivo dependente”, de tal forma que os setores arcaicos da oligarquia eram tão burgueses quanto os setores mais liberais, na medida em que houve uma convergência de interesses econômicos, sociais e políticos (FERNANDES, 1975, p. 221). Dentro do país, a forma conciliatória de maturação da classe dominante imposta pelas mãos do capital financeiro internacional processou um caminho totalmente diferente das chamadas revoluções burguesas clássicas — que foram operadas como luta entre uma classe burguesa e a antiga classe oligárquica feudal. A modernização nacional pagou altos tributos ao senhorio, não trazendo consigo todo o desenvolvimento político e social que trouxe a outros países.

A Era Capitalista Dependente no Brasil se iniciou, para Fernandes, por volta de 1880. O primeiro período, de capitalismo competitivo, estendeu-se até 1964, momento em que teria levado a uma aceleração industrial por meio de governos “demagógico-populistas”.²⁶ Apesar dos sucessivos governos que mantiveram as classes trabalhadoras manietadas por meio do “ardil populista”, o autor compreendeu que houve um desenvolvimento industrial suficiente para que nos anos 1960 ocorressem a emergência e difusão de mo-

26. Nosso autor entendeu como demagógico-populistas os governantes abastados que buscavam uma identificação com as massas populares, mas estavam intrinsecamente vinculados às necessidades de sua classe de origem. Para o autor, “o demagogo pode ser revolucionário, e às vezes a preferência da massa popular pelo demagogo significa que a melhor alternativa de luta política para a massa popular é o demagogo”, o que, segundo ele, nunca aconteceu no Brasil (FERNANDES, 1986, s/p).

vimentos de massa antiburgueses. Tais movimentos, mesmo sem representar perigo imediato, “acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: ‘contaminaram’ estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena burguesia etc.” e, desta forma, estabeleceu-se um perigoso elo entre miséria, pobreza, pressões contra a ordem e convulsões sociais (FERNANDES, 1975, p. 324).

A ditadura civil-militar de 1964 representou a barreira de contenção das pressões dentro da ordem. Segundo Fernandes, a ditadura foi o elo forte da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista no Brasil; ela foi a saída necessária para a burguesia, uma vez que a dinâmica do primeiro, ao fomentar o desenvolvimento econômico, acabou “dialeticamente” impondo a necessidade de ampliação da participação política, de uma revolução dentro da ordem, que gerasse uma democracia ampliada pela qual, pela atuação efetiva das massas, seria possível romper com o caráter autocrático e dependente do Estado nacional. A solução elitista foi o golpe militar, como forma de contrarrevolução preventiva. Sem a presença dos militares, a correlação entre superposição de tempos históricos e deslocamento do poder político não ocorreria facilmente. O golpe deu uma contribuição decisiva para garantir a concentração do poder político, ao nível estatal, necessária para a nova transição modernizadora (FERNANDES, 1980, p. 210). A implantação da ditadura civil-militar visou à incorporação do país “às economias e ao sistema de poder dos países capitalistas centrais e de sua superpotência”, pressupondo, assim, “uma nova forma de exploração da periferia, mais cruel e completa que as anteriores, nascidas da dominação colonial direta e do indiretrule” (FERNANDES, 1982, p. 25).

Valendo-se dos militares, as classes dominantes realizaram o equivalente invertido da proeza dos guerrilheiros de Sierra Maestra: ao invés de realizarem uma revolução nacional — que, no caso de Cuba, evoluiu para uma revolução contra o neocolonialismo —, as classes dominantes brasileiras deslocaram o país do capitalismo competitivo para o monopolista, promovendo a manutenção da dependência. Trata-se de uma “modernização conservadora a partir de fora”:

Os nossos burgueses entregaram-se à “modernização controlada a distância” em um estado de êxtase do extremismo infantil, uma doença corrosiva e cujos resultados já experimentamos nestes 24 anos de ditadura militar direta e indireta. Todos os setores da grande burguesia pressionam os constituintes a endossar o avesso do que é necessário à nação como um todo. Por isso, não podem ser modernos em um sentido positivo e construtivo, de fortalecer a democracia, de abater os privilégios e de acabar com o desenvolvimento desigual, a base histórica e a fonte de financiamento da aventura de uma modernização conservadora e controlada a partir de fora. (FERNANDES, 1989, p. 279-80)

Foi nesse sentido que Fernandes ressaltou que a ditadura implantada em 1964 cumpriu uma contenção contrarrevolucionária, “para garantir a ‘modernização’, a incorporação e a industrialização maciça”, produzindo um Estado autocrático que “é também um Estado heterogêneo”, que possui três faces salientes: a aparência democrática sustentada por um formalismo institucional, mas na qual “os oponentes reais estão desqualificados ou neutralizados” e “a maioria, mesmo eleitoral, não tem influência concreta”; a “política econômica de linha dura”; e, por fim, o caráter fascista, que teve como principal função “a fragmentação do movimento operário e sindical, bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular” (FERNANDES, 1979, p. 43-4).

POR DENTRO OU POR FORA DA ORDEM?

Sob a ditadura civil-militar, Florestan Fernandes recolocou o problema da revolução burguesa e, assim como Caio Prado Jr.²⁷

27. Sobre este autor, consultar o texto Caio Prado e a questão nacional: contribuições à historiografia e à filosofia contemporânea, de Yuri Martins-Fontes, disponível nesta coletânea. [Nota dos editores]

havia feito anteriormente, observou que as transformações capitalistas não ocorreram exclusivamente em função de seus requisitos intrínsecos. Pelo contrário, as várias demandas (econômicas, socio-culturais e políticas) do capital interagiram com elementos “extra ou pré-capitalistas”. Esta interação figurou entre as principais diferenças em relação ao modelo de revolução desenvolvido por Nelson Werneck Sodré²⁸, por exemplo, pois os elementos envolvidos não eram apenas reduzidos a obstáculos para o desenvolvimento capitalista, mas se funcionalizavam a um tipo específico de capitalismo dependente, de maneira que o problema central era o fato de o capitalismo brasileiro desenvolver-se apoiado no atraso.

Na definição de Fernandes, a revolução burguesa não se limitava a transformações sociais que se aproximassem tipicamente dos casos clássicos, como Inglaterra, França e Estados Unidos. Esta poderia ocorrer também em casos “atípicos avançados”, como na Alemanha e no Japão. Os países dependentes e subdesenvolvidos da América Latina também constituiriam casos atípicos de revolução burguesa, mas teriam um processo diferente daquele dos países avançados (FERNANDES, 1975, p. 236-7). As transformações estruturais alcançadas pelas sociedades avançadas, clássicas ou atípicas, por meio de suas classes altas ou pelas classes médias burguesas, indicavam o raio de ação que as “nações-proletárias” ou as “nações de lumpen-burguesias” poderiam ter, o que promovia uma revolução “dentro da ordem” (FERNANDES, 1983, p. 11). Ou seja, apesar dos percursos e dos meios para realização da revolução terem características distintas, os alvos e o caráter da revolução continuavam dentro dos padrões burgueses avançados. Contudo, nos países dependentes, a necessidade de recorrer às classes populares para impulsionar as transformações indicava uma mudança do caráter da burguesia, que teria perdido historicamente o interesse por realizar tarefas construtivas:

[28.A respeito, cf. o texto As interpretações da formação social brasileira e a problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré, de Maria de Annuniação Madureira, disponível nesta coletânea. [Nota dos editores]

As classes burguesas não se propõem às tarefas históricas construtivas, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática; e as classes trabalhadoras têm de definir por si próprias o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo e até o fim, por causa de vários fatores (a persistência de estruturas coloniais e neocoloniais que afetam as relações de produção, a distribuição e o consumo; a aliança com burguesias externas imperialistas; o medo permanente de deslocamento, que atormenta os setores nacionais da burguesia — diante dos deserdados da terra e do proletariado, mas, também, diante dos centros imperiais). (FERNANDES, 1981, p. 12-3)

Havia uma oscilação no pensamento de Fernandes entre a revolução “dentro da ordem” e a revolução “contra a ordem” (FERNANDES, 1981, p. 81), pois, para além do combate à ditadura civil-militar, as opções que se apresentavam historicamente eram a revolução burguesa atrasada ou a revolução socialista avançada. Assim, ao pensar na constituição dos caminhos possíveis para a revolução brasileira, Fernandes manteve ambas as posições como alternativas possíveis e articuláveis.

Em vários sentidos, as ideias de revolução “dentro da ordem” e “contra a ordem” não difeririam do debate iniciado na II Internacional segundo o qual a reforma e a revolução são articuláveis em etapas. No entanto, para os reformistas e revolucionários do pré-64, fosse qual fosse o caminho adotado, não era possível ter expectativas em relação à “burguesia nacional”:

A época das revoluções burguesas já passou; os países capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo autodefensivo das burguesias periféricas.

Estamos na época das revoluções proletárias e pouco importa que elas só tenham aparecido nos “elos débeis” do capitalismo. O que se configurava como um processo que iria dos países centrais para a periferia de fato caminhará da periferia para o centro! (FERNANDES, 1981, p. 14)

Por este ângulo, sua concepção revolucionária se aproximou da concepção de Lenin em relação à Revolução Russa. Fernandes expôs claramente a mudança do sentido da dominação burguesa em sua ascensão clássica, na qual o raio histórico da revolução é “fechado e estreito”, esgotando-se rapidamente quando a burguesia conquista o poder. Tomando o caso francês, o sociólogo definiu a convocação dos Estados Gerais (em 1789) e o esmagamento da Comuna de Paris (1871) como marcos nos quais a burguesia teve de optar entre a “utopia” revolucionária extracapitalista ou os ditames egoístas burgueses, regulados pela reprodução ampliada do capital. Com a vitória da última tendência, desenvolveu-se uma burguesia crescentemente conservadora e reacionária, mas que fomentou, dentro do capitalismo, revoluções técnicas sucessivas — ao passo que filtrava e satisfazia determinadas pressões anarquistas, sindicalistas e socialistas das massas (FERNANDES, 1981, p. 21). Portanto, ainda que a burguesia tivesse perdido sua capacidade revolucionária nos países avançados, esta promovera transformações positivas, que permaneceram como parâmetros para os países dependentes.

Com a II Guerra Mundial, apesar da derrota nazista no campo de batalha, o fascismo persistiu como “ideologia e utopia”, seja de modo difuso, seja como uma força política organizada. Continuavam, assim, a existir versões explícitas do fascismo em vários países, incluído os latino-americanos (FERNANDES, 1981b, p. 15). Segundo Fernandes, na América Latina desenvolveu-se uma versão complexa do fascismo, que se apresentou como uma contrarrevolução em dois níveis: no primeiro, ergueu-se contra a democratização como processo social de mudança, isto é, contra a “revolução dentro da ordem”; no segundo, contra todos os movimentos socialistas, portanto, em oposição à “revolução contra a ordem”.

Estas formas de “subfascismo” ou “pré-fascismo” não seriam frutos diretos das estruturas arcaicas da região, mas sim um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais, que visavam a garantir a estabilidade política da periferia. O baixo nível da autonomia destes países em relação à ordem política impedia a eclosão do fascismo em suas formas extremas, mas o elemento propriamente fascista aparecia na conexão política seja da dominação autocrática, seja do Estado burguês autocrático.

Como resultado de tais distorções da ordem política, os processos de “integração nacional” e “revolução nacional” tornavam-se impossíveis:

Nesse sentido, o elemento essencial das ações e processos políticos parece ser a contrarrevolução, que afirma a totalidade por sua negação, isto é, uma “unidade” e uma “segurança” da Nação que não passam de uma unidade e segurança dos interesses, valores e estilo de vida das classes dominantes, bem como do seu reflexo na concepção totalitária da onipotência de tais classes. Por isso, numa situação-limite, de crise e de tensão extremas, a hegemonia social das grandes famílias, ou da oligarquia, ou da burguesia é imposta pelo reverso da sua normalidade (o que inverte a relação das grandes famílias, da oligarquia e da burguesia com a ordem legal que elas apoiam). Aqui se acha uma combinação ultracontraditória de extremos, uma racionalidade que é irracional, uma defesa que é uma destruição, uma solução que elimina as transições normais e intensifica as potencialidades revolucionárias de crise. (FERNANDES, 1981b, p.22)

O desenvolvimento capitalista associado e dependente criou um padrão de articulação política aos níveis continental e mundial, de forma que a dominação externa imperialista deprimiu e distorceu

a ordem política interna para maximizar os seus interesses econômicos ou objetivos políticos e militares, controlando a distância o processo de modernização acelerada. Na medida em que os diferentes sistemas políticos latino-americanos exigiam mudanças estruturais, os interesses estrangeiros inclinaram-se para a contrarrevolução, que era reforçada pelas tendências das “elites” nos poderes locais, num processo que foi consolidado e generalizado durante a guerra fria:

A confluência desses processos imprimia às burguesias dependentes e impotentes da América Latina um papel ativo e considerável na contrarrevolução capitalista e no “cerco ao comunismo”, ambos de âmbito mundial, e acarretava, como contrapartida, uma clara intensificação das tendências à fascistização do Estado, apoiadas em assessoria policial-militar e política, em recursos materiais ou humanos e em estratégias vindas de fora (como parte da “modernização global”). (FERNANDES, 1981b, p.27)

Com esta dinâmica, buscou-se eliminar o “nacionalismo revolucionário” e o “socialismo revolucionário”, compondo um cenário de burguesias nacionais fortemente pró-imperialistas. Desta forma, realizava-se uma transição para o capitalismo industrial guiada pelo tripé: burguesia nacional, Estado e multinacionais; apoiada pela “imperialização total” dos centros de poder e decisão. Em tal contexto, as únicas alternativas seriam ou uma democracia pluralista ou o socialismo. Mesmo assim Fernandes alertava: “tendo-se em vista o pano de fundo descrito, a emergência de um novo tipo de fascismo poderá estar articulada à transformação da ‘democracia pluralista’ na cidadela da contrarrevolução mundial” (FERNANDES, 1981b, p. 33). Portanto, neste caso, a única alternativa possível para uma autêntica revolução democrática seria o socialismo (FERNANDES, 1981b, p. 33).

Para o sociólogo, as revoluções proletárias da época precisariam descartar as burguesias nacionais para romper o controle imperialista e o modelo de desenvolvimento capitalista e assim realizar

as “revoluções” agrícola, urbana, industrial, nacional e democrática — que foram impossíveis sob os capitalismo colonial, neocolonial e dependente. Caberia aos socialistas revolucionários e aos comunistas trabalharem a favor da instauração de um novo padrão civilizatório, mesmo sob duras e cruéis condições (FERNANDES, 1981, p. 88).

A posição de Florestan Fernandes radicalizou-se em relação às propostas dos comunistas no pré-64, ainda que tenha permanecido em grande medida dentro da lógica global de Lenin e da Revolução Russa. É certo que o autor não acentuou a necessidade da instauração do capitalismo de Estado, tampouco a negou. Em vários momentos pareceu aprovar o processo de planificação que ocorria na Rússia, no qual a sociologia poderia inclusive cumprir funções positivas. Além disso, a ideia de que a contrarrevolução burguesa estaria vinculada ao fascismo e ao imperialismo parece se aproximar também das posições soviéticas.

Diferentemente das previsões de Fernandes, a contrarrevolução não fomentou no Brasil os “ódios coletivos” e as energias revolucionárias das classes trabalhadoras e das massas populares, como ocorrera nos casos da Rússia, da China e de Cuba. Pelo contrário, o processo final da ditadura civil-militar e sua distensão prolongada coincidiu com o colapso dos países comunistas e com a reabilitação positiva da “civilização capitalista”. Ou seja, com a ascensão do neoliberalismo, não ocorreu o avanço da revolução da periferia para o centro, mas o bloqueio global ao horizonte revolucionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, P. E. Um departamento francês de ultramar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARRUDA, M. A. N. A sociologia no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). História das ciências sociais no Brasil v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.

BASTOS, E. R. et al. Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 2006.

BLANCO, A. Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

CARDOSO, F. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difel, 1977.

_____. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: Difel, 1972.

_____; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CHAGAS, R. P. Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011.

CHASIN, J. Ad Hominem: rota e perspectiva de um projeto marxista. Ensaios Ad Hominem, Santo André, Ad Hominem, n. 1 t. 1: marxismo, 1999.

COTRIM, I. FHC: capitalismo dependente e politicização. São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

FERNANDES, F. The Latin American in residence lectures. Toronto: University of Toronto, 1969.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- _____. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. A condição de sociólogo. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1979a.
- _____. Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”. São Paulo: Hucitec, 1979b.
- _____. A natureza sociológica da sociologia. São Paulo: Ática, 1980a.
- _____. Brasil: em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980b.
- _____. Movimento socialista e partidos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980c.
- _____. O que é revolução? São Paulo: Brasiliense, 1981a.
- _____. Poder e contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.
- _____. Sociedade de classe e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981c.
- _____. A ditadura em questão. São Paulo: TA Queiroz, 1982.
- _____. Introdução. In: _____. (Org.) Marx/Engels: história. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. Palestra de lançamento de campanha na Fundação Santo André, mimeo., 1986.
- _____. A constituição inacabada: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- _____. Democracia e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. Carta para Barbara Freitag, S. Paulo, 6 abr. 1967. In: FREITAG, B. Florestan por ele mesmo. Estudos Avançados, n. 26, São Paulo, 1996.
- _____. Introdução. In: MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.
- _____. Da guerrilha ao socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.
- _____. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, e-book, 2010.

_____. A dominação externa no Brasil. Manuscrito, Colesp-UFSCar — Fundo Florestan Fernandes, S/D.

OURIQUES, N. O colapso do figurino francês. Florianópolis: Insular, 2017.

PAIVA, C. A. N. Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes. Dissertação (Mestrado) — Unicamp, Campinas, 1991.

PEIXOTO, F. A. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (Org.). História das ciências sociais no Brasil v.1. São Paulo: Sumaré, 2001.

RAGO FILHO, A. A filosofia de José Arthur Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulista. Revista Verinotio, Santo André, n. 9, ano V, nov. 2008.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. In: Sequências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WALLERSTEIN, I. et al. Open the social sciences. Califórnia: Stanford University Press, 1996.

Para saber mais:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia. Café Filosófico, São Paulo: TV Cultura, s/d. Disponível em: <<https://youtu.be/knHYevT7DLs>>.

CERQUEIRA, Laurez. Florestan Fernandes: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHAGAS, Rodrigo. Florestan Fernandes. In: Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF – Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/AOjJOTx6OxA>>.

COLEÇÕES ESPECIAIS. Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

D'INCAO, Maria Angela (Org.). O saber militante. São Paulo: Unesp, 1987.

FREITAG, Barbara. Florestan por ele mesmo. In: Estudos Avançados IEA/USP, São Paulo, n. 26, 1996.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Destino ímpar: sobre a forma-

ção de Florestan Fernandes. São Paulo: 34, 2002.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. Estudos Avançados, coleção documentos nº 18, série ciências humanas: sub série história nº 3. São Paulo: IEA, 2001.

MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.) Florestan Fernandes ou o sentido das coisas. São Paulo: Boitempo, 1998.

RODA VIVA. Florestan Fernandes. São Paulo: TV Cultura, 1994. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MQe-35fx66lU>>.

SOARES, Eliane Veras. Florestan Fernandes: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.

STEFANELLI, Roberto. Florestan Fernandes: o mestre. 2004. Disponível em: <https://youtu.be/ncGSS2yyhNw>>.

CAIO PRADO E A QUESTÃO NACIONAL: CONTRIBUIÇÕES À HISTORIOGRAFIA E À FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

YURI MARTINS-FONTES²⁹

Dentre os principais pensadores que interpretaram a realidade brasileira e latino-americana, Caio Prado Júnior sobressaiu no panorama intelectual do continente por sua elaborada interpretação histórico-dialética da questão nacional, tanto de nossa nação como da América como um todo³⁰.

Foi dos primeiros marxistas a recusar modelos eurocêntricos, concebendo o materialismo histórico sob uma perspectiva autenticamente brasileira, americana. Destacou-se também por suas amplas investigações acerca de aspectos filosóficos do marxismo, embora neste campo do conhecimento – ainda tão fechado a pensadores fora do circuito dominante europeu – sua obra tenha sido pouco estudada com a profundidade que mereceria.³¹

Rompendo com o racionalismo vulgar da modernidade burguesa – de viés positivista ou cientificista, remanescente da tra-

29. Bacharel em filosofia e em engenharia pela USP, com doutorado em história econômica (FFLCH-USP/CNRS-França), e pós-doutorados em Ética e Filosofia Política (PPD-USP), e em História, Cultura e Trabalho (PUC-SP/PNPD). Pesquisa o marxismo, os movimentos sociais e os saberes originários, além da literatura contemporânea, sendo autor de livros e artigos sobre os temas. Exerce atividades como professor, escritor, tradutor e jornalista; coordena projetos de educação popular e formação política do Núcleo Práxis-USP; desde 1999 colabora com a mídia independente. E-mail: yurimfl@usp.br.

30. Este artigo se baseia e atualiza capítulo relativo a Caio Prado do livro *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui* (Alameda/Fapesp, 2018) – trabalho que é versão de tese de doutorado (2015) orientada por Lincoln Secco (USP) e Michael Löwy (CNRS).

31. [Apesar de sua projeção, Caio Prado tem estado algo alijado da academia nos últimos anos, o que em parte se deve a certa tendência pós-moderna de relativização do conhecimento, que, sem observar o todo de sua obra, apega-se a detalhes supostamente imprecisos, para assim arvorar teorias vistosas – que, se não são

dição iluminista do século XIX –, seu pensamento revela-se como sendo efetivamente “contemporâneo”, ou seja: um pensamento de-práxis, que supera a artificial separação moderna entre as dimensões teórica e prática do saber. Contrário aos esquematismos simplistas baseados no modelo europeu (o que contaminou inclusive certas correntes marxistas), o marxismo caiopradiano entendeu o conhecimento como um processo dialético, em que a teoria e a prática são atividades interdependentes: constroem-se e reconstróem-se uma à outra. Sua concepção de práxis – conceito tido por ele como o princípio nuclear da contemporaneidade – a de que a teoria é inerente à prática, e a prática, por sua vez, guia a teoria e a refina (MARTINS-FONTES, 2018).

Além de contribuições às várias ciências históricas (historiografia, geografia, economia, política), Caio Prado destacou-se também como filósofo, tendo dedicado à reflexão filosófica marxista uma rica história do conhecimento dialético e o interessante conceito de sentido (da história, do conhecimento, da ação política), cuja raiz está em seus estudos historiográficos.

Contrapondo-se à passividade da linhagem evolucionista do marxismo, predominante no início do século XX, que vê o movimento da sociedade como uma parte do movimento da natureza (algo, portanto, independente da vontade humana), ele defendeu a ideia de que, para um crítico marxista, o valor do conhecimento consiste em favorecer a possibilidade de intervenção humana na história. Assim, a função de um pensador de nosso tempo não se reduz a desvendar o sentido resultante do processo por ele avaliado – mas, sobretudo, é preciso que se relacione a investigação filosófico-cientí-

mais precisas, aquecem o mercado editorial. Agravam o problema as dificuldades econômicas impostas pelos detentores de seus direitos autorais à reedição de seus escritos e mesmo à primeira edição de diversos manuscritos inéditos, guardados nos arquivos do IEB-USP. O marxista não efetivou a liberação dos direitos de sua obra antes de falecer, de modo que posturas restritivas e interesses comerciais têm encarecido e gerado problemas jurídicos às tentativas de divulgar amplamente suas ideias – como era seu desejo, conforme se pode verificar em todo o trabalho de sua vida. Mais informações sobre esse tema na página do Núcleo Práxis-USP (<https://nucleopraxisusp.org/caio-prado-historia-y-filosofia>).].

fica à atividade política, revolucionária.

Tal posição transparecia em diversos trabalhos seus, como *O que é filosofia* (PRADO JR., 1981 [1977]), em que afirmava caber ao intelectual engajar-se, desempenhar seu “papel” na “existência humana”, oferecer diretivas para sua “ação e conduta”³². É mediante a crítica do conhecimento em sua totalidade que se pode desvendar a “linha mestra” que dirige a sociedade. Somente então pode-se propor sua reorientação e – o que é fundamental ao pensador contemporâneo – agir pela correção do sentido deste processo, tornando realidade a filosofia.

No século XXI, Caio Prado permanece um pensador atual e um dos autores críticos latino-americanos mais debatidos; seus conceitos influenciaram diversas áreas do saber – da história e política à filosofia.

PANORAMA POLÍTICO E INTELECTUAL

Nos anos 1930, durante o período entre as duas Grandes Guerras, a sociedade brasileira vivia uma efervescência cultural, iniciada na década de 1920, com o movimento modernista. A crise capitalista, que se tornava mais explícita, desafiava o pensamento brasileiro. Neste cenário, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. despontou como um dos precursores dos questionamentos sobre o que caracteriza o “ser brasileiro”.

Militante comunista engajado durante toda a vida adulta (em que atuou pelo Partido Comunista – o atual PCB), Caio Prado não deve ser entendido somente como um intelectual dos mais completos: ele foi antes um revolucionário. Espírito combativo, logo cedo partiu para decifrar a realidade brasileira – abandonando sua

32. *O que é filosofia* é um longo e denso ensaio de 1977, reeditado como livro em 1981. Além deste livro, o autor discorre sobre a práxis também em outras de suas obras filosóficas, especialmente nos dois escritos em que polemiza com a onda estruturalista: *O estruturalismo de Lévi-Strauss*, o marxismo de Althusser (1971). Sobre o tema da centralidade categórica da práxis na filosofia marxista, ver: *Filosofia da práxis* (1968), de Adolfo Sánchez Vázquez.

vida de rico privilegiado para percorrer os rudes sertões do país, no intuito de encontrar uma resposta para os problemas que via escancarados frente a si: a miséria e o atraso que persistiam amplamente em uma nação com abundantes recursos, mas cujo desenvolvimento era lento, irregular e sempre voltado ao exterior; uma “seminação”, incompleta em sua constituição e que jamais se enxergou a si mesma.

Por meio de seu engajamento político e trabalhos de campo que o aproximaram do povo – em expedições nas quais “redescobriu o passado” da nação –, nosso autor repensou o presente, abrindo perspectivas para as “tendências futuras” do país. Dada sua “originalidade”, o intelectual e revolucionário instituiu “toda uma corrente” não só da historiografia, mas do “pensamento brasileiro” – sendo indubitável sua relevância para o “conjunto das ciências sociais” e para a “história das ideias filosóficas”. Nelson Werneck Sodré, Francisco Iglésias, Antonio Candido e Florestan Fernandes são alguns dos grandes nomes a quem seu pensamento marcou (IANNI, 1989).

Caio Prado foi um pioneiro da tão atual análise “interdisciplinar”; sua análise mediou fatores econômicos, sociais, políticos e culturais – rompendo com as estreitas compartimentações científicas típicas da modernidade eurocêntrica, que até hoje travancam o desenvolvimento do conhecimento. Buscou relacionar o todo e suas partes: o sentido geral (resultante da totalidade social) e as particularidades do processo – de acordo com uma perspectiva complexa e atual que apenas começava a ser elaborada.

Em sua busca pela multiplicidade de aspectos, aprofundou-se na investigação de vários campos do saber – e neste intento de “totalização”, ele, de início um cientista humano, chegou aos debates da filosofia. Sua formação nas humanidades principiou com atividades práticas – estudos de campo, militância política –, experiências de vida de que ele partiu para erigir seu discurso científico. Da mesma forma, sua incursão na filosofia não foi diletante, mas esteve sempre ancorada na história. A partir da reflexão filosófica, ele buscou refinar e defender suas análises da história, para daí elaborar diretrizes político-econômicas mais precisas, de modo a agir concretamente

33. Conforme sua mencionada concepção da práxis, a realidade, uma vez modificada, agirá a seu turno sobre aquele conhecimento primeiro, num perene processo dialético.]

sobre a realidade, em especial pela massificação da conscientização popular.³³

Esse tema está presente desde logo em diversos momentos da obra do marxista, a começar pelas críticas que teceu nos anos 1930 à passividade da social-democracia da Europa Ocidental, em URSS: um novo mundo, e permeou todo seu pensamento até culminar no embate que promoveu contra o estruturalismo (O estruturalismo de Lévi-Strauss, o marxismo de Althusser, de 1971), teoria que se tornara moda na segunda metade do século. Além destes livros publicados, ele tratou do assunto da práxis também em vários manuscritos de seu acervo, ora pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), dentre os quais vale citar o caderno “Desenvolvimento da Inteligência” (PRADO JR., s/d), obra lamentavelmente ainda inédita, na qual ponderava:

O conhecimento existe em função da ação, isso é, visa à ação. Um de seus caracteres essenciais – senão o essencial – é tornar possível ao indivíduo agente “reconhecer-se” no seio da realidade, saber com que está lidando, em face do que se encontra.³⁴

Sua ideia é a de que o intelectual comunista tem como requisito fundamental a ação que promova a causa revolucionária – posição que nega o estatuto de marxista a quem separe obra teórica de prática militante.

Caio Prado, ao mesmo tempo que foi um radicalizador do marxismo do PCB (cuja atenção estava voltada à questão prática da política nacional), foi também um precursor do chamado “marxismo uspiano” (tendência crítica de característica teórica, que se ocupou sobretudo em entender as particularidades da realidade brasileira)³⁵. Suas posições autônomas e polêmicas, especialmente em evidência

34. Observação: atualizei neste ensaio a grafia dos diversos documentos manuscritos, pertencentes ao Fundo Caio Prado Júnior, do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, por mim transcritos e citados neste trabalho.

35. Prado Jr. viu nossa formação como “capítulo” da história europeia (Formação, 1942). Vide sobre o tema: Paulo Arantes, Um departamento francês de ultramar (1994).

a partir dos anos 1960, aosuscitar debates com autores identificados com estas duas fortes orientações político-intelectuais, acabaram por promover o encontro entre ambas as escolas marxistas brasileiras – pecebista e uspiana –, então as mais influentes no país.

PERÍODO DE FORMAÇÃO

Caio da Silva Prado Júnior. nasceu em 1907, paulistano, filho de uma rica família de cafeicultores e industriais. Cresceu estudando com professores particulares e frequentou boas escolas – inclusive no exterior. Desde bem novo se interessou pelas questões humanas; em 1922 assistiu à Semana de Arte Moderna, e em 1924 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo (a Faculdade de Filosofia ainda não existia).

Dada a precariedade do meio universitário brasileiro de então, sua origem de classe foi fator-chave a lhe permitir “refinada e sólida formação intelectual”, escapando assim dos esquematismos que tantas vezes “soçobram” os intelectuais marxistas (NOVAIS, 1983). Para nosso autor, o marxismo não foi um desdobramento natural da radicalização de um intelectual de classe média, mas um verdadeiro “rompimento com as raízes” cujo desfecho foi o engajamento como “intelectual orgânico do mundo do trabalho”.

Nesta época, anterior à Revolução de 1930, a política no Brasil era dominada pelas oligarquias regionais, não havendo partidos de dimensão nacional. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista (PRP) dominava a cena, com um poder que ressoava nacionalmente. Contudo, a oposição ao clientelismo deste partido – por parte das classes médias e também de certa dissidência oligárquica – se fortalecia (em especial a partir de 1922, com o movimento tenentista). A pauta política progressista de então centrava-se em promover um Estado nacional forte, que se contrapusesse à supremacia das elites paulistas.

Em 1926 foi fundado o Partido Democrático (PD), com a bandeira da “renovação dos costumes políticos brasileiros” – que, no entanto, tinha como lideranças fazendeiros paulistas, que depois se mostrariam avessos a abrir mão do poder sobre os negócios públicos

que suas posses avantajadas lhes permitiam.

Neste panorama político restringido, em sua primeira experiência partidária Caio Prado Jr. filiou-se ao PD (1928) – no qual em curto tempo desempenharia atuação intensa. Era apenas o começo do que seria toda uma vida de engajamento. O objetivo do PD era promover a Campanha Liberal, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas contra o oficialista Júlio Prestes (sustentado pelo presidente em fim de mandato, Washington Luís). Neste contexto inflamado, um arroubo verbal levaria Caio à prisão – a primeira de uma série –, ao gritar uma saudação a Vargas em plena cerimônia da candidatura de seu oponente, J. Prestes. Em processo fraudulento, o candidato oficial da decadente elite paulista foi eleito; mas as forças opositoras – especialmente facções da oligarquia periférica gaúcha e os tenentes – aliaram-se e ganharam adeptos³⁶.

Por estes tempos, Prado Jr. atuou em ações conspiratórias, promovendo a comunicação entre líderes subversivos, estimulando membros hesitantes e participando da logística da operação de sabotagem da estrada Rio-São Paulo – com o intuito de impedir o governo situacionista de se defender do avanço das tropas revolucionárias que marchavam desde o Sul do país (IGLÉSIAS, 1982).

Com a vitória dos revoltosos e Vargas instalado no poder, o PD teve expostas suas dissensões e falta de programa. A desorientação foi logo percebida pelo jovem militante que, decepcionado com as limitações de sua facção burguesa “radical” em enfrentar as oligarquias, transcendeu “resistências psicológicas” e venceu “barreiras sociais”, em um movimento sem volta, momento de inflexão no qual, segundo Florestan Fernandes (1989), Caio Prado destruiu todas as “concepções”, “valores” e “suas próprias raízes” de classe – radicalizando-se.

Em 1931, ingressou no Partido Comunista do Brasil (antiga

36. Ver sobre o tema: Edgard Carone, *Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938*(1989), cap. 4. Cabe também citar, dentre as forças opositoras, a oligarquia periférica mineira (pecuária), bem como a baiana e a pernambucana, além das novas classes médias urbanas.

denominação do atual PCB), força política sem base numerosa, mas com um programa consistente, radical – que tocava a raiz do problema nacional. Membro bastante ativo, Prado Jr. envolveu-se com a organização dos trabalhadores, através de trabalhos de base. Este contato direto com o povo lhe ofereceria uma nova perspectiva sobre a vida: seu ingresso em uma “extraordinária aventura humana” (FERREIRA LIMA, 1989).

Caio Prado Jr. militou e foi fiel a seu partido por toda a vida, mantendo-se organicamente pertencente à agremiação que no Brasil liderava a luta internacional pela causa que, além de ética, ele entendia como a própria razão de ser do homem contemporâneo. Vale contextualizar que, por aquele tempo, ser comunista tinha um significado intrinsecamente ligado à militância partidária internacionalista: errar junto ao partido valia mais de que acertar individualmente. Tratava-se de um sentimento de entrega coletiva, uma decisão existencial. Na imagem poética de Neruda (2005 [1950]), tal pertencimento tornava o militante “indestrutível”, agregava a ele “a força de todos os que vivem”: “porque contigo [meu Partido], não termino em mim mesmo”³⁷

PRÁXIS POLÍTICO-FILOSÓFICA

A sociedade brasileira, no conturbado início da década de 1930, ansiava por uma “nova ideologia” que refletisse os novos tempos que se redesenhavam. Deu-se assim uma divisão entre socialistas e integralistas – diante do que Caio Prado “não hesitou” em se decidir pelo socialismo (FONSECA, 1991).

Neste contexto, o Estado de São Paulo continuava no centro das disputas nacionais, em uma crise política que culminaria na mal nomeada Revolução Constitucionalista de 1932 – que foi antes

37. Pablo Neruda, “A mi partido” (XXVII), em Canto general (2005 [1950]): “Me has agregado la fuerza de todos los que viven (...) Me has hecho ver la claridad del mundo y la posibilidad de la alegría / Me has hecho indestructible porque contigo no termino en mí mismo”.

um golpe de Estado promovido pelas velhas oligarquias paulistas, a fim de restabelecer a ordem anterior e frear as reformas. Prado Jr., comunista recém-filiado, logo se colocou na oposição a este movimento sedicioso (que chegou a atrair até alguns desavisados artistas da vanguarda modernista).

Um ano após o golpe paulista, nosso autor visitou a União Soviética, e à volta fez famosa conferência no Clube dos Artistas Modernos, onde o público se espalhava por “mais de 150 metros pela rua” (CARVALHO, 1939)³⁸. Este foi talvez o palco de sua primeira atuação significativa como formador de opinião – publicista revolucionário –, atividade que durante toda a vida considerou tarefa primordial de um marxista.

Ainda neste ano de 1933, escreveu *Evolução política do Brasil*, sua primeira grande obra, considerada fundadora da análise de profundidade filosófica sobre a realidade nacional: um marco da história do marxismo no Brasil. Antes de Prado Jr., alguns autores já haviam tentado elaborar uma crítica de nossa sociedade utilizando o marxismo; esbarraram, contudo, em modelos rígidos, importados da Europa Ocidental, o que não lhes permitiu refinar sua interpretação. Foi, enfim, com a análise criadora do autor em pauta, avessa a mecanicismos, que se inaugurou no Brasil um materialismo histórico de dimensão mais plena, enquanto efetiva filosofia da práxis.

Com o impacto da produção historiográfica caiopradiana, o marxismo passou a ser sistematicamente aplicado nas reflexões humanísticas brasileiras. Pensador marxista que estudou com esmero a obra do autor d’*O capital*, Caio Prado absorveu com inteligência seu sentido mais profundo. É o caso da original perspectiva, logo de início oferecida ao leitor, em seu livro *Evolução política do Brasil* (1933): a de “linha mestra”, ou seja, um sentido histórico que resulta da interação da totalidade de forças que compõe a história.

38. Os membros do CAM se opunham à SPAM pelo seu “elitismo” e “falta de compromisso político e social” – “detestamos elites”, afirmava o líder Flávio de Carvalho; vide: A. Couto, *Clube dos Artistas Modernos (CAM)*, em *Temas das artes*. (CAM), em *Temas das artes*.

Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior.

Caio Prado (1933) continuou essa sua ideia citando o historiador Max Beer, autor de *História geral do socialismo*: “há muito se faz sentir a necessidade de uma história que não seja a glorificação das classes dirigentes”. E é isto que ele mesmo elaborará no Brasil: uma história que desse justa ênfase à ideia de revolução e às lutas do período regencial, ressaltando o histórico das “pouco compreendidas” revoluções populares “da Menoridade” (1831-1840) – a Cabanada do Pará (1833-1936), a Balaiada do Maranhão (1838-1841) e a Revolta Praieira em Pernambuco (1848) – situando-as em nossa história, de que até então estiveram ideologicamente ausentes, mostrando-as “não como fatos ocasionais e isolados”, mas como “fruto que são do desenvolvimento histórico da revolução da independência”.

Em 1934, publicou *URSS: um novo mundo, fruto da popularidade de suas palestras de 1932*, um gênero híbrido – entre a crônica de viagem e a análise político-econômica e mesmo cultural da Revolução Bolchevique – cujo processo construtivo e argumentativo remete ao seu livro anterior. Na obra, investia contra o discurso vazio, “pomposo”, da social-democracia parlamentar, defendendo a ética da insurreição revolucionária: a única que realizou concretamente o lema da “igualdade entre os homens”, que era apenas ostentado nas frouxas bandeiras da chamada “democracia burguesa”. Esta publicação (seu segundo livro) foi apreendida pela polícia, o que acabou por trazer ao jovem escritor um reconhecimento nos meios comunistas (com que ele não ainda contara em sua sofisticada análise de *Evolução...*).

Desde cedo inclinado à formação de opinião, tão logo se filiou ao PCB, Caio Prado Jr. passou a desempenhar a atividade de editor, na qual se consagraria mais tarde com a Editora Brasiliense.

Começou editando o efêmero jornal A Luta, e em seguida traduziu e publicou Teoria do materialismo dialético, de Bukharin (1921) – obra de função didática, visando à popularização do marxismo. Para tanto, desviou verba de sua abastada família e financiou a gráfica clandestina. Além do dinheiro familiar, costumava interceder junto a seus contatos para captar recursos – amizades progressistas que o apoiaram na tarefa de sustentar empreendimentos (e fortalecer seu partido).

Apesar da engajada entrega partidária, Prado Jr. não se furtava a uma polêmica que considerasse necessária. Amante do conhecimento, manteve por toda a vida sua postura crítica de pensador independente.

Não obstante, se é certo que a autonomia do marxismo de nosso autor teve que enfrentar várias divergências com a direção do PCB, não cabe tampouco exacerbá-las. Na época “obreirista” do Partido, em que a exaltação partidária do operariado levou a preconceitos anti-intelectuais, o ainda recente comunista tornou-se o representante do partido na Aliança Nacional Libertadora (1935), na qual chegaria a desempenhar o cargo de vice-presidente; em 1945, concorreu na disputa a deputado federal, mas não foi eleito; dois anos depois, elegeu-se deputado estadual.

Em paralelo ao Parlamento, comandou o jornal A Plata – onde publicou vários artigos sobre o programa “anti-imperialista” da Aliança, ocasião na qual entrou em conflito direto com representantes das classes dominantes, como o historiador Roberto Simonsen. Tais atividades denotam que, mesmo não pertencendo ao núcleo dirigente pecebista, ele desempenhou atividades de importância, dispendo, portanto, de confiança da direção.

Como deputado, operou intensamente, destacando-se como dos mais atuantes parlamentares. Certa vez, para obstruir a discussão de um projeto antipopular, discursou durante oito horas, surpreendendo seus próprios camaradas. Dentre seus principais projetos, lutou por: aumento salarial geral; reforma do sistema tributário (incluindo a taxação de latifúndios, de modo a fomentar a reforma agrária); e ensino gratuito. Apresentou, ainda, o projeto de criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

(1960). Cassado em 1948, foi preso por três meses, acontecimento que o fez constatar que o Brasil não tinha – e suas elites não desejavam ter – nem mesmo uma reles “democracia burguesa”.

Em 1954, candidatou-se a professor livre-docente na Faculdade de Direito da USP, com a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, mas, embora aprovado, teve sua cadeira de professor recusada pela (até hoje) conservadora instituição em que se formara. No ano seguinte lançou a *Revista Brasiliense*, projeto editorial de vanguarda que marcou o debate intelectual brasileiro, tendo reunido ampla gama de pensadores em torno do exame de nossa questão nacional.

Já em plena ditadura, lançou *A revolução brasileira* (1966) – em que articulava duras críticas à política socialista que predominava; e acusava o que considerava terem sido equívocos por parte do PC soviético – lamentando a “longa fase de acentuado dogmatismo que imperou em todo o pensamento marxista, como fruto dos graves erros do stalinismo”. Note-se que, apesar de sua convicção no caminho bolchevique, Caio Prado refutava os sectarismos, tema pelo qual polemizou com o PCB em algumas ocasiões.

Após o golpe militar de 1964, suas posições antidogmáticas o tornaram referência no socialismo brasileiro. Em 1967, foi convidado a dar entrevista à revista *Revisão* dos alunos da Faculdade de Filosofia da USP, na qual foi questionado sobre a “via” para a conquista do poder; afirmou acreditar que existem ambas as possibilidades, pacífica ou armada, conforme seja a superioridade de forças populares quando se efetive o momento, mas que o importante não era “discutir a forma de luta, e sim começar a lutar”. Mantendo seu sonho (conforme exige Lênin de um revolucionário) sempre pautado pela realidade³⁹ –, completou sua resposta, em uma rara alusão

39,[V. I. Lênin, em *Que fazer?* (1977 [1902]) “O desacordo entre o sonho e a realidade nada tem de nocivo se, cada vez que sonha, o homem acredita seriamente em seu sonho, se observa atentamente a vida, compara suas observações com seus castelos no ar e, de uma forma geral, trabalha conscientemente para a realização de seu sonho.”]

pública desta época à insurreição armada:

são as contingências do momento que vão indicar que espécie de luta se vai fazer. Se se dissesse, concretamente, que existem, em São Paulo, 30 ou 40 mil trabalhadores dispostos a pegar em armas e tomar o poder, é evidente que nossa tarefa é arranjar armas para estes operários e ajudá-los a tomar o poder. Mas não adianta programar a luta armada, se não existem os elementos capazes de concretizá-la. A forma de ação é determinada pelas circunstâncias e condições do momento.

Em consequência da dura repressão dos generais, esta transgressão o levou de novo ao cárcere (em 1970), acusado de incitar a “luta armada”. Por se exceder no discurso, ele tinha sido detido em 1935 (prisão justificada por ser ele “portador de ideias extremistas das quais não fazia nenhum segredo desde que fora à Rússia”); porém, a detenção de agora trazia certa ironia, já que ele afirmava justamente não haver condições para um levante insurrecional no momento (mas a pouca “inteligência” militar-golpista não percebeu a diferença)⁴⁰.

Encarcerado desta vez por maior tempo, Caio Prado se entregou novamente aos debates filosóficos. Seus manuscritos desse novo período prisional (em que polemizava com os estruturalistas Lévi-Strauss e Althusser) seriam os ensaios em defesa da filosofia marxista – contra os desvios de certo marxismo afetado pela onda do estruturalismo.

Libertado em 1971, já idoso, reduziu sua atividade política e dedicou-se a produzir suas derradeiras obras filosóficas e científicas.

Morreu em 1990, já consagrado como um dos maiores pensadores revolucionários brasileiros.

40 Conforme o documento de sua detenção, de 3 dez. 1935.]

POR UM AUTÊNTICO MARXISMO LATINO-AMERICANO

Quando Caio Prado ingressou nas fileiras do Partido Comunista, iniciaram-se as polêmicas que o acompanhariam sempre. Suas análises não-mecanicistas do marxismo desde cedo encontram opositores (nessa época em que pensamento marxista estava bastante contagiado pelo “positivismo”).

Até então, por entre significativa parcela dos comunistas, vigorava uma compreensão “eurocêntrica” e “mecanicista” da evolução histórica: o “etapismo” – com sua crença de que todas as sociedades do mundo deviam seguir as mesmas etapassociais pelas quais passaram os europeus, devendo, portanto, a partir do “feudalismo”, passar pelo “capitalismo”, antes de poderem atingir o estágio “socialista”.

As críticas ao autor começaram no próprio PCB, nos anos 1930, a partir de suas primeiras manifestações de independência intelectual. Em carta ao Comitê Regional do PCB de São Paulo, deu curso a uma de suas maiores polêmicas: negou a ideia de “etapismo”. Tal posição, ao recusar a concepção de que haveria uma “etapa capitalista” a se atravessar no processo da revolução brasileira, trazia uma implicação estratégica imediata: é um equívoco lutar por uma pretensa “revolução democrático-burguesa” (que seria prévia à “revolução socialista”); e, portanto, os comunistas não deveriam se aliar, de modo subalterno, a nenhuma ala da burguesia supostamente “nacional”. E ia mais longe: afirmava que no Brasil não existia nem nunca houve esta tal “burguesia nacional”.

A discussão tinha sido começada quando ele fora acusado por camaradas seus de ter escrito tese considerada “trotskista”, na qual se colocava contra a tal “revolução democrático-burguesa”. Ao refutar o teor da acusação (1932), dizia ser um “absurdo” se querer “provocar” uma revolução dentro de parâmetros rígidos: “ninguém manda nos acontecimentos”. “O papel do PC seria, no caso de se processar uma revolução burguesa, encabeçá-la” – afirma –, “mas para isto é preciso antes se indagar se de fato o Brasil está na iminência de uma revolução burguesa”. Nesse importante documento, Prado Jr. recusava tal hipótese, afirmava que não havia absolutamente nenhum “sintoma” dessa “iminência” – e se remetia ao exemplo russo:

Quando, na Rússia, Lênin aconselhava o proletariado a conduzir a revolução burguesa, não havia quem negasse a iminência desta revolução, de tão evidente (...). A única divergência era sobre a forma de realizá-la. (...) A burguesia entendia fazê-la ela mesma (...) os bolcheviques, pelo contrário, com Lênin à frente, queriam uma ativa participação dos operários e camponeses; queriam mais a implantação consecutiva da ditadura proletária e camponesa, e finalmente a transformação da revolução burguesa em revolução socialista.

Pode-se afirmar que coisa semelhante se passa no Brasil? É o que nego, mas que teria imensa satisfação em ver provado, não com imposições ou ameaças, que não temo, mas com argumentos⁴¹

Terminava a carta propondo aos companheiros que refletissem: pois mais valiam “colaboradores conscientes e sinceros” do que “oportunistas sem opinião” – dado que, se tal “colaboração” não se assentava em “convicção”, estes “faltarão na hora em que forem chamados a lutar”.

Sobre o tema insurrecional, outra polêmica recorrente no histórico de Caio Prado, observa-se nesta sua defesa que o autor já demonstrava seu apreço pela Revolução Russa, ao afirmar que, se fosse o caso, dar-lhe-ia grande “satisfação” que nossa revolução se desse ao modo bolchevique, embora não acreditasse ser esta a realidade no Brasil.

Dois anos depois, em seu livro de 1934, sobre a União Soviética, ele explicitou textualmente sua convicção pela opção da ação

41. “Carta ao Comitê Regional de S. Paulo do Partido Comunista do Brasil” (de 30 nov. 1932) – Arquivo do IEB-USP/ Fundo Caio Prado Jr.: referência CPJ-CA114.].

armada revolucionária. Ao criticar a ineficácia da “via pacífica” da social-democracia europeia-ocidental, dizia que os “partidos operários inglês e alemão” não foram “capazes de conduzir o proletariado pelo caminho do socialismo”; exortava os revolucionários a observar de perto a experiência soviética, a revolução armada e o rigor organizacional necessários a esta “ofensiva aberta” que se insurgia contra “interesses consolidados”; afirmava que em tal situação “a luta armada é questão de vida ou morte”. O regime soviético era “severo”, ponderava, “mas qual a revolução que não o foi?”. Sua conclusão era a de que, se as democracias burguesas inscreveram “pomposamente” em suas bandeiras o “lema da igualdade” entre os homens, foi somente a “tirania” soviética que “verdadeiramente a realiza”. Se a “violência” é a “lei das transformações sociais”, na União Soviética era usada “pela maioria contra a minoria e a ordem social que esta representa” – ao contrário das “falsas democracias burguesas nas quais a minoria detém a força e a violência”.

Com a publicação de seu primeiro clássico historiográfico, *Evolução política do Brasil* (1933), a concepção marxista caiopradiana, sempre atenta às características nacionais, trouxe-lhe opositores também externos ao PCB. Foi o caso de Lívio Xavier, da Liga Comunista Internacionalista, ligada à Oposição de Esquerda; o trotskista, em artigo, defendeu a interpretação etapista, a qual enxergava no Brasil colonial um modo de produção feudal, cujos traços pretensamente sobreviviam em algumas partes da nação.

Em correspondência, Caio Prado (1933b) contestou Xavier, dizendo ser “absolutamente errado” tentar enquadrar “artificialmente” a história brasileira dentro de “esquemas que Marx traçou para a Europa”. “Preocupado com as árvores” (com os detalhes, tais como “resquícios feudais”), o crítico não vira a “floresta” (o todo). O que lhe interessava, dizia o nosso autor, é o “conjunto” da evolução, não “fatos particulares” – é o “movimento dialético geral da história”. Partindo da própria afirmação de Xavier, de que o que importava ao senhor feudal era o número de vassalos, Prado Jr. replicava que no Brasil não houve condições para o regime feudal, dada sua rarefeita povoação. Os índios não eram tantos e foram rechaçados para o interior, donde só voltariam como escravos.

O modo de produção colonial brasileiro é “escravista”, afirma Caio Prado, ao contrário de “outros países americanos” (caso dos andinos), onde os colonizadores encontraram uma “população fixa”, com densidade demográfica “considerável” e boa capacidade “técnica” que “ultrapassava” as necessidades produtivas, e que, portanto, tiveram condições de implantar o feudalismo. Esse debate se insere no começo das polêmicas sobre a ideia caiopradiana que se tornaria mais clássica: a de “sentido da colonização”⁴²

O SENTIDO DA HISTÓRIA

Evolução política do Brasil (1933) e Formação do Brasil contemporâneo (1942), além de “momentos brilhantes da nossa história escrita”, são ainda obras repletas de “implicações teóricas” (KONDER, 1989).

Efetivamente, a ideia dialética de “sentido”, que acompanha todo o pensamento científico de Caio Prado Jr., seria mais tarde ampliada, fazendo com que o autor se consolidasse também como filósofo. Segundo ele: o objeto da filosofia é o exame do conhecimento, uma ferramenta que objetiva regular a conduta do homem, guiar sua história⁴³.

De acordo com Caio Prado (em Formação...), todos os povos têm na sua “evolução” – se vista a certa distância – um “sentido”, uma orientação que não se percebe em “pormenores”, mas no conjunto de “acontecimentos essenciais” que constituem sua história

[42. Carta a Lívio Xavier” (20 set. 1933). Note-se que Caio Prado fazia aqui referência a civilizações americanas que atingiram maior desenvolvimento tecnológico, como é o caso dos incas; e que assim demonstrava acordo com o que pensava o também grande pioneiro marxista americano, José Carlos Mariátegui, que afirmava que, nas comunidades andinas de seu Peru natal, o modo de produção vigente era o feudalismo.

43. [O tema da “dialética do sentido” é explicado com mais profundidade no citado livro Marx na América (2018), bem como na Introdução à antologia argentina Caio Prado: historia y filosofía (2020).].

num “largo período de tempo”. Para encontrar tal sentido é preciso deixar de lado a confusão do “cipoal de incidentes secundários”, buscando atentar à “linha mestra e ininterrupta” formada pelos momentos cruciais da evolução histórica – momentos estes que são somente partes, “por si só incompletas”, de um “todo” que deve ser sempre o “objetivo último” do pensador.

Tal tese não é uma novidade em sua teorização, pois uma década antes, em *Evolução política do Brasil*, ele já esboçava a ideia de uma “linha mestra” em torno da qual se agrupam os fatos históricos principais, ou, de outro modo: uma “resultante” das diversas forças sociais atuantes, por vezes negligenciada por analistas que se atêm ao superficial, sem perceber o que se passa no “íntimo” da sociedade.

Em seu livro clássico de 1942, a partir dessa introdução panorâmica, o autor discorre sobre o que considerava ser a “síntese” da história brasileira: “uma vasta empresa comercial” destinada a “explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”.

Em diversos estudos sobre a grande lavoura, demonstra que nossa produção nacional era fundamentalmente ligada à exportação de bens agrícolas e matérias-primas aos centros capitalistas europeus, o que constituiu grande obstáculo à industrialização e a todo o processo de desenvolvimento socioeconômico e político do país. As organizações produtiva e comercial, instaladas desde o período colonial, estavam estruturadas de tal modo que à nação cabia tão somente um papel de subordinação na divisão internacional do trabalho. As formas de produção implantadas na colônia tinham obedecido a um único objetivo, o qual subordinava todo o resto: o de servir aos mercados dos países europeus-ocidentais.

Décadas depois, em *História e desenvolvimento* (1968), Prado Jr. reiterava incisivamente esta ideia; afirmava que na colônia, além de nossos setores econômicos “essenciais” serem voltados para a produção de “mercadorias exportáveis”, tais setores eram “mais que simples elementos da economia colonial”, sendo eles que “propriamente caracterizam a colonização”. O sentido do Brasil foi, portanto, ser um capítulo da história do comércio europeu, e todas as ativi-

dades do país se dispuseram segundo esta orientação; de modo que a emancipação nacional não pode vir a ocorrer sem que haja uma revolução socialista – que tenha na questão agrária um de seus eixos centrais.

Sendo bem conhecidas as ponderações caiopradianas sobre a linha mestra da evolução brasileira, é pertinente tratar aqui de seu manuscrito inédito – e de impressionante atualidade – Zonas tropicais da América (1936), artigo escrito na prisão, no qual o autor demonstra que suas análises sobre o caráter da colonização brasileira valem também para a América Latina como um todo (colônias de exploração, em oposição às colônias de povoamento das regiões temperadas):

A América Latina se povoa não de cidadãos, mas de senhores e escravos; as colônias que nela se organizam não aparecem para formar nacionalidades, para viver para si, mas sim para os outros. Administradores e trabalhadores: é nisto que consistia sua população. Como consequência fatal, temos a grande concentração da riqueza: é a pequena minoria dirigente que açambarca tudo. (...) Em suma, quatro séculos de evolução não transformaram as condições econômicas fundamentais da América Latina. Ela continua como no início da colonização, o apêndice tropical, o complemento econômico das regiões temperadas onde se localizam as grandes potências industriais e em torno das quais continua a girar a economia internacional.

Caio Prado descrevia então alguns exemplos: o México fornecia “minérios” e “fibras vegetais”; a América Central, “açúcar, café, cacau, frutas tropicais”; a Venezuela, o “petróleo”; o Peru, “minérios, açúcar, algodão”; o Brasil, “café, algodão, borracha”. Sua conclusão era a de que essa situação era o motivo que havia “impedido”, nas

44 O manuscrito Zonas tropicais da América [1936] pertence ao Fundo Caio Prado Jr. / Arquivo IEB-USP, podendo ser encontrado pela referência: CPJ-CA024a, p. 109; 114; 117 (do caderno).

“antigas colônias ibero-americanas”, a formação e o desenvolvimento de uma economia nacional “fundada em interesses próprios e por eles orientada”⁴⁴

Na América tropical, portanto, o entrave que permanecia era o de que a produção e o consumo ainda estavam “geograficamente” desarticulados. A ausência de um amplo mercado interno, sólido e organizado (afirmava isto nos anos 1940), demonstrava que até então o Brasil não tinha conseguido passar de uma “economia colonial” para uma “economia nacional”, tendo se mantido economicamente sempre como uma “colônia” exportadora de matérias-primas. Tal situação, em grande medida, perdura ao longo dos séculos XX e XXI.

QUESTÃO NACIONAL E REVOLUÇÃO

O debate sobre a presença de características “feudais” no campo no Brasil remonta os anos 1920, no bojo da disputa por um Estado nacional forte. Os partidários desta tese denunciavam o “localismo” econômico e político (o que viam como análogo ao regime feudal) praticado pelos federalistas liberais.

No campo marxista, Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Leôncio Basbaum – autores dos primeiros ensaios com vistas a se compreender a realidade brasileira – incorporaram pouco a pouco essa noção de “feudalismo”, ao que se somaria depois a ideia de “imperialismo”, para explicar o atraso brasileiro; projetavam, assim, a necessidade de uma revolução democrático-burguesa.

No final dos anos 1950, essa discussão ganhou dimensão – não só no PCB, mas também entre vários intelectuais marxistas. Em razão do novo fôlego que o pós-Guerra trouxe ao processo da revolução brasileira, era preciso se entender com precisão o caráter da nossa colonização, como passo para se compreenderem as relações de produção existentes no país, pois dessa análise derivaria a

45 A respeito deste autor, ver o texto As interpretações da formação social brasileira e a problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré, de Maria de Annuniação Madureira, nesta mesma coletânea. [Nota dos editores]]

“estratégia” e a “tática” dos revolucionários. Alguns intelectuais do Partidão, como Nelson Werneck Sodré⁴⁵ e Alberto Passos Guimarães, entre outros, acreditavam na remanescência de “relações feudais”, que constituiriam obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas; a partir daí, formavam a concepção de que uma parcela supostamente “nacionalista” da burguesia brasileira deteria uma posição progressista, e portanto que essa parcela da elite poderia vir a auxiliar os comunistas no enfrentamento que consideravam sua tarefa primeira: a luta pelo fim dos latifúndios.

Segundo Werneck Sodré, ao escravismo dos primeiros séculos de nossa existência se seguiu uma espécie de feudalismo: com a abolição da escravidão, a estrutura fundiária brasileira não havia sido significativamente modificada, de modo que a maior parte dos ex-escravos não tinha sido absorvida pelo ainda incipiente mercado, permanecendo sob o domínio de seus antigos exploradores, em uma relação que se tornou, então, de servidão. Esta é, para Sodré, a especificidade do Brasil: um país que evoluiu lentamente rumo ao capitalismo, ao mesmo tempo em que sofreu um processo de “regressão feudal”, já que seu desenvolvimento se deu de forma muito desigual. Para se precaver da crítica de estar promovendo um reducionismo etapista, este arguto autor marxista frisava que a evolução brasileira comportava, contudo, em seu amplo e desigual território, etapas históricas distintas, de maneira que nossa evolução, de maneira geral, foi necessariamente diferente da europeia. Assim, a superação de nossos “restos feudais” passava agora pela afirmação de uma suposta “burguesia nacional”, fato que tenderia a gerar o fortalecimento da indústria nacional brasileira; isso se daria pela união das forças populares com essa facção dominante que seria, pensava ele, “nacionalista”. Introduzindo-se o capitalismo no campo, por meio de uma reforma agrária centrada na divisão de terras, ampliar-se-ia o mercado interno e, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no país, reduzindo-se, pois, a participação do capital estrangeiro e a influência imperialista. Os livros Formação histórica do Brasil (1962) e História da burguesia brasileira (1964), de Sodré, foram particularmente incisivos na defesa dessa concepção – ao que Passos Guimarães contribuiu com o artigo A questão das etapas da revolução

brasileira (1960).

Com o golpe de Estado militar de 1964, as forças democráticas foram derrotadas – e com elas caiu a predominância dessa linha defendida por Sodré. O debate sobre o tema retornou, então, à pauta comunista, já que daí resultaria o cerne da reorientação política (que se fazia necessária no embate contra a ditadura).

No meio intelectual crítico já se gestava havia tempos, entretanto, uma nova formulação sobre a formação econômica brasileira, defendida por Caio Prado Jr. – e mais tarde por Florestan Fernandes –, a qual compreendia que a burguesia brasileira não detinha uma postura nem sequer minimamente progressista; seu argumento era o de que, em diversas sociedades, coexistem, ao lado da relação de produção determinante (no caso, a capitalista), relações de produção arcaicas, de natureza pré-capitalista. Assim sendo, o protagonismorevolucionário nacional teria de ser das classes populares e sua vanguarda – e não das ilusórias “burguesias nacionais”.

Para Caio Prado, a sociedade brasileira surgira, desde a invasão europeia, indissolivelmente ligada ao mercado mundial capitalista, que se desenvolveu a partir do século XVI: a colônia foi apenas um elo desta estrutura mercantil.

Vale frisar, todavia – diante de certas interpretações equivocadas da obra caiopradiana –, que, quando ele afirmava que o Brasil surgiu como uma empresa comercial, isto não significa que considerasse que nosso país foi semprecapitalista. Nosso pensador marxista, embora efetivamente recusasse a ideia de que tenhamos vivido o período colonial sob um regime feudal, afirmava, porém (vide *A revolução brasileira*), que o Brasil colonial viveu, sim, sob um modo de produção escravista.

Quando jovem – conforme a citada carta a Lívio Xavier (1933b) –, Prado Jr. afirmou, complacente, que não negava a existência no país de alguns “traços feudais”. Mais tarde, dadas as enormes consequências que aquela suposição feudal trouxera à análise da revolução nacional, ele refinou sua interpretação e, alicerçado em dados sociodemográficos e argumentos mais acurados, passou a negar categoricamente que no Brasil tenha havido qualquer sistema feudal ou semifeudal – “em sua acepção própria”. Afirmava, sim, a existên-

cia de resquícios “escravistas” em certas regiões, embora não os considerasse significativos para a interpretação da nação; o que havia ainda em sua época, dizia, eram restosescravistas, relações laborais remanescentes do “sistema de trabalho vigente no Brasil até fins do século passado, a saber: a escravidão”. Não obstante, ressaltava: “Mas escravismo e feudalismo não são a mesma coisa” (1966).

Embora o “sentido” de nossa colonização nos dirigisse paulatinamente ao capitalismo – segundo um escravismo interno voltado ao exterior capitalista –, este processo, segundo o autor em pauta, somente se consolidou como predominante a partir da Abolição, em 1888, momento que considerava crucial na evolução político-histórica brasileira (ainda que isto não tenha modificado estruturalmente a situação de exclusão econômica das grandes massas de negros ex-escravizados). Conforme o autor, foi a Revolução de 1930 o episódio que estabeleceu a plena hegemonia do capitalismo – embora mesmo depois ainda perdurassem resquícios pré-capitalistas escravistas no Brasil.

REFLEXÕES FINAIS

Apesar da divergência de ponto de vista entre Caio Prado Jr. e Werneck Sodré, observe-se que ambos concordavam afinal que efetivamente as “etapas” do desenvolvimento brasileiro não foram semelhantes às da Europa, e que, portanto, nossa evolução era diversa da europeia (posição que assim recusa a tese etapista).

Após décadas de debates em torno do etapismo, a antiga visão de Caio Prado Jr. lograria obter hegemonia analítica, não só no que se refere à nossa história, mas ao próprio materialismo histórico, pois, se o caso brasileiro não era igual ao europeu (tanto em relação à qualidade de nossos períodos pré-capitalista e capitalista, como à coexistência de modos de produção que persiste), então não necessariamente seria preciso passar pelos mesmos ciclos – preten-

46 Dada a diversidade de acepções, positivas e negativas, do termo “marxismo ortodoxo” na história do pensamento, optou-se por evitá-lo, usando-se, para referir posturas antidialéticas, o adjetivo “dogmático”.

samente fixos – pelos quais passaram as revoluções europeias (como imaginavam pensadores pseudo-ortodoxos ou, antes, dogmáticos)⁴⁶

Em suma: se nossa realidade é diferente da europeia, não há nenhum modelo a seguir; haveria, pois, que se construir o caminho nacional.

É importante, porém, dar às interpretações de Sodré em relação ao tema da estrutura fundiária brasileira o merecido valor que têm – pois, se o latifúndio e a cultura coronelista não eram os únicos responsáveis pelo atraso brasileiro, eram sim partícipes fundamentais que precisavam ser eliminados. Como se sabe, é ainda hoje extremamente pernicioso a dominação patriarcal no meio rural, o que mostra que os restos pré-capitalistas eram mais graves do que supunha Caio Prado.

Não à toa, somente a partir de 2002, sob o reformismo progressista do governo do Partido dos Trabalhadores, o Brasil conseguiu enfim se aproximardas metas mínimas que Caio Prado propusera para que o país completasse sua formação obstruída, com vistas a se tornar uma nação orgânica⁴⁷. Contudo, como recorrentemente se passa em nosso país (cuja elite é das mais violentas e a desigualdade das maiores do mundo), o novo golpe de Estado de 2016 – agora não só militar, mas promovido sobretudo pelos poderes parlamentar, judiciário e midiático contra a presidenta Dilma Rousseff e, claro, contra os trabalhadores – freou e fez regredir muitos dos avanços das reformas petistas, lançando a nação em novo ciclo de pauperização e fome.

Percebe-se assim que, apesar dos evidentes avanços sociais no novo século durante o chamado lulismo, pouco se pôde modificar efetivamente da “estrutura” legada pelos militares e elites golpistas de 1964: estrutura que deixa como herança poderio espetacular aos coronéis dos sertões, senhores de um exorbitante território, à revelia

47. Como é o caso da renda mínima, antes restrita a uma parcela de trabalhadores assalariados e com carteira registrada, direito que, a partir do governo de Lula da Silva, passaria finalmente a se estender a todo brasileiro – por meio do soldo contra a extrema miséria dito “Bolsa Família” – extinto em 2021, durante o governo do fascista que os neoliberais alçaram à Presidência, como etapa complementar do golpe de 2016.]

de trabalhadores sem nenhuma terra para produzir. Consequências disso são a proliferação e o inchamento de favelas, a miséria, o caos social. Como se sabe e tem sido constatado na prática reiterada de golpes de Estado no Brasil, os latifundiários detêm ainda uma influência decisiva no atravancamento político de temas fundamentais ao desenvolvimento do país: desde a economia e a ecologia até o avanço dos direitos humanos, passando por aspectos de ordem cultural e ética (veja-se a recente ascensão, em meio a certa parcela da população, do discurso fascista).

Ademais, a persistência dessa estrutura cultural arcaica, refletida em um histórico desequilíbrio socioétnico (ratificado ao longo de séculos de dominação branco-europeia sobre índios, africanos e seus descendentes), tem sérias implicações psicoculturais – problema que urge ser resolvido, sob pena da perpetuação dessa violência direta e indireta que afeta a própria coesão e vitalidade desse país mestiço e cada vez mais cosmopolita.

De fato, se no Brasil colonial não havia “classes”, mas “castas” – pois que o africano saía de sua terra com um lugar já definido na sociedade brasileira –, contudo, pondera Wilson Barbosa (2008), mesmo hoje é uma falácia se falar em “livre mercado”, visto que os homens e mulheres, os trabalhadores, ainda são pré-julgados por sua “aparência”. Daí que em boa medida os resquícios da sociedade de castas continuem existindo, não havendo um regime capitalista re-

48 Wilson Barbosa, em *A discriminação do negro como fato estruturador do poder* [2008], cita análise de Ianni sobre as “castas”. Vale reiterar que, apesar de não enveredar no tema étnico superestrutural, Caio Prado põe a abolição como o evento fundamental na consolidação estrutural do capitalismo brasileiro. Entretanto, note-se que, mesmo com a abolição, tardariam décadas até que a superestrutura jurídica e política fosse modificada em seus mais básicos princípios (como se sabe, até há pouco tempo, negros e índios não podiam entrar em certos locais). Neste tocante, é precioso o aporte do martiniquense Frantz Fanon, que, com suas considerações sobre o racismo e a psicopatologia da colonização, coloca-se entre os grandes pensadores do marxismo latino-americano.

49. Cabe uma menção quanto ao que alguns acusadores pouco atentos ou midiáticos divulgaram como sendo “racismo” do marxista, pois que ele usou a adjetivação “boçal” ao se referir ao trabalhador negro escravizado. Em função de suas condições de trabalho degradantes, Prado Jr. usava de fato o adjetivo boçal (usado

almente “aberto à competição social”, como prega o dogma liberal⁴⁸.

O problema étnico (que não foi desenvolvido em profundidade por Caio Prado) ainda está por ser examinado com o devido cuidado pelos marxistas contemporâneos.⁴⁹

Já quanto à questão do imperialismo, embora hoje esteja nítido (com o fenômeno da globalização) que Caio Prado tinha razão ao dizer que a burguesia brasileira não era economicamente nacionalista – mas serva, aliada subalterna do capital do centro do sistema –, parece, contudo, que o autor desprezou por demais os efeitos superestruturais nefastos do imperialismo, cujos valores influenciam profundamente nossa atrasada cultura e política. Este fato é agravado por uma elite brasileira xucra, de “baixo nível” político e cultural – “atrasada” e “por isso ineficiente” –, características bem observadas por Caio Prado (1966), que percebe uma “relação proporcional” entre a degradação dos de cima e a dos de baixo.

Talvez ele não tenha, porém, podido captar o alcance negativo dessa mediocridade; por exemplo, a baixaza estampada cotidianamente nas páginas de nossa grande imprensa golpista, cada vez mais ativa em seu reacionarismo obsoleto, que obstaculiza até mesmo os mais mínimos intentos de desenvolvimento nacional.

também por Florestan Fernandes), que tem o significado de ser desprovido das técnicas que as tarefas lhes exigem (na origem do termo, “boçal” é o não “ladino”, ou seja, o homem recém-chegado ao país e, portanto, desconhecedor da língua, sem habilidades para trabalhos específicos e elitizados da casa senhorial). Logo, com realismo, o autor percebia o escravo como banalizado pelo sistema produtivo – notando, aliás, que havia um reflexo entre a rudeza cultural das elites e a do povo. Intui-se, pois, que tais escreventes, ditos “jornalistas profissionais”, não tiveram o esforço, em sua crítica, de compreender o sentido do texto, nem de ao menos consultar um dicionário. Quanto ao tema, Milton Santos (1989) contava que, quando de sua candidatura à presidência da Associação de Geógrafos Brasileiros, uma conhecida “voz” se levantou para dizer que ele não podia desempenhar o cargo por ser “negro”, ao que Prado Jr., “homem de caráter” que mal o conhecia, apesar de já o ter citado, retrucou: “Não, vamos elegê-lo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo. Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiiana. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BARBOSA, Wilson. N. A discriminação do negro como fato estruturador do poder [2008]. Sankofa: Rev. História da África e de Estudos da Diáspora Africana, n. 3, jun. 2009.

CARVALHO, Flávio. Recordação do Clube dos Artistas Modernos. Revista Anual do Salão de Maio, 1939.

DEL ROIO, M. Sodrê e o feudalismo no Brasil. in: CUNHA, P.; CABRAL, F. (Org.). Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FANON, Frantz. Pele negra: máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan. A visão do amigo. In: D'INCAO, Maria A. (Org.). História e ideal. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FERREIRA LIMA, H. Caio Prado e seu tempo. In: D'INCAO, Maria A. (Org.). História e ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Pedro. Caio Prado Jr. Revista de Economia Política, v. 11, n. 3, jul.-set. 1991.

IANNI, Octavio. A dialética da história. In: D'INCAO, Maria A. (Org.). História e ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. Um historiador revolucionário. In: IGLÉSIAS, F. (Org.), Caio Prado Júnior: história. São Paulo: Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais)

KONDER, Leandro. A façanha de uma estreia. In: D'INCAO, Maria A. (Org.). História e ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LÊNIN. V. I. Que fazer? [1902]. Em Obras escolhidas. Lisboa: Editorial Avante, 1977.

LÖWY, M.; MARTINS-FONTES, Y.; CRUZ, A. V. Entrevista com Michael Löwy (Paris, jun. 2013). Revista Mouro. São Paulo, ano 5, n. 8, dez. 2013.

MARIÁTEGUI. José Carlos. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. Obras completas t. II. Lima: Amauta, 1989 [1928].

MARTINS-FONTES L., Yuri. O marxismo de Caio Prado e Mariátegui: formação do pensamento latino-americano contemporâneo. Tese (Doutorado) defendida na FFLCH-USP/CNRS-França, São Paulo, 2015a.

_____. Caio Prado: reforma agrária ampliada e luta armada. Revista Mouro, São Paulo, ano 6, n. 9, jan. 2015b.

_____. No sentido do fascismo: geopolítica e II Guerra na evolução histórica brasileira segundo Caio Prado. In: ANDRADE, Terezinha (Org.). Brasil e América Latina na II Guerra Mundial. Curitiba: Editora CRV, 2016. MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte [1851-1852]. Obras escolhidas v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

NERUDA, Pablo. Canto general. Santiago: Pehuén Editores, 2005.

NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (Org.). Caio Prado Jr. historiador. Novos Estudos, n. 2, São Paulo, jul. 1983.

_____. Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Breve histórico do PCB. Portal do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <<http://pcb.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PRADO JR., Caio. Caderneta: poemas e notas (s/d). In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo do IEB-USP: referência CPJ-CAD010.

_____. Carta ao Comitê Regional de S. Paulo do PCB (30 nov. 1932). In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo do IEB-USP: referência CPJ-CA114.

_____. Carta a Lívio Xavier (São Paulo, 20 set. 1933). Marxismo 21. Disponível em: <<http://marxismo21.org>>. Acesso em 3 set. 2013.

_____. Carta à Revista Acadêmica da Universidade do Rio de Janeiro (20 nov. 1934). In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo do IEB-USP: referência CPJ-CA224.

_____. O programa da Aliança Nacional Libertadora. In: Jornal A Platea (25 jul. 1935–3 ago. 1935). Disponível em: <<http://>

www.bn.br>. Acesso em: 28 fev. 2014.

_____. URSS: um novo mundo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935 [1934].

_____. Zonas tropicais da América (11 jul. 1936. In: Fundo Caio Prado Jr.Arquivo IEB-USP: referência CPJ-CA024a, p. 89-117 (do caderno).

_____. Psicologia coletiva(Paris, 1937). In: Fundo Caio Prado Jr. Arq. IEB-USP:ref. CPJ-CAD007.

_____. Diários políticos (1937). In: Fundo Caio Prado Jr.Arquivo IEB-USP: ref. CPJ003.

_____. Caderno: análise do Golpe de 1930 (Paris, dez. 1937). In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo IEB-USP:referência CPJ-004-286.

_____. Prefácio [1945]. In: História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1945.

_____. Diários políticos (2 cadernos: nov. 1945/mar. 1946; abr. 1946/jan. 1947). In: Fundo Caio Prado Jr.Arquivo IEB-USP: referência (respectiv.) CPJ006; e CPJ007.

_____. Carta ao companheiro Evaldo da Silva Garcia (11 maio 1946). In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo IEB-USP: referência CPJ-CA002.

_____. Desenvolvimento da inteligência (data presumida: posterior a 1952). In: Fundo Caio Prado Jr Arquivo do IEB-USP: referência CPJ-CAD035.

_____. Diretrizes para uma política econômica brasileira. São Paulo: Urupês, 1954.

_____. A dialética materialista. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 3, jan.-fev. 1956.

_____. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. Carta a Carlos Nelson Coutinho (8 fev. 1960). Fundo Caio Prado Jr.Arquivo IEB-USP: referência CPJ-CA060.

_____. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 28, p. 163-238, mar.-abr. 1960.

_____. Carta ao prof. Arivelsio Padilha (26 abr, 1960). In:

- Fundo Caio Prado Jr. Arquivo IEB-USP: referência: CPJ-CA024a.
- _____. A reforma agrária e o movimento nacional. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 29, p. 1-16, mai.-jun. 1960.
- _____. As teses e a revolução brasileira. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, jun.-jul. 1960 [replicado em Mouro: Núcleo de Estudos d'O capital, São Paulo, ano 5, n. 8, dez. 2013].
- _____. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1945].
- _____. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. O mundo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1967 [1962].
- _____. Adendo a A revolução brasileira. Revista Civilização Brasileira, n. 14, jul. 1967.
- _____. Entrevista com Caio Prado Jr. Revisão, n. IV, Depo. de Publicações GFFCL-USP, S. Paulo, p. 13-22, ago. 1967.
- _____. Notas introdutórias à lógica dialética. S. Paulo: Brasiliense, 1968 [1959].
- _____. Telegrama ao embaixador da União Soviética [data presumida: 1968]. In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo do IEB-USP: referência CPJ-CA172.
- _____. Dialética do conhecimento. São Paulo: Brasiliense, 1969 [1952].
- _____. Carta a Cruz Costa (Quartel do 16. BPM, 28 jul. 1970). In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo IEB-USP: referência CPJ-CA006.
- _____. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. Revista Discurso, ano IV, n. 4, 1973.
- _____. Carta a Marisa Figueiredo (5 maio 1976). In: Fundo C. Prado Jr. Arquivo IEB-USP: referência CPJ-CA174.
- _____. Carta a Hermes Lima (jun. 1977). In: Fundo Caio Prado Jr. Arquivo IEB-USP: referência CPJ-CA070.
- _____. Matemática, ciência empírica. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 14, p. 155-72, ago. 1979.
- _____. O estruturalismo de Lévi-Strauss, o marxismo de Louis Althusser. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense,

1979.

_____. Evolução política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980 [1933].

_____. O que é filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1981 [ensaio original publicado em Almanaque, n. 4, de 1977].

_____. A cidade de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. O que é liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1980 (ensaio publicado originalmente em 1962 como capítulo de O mundo do socialismo)].

_____. História e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1989 [1968].

_____. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1942].

_____; DEFFONTAINES, Pierre et al. Ata de Fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Portal AGB. Disponível em: <<http://www.agb.org.br>>. Acesso em 1 abr. 2013.

_____; MARTINS FONTES, Yuri (Org. e Introd.). Caio Prado: história y filosofía (tradução/ antologia). Rosário (Argentina): Editorial Último Recurso/ Edições Núcleo Práxis-USP, 2020. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In: D'INCAO, Maria A. (Org.). História e ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989. SODRÉ, N. Werneck. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Para saber mais:

D'INCAO, Maria A. (Org.). História e ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS FONTES, Y. Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui. São Paulo: Fapesp/Alameda, 2018.

_____. Caio Prado. Jr. In: Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF –

Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/Awcf9Vm-VWCs>>.

SECCO, Lincoln. Caio Prado Júnior: o sentido da revolução. São Paulo: Boitempo, 2008.

RADIOGRAFIAS DO BRASIL EM CARLOS NELSON COUTINHO⁵⁰

VLADMIR LUÍS DA SILVA⁵¹

O texto a seguir tem por objetivo analisar o quadro geral do processo de modernização do Brasil apresentado pelo filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). Tal avaliação tem por suposto que o trabalho deste autor foi elaborado a partir de perspectivas teóricas distintas ao longo do tempo.

A obra de Coutinho foi construída tendo como uma de suas marcas mais importantes a busca pela superação do stalinismo, em suas vertentes prática e teórica. Grosso modo, podemos dividir essa obra em duas fases distintas, precedidas por um brevíssimo período preparatório, mais influenciado pelo marxismo típico do livro *História e consciência de classe*, de György Lukács. Esse início é visível no artigo intitulado *Problemática atual da dialética*, publicado no número 17 da revista *Ângulos* (1961). Nele, Coutinho seguia fielmente os passos de seu mestre húngaro, tais como a defesa intransigente do método como critério da ortodoxia no marxismo, a afirmação do proletariado enquanto identidade de sujeito e objeto no processo histórico, a negação da existência de alguma forma de objetividade independente do sujeito e, de modo consequente com esta negação, a exclusão da natureza do campo de aplicação da dialética.

Foi essencialmente no contato postal com um Lukács já crítico de algumas das posições de *História e consciência de classe* e na leitura de outros trabalhos seus (especialmente *O jovem Hegel* e os problemas da sociedade capitalista) que Coutinho encontrou as ba-

50. O presente trabalho condensa e reelabora momentos de nossa dissertação de mestrado (SILVA, 2012).

51. Doutor em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

ses para a formulação dos escritos que viriam a constituir a primeira fase de seu pensamento. A essa fonte somaram-se, com papel muito menor, elementos dos escritos da chamada Escola de Frankfurt e da obra de Antonio Gramsci. A ortodoxia almejada por Coutinho foi alcançada pela utilização conjunta dos métodos do materialismo histórico e do materialismo dialético, isto é, pelo que o próprio autor chamou de “método histórico sistemático”. Trata-se de uma crítica teórica que busca captar as conexões sistemáticas e as transitórias dos fenômenos, ou seja, que visa à apreensão da continuidade e da descontinuidade da realidade investigada. A aplicação do método em questão tem por meta a apreensão da gênese histórica e da função social das manifestações espirituais da humanidade, mediante o exercício da crítica imanente. Trata-se de um tripé metodológico tomado de empréstimo a Lukács. Nessa análise, o quadro histórico-social apreendido é não só a base da explicação da gênese dos objetos investigados, mas também o metro crítico da análise imanente, isto é, o critério da verdade ou falsidade, ou ainda, do valor humano daquilo que é investigado.

Configurada a estrutura metodológica, Coutinho buscou compreender diversos fenômenos estéticos e filosóficos, sempre visualizando na economia o momento preponderante da totalidade social e buscando nas expressões analisadas os elementos mais favoráveis para uma transformação socialista da realidade presente. O caráter específico do talhe analítico próprio desta primeira fase do pensamento coutiniano é nítido em livros como *Literatura e humanismo* (1967), uma das muitas coletâneas de ensaios do autor, e *O estruturalismo e a miséria da razão* (1972), praticamente o único livro sistemático de Coutinho.

O QUADRO HISTÓRICO-SOCIAL NA CRÍTICA LITERÁRIA

Antes de discorrer sobre a visão de Brasil presente na crítica literária praticada por Coutinho, algumas palavras sobre um breve artigo seu, excepcionalmente dedicado à economia.

Em seu ensaio de estreia (*O processo das contradições e a*

revolução brasileira, de 1960), Coutinho discutiu as contradições econômicas e sociais geradoras da crise que marcava nossa sociedade, contradições cujo processo constituiria o motor da revolução brasileira. De acordo com o autor, a estrutura colonial do Brasil surgiu “como uma consequência do capitalismo mercantil, entrosa-se solidamente aos centros econômicos alienígenas, desenvolve-se ou retrai com a mudança destes centros”. Isto é, estávamos diante de uma “economia periférica ou dependente”, cuja dinâmica era ditada por fatores externos. Consequentemente, predominava em suas origens um profundo divórcio entre produção e consumo. Como “complemento do capitalismo comercial português”, o Brasil colonial era limitado a funcionar como uma “fazenda tropical” produtora de bens primários a serem exportados para a Europa (COUTINHO, 1960, p. 31). A ausência de um mercado interno robusto era uma engrenagem essencial desse sistema, sem importações de vulto para onerá-lo.

O cenário interno só mudaria com a transformação do capitalismo mercantil em industrial no plano externo, na virada do século XVIII para o XIX. O desenvolvimento do sistema colonial impulsionou uma série de fatores que possibilitaram a emergência de um mercado interno, o qual cresceu cada vez mais. O consequente descompasso entre produção para exportação e demandas do consumo interno levou o país a recorrer a importações, especialmente motivadas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial em diversos países da Europa, os quais buscavam escoar sua produção excedente. No entanto, tornou-se impossível equilibrar os custos das importações com os ganhos das exportações, pois os valores destas últimas tendem a cair em função da concorrência internacional e das crises cíclicas do capitalismo.

Restaram duas alternativas nesse cenário, adotadas de modo isolado ou conjunto: déficits na balança exterior ou cortes de importações. A primeira levou à tomada de empréstimos no exterior, o que se revelou apenas como medida paliativa. O segundo caminho estimulou a industrialização por substituição de importações, levando a algum progresso. No entanto, tal processo promoveu novo aumento das necessidades internas, as quais requeriam produtos mais valiosos

(bens de produção). De acordo com Coutinho, o quadro em questão requeria uma planificação da economia, a fim de poupar recursos e colocá-los a serviço do ordenamento consciente de uma economia nacional. O recurso a capitais estrangeiros no processo de industrialização seria essencialmente idêntico ao caso das importações, pois a remuneração de tais capitais também teria de ser feita com os ganhos das exportações. A única diferença: o recurso a capitais estrangeiros seria ainda mais oneroso, pois as retiradas referentes aos lucros tenderiam a multiplicar-se de modo assustador. Assim, longe de superar a crise do sistema colonial, o imperialismo levaria sua estrutura ao nível máximo.

O projeto de construção de uma “economia nacional”, isto é, a devida conjugação de produção e consumo no plano interno (a “causa do Nacionalismo”) teria como partidários o proletariado e o campesinato. Os inimigos seriam os latifundiários, a burguesia financeira e os grandes comerciantes ligados ao comércio exterior. Coutinho concluía seu ensaio apontando a necessidade de se estudar de modo mais aprofundado a pequena burguesia e a burguesia industrial brasileiras.

Em seu *Literatura e humanismo* (1967), o filósofo baiano deu sequência, ainda que de modo indireto, à discussão da particularidade de nossa formação histórico-social. Logo de saída, Coutinho assinalava que em países já detentores de tradições nacionais progressistas o fechamento às manifestações culturais de outros povos não seria de todo trágico, mas em casos como o nosso a questão assumiria dimensões catastróficas:

um país como o Brasil, caracterizado pela ausência de uma cultura progressista popular e nacionalmente integrada – o que é fruto da ausência de uma revolução democrática e efetivamente popular em nossa história, bem como da secular separação entre a intelectualidade e o povo-nação – este fechamento levaria necessariamente a um estancamento e mesmo a uma involução do nível ideológico do povo brasileiro (COUTINHO, 1967, p. 6).

Para Coutinho, essa falta de uma revolução democrática e popular em nossa história tornava urgente a assimilação do patrimônio progressista, racionalista e humanista do cenário europeu, a fim de obter um ponto de partida seguro para nossa própria cultura. Foi por isso que Coutinho dedicou todo um ensaio à análise da obra de Graciliano Ramos, entendido como “autêntico continuador das tradições do romance realista europeu”.

A não ocorrência de uma revolução democrática e popular entre nós foi apreendida no quadro da determinação recíproca entre a incipiência de nossa economia e o nanismo da burguesia nacional:

O esgotamento das potencialidades de nossa economia semifeudal não fora seguido por uma renovação radical, pela criação de uma forma moderna de economia e de relações sociais. A ausência de uma economia integrada – estruturada em torno de um mercado interno único – era causa e efeito da inexistência de uma classe burguesa orgânica, que estivesse em condições de promover uma autêntica revolução democrática. (COUTINHO, 1967, p. 140-1)

Importa assinalar aqui que, se no ensaio de estreia éramos fruto dos movimentos expansivos do capitalismo comercial, agora era afirmada a vigência de “feudalismo” em nosso passado colonial. No entanto, o que importava a Coutinho nesse momento era a insuficiência econômica brasileira e, portanto, a ausência de uma burguesia nos moldes clássicos, ou seja, temporariamente vinculada aos destinos do conjunto das classes populares. Neste quadro, prevaleceu a conciliação pelo alto.

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os

movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. (COUTINHO, 1967, p. 142)

A conciliação não operou apenas no nível das relações políticas, mas marcou também a própria evolução do capitalismo:

ao mesmo tempo em que representa um papel progressista, criando condições para o surgimento do “inconformismo” em face da estagnação anterior, nosso capitalismo – por causa de sua fraqueza e de sua incapacidade de organizar a inteira sociedade a partir de um ponto de vista globalmente inovador – é obrigado a conciliar com o velho e o caduco, com as forças que mantêm o nosso atraso secular, e a se opor, consequentemente, às novas forças verdadeiramente renovadoras (COUTINHO, 1967, p. 156).

De acordo com Coutinho, esse modo de ser conciliado levaria à existência “simultânea e contraditória” de vários estágios da evolução do capitalismo entre nós: a perpetuação da velha sociedade estagnada, a possibilidade de renovação e progresso e, por fim, a perspectiva abstrata do socialismo.

Já na análise da obra de Lima Barreto Coutinho se valeu da noção de “via prussiana” para se referir ao nosso caminho para o “progresso social”, um “caminho lento e irregular”. Nesse “modelo de evolução”:

Ao invés das velhas forças e relações sociais

serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa” ou da “via russa”, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular. (COUTINHO, 1974, p. 3)

Embora se referisse diretamente a Lenin ao falar de via prussiana, Coutinho tinha por base aqui os escritos de Lukács, particularmente aqueles voltados para a compreensão da literatura e da filosofia alemãs.

No plano da consciência, especialmente importante para as finalidades de Coutinho no ensaio em pauta, a via prussiana possuiria uma dupla desvantagem: a geração espontânea da ideia “de que a mudança social assemelha-se a um ‘destino fatal’, inteiramente independente da ação humana”, e da concepção segundo a qual a transformação somente é possível por meio da “ação singular de indivíduos excepcionais”. Assim, a ausência de uma consciência “democrático-popular” em larga escala em nosso país era vista como consequência do “profundo divórcio entre o povo e a nação”(COUTINHO, 1974, p. 3).

A via prussiana ocasionaria entre os intelectuais, “praticamente desde os inícios do Brasil independente”, o fenômeno do “intimismo à sombra do poder”(COUTINHO, 1974, p.3-4). Trata-se de uma noção tomada de Thomas Mann e que se refere à postura de intelectuais que se colocam de modo aparentemente autônomo em relação aos diversos grupos sociais e que evitam atritos com o status quo. Coutinho não tinha em mente aqui uma adesão deliberada dos intelectuais ao poder estabelecido, mas sim a capitulação desses aos preconceitos gerados espontaneamente pela via prussiana. Nesse quadro, a criação artística de tipo realista tornava-se particularmente difícil:

nas condições de um país semicolonial imerso na “via prussiana” de desenvolvimento, a criação de autênticas obras estéticas realistas torna-se altamente

problemática. A intensa e quase completa estagnação social, a impossibilidade de captar no plano fenomênico imediato ações humanas significativas (capazes de servir de objeto à figuração artística), acentuam ainda mais a tendência dos criadores a situar-se no plano do “intimismo à sombra do poder” (COUTINHO, 1974, p. 8).

Falando mais especificamente sobre a literatura, Coutinho observava que:

nos países que seguiram uma via democrática de desenvolvimento, nos quais a contínua intervenção popular na criação da vida nacional assegura a formação de um amálgama sócio-humanorelativamente homogêneo e unitário, a literatura apresenta também uma marcada continuidade (COUTINHO, 1974, p. 11).

Já nos países de via prussiana predominava a descontinuidade na produção de obras de caráter realista. Assim, a continuidade do intimismo era acompanhada pela descontinuidade do realismo, o que se devia aos seguintes fatos:

radical separação entre os intelectuais e o povo-nação; (...) fragmentação e (...) heterogeneidade sociais decorrentes da ausência de um sujeito nacional-popular unitário, que intervenha continuamente na criação da história (gerando, entre outros, o fenômeno da divisão do país em regiões mais ou menos autônomas); e, finalmente, como consequência, (...) ausência de tipos humanos exemplares que se expressem através de ações independentes e significativas (COUTINHO, 1974, p. 12).

O caráter subordinado de nossa economia não passou despercebido:

coincide com o aparecimento da República tanto o aguçamento da dependência brasileira ao imperialismo, inclusive através da indústria nascente, quanto o tumultuoso surgimento das primeiras lutas de classe entre o proletariado e a oligarquia dominante. O país ingressava na era capitalista (que já atingira no plano universal a fase imperialista, a fase das guerras e revoluções em escala mundial) sem ter resolvido os impasses históricos decorrentes da “via prussiana” (COUTINHO, 1974, p. 18-9).

O atraso no adensamento do proletariado urbano também foi aludido por Coutinho:

Não é assim casual que Lima Barreto seja contemporâneo do surgimento das primeiras manifestações do proletariado organizado em nosso país; tão somente esse surgimento podia possibilitar ao escritor aquele “ponto de Arquimedes” situado fora da “via prussiana”, capaz de revelar-lhe a integralidade das contradições sociais e humanas decorrentes dessa via. (...)

O movimento operário (...) já era suficiente para fornecer ao romancista um “ponto de Arquimedes” situado fora do “caminho prussiano”, ou seja, para lhe fornecer uma base ideológica histórico-universal para a sua crítica radical de nossa sociedade. Mas essa base ainda era na época suficientemente abstrata; alheio ao romantismo, Lima não poderia encontrar no mundo proletário de então, que mal começava a nascer, a universalidade concreta requerida para a criação de autênticos tipos realistas. (COUTINHO, 1974, p. 20; 47)

Sintetizando o dito até aqui, podemos afirmar que Coutinho apreendeu em suas análises da realidade brasileira a determinação recíproca entre uma burguesia retardatária e uma economia débil, fragmentária e dependente. Neste cenário, a conciliação pelo alto tomava o lugar da intervenção popular na construção da histó-

ria. Entre os múltiplos resultados desse processo particular de evolução histórica, havia um desenvolvimento econômico lento e uma constituição social estagnada e fragmentária. No entanto, é necessário assinalar que, ao pintar o quadro em questão, Coutinho primava por captar seus aspectos literários e culturais, deixando na sombra alguns elementos da estrutura propriamente econômica.

Assim, há na análise de Coutinho uma descrição bastante abstrata do “velho” ao qual o “novo” se associava. O autor parecia desconsiderar sua posição inicial, mais atenta ao fato de que a economia brasileira resultava dos movimentos expansivos do capitalismo mercantil, em prol da afirmação de que nosso passado colonial era marcado pelo feudalismo. Essa mudança parece ser fundamental para alicerçar a tese de que nosso caminho para a modernidade era prussiano, isto é, uma via marcada por reminiscências feudais. Apesar de se valer da noção leniniana de via prussiana, Coutinho não explicitou de que modo ela era pertinente para compreender as transformações de nossa estrutura agrária. Quanto a isso, restringia-se a afirmar a presença de restos de um “velho mundo semifeudal” no país. Também não precisou o quão atrasados éramos quando comparados aos países de via clássica. Por fim, o autor não nos ofereceu muitas informações acerca das formas de dominação política próprias de nosso itinerário histórico. A esse respeito, Coutinho apenas assinalou a presença da “burocratização” e do “bonapartismo” em nosso país.

Desse modo, Coutinho acabou por não explicitar as especificidades de nossa modalidade particular de desenvolvimento histórico, uma vez que sua argumentação não superou o nível abstrato da afirmação da vigência do caminho prussiano entre nós.

ENGRENAGENS DA SEGUNDA FASE DA OBRA DE COUTINHO

O segundo momento da produção teórica de Coutinho foi inaugurado por uma ruptura em termos de temas, influências teóricas e talhe analítico. Se antes suas preocupações abrangiam os problemas da análise literária e da filosofia, motivado tanto pela divisão

de trabalho no interior de sua agremiação política quanto pelas suas referências teóricas de então, em seu regresso do exílio Coutinho tinha em mente em particular o campo da política⁵². A tese central de *A democracia como valor universal* (1979), ensaio mais ilustre da segunda fase da obra coutiniana, é a de que a democracia política não constitui apenas uma arma na luta pelo socialismo, mas algo permanente na história humana futura. No socialismo a sociedade civil (âmbito da disputa pelo consenso) e as regras do jogo político da democracia liberal permaneceriam. A perenidade em questão se deveria ao fato de que o socialismo continuaria a gerar interesses divergentes, os quais careceriam de representação política. Com o tempo, Coutinho aperfeiçoou sua tese, dizendo não serem as instituições democráticas em si o objeto da permanência, mas sim o próprio processo de democratização.

No âmbito das referências teóricas utilizadas por Coutinho, as contribuições de Lukács, da Escola de Frankfurt e dos escritos de Gramsci mais voltados para a questão cultural cederam grande parte de seu espaço para um Gramsci mais político, lido a partir das lentes de expoentes do eurocomunismo italiano. No entanto, é no exercício próprio da análise que está a mudança mais significativa da trajetória coutiniana.

O filósofo criticava a concepção de Estado e de revolução típica do Manifesto comunista e da tradição ligada a ele. Haveria aí uma “teoria restrita do Estado” e uma “teoria explosiva da revolução”. Para Coutinho, essa tradição partiria de duas premissas equivocadas, que levariam a uma conclusão problemática:

De duas premissas – (a) o Estado como “comitê da burguesia” monopoliza toda a esfera legal da política e (b) as leis da acumulação capitalista não permitem nenhuma concessão aos interesses da classe proletária no interior da atual sociedade –, segue-se

52. Compelido ao exílio pela piora do clima político brasileiro, Coutinho viveu durante três anos na Europa (Itália, Portugal e França), entre inícios de 1976 e dezembro de 1978.

uma conclusão: já que a forma política da luta de classe é a guerra civil, a transição ao socialismo implica uma explosão insurrecional e uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa. (COUTINHO, 1994, p. 20)

A célebre Introdução (1895) de Engels seria a primeira tentativa de mudar esse quadro teórico. O Estado aí não seria apenas um “comitê das classes dominantes”, mas também um “fruto de um contrato”. A revolução assumiria um caráter processual, que “implica um ‘trabalho longo e perseverante’ no quadro das instituições e que só justifica a violência como resposta à violência (à quebra da legalidade) desencadeada pela própria classe dominante”(COUTINHO, 1994, p. 27).

Com Gramsci teríamos o surgimento de uma “teoria ampliada do Estado” e da assim chamada “guerra de posição”, um processo lento de conquista de posições no âmbito das instituições civis. As novas teorias se baseariam na constatação da emergência de uma nova esfera do ser social, ainda embrionária na época dos marxistas clássicos: a sociedade civil, entendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia (sindicatos, partidos, igrejas etc.), isto é, o campo da disputa pelo consenso. Dessa forma, se antes o Estado restringia-se ao momento da coerção, de modo que o processo revolucionário tinha por norte a rápida tomada do aparato coercitivo (configurando uma “guerra de movimento”), com o desenvolvimento da sociedade civil abria-se um novo campo de disputa, tornando a ideação da revolução um processo mais difícil, pois precedido por uma longa batalha no campo dos aparelhos privados de hegemonia. Esta é a base para a explicação da complexidade dos processos revolucionários no Ocidente. Se no Oriente a sociedade política (o Estado) era forte e a sociedade civil era débil, no Ocidente havia uma relação mais equilibrada entre elas. Assim, no Ocidente, antes de conquistar o poder do Estado, seria necessário tornar-se classe hegemônica, mediante um longo trabalho de conquista de posições no seio da sociedade civil.

Para suprir o que entendia serem lacunas no pensamento de Gramsci, Coutinho recorreu a Palmiro Togliatti, Pietro Ingrao

e Nicos Poulantzas. Do primeiro, extraiu a noção de “democracia progressiva”, uma combinação de democracia representativa e organismos de democracia direta, a qual se orientaria gradualmente no sentido da hegemonia das massas trabalhadoras, da superação do capitalismo mediante profundas reformas de estrutura. Do segundo, pegou a ideia de articular hegemonia e diversidade, isto é, pensar em hegemonia no pluralismo, através de uma “democracia de massas”. Por fim, Coutinho recorreu ao terceiro para descartar os resquícios de teoria explosiva da revolução que ainda via em Gramsci. Coutinho se distanciou explicitamente deste pensador ao avaliar que a transição socialista poderia ocorrer sem a necessidade de um momento bombástico, um choque frontal do bloco das forças subalternas, já detentor da hegemonia na sociedade civil, com o Estado propriamente dito. Para o autor baiano, tratava-se de promover um reformismo revolucionário, um processo lento de conquistas, sem a necessidade de um momento de ruptura explosiva. Assim, acabava por apostar em uma conquista gradual de posições tanto na esfera dos aparelhos privados de hegemonia, isto é, no âmbito da sociedade civil, quanto no interior do Estado propriamente dito. E é justamente Poulantzas que fala de uma luta processual a ser travada também no próprio interior dos aparelhos estatais em sentido estrito, isto é, na sociedade política.

A IMAGEM DO BRASIL NA SEGUNDA FASE DA OBRA DE COUTINHO

A partir de fins dos anos 1970, Coutinho passou a buscar uma resolução política para os problemas ocasionados pela “via prussiana” de desenvolvimento seguida no Brasil. Além dos demais conceitos gramscianos, o filósofo baiano passou a utilizar a noção confluyente de “revolução passiva”, entendida como mais apta para apreender as particularidades políticas de nosso processo de modernização. Além de defender a democracia no plano abstrato, Coutinho tentou fundar na particularidade brasileira a pertinência de sua proposta. De acordo com o autor, a ditadura de 1964 era “a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência

dominante ao longo da história brasileira”, a saber, o “caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos ‘democráticos’” (COUTINHO, 1984, p. 36).

Além de reafirmar sua convicção de que nosso caminho para a modernidade foi a via prussiana, Coutinhodiscutiuaspectos pouco desenvolvidos nos textos da primeira fase de seu pensamento, sendo o primeiro deles a natureza específica do “velho” ao qual o capitalismo se associou no Brasil. O autor se mostrou avesso à possibilidade, admitida por ele próprio em período anterior, de compreender nosso passado colonial como sendo capitalista:

A consequência mais problemática da definição do modo de produção colonial como capitalista é que assim se termina por reduzir o problema geral da transição para o capitalismo no Brasil ao problema mais específico da industrialização; com isso, perde-se a possibilidade de operar de modo fecundo com a categoria da “via prussiana”, que denota precisamente um processo no qual a transição para o capitalismo se dá com a conservação de elementos pré-capitalistas, tanto na infraestrutura quanto na sociedade civil e no Estado. (COUTINHO, 1984, p. 125)

Para o filósofo, era o trabalho assalariado que caracterizava o modo de produção capitalista, algo praticamente inexistente no período colonial. Pautado nisso, Coutinho adotou “como hipótese a de que se tratava de um modo de produção escravista”. O escravismo seria a marca distintiva da sociedade colonial brasileira, isto é, o nosso elemento pré-capitalista. Coutinho dizia mesmo que o que importavaera a vigência de formas de trabalho baseadas na coação extraeconômica, algo característico tanto do escravismo quanto do feudalismo. Daí o autor não ver muita importância em precisar a real natureza do modo de produção do período colonial, se feudal ou escravista.

Em conexão com o ponto anterior, o autor desdobrou outro

aspecto da via prussiana, o atinente à questão do atraso de nossa estrutura socioeconômica. Para Coutinho, a entrada do Brasil na fase propriamente capitalista só ocorreu com a passagem da “subordinação formal” de nossa economia à “subordinação real”. Na subordinação formal, a economia periférica é submetida ao capital internacional primordialmente na esfera da circulação, ao passo que na subordinação real a dependência é realizada no âmbito do modo de produção local. Aqui Coutinho atinava para o caráter “hipertardio e, por isso mesmo, dependente” de nosso capitalismo. Recorrendo às contribuições de José Chasin⁵³, o filósofo baiano explicitou o vínculo entre um processo de industrialização que se dá na época do imperialismo e a condição subalterna da economia correspondente. Trata-se de um vínculo estranho aos países de industrialização “tardia”, os quais conseguiram alcançar a condição de potência imperialista. Nas palavras de Coutinho, “enquanto o capitalismo tardio leva o país que o experimenta a uma monopolização precoce, que pode transformá-lo em potência imperialista (Alemanha, Japão), o capitalismo hipertardio torna-se necessariamente dependente do imperialismo”(COUTINHO, 1984, p. 151).

Tendo em mente o âmbito da proposição política, Coutinho ponderava que, ao representar o auge do prussianismo em nosso país, a ditadura imposta com o golpe de 1964 imprimiu à luta pela democracia um significado mais profundo do que sua mera defesa abstrata. Para o autor, a batalha pela democracia entre nós significava lutar “para inverter essa tendência elitista ou ‘prussiana’ da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro”. Nas palavras do autor, o combate ao nosso “prussianismo” significava “realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma efetiva revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso país”(COUTINHO, 1984, p. 37).

De acordo com Coutinho, a via prussiana marcou a relação

53. Sobre este autor, cf. o texto J. Chasin e a via colonial de objetivação do capitalismo, de Vânia Noeli Ferreira de Assunção, nesta mesma coletânea. [Nota dos Editores]

entre Estado e sociedade civil em nosso país, fortalecendo o primeiro e debilitando a segunda:

Até mesmo nos períodos em que vivíamos sob regimes formalmente liberais (sobretudo no período 1945-1964), os partidos políticos e os organismos de massa tenderam quase sempre a ser “correias de transmissão” do Estado, reservatórios nos quais o Poder Executivo cooptava seus burocratas; em suma, mecanismos que encaminhavam a conciliação “pelo alto”. As tendências à auto-organização popular, quando não eram diretamente reprimidas, sofriam a dura concorrência de um Estado que, apresentando-se como “benfeitor”, relacionava-se diretamente com indivíduos atomizados e não com organizações coletivas. (COUTINHO, 1984, p. 38)

Essa fraqueza tendencial da sociedade civil nacional e o apogeu da ditadura restringiam os objetivos imediatos da luta pela democracia:

Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime abertamente autoritário, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e/ou consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, ao nível da organização estatal, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal. (COUTINHO, 1984, p. 38)

Para o autor, a limitação dos objetivos não diminui seu valor, pois a conquista da democracia liberal significa a construção de um pressuposto fundamental da edificação do socialismo em nosso país. O avanço no sentido desse último consiste em aprofundamentos nos planos político e econômico. Na esfera econômica, trata-se

de eliminar gradualmente as bases de reprodução da via prussiana:

Trata-se, antes de mais nada, de resolver uma urgente questão nacional, que só se fez agravar nos últimos anos: a de integrar regiões e segmentos sociais, que englobam milhões e milhões de pessoas, no processo de modernização econômica e social. Importância central adquire assim a luta por uma reforma agrária que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativizada. (COUTINHO, 1984, p. 40)

Somava-se a isso a adoção de medidas antimonopolistas. Já no nível político, Coutinho defendia a “socialização da política”, isto é, a “ampla incorporação organizada das grandes massas à vida política nacional”, entendida como “o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da ‘via prussiana’” (COUTINHO, 1984, p. 41). Tratar-se-ia de um processo já em curso. Na percepção de Coutinho, a sociedade civil brasileira, indiretamente estimulada pela modernização capitaneada pela ditadura iniciada em 1964, tornou-se mais complexa. Voltaremos a isso.

A proposta concreta de Coutinho era a “democracia de massas”, isto é, a articulação entre os novos personagens da sociedade civil e os parlamentos, a qual proporcionaria a efetiva representação e unidade da pluralidade:

No processo de renovação democrática, essa rede de organizações coletivas de base deverá se articular com os Parlamentos (tanto com o Congresso Nacional quanto com as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais), de modo a fazer com que estes expressem efetivamente o dinamismo da sociedade, o seu pluralismo real (...). Por outro lado, um Parlamento assim renovado – transformado em sismógrafo e em instrumento ativo da correlação de forças dinâmica e

mutável da sociedade civil – terá um papel insubstituível: o de servir como local privilegiado da síntese política entre os vários organismos coletivos, impedindo que suas lutas setoriais se limitem à simples defesa de interesses puramente corporativistas e grupais. (COUTINHO, 1984, p. 46)

A hegemonia das classes trabalhadoras seria viabilizada pela síntese obtida pelas suas agremiações políticas.

O método de luta proposto era o da “guerra de posição”, ou seja, a conquista progressiva de posições no seio da sociedade civil, visando ao “consenso majoritário”. Esta estratégia evitaria o risco “prussiano” do “golpismo”, isto é, as tentativas de importações radicais pela ação de minorias. Coutinho apostava na formação de um consenso pluriclassista, o qual englobaria a classe operária, as camadas médias assalariadas, a pequena e média burguesia nacional e até mesmo setores do “capital monopolista sediado no Brasil” (COUTINHO, 1984, p. 40).

A base da adoção da guerra de posição era a convicção da pujança do processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira. No âmbito econômico, esse processo seria viabilizado pela presença entre nós do “capitalismo monopolista de Estado” (CME), uma “nova etapa do capitalismo” (COUTINHO, 1984, p. 187), na qual a hegemonia do capital em seu conjunto deixaria de se realizar pela concorrência geral e passaria a ser viabilizada pelo auxílio estatal aos setores monopolistas, com o qual o Estado teria por intuito contraditar a queda da taxa de lucro (no caso brasileiro, tanto a taxa interna quanto a externa). Operar-se-ia uma mudança importante. Se na fase concorrencial do capitalismo o parlamento, enquanto expressão dos múltiplos capitais, possuía relativo controle sobre o executivo, na fase monopolista seria esse último que assumiria o primeiro plano, viabilizando o domínio dos interesses dos segmentos monopolistas.

Segundo Coutinho, alguns fatores concorreram para a particularidade do CME brasileiro. O primeiro deles tinha que ver com o fato de que nos países de “industrialização tardia” e “hipertardia” não houve uma etapa de capitalismo concorrencial. Nesse sentido, o

autor dizia que duas razões favoreceram a monopolização precoce no Brasil, uma interna e outra externa. “No caso da fonte interna, o Brasil partilha uma experiência comum a todos os países de industrialização tardia: o recurso a mecanismos de acumulação ‘forçada’ sob a égide da intervenção estatal.” Já a razão externarestringia-se ao caso hipertardio, marcado pelo seu caráter dependente. De acordo com Coutinho, a “internacionalização de nosso mercado interno, ocorrendo na era do predomínio do capital monopolista no plano internacional, transportou para o Brasil inúmeros monopólios estrangeiros”. A importação desses monopólios acarretou “a monopolização das empresas nacionais, seja por sua fusão com as empresas estrangeiras (...), seja pela concentração ou centralização das próprias empresas nacionais” (COUTINHO, 1984, p. 169-70). Uma fonte adicional para a monopolização precoce foi o resultado da “industrialização forçada”, a saber, uma esfera monopolista produtiva em posse do Estado.

A particularidade do CME brasileiro estaria alicerçada ainda na tradição prussiana de realizar as transformações sociais “pelo alto”. Para Coutinho, aqui a instauração de um “Estado autoritário”, condição essencial do CME, ocorreu de modo prévio, pois, como vimos, entre as decorrências da “via prussiana” estava o fortalecimento do Estado. Ao detalhar este processo, o autor enumerava dois elementos: o Estado brasileiro enquanto esfera privilegiada dos acordos e transformações pelo alto; a burocratização das camadas médias como forma geral de cooptação. Coutinho fazia uma comparação bastante esclarecedora em relação à pressuposição de um Estado autoritário:

Nos países que seguiram um caminho “clássico” de desenvolvimento para o capitalismo, a formação de uma forte burocracia dotada de “autonomia relativa” aparece como um resultado tendencial do processo de monopolização, embora se trate de uma tendência sempre reposta pela reprodução ampliada desse processo; isso faz com que contratendências – o fortalecimento da sociedade civil – operem igualmente, impedindo ou obstaculizando a plena realização da

tendência autoritária. No Brasil, tal como nos países que seguiram uma via prussiana, essa burocratização do Estado – ao contrário – é um pressuposto (igualmente reposto) da passagem para o capitalismo monopolista. Isso diminui o papel das contratendências, tornando quase inevitável que a irrupção do CME em tais países (Alemanha, Itália, Japão, países dependentes) assumam formas políticas claramente autoritárias. (COUTINHO, 1984, p. 171-2)

De acordo com Coutinho, a união dos monopólios com o “Estado autoritário” prévio constituía o terceiro fator condicionante do CME: “no Brasil, essa integração entre Estado e monopólio se processa sobretudo depois do golpe de 64, mas é algo que já se esboça como linha programática a partir da aplicação do Plano de Metas do governo Kubitschek”(COUTINHO, 1984, p. 172-3).

Tendo em mente o objetivo imediato da luta a ser travada e os possíveis aliados dos trabalhadores, Coutinho observava que, “em dada conjuntura concreta, a superexploração da força de trabalho tornou-se uma necessidade vital para o capitalismo brasileiro, necessidade que só poderia se realizar politicamente através de formas de dominação fascizantes”(COUTINHO, 1984, p. 188). No entanto, o CME não implicaria necessariamente superexploração da força de trabalho e formas de Estado ditatoriais:

também o capitalismo dependente-associado promove um aumento das forças produtivas do trabalho social e, como tal, a partir de certo ponto, pode satisfazer as demandas de aumento salarial e de melhor distribuição de renda entre setores monopolistas e não monopolistas. (...) tal possibilidade já faz parte das avaliações políticas de um setor significativo da burguesia monopolista que opera em nosso país (COUTINHO, 1984, p. 190).

Para Coutinho, mesmo nos casos em que o CME recorreu a uma cobertura ditatorial, permaneceu aberta a possibilidade de uma troca de pele por parte da burguesia monopolista:

Essa mudança pode resultar de processos violentos, como uma derrota militar (Alemanha), ou uma derrota militar combinada com uma revolução interna (Itália), mas pode também se dar através de um caminho “pacífico” de acumulação de forças, de uma “guerra de posições” mais ou menos longa (Espanha). (COUTINHO, 1984, p. 192-3)

Coutinho recusava qualquer vínculo essencial entre fascismo e capital monopolista e era contundente na defesa da aliança da esquerda até com setores interessados na manutenção do CME. Em seu entendimento, havia no Brasil agentes monopolistas dispostos a negociar o fim da ditadura. Ademais, as forças de oposição deveriam, baseadas no fato de “que importantes vitórias parciais podem ser obtidas no interior do CME”, empreender a “guerra de posições”. Para o autor:

Motivos econômicos (a possibilidade de dispor de um setor estatal desenvolvido antes da conquista completa do poder) e razões sociais (a criação de uma sociedade civil mais complexa e mais pluralista) impõem às forças de esquerda, num país que já alcançou o CME, a adoção de uma estratégia democrática (não “golpista”) de transição para o socialismo. (COUTINHO, 1984, p. 194)

Assim, refutando a “linha fundada na conquista imediata e súbita do socialismo”, Coutinho defendia uma “política revolucionária de reformas”. Explicada a razão econômica da adoção de uma “guerra de posições”, resta esmiuçar as “razões sociais”.

Embora se valesse conjuntamente das noções de “via prusiana” e “revolução passiva” e as considerasse essencialmente análogas, Coutinho apontava uma importante distinção. Com o concei-

to de revolução passiva, Gramsci teria captado preferencialmente o momento político da totalidade das transformações atinentes à via não clássica seguida pela Itália. Já a noção cunhada por Lenin, por estar focada no momento infraestrutural do processo, seria insuficiente para a compreensão dos elementos superestruturais de nosso caminho de desenvolvimento. Coutinho se valeu também das noções análogas de “revolução-restauração” e “revolução pelo alto”: enquanto a primeira enfatiza o fato de que as transformações em questão modernizam as forças produtivas ao mesmo tempo em que reproduzem as velhas relações de produção, a segunda destaca a exclusão das camadas populares. De acordo com Coutinho:

um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes) (COUTINHO, 1992b, p. 122).

Era exatamente um processo dessa natureza que Coutinho visualizava na quadra histórica que se estendia de 1922 até o estabelecimento da ditadura de Vargas, em 1937: esse regime reagiu à ameaça de uma ação popular no sentido de mudanças radicais, acolheu e realizou parcialmente suas reivindicações.

De acordo com Coutinho, Gramsci se valia da noção de revolução passiva não apenas para apreender o processo de consolidação do capitalismo na Itália, mas também para a compreensão da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista. Nesse processo, o fascismo emergiu como personagem central, obtendo o consenso entre as camadas médias ao promover a “socialização e a cooperação da produção, sem por isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro”(-

GRAMSCI apudCOUTINHO, 1992b, p. 124). Também nesse caso o conceito de revolução passiva seria adequado para compreender a situação brasileira, especificamente o objetivo econômico da ditadura imposta em 1964:

as forças produtivas da indústria, através de uma intervenção maciça do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária, por seu turno, mesmo conservando o latifúndio como eixo central, foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista. A camada tecnocrático-militar, que se apoderou do aparelho estatal, certamente controlou e limitou a ação do capital privado, na medida em que submeteu os interesses dos “múltiplos capitais” ao “capital em seu conjunto”; mas adotou essa posição “cesarista” precisamente para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais (...)

O regime militar-tecnocrático conseguiu conquistar, em alguns momentos, um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias. E conseguiu isso precisamente na medida em que se fez protagonista dessa obra de modernização, ainda que se tenha tratado de uma modernização que ao mesmo tempo, conservou e reproduziu elementos de “atraso” (COUTINHO, 1992b, p. 124-5).

Em suma, a última ditadura brasileira impulsionou a modernização, mas o fez mediante a manutenção das velhas relações de produção e de poder. Ainda que no Brasil a ditadura não constituísse um caso clássico de fascismo, “seus objetivos de política econômica têm fortes semelhanças com os do fascismo italiano”.

Nos casos de revolução passiva, assim como nos de via prussiana, teria ocorrido o fortalecimento do Estado, fenômeno correspondente ao papel desse último como substituto do grupo social que, em vez de desempenhar sua hegemonia sobre os demais, é representado por uma burocracia que exerce o domínio despoticamente. Novamente, Coutinho chamava a atenção para a semelhança entre os casos italiano e brasileiro:

o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas dos processos de transformação e o de assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes (COUTINHO, 1992b, p. 126).

Assim, nos casos de revolução passiva as classes dominantes detêm uma hegemonia restrita, limitada àquela exercida por uma fração da classe dominante sobre as outras frações da mesma classe. Temos aqui uma “ditadura sem hegemonia”:

Também no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até agora, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnocráticas –, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. (COUTINHO, 1992b, p. 126)

A fragilidade assinalada é compensada pela prática do “transformismo”, isto é, a cooptação de potenciais adversários pelos setores dominantes, uma prática queteria apresentado duas modalidades na história italiana: a cooptação de personalidades individu-

ais (o “transformismo molecular”) e a de “grupos radicais inteiros”. Também em terras nacionais haveria momentos de ambas as modalidades de transformismo:

A modalidade “molecular” foi certamente a mais frequente, manifestando-se como incorporação pelo bloco de poder de alguns políticos da oposição, processo que teve lugar desde a época do Império até o recente período da “Nova República”. E o transformismo “molecular” desempenhou um papel decisivo, talvez ainda mais negativo, em nossa vida cultural, através da assimilação, pelo Estado, de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas. (...) Sob muitos aspectos, o “populismo” – uma modalidade de legitimação carismática que teve início no curso da ditadura Vargas, entre 1937 e 1945, mas que se desenvolveu plenamente durante o período liberal-democrático que vai de 1945 a 1964 – pode ser interpretado como uma tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores assalariados urbanos, através da concessão de direitos sociais e de vantagens econômicas reais. (COUTINHO, 1992b, p. 127)

Apesar dessa caracterização do caso brasileiro como sendo uma “ditadura sem hegemonia”, o que poderia sugerir um quadro similar ao do “Oriente” e, portanto, recomendar uma estratégia de “guerra de movimento”, Coutinho defendia a ideia de que nosso país passou por um processo de “ocidentalização”. Ao rever a história brasileira tendo como parâmetro o equilíbrio na relação entre Estado e “sociedade civil”, Coutinho classificava como “oriental” todo o período imperial e parte do republicano. Apenas nos anos 1920 a situação começou a se alterar, com o fim da escravidão e a posterior industrialização, os quais marcaram a predominância do capitalismo em nosso país. A estrutura social foi modernizada, mesmo que com sobrevivências pré-capitalistas, particularmente no campo. Como já assinalado, a “Revolução de 1930” foi uma resposta “pelo alto” às-

pirações populares por transformação. No entanto, a modernização ocorrida nessa década impulsionou a criação das condições objetivas de uma sociedade civil cada vez mais consistente:

Os pressupostos objetivos de uma sociedade civil autônoma haviam sido criados; seus resultados subjetivos (ou seja, a formação de aparelhos de hegemonia independentes do Estado) podiam certamente sofrer um processo repressivo, como ocorreu sob a ditadura Vargas; mas, em si, aqueles pressupostos já não eram elimináveis. (COUTINHO, 1992b, p. 132)

O fim da ditadura varguista em 1945 e a criação de um limitado regime democrático possibilitaram o avanço ainda mais explícito da ocidentalização:

O PCB, que volta à legalidade, torna-se pela primeira (e até agora única) vez um partido de massa, obtendo cerca de 10% dos votos. Os outros partidos que nasceram nesse momento assumiram dimensão nacional e perfil ideológico mais nítido. Também os sindicatos operários tornam-se cada vez mais importantes na vida econômica e política do País, ainda que continuem subordinados a uma estrutura corporativa. Apesar de alguns episódios regressivos (como a proibição do funcionamento legal do PCB em 1947), a tendência à “ocidentalização” da sociedade brasileira continuou a predominar, reforçando-se ainda mais no período 1955-1964. (COUTINHO, 1992b, p. 132-3)

Certamente o golpe de 1964 representou um fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, isto é, acentuou o desequilíbrio na relação entre a sociedade política e a sociedade civil. No entanto, a ditadura brasileira não constituiu um caso clássico de fascismo, mas sim de um “regime abertamente autoritário”. Sobre essa distinção, Coutinho observou o seguinte:

o regime militar brasileiro, malgrado a intensa utilização da coerção e mesmo do terrorismo de Estado, sobretudo nos anos 1969-1976, jamais foi uma ditadura fascista clássica, ou seja, não foi um regime reacionário com bases de massa organizadas. Apoiando-se na camada militar-tecnocrática, esse regime não foi capaz de criar organismos capazes de conquistar uma hegemonia real na sociedade civil, nem de fazer funcionar os aparelhos desta como “correias de transmissão” de um Estado totalitário, como ocorreu na Itália e na Alemanha (COUTINHO, 1992b, p. 133).

Em síntese, o regime ditatorial instaurado em 1964 não dispunha do apoio de bases organizadas de massa, sendo por isso obrigado a tolerar “a presença do Parlamento (ainda que emasculado) e de um partido de oposição, o MDB, que se transformou progressivamente numa ampla frente política de todas as forças antiditatoriais” (-COUTINHO, 1992b, p. 133). Desse modo, com a crise explicitada a partir de meados dos anos 1970, a ditadura perdeu o consenso de que ainda dispunha entre as camadas médias e os segmentos monopolistas. Nesse contexto, as organizações da sociedade civil puderam recobrar sua autonomia e direcionar sua atuação contra o regime ditatorial. Resumindo o processo, Coutinho observava:

O “feiticeiro” desencadeara forças que já não podia controlar. Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira.

(COUTINHO, 1992b, p. 134)

Desse modo, temos a base objetiva da escolha da guerra de posição, isto é, o fato de que, “pelas vias transversas da revolução passiva, o Brasil tornou-se uma sociedade ‘ocidental’” (COUTINHO, 1992b, p. 135).

Para Coutinho, era da situação contraditória de feiticeiro que desencadeou forças que não podia mais controlar que decorria o projeto de “abertura” gradual arquitetado pela ditadura. Essa situação abriu a possibilidade, nulano fascismo clássico, de uma “transição pacífica e negociada para a democracia”. Neste cenário, o projeto de Coutinho consistia em interferir no plano de abertura, fazendo-o converter-se em algo que “supere definitivamente o ‘prussianismo’, institucionalizando os organismos da sociedade civil como atores políticos decisivos na vida nacional” (COUTINHO, 1984, p. 199). O autor via dois perigos aqui: 1 – a repetição do caminho prussiano da conciliação, isto é, um novo “pacto de elites”; 2 – a subestimação ou descarte da via das negociações que visassem à ruptura com o “autoritarismo”.

Retrospectivamente, Coutinho dizia que o embate entre o projeto de abertura pensado pelo alto e a atuação da sociedade civil resultou em algumas vitórias da segunda:

em vez da revisão seletiva de processos de cassação proposta pelo regime militar, chegou-se em 1979 a uma anistia bastante abrangente, que permitiu a volta à vida política legal de praticamente todas as personalidades e correntes de opinião; (...) a reformulação partidária, concebida por Golbery como meio para quebrar a unidade da oposição e cooptar alguns dos seus segmentos, tornou-se um momento decisivo da construção de uma representação política bem mais pluralista, graças à criação do PT e do PDT, além de não ter rompido a unidade de oposição (o PP, em vez de servir ao regime, terminou sendo incorporado pelo PMDB). Finalmente, deve-se salientar que, embora

derrotado em seus propósitos imediatos, o extraordinário movimento pelas diretas-já foi fator decisivo na vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, impedindo assim a projetada reprodução do regime através de um governo semicivil (COUTINHO, 1992a, p. 51-2).

A luta em questão, no entanto, também possibilitou a reprodução atenuada e modernizada de aspectos do prussianismo em nosso país:

1) um Executivo forte em detrimento do Parlamento, ou, de modo mais geral, a tendência a “desequilibrar”, em favor do Estado, a relação entre este e a sociedade civil; 2) mecanismos transformistas, ou seja, a tentativa permanente de obter apoio para o governo através da cooptação e dos favores clientelistas; 3) formas de populismo, isto é, de representação política através do vínculo direto entre líder e massa atomizada, sem a mediação da sociedade civil, e, em particular, dos partidos; 4) a tutela militar, vale dizer, a atribuição de um peso político às forças armadas sem nenhuma relação com o balanço de forças efetivamente presentes na sociedade civil. (COUTINHO, 1992a, p. 51-2)

À GUIA DE CONCLUSÃO

Sumariando o exposto até aqui, podemos dizer que Coutinho elaborou um diagnóstico geral de nossa formação e desenvolvimento nacional. Neste processo prussiano ou passivo, os segmentos não proprietários foram excluídos das transformações e, portanto, de seus frutos, em prol de acordos entre os setores dominantes. A ordem política resultante foi marcada pelo desequilíbrio na relação entre um Estado forte e “autoritário” e uma sociedade civil débil. No entanto, a modernização econômica alcançada com essa via de desenvolvimento possibilitou a transição de nosso país ao capitalismo monopolista, assim como a constituição das instituições civis. Ainda

que inconclusas, essas organizações garantiram umabase a partir da qual Coutinho teorizou a construção da democracia e do socialismo entre nós. Teríamos aqui uma sociedade já “ocidental” e, portanto, uma condição histórica favorável à defesa da “guerra de posições”. Para o autor, a magnitude do dilemarequeria a construção de um consenso acerca de propostas democráticas, o qual deveria envolver a maioria dos agentes civis, inclusos liberais e segmentos da burguesia monopolista.

No diagnóstico desenvolvido na segunda fase do pensamento de Coutinho, podemos assinalar a aparente superação de certo formalismo que havíamos observado em seus trabalhosda fase lukacsiana. O autor mostrava alguma preocupação com as condições que nos diferenciavam de nações que seguiram uma via prussiana ou passiva. Nesse sentido, destacavao caráter escravista do modo de produção do período colonial, o atraso de nossa industrialização, assim como o modo “dependente-associado” do capitalismo brasileiro. Coutinhoexplicitava até mesmo as distintas cronologias do equacionamento dosproblemas nacional e agrário de cada país de via prussiana.

Devemos afirmar, não obstante, que a superação em questão não é efetiva. Como foi assinalado, Coutinho baseou a defesa da pertinência do conceito de via prussiana para o caso brasileiro na equalizaçãodo feudalismo e do escravismo, haja vista que nos dois casos havia o trabalho fundado na coação extraeconômica. Há aqui ao menos dois erros que devem ser expostos. O primeiro equívoco consiste em assumir como correta a tese de Lenin (cf. 1980) sobre a indistinção entre restos de escravismo e feudalismo no caso do Sul dos Estados Unidos. A posição leniniana se pretendia sustentada em Marx. No entanto, o que esse último fez foi afirmar a identidade entre renda e lucro em explorações agrícolas baseadas no trabalho escravo e naquelas marcadas pela servidão(cf. MARX, 1986, p. 248; 260), sendo assim ilícito, no sentido marxiano, concluir pela equalização geral entre escravismo e feudalismo. O que há em Marx é, na verdade, a equiparação episódica de formas arcaicas de excedente agrícola em comparação com sua versãopropriamentecapitalista.

O segundo errocoutinianoeraassumir que a vigência de re-

lações de trabalho escravistas em nossa história equivaleria à de um de “modo de produção escravista”. O filósofo não acompanhou sua hipótese interpretativa com elementos de prova, limitando-se a afirmar que o vínculo de subordinação formal de nossa economia ao capital mercantil no plano externo não era suficiente para caracterizar o Brasil colonial como capitalista. A única particularidade que Coutinho nos informava acerca do escravismo no país era a de que se tratava de uma versão “com dominância mercantil”. Ao contrário do que defendia Coutinho, devemos assinalar aqui que o período de subordinação formal da economia brasileira correspondia ao capitalismo, em sua fase mercantilista. Adicionalmente, deve-se especificar, como o fez José Arthur Giannotti (cf. 1976, p. 161-8), que em nosso país esse modo de produção adotou uma forma produtiva subsidiária. Isto é, o escravismo é uma das múltiplas formas sociais particulares de constituição da universalidade capitalista e, assim, deve ser captado a partir de seu vínculo estrutural com esta última.

A apreensão do atraso na constituição do capitalismo industrial no Brasil foi outro momento de avanço apenas aparente na teorização de Coutinho. Como vimos, o filósofo assinalou que esse retardamento implicava a natureza “necessariamente dependente ou dependente-associada” de nossa industrialização. Consequentemente, a atuação (por vezes, ditatorial) do Estado brasileiro visava a defender a máxima reprodução dos capitais local e estrangeiro. Não obstante, ao pensar propostas políticas, Coutinho apostava na contribuição de setores burgueses na luta pela conquista e aprofundamento da democracia liberal. Isto é, o filósofo baiano pareceu desconsiderar o peso das condições econômicas na configuração dos interesses políticos das classes dominantes nacionais.

De modo geral, Coutinho pareceu não atribuir a devida importância à questão da luta de classes, desconsiderando que mesmo Gramsci distinguia entre a direção consensual dos aliados e a coerção dos adversários, isto é, restringia a questão da hegemonia à problemática das alianças da classe trabalhadora (cf. ANDERSON, 2002, p. 61-2). Coutinho não levava em conta o fato de que a burguesia atuava de modo violento diante de qualquer contestação mais séria ao seu domínio, especialmente em países como o Brasil.

Devemos assinalar aqui que a reflexão de Coutinho foi marcada pelo politicismo, postura que, de acordo com Chasin (cf. 2000a, p. 8; 123), consiste em tomar o complexo da realidade social partindo unicamente da esfera do político, em detrimento de sua base econômica. O filósofo baiano priorizou o dilema sobre o nível de maturidade das instituições da sociedade civil, de maneira que o âmbito econômico só apareceu de modo secundário. O foco de Coutinho era a configuração propriamente política do Brasil. Consequentemente, em vez de possibilitar a apreensão das particularidades do caminho brasileiro de entificação do capitalismo, os conceitos utilizados obscureceram-nas. As estratégias políticas apresentadas eram tão parcas quanto as classificações oferecidas: ao caráter “oriental” de uma sociedade corresponderia a “guerra de movimento”, enquanto nas sociedades de tipo “ocidental” a proposta seria a da “guerra de posição”. Escamoteava-se assim a multiplicidade de determinações da realidade concreta, de modo que a particularidade da sociedade brasileira ficava restrita à afirmação de que “somos um ‘Ocidente’ periférico e tardio”.

No exercício de sua análise, Coutinho recorreu a conceitos de uso corrente na analítica brasileira de caráter politicista. Nesse sentido, é de suma importância a utilização de noções construídas com base no modelo da democracia liberal. O caso mais impactante, pois o mais recorrente e central, refere-se à ideia de “Estado autoritário”. Trata-se de figura característica de situações em que há um desequilíbrio na relação entre Estado e sociedade civil, ou seja, quando o primeiro apresenta-se forte, e a segunda, desarticulada. Em relativo contraste com sua preocupação com a primazia do momento econômico na configuração da realidade humana, Coutinho promoveu aqui uma autonomização do momento político, identificando-o primordialmente com base em sua aparência imediata. Ao mesmo tempo, articulou uma classificação que teve por núcleo o paradigma democrático. Desse modo, “Estado autoritário” seria aquele no

54. Uma crítica bastante pertinente da noção de totalitarismo pode ser encontrada em Chasin (2000b, p. 79-90).

qual haveria a negação de certos elementos da democracia liberal, uma contraposição cujo grau máximo era identificado no “totalitarismo”⁵⁴.

O filósofo baiano também se valeu da noção de “populismo”, construída com base no mesmo arquétipo da democracia liberal. Segundo os teóricos que o utilizam, o conceito de populismo tem por objeto preferencial o período histórico que vai de 1930 a 1964, caracterizado pela falta de radicalidade da classe trabalhadora, a qual resulta manipulada pelas lideranças políticas. Trata-se, portanto, de uma espécie de substituto da hegemonia burguesa. Tal conceito foi mobilizado episodicamente por Coutinho para realçar uma característica particularmente importante do período em questão: o descarte da mediação das instituições civis no relacionamento entre líderes políticos e massas populares. Assim, também aqui temos uma negação de aspectos da democracia liberal.

Do exposto acima, podemos afirmar que o objetivo político de Coutinho, a edificação de um regime de democracia liberal, acabou por moldar os instrumentos teóricos mobilizados. Distorceu a análise do momento econômico-social em prol da descrição da aparência do político. Descuidou não apenas do momento econômico da realidade e, nesse movimento, das particularidades do caminho brasileiro de desenvolvimento, mas, no mesmo processo, desentendeu ainda a configuração própria do político, pois o isolou de seus vínculos estruturantes com o econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Afinidades eletivas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

CHASIN, J. A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a.

_____. Sobre o conceito de totalitarismo. Ensaio Ad Hominem, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, v. I, t. III: Política, 2000b.

COUTINHO, Carlos Nelson. O processo das contradições e a revolução brasileira. Ângulos, Salvador, n. 16, 1960.

_____. Literatura e humanismo. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

_____. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: _____ et al. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. A democracia como valor universal e outros ensaios. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992a.

_____. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992b.

_____. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

GIANNOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. Estudos Cebrap, São Paulo, n. 17, 1976.

LENIN, V. I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. V. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

SILVA, Vladimir L. “Via prussiana” e “revolução passiva” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,

2012.

Para saber mais:

COUTINHO, C. N. Carlos Nelson Coutinho. In: Autores marxistas, dossiês. Marxismo21. Disponível em <<https://marxismo21.org/carlos-nelson-coutinho/>>

_____. Entrevista Carlos Nelson Coutinho. In: Milênio. GloboNews. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=khBietJYn4w>>

SILVA, Vladimir L. Carlos Nelson Coutinho. In: Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF – Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/fbZjW80rXT8>>.

UM COMENTÁRIO AO LIVRO A SOCIOLOGIA POSTA EM QUESTÃO, DE CLÓVIS MOURA⁵⁵

MARCIO FARIAS⁵⁶

Eis que, enfim, o Brasil se encontra com Clóvis Moura. Fruto do intenso trabalho de divulgação feito por militantes e intelectuais ligados ao movimento negro, o reconhecimento paulatino de sua obra se faz notório na medida em que se observa o aumento do debate público e da significativa fortuna crítica em torno de suas principais categorias e argumentos. Nesse sentido, como desdobramento, tem ocorrido um conjunto de reedições de seus livros, com destaque para o relançamento de *Rebeliões da senzala* (5. ed. em 2014/ 6. ed. em 2020) e *Dialética radical do Brasil negro* (2. ed. em 2014/ 3. ed. em 2020), ambos pela editora Anita Garibaldi; *Sociologia do negro brasileiro* (2019), pela editora Perspectiva; *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (2021) e *Os quilombos e a rebelião negra* (2022), pela Editora Dandara; e *A sociologia posta em questão* (2022), pela editora Figura de Linguagem.

Esta última é obra de notável valor, pois reflete não só um momento de transição e maturação teórica de Moura. Nela também se tem a explicitação de sua filiação teórica e o programa político consequente que ele projetará posteriormente a esta publicação: lastreado por um marxismo original, buscou apreender o sujeito político da revolução brasileira, ao mesmo tempo em que destrinchou quais eram os entraves que não permitiam à *intelligentsia* progressis-

55. Versão revista e ampliada do prefácio à segunda edição do livro *A sociologia posta em questão*, de Clóvis Moura, lançado pela Editora Figura de Linguagem em 2022.

56. Doutor em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), autor do livro *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico* (2019). Também coordena a Coleção Clóvis Moura da Dandara Editora.

ta no Brasil compreender sua gênese e maturação. Assim, A sociologia posta em questão – que teve uma primeira versão em espanhol, publicada no México, sob o título Sociología de la praxis – é decisiva para o melhor entendimento dos influxos teóricos mourianos.

O contexto da produção difere em qualidade de suas primeiras publicações. Antes, além de ensaios, artigos, crônicas sobre diferentes temas cotidianos e culturais, como também peças de teatro e livros de poesia, no campo analítico, o autor já havia escrito *Rebeliões da senzala* (1959) e *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964). Nestes casos, o jovem Clóvis Moura das décadas de 1940-50, filiado ao Partido Comunista (PCB) – na ocasião, guardião-mor da leitura de cariz marxista no Brasil –, enveredava pelo descortinamento da temática racial em termos distintos dos que eram feitos até então. Sua grande questão na época era: qual a importância política da população negra para a história do Brasil? Para responder a esta questão, alicerçou-se, primeiro, no marxismo contra-hegemônico levado a cabo por Caio Prado Jr. Deste modo, absorveu as teses pradianas defendidas em *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945), que enfatizavam uma particularidade que inseria o país, a seu modo, na divisão internacional do trabalho, mas superando os limites apresentados por Caio Prado Jr. sobre as formas políticas precedentes à emergência da sociedade competitiva de trabalho livre assalariado. Em segundo plano, recuperou os estudos feitos por Arthur Ramos, Aderbal Jurema e Edison Carneiro – entre outros – sobre as insurgências e rebeliões negras, mas as elevou e as qualificou em dois outros planos: 1) Estabeleceu marcadores temporais mais amplos, abrangendo a longa duração da colônia e o Império; 2) Observou um conjunto variado de formas políticas operadas pelo africano escravizado que, com maior ou menor intensidade, desgastavam e confrontavam a ordem dominante. Aqui, a operação geoespacial também foi de maior monta. A resultante dessa operação metodológica inovadora ficou registrada na primeira edição do livro *Rebeliões da senzala*, lançado em 1959.

Moura, em seu livro de estreia, marcou, a só um tempo, um contraponto à hegemonia racial forjada ainda na primeira fase da

revolução burguesa no Brasil, cujo espírito do tempo foi captado e sistematizado pelo mais competente e sagaz intelectual orgânico da burguesia brasileira, o recifense Gilberto Freyre. Também apontou para uma nova radiografia da formação social brasileira, na medida em que inscreveu o quilombo como a gênese da luta de classes no Brasil.

II

Rebeliões da senzala foi escrito diante de um Brasil de movimentação cidadina, com um operariado crescente e ansioso por conquistas trabalhistas, forjando instrumentos de luta modernos e cada vez mais unificados. Havia também um forte movimento de luta campesina em estados-chave do Nordeste, como Paraíba e Pernambuco, mas que não se reduziam ao localismo, alçando um debate nacional sobre a questão agrária. A reboque da movimentação desses setores-chave na estrutura econômica e social, outros setores eram satelizados para o campo progressista: parte da classe média urbana e sua intelligentsia fornecia o combustível dessa incandescente sociedade. Se ainda não existiam condições materiais e subjetivas para uma revolução socialista no Brasil, os espectros revolucionários vindos de fora, da ilha cubana, forjavam um maremoto que batia sobre as praias Yankees e, como reverberação, fazia um temporal nos litorais habitados pela outra parte da classe média brasileira, associada moral e intelectualmente às elites – estas, por sua vez, subordinadas ao interesse do capital estadunidense.

O comunismo fazia parte desse jogo e as consequências se fizeram explicitar em uma série de dissidências. A bem da verdade, a política dos comunistas já se via em apuros, tanto por questões locais como por questões exteriores. No plano nacional, a oscilação entre conciliação – que gerava cooptação e rebaixamento programático – e avanço – que gerava isolamento político – se somou à crise internacional do comunismo por conta da revelação dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Diante desse diagnóstico, seu livro posterior teve uma visada de natureza teórica, agora confrontando diretamente outro câno-

ne do pensamento social brasileiro: Euclides da Cunha. Lançado em 1964, sob o título *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, teve como objetivo realizar uma exegese sobre a produção do autor de *Osertões*.

Em termos gerais, Euclides da Cunha gozava de amplo prestígio, na medida em que sua obra clássica se inscrevia como matriz pioneira da forma ensaio interpretativo, forma esta que ganhará vulto nas décadas de 1930, com os textos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Além disso, a temática sobre o sertanejo, seu contexto geográfico e suas formas culturais, em detrimento das injustiças sociais e da forma como o Estado se amalgamava às elites agrárias na reprodução de uma condição de espoliação do trabalhador do campo, fazia de Euclides da Cunha uma leitura de cabeceira dos setores progressistas na década de 1960, período em que explodiu tanto o movimento de alfabetização popular com Paulo Freire como também emergiram as Ligas Camponesas e a sindicalização do trabalhador do campo.

Nesse sentido, Moura explorou as ambiguidades de Cunha e as apreendeu diante do seu quadro formativo: “Num sentido mais largo, não devemos estranhar a posição confusa de Euclides da Cunha, nem exigir dele mais do aquilo que seu tempo permitia.” (MOURA, 1964, p. 116) Nessa esteira, Moura explicitou sua crítica à absorção acrítica, segundo ele, que se fazia da interpretação derivada de *Os sertões*, bem como apontou para a necessidade de superação dessa analítica. Vê-se, em *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, um Clóvis Moura apresentando uma análise que englobava a relação entre estrutura e conjuntura, ao passo que, ao identificar uma deficiência teórica entre os setores progressistas de seu tempo, apontou para uma qualificação da compreensão sobre a questão agrária e da luta camponesa no Brasil.

Além do livro de Moura, outra expressão de uma revisão que vinha sendo feita pelos comunistas dissidentes foi a obra *A revolução brasileira* (1966), de Caio Prado Jr., que se somou aos esforços do autor, em obras anteriores, de perscrutar com maior qualidade a particularidade brasileira. Nesse quesito, propôs um esquema analítico que se opunha e evidenciava as insuficiências das análises fei-

tas pelo PCB para explicar a dinâmica histórico-social brasileira. Os termos da crítica eram os seguintes: a impropriedade de apontar o predomínio de uma estrutura agrária de natureza feudal no Brasil e a negação da existência de uma burguesia nacional progressista.

Essa movimentação progressista, fundamentada em forte anseio reformista, previa superar os arcaísmos e as persistências do passado colonial e modernizar o Brasil. Não era revolucionária, mas foi suficiente para gestar uma contrarrevolução preventiva. Em março de 1964, um golpe burgo-militar foi dado e as forças que sustentavam o governo João Goulart (1961-64) não conseguiram reagir, evidenciando fragilidades múltiplas, desde as teóricas às políticas.

III

A sociologia posta em questão é um quarto ato de maturação teórica de Clóvis Moura. Na mesma quadra histórica, ou seja, diante da ditadura, pouco antes de publicar este livro, publicou *O preconceito de cor na literatura de cordel*. Neste período de recrudescimento político, de perseguição, exílio, morte e tortura, havia muito mais entraves ao aparecimento de uma produção crítica do que no período anterior. Moura, insurgente ao republicar, em 1972, *Rebeliões da senzala*, aparentemente baixou a guarda no confronto com a ordem nas publicações inéditas deste período. Porém, engana-se quem pensa que a contundência vista em tempos de sociedade aberta se arrefeceu então.

No primeiro caso, *O preconceito de cor na literatura de cordel* é uma brochura que corresponde a um estudo relativamente simples sobre essa manifestação cultural e artística, que gozava de bastante prestígio por seu caráter popular. Do ponto de vista do procedimento de pesquisa, separou aleatoriamente 25 folhetos de cordel e estabeleceu categorias de análises como tema, personagem principal etc.; e as categorizou a partir da existência de representação negra. Verificada esta representação, avaliou se era estereotipada ou não, e em seguida fez uma análise qualitativa. Clóvis Moura constatou que a representação negra nesses materiais era significativa e, em geral, com estereótipos negativos. Nessa operação de pesquisa

simples, o autor verificou algo que lhe será fundamental para a devida averiguação da natureza do racismo brasileiro: este, enquanto fenômeno forjado no interior da dinâmica social de classes do período colonial, estabeleceu-se como o lócus cultural e não era alheio ou apenas exógeno à classe trabalhadora, mas a penetrou enquanto ideologia, conformando o ethos das classes populares também.

IV

A sociologia posta em questão aparentemente se deslocava em relação aos temas que consagraram Clóvis Moura como intérprete do Brasil, pois aqui submeteu a produção do conhecimento – a sociologia brasileira e a produção geral das ciências sociais – ao escrutínio. Em termos da produção do conhecimento, as ciências sociais como um todo, e o marxismo especificamente, passavam por um momento de transformação entre as décadas de 1950 e 1960. Essas mudanças se atrelavam aos novos desígnios originados das mudanças sociais que eram fruto do primeiro ciclo de desenvolvimento da revolução burguesa brasileira: a criação da indústria de bens de produção forjava uma nova era de urbanização e industrialização, sem superar a estrutura agrária. A apreensão teórica desse processo se catalisou na seção brasileira da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), liderada por Celso Furtado, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e no desenvolvimento da sociologia institucional acadêmica do qual a Escola de Sociologia e Política (ESP) da Universidade de São Paulo (USP) é paradigmática. Neste último caso, dos estudos antropológicos aos estudos de natureza sociológica, passando pelas contribuições em história e economia política, fez-se um novo estatuto da sociologia no Brasil. Dentre os responsáveis por essa inflexão está Florestan Fernandes, o mais importante sociólogo brasileiro. Sua vasta produção abarca um arcabouço teórico amplo, ainda que muitas vezes denso, perpassando por diversos assuntos, dentre eles, o tema das relações raciais no Brasil.

No caso do marxismo, os esquematismos decorrentes da absorção das teses do Programa da Internacional Comunista, tanto do V Congresso quanto, principalmente, do VI Congresso Mundial,

realizado em Moscou no ano de 1928, foram revistos. As proposições para a compreensão dos países coloniais e semicoloniais, presentes no documento final do VI Congresso e aqui absorvidas nas teses acerca da natureza feudal da estrutura agrária do país, como vimos, passaram a ser superadas ainda no interior do partido, pela leitura de Caio Prado Jr. e Clóvis Moura. Para além do combate interno, o marxismo brasileiro desse período iniciou uma fase de relativa autonomia das forças políticas forjadas em instrumentos partidários. Um exemplo desse processo foram os seminários d'O capital. José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Ruth Cardoso, Paul Singer, Roberto Schwarz, Bento Prado Jr., Michel Löwy, Emília Viotti da Costa, João Quartim de Moraes, Francisco Weffort, Emir Sader, Eder Sader, Maria Sylvia Carvalho Franco, José de Souza Martins, entre outros, ao lerem a obra mais importante de Marx, tentaram estabelecer nexos metodológicos e apresentaram, tempos depois, teses inovadoras e originais em várias áreas do saber sobre temas diversos da realidade brasileira. Havia também novas tendências políticas mais radicalizadas – influenciadas, direta ou indiretamente, pela Revolução Cubana e sua tática de guerra de guerrilha no campo, em conjunto com as lutas urbanas –, que também reorientavam os rumos do marxismo no Brasil.

Essa renovação do marxismo teve uma segunda fase, que ganhou ênfase “epistemologista”, na década de 1970. Os marxistas, ao modo “idealismo alemão”, impedidos de realizações políticas por conta do recrudescimento político, voltaram-se ao gabinete e, enquanto a revolução não vinha, prepararam o seu fomento teórico. Leram os ventos europeus da renovação: os frankfurtianos, G. Lukács, A. Gramsci, L. Althusser. Os primeiros foram as referências para o desenvolvimento de uma filosofia crítica, como também impactaram a produção do conhecimento em psicologia social. Lukács, além de exegetas, formou um bom quadro de sociólogos do trabalho que se lastreiam no debate deste enquanto categoria fundante do ser social, mas ganham originalidade na interpretação do novo – e precário – mundo do trabalho. Gramsci foi importante para a discussão de teóricos marxistas brasileiros sobre a particularidade do país, como também para os estudos culturais e para a nova historiografia do tra-

balho e da escravidão – sob a lente dos historiadores marxistas ingleses, principalmente E. P. Thompson. O saldo dessa discussão toda se deu em termos teóricos a partir da qualificação da relação subdesenvolvimento/dependência, em termos gerais, e uma apreensão mais esmiuçada da sociedade brasileira: estudos sobre a proletarianização do homem do campo; a formação do proletariado brasileiro; o tema da cultura popular e da política, a crítica literária e uma teoria da história brasileira foram alguns dos novos fenômenos sociais averiguados a partir de uma miríade de perspectivas.

V

A sociologia posta em questão, diante deste cenário, partia do seguinte argumento central: a dinâmica social, em sua essência conflituosa, não era apreendida pela ciência social institucionalizada de então: “Fecha, portanto, a área de possibilidade de se fazer emergir, em obediência às próprias leis imanentes, uma ciência dinâmica radical, capaz de apresentar modelos e soluções que transcendam (e superem) o atual modo de produção.” (MOURA, 2022, p. 21)

Nesse sentido, as ciências sociais desse período, como um todo, e a sociologia em específico, eram uma expressão alienada dessa forma societária. Apenas em alguns casos, segundo Moura, refletiam uma consciência crítica, portanto, sua negação. Fato este que deslocava o sentido nascente da sociologia enquanto ciência da sociedade, uma ciência globalizante, quando do pensamento de seus fundadores (e aqui se menciona não somente Marx e Engels, mas também Émile Durkheim e Max Weber). Assim, para Moura, a sociologia clássica surgida na Europa, aqui, diante de circunstâncias causais relacionadas a outros povos, consolidou-se e teve sua expansão ao longo do século XX, mais ou menos aos ventos da maneira pela qual o capitalismo se expandiu e exigiu uma explicação de suas determinações. A sociedade aberta em detrimento da sociedade tradicional; a relação entre indivíduo e sociedade; os grupos sociais e seus interesses; as instituições seculares perante o desencantamento do mundo; em suma: o mundo das mercadorias, consumidor do tempo de vida e das energias vitais das massas, planeta afora, mostrava a necessidade

de compreender o significado dessa grande revolução. Por isso, para Moura, as matrizes fundantes das ciências sociais salvaguardavam uma raiz de criticidade ao enfrentar os dilemas centrais da moderna sociedade capitalista. Se, para ele, por um lado, o pensamento crítico se apresentava como autoconsciência dos explorados ou como sua apreensão ideal do movimento da realidade – aqui, Clóvis Moura reivindicava Lenin –, a sociologia feita no início da segunda metade do século XX, em suas abstrações e formalismo, tendia não só à conformação da ordem, mas lhe subjazia o irracionalismo subjetivista.

Diferente da ênfase gnosiológica, na produção do conhecimento em ciências humanas, que tomava as agendas de pesquisa em sua época e ainda hoje são hegemônicas, Clóvis Moura enfatizava a práxis como critério de averiguação. Em outras palavras, ao invés de apriorismos metodológicos e conceituais, para ele a produção do conhecimento crítico tinha de partir da experiência concreta dos sujeitos, das classes sociais em suas características gerais e nas suas contingências históricas. Por isso, ao mesmo tempo em que reivindicava toda uma tradição clássica do pensamento europeu para se valer de categorias gerais, postulava uma agenda de reflexão que considerasse as particularidades não apenas como uma expressão concreta do universal, mas, ao contrário, como cada particularidade é carregada das determinações gerais do modo de produção capitalista, reproduzindo-as a seu modo. O exemplo disso, a categoria totalidade – muito cara à economia política clássica (vide Adam Smith), central para o desenvolvimento sistêmico em Hegel, apreendida em termos materialistas em Marx, sobretudo a partir do livro Miséria da filosofia –, era central na produção do conhecimento crítico para Clóvis Moura. Ele, porém, absorveu criticamente o tema das determinações em última instância da economia e suas correspondências nos demais complexos da vida social. Nesse sentido, a forma pela qual o capitalismo se efetivou em cada localidade era central, em Moura, para o entendimento da maneira pela qual os sujeitos, a partir de sua experiência, podem confrontar a hegemonia.

Nesse ponto, antecipava o que se tem debatido contemporaneamente nas escolas pós-coloniais e decoloniais, mas sem capitular na consagração do específico pelo específico. Em Clóvis Moura, a

ciência social crítica era aquela que também confrontava uma produção do conhecimento que entendia civilização como sinônimo de Europa. Havia um universal em Clóvis Moura, mas o universal rico em seus particulares, em suas múltiplas formas de ser. Por isso, a luta social de seu tempo – ocorrida no continente africano, no Vietnã, em Cuba e em toda a América Latina – era prova cabal dos limites estreitos da ciência da ordem, mas também do pensamento progressista não perspectivado a partir da noção de conflito e síntese. Ou seja, era preciso enfatizar as lutas sociais empreendidas pelos povos do Terceiro Mundo: “Querem convencer-nos e aos povos dos países que lutam de forma radical na Ásia, América Latina, África e outras regiões de que há possibilidades, no atual momento político internacional, de uma transição pacífica para o socialismo, sem que a violência dos oprimidos se contraponha à violência do neocolonialismo.” (MOURA, 2022, p. 65)

Aliás, sua crítica ao desenvolvimentismo – tanto cepalino como isebiano – versava sobre a falta de horizonte revolucionário destas escolas. O sonho desenvolvimentista, para Moura, era uma ilusão modernizante de parte da intelectualidade progressista do sul global.

Não foi só no confronto exterior ao marxismo que Moura empunhou sua crítica: também se insurgiu contra parte da renovação marxista que ocorria nos círculos universitários, a que chamou de “marxismo desdentado”. Com aguçada percepção, antecipava na gênese aquilo que se confirmaria décadas depois: um marxismo que se renovou conservando uma negligência com relação a temas candentes da forma pela qual a sociedade brasileira se engendrou, dentre eles, o racismo.

VI

Ainda é preciso dizer algumas coisas sobre A sociologia posta em questão. Ressaltar o seu valor heurístico e sua atualidade é redundante. Os familiarizados com a bibliografia marxista percebem nesta obra a mesma contundência teórica de Lenin em seus estudos sobre Hegel, comparável, dada a semelhança do estudo, com as dis-

cussões propostas por Lukács em *A destruição da razão: uma análise acurada das desventuras do pensamento burguês em suas múltiplas facetas*.

Ressalve-se, porém, que, nessa empreitada, Clóvis Moura nem sempre logrou pleno êxito. Um exemplo disso é sua crítica, acima assinalada, ao “marxismo desdentado” ou, em outros termos, à renovação conservadora do marxismo no Brasil. Clóvis Moura foi, neste ponto, não dialético, pois negação pressupõe conservação e superação. O marxismo se renovou e trouxe importante contribuição categorial para o entendimento da moderna luta de classes. Afinal, nem só de Marx, Engels e Lenin vive o marxismo (ainda que sem eles seja impossível seguir). E mesmo o fato de haver importantes contribuições dos marxistas não europeus que seriam absorvidas posteriormente, em outras obras, por Moura (e que, infelizmente, não foram observadas com a atenção devida pela esquerda brasileira ainda hoje) não anula a importância da renovação marxista no Brasil. Partir de eixos categoriais do marxismo ocidental, tal como fez o marxismo renovado brasileiro, não é em si um problema. O problema é que este marxismo renovado brasileiro foi para o abstrato e por lá ficou. Ao descer, poderia ajudar na crítica ao capitalismo de superexploração racial brasileiro. Aqui me refiro também à sua crítica ao pensamento desenvolvimentista e me remeto à postura que Moura teve com relação ao pensamento clássico europeu vis-à-vis o brasileiro: salvaguardou princípios racionais em Weber e Durkheim, mas negou quase intotum Guerreiro Ramos e Celso Furtado. Com os limites de seus projetos políticos, ambos são autores incontornáveis para a devida compreensão do Brasil.

Por isso, penso que certos pontos de reflexão na obra de Moura recaem num postulado de posição de classe e produção de conhecimento que é dicotômico e, às vezes, pouco rigoroso. Descritivo em demasia, o autor não capta o processo em suas múltiplas determinações. Ou seja, Moura não está de todo errado, acerta no diagnóstico, mas erra no prognóstico.

Esse ponto crítico em nada anula a importância do livro aqui comentado. Ao contrário, expressa o caráter vivaz de uma obra que se orientou sempre pela produção para a transformação radical,

não como uma abstração, mas como possibilidade real aos sujeitos concretos. A sociologia posta em questão é a expressão de um momento decisivo do pensamento crítico brasileiro que se propunha a tentar se desvencilhar das armadilhas do pensamento fragmentado e especializado. Em um Brasil dialeticamente negro, a emancipação como possibilidade é um devir a ser conquistado. Ele, Clóvis Moura, consagrou uma vida a este projeto. É preciso novamente colocar o Brasil em questão.

VII

Uma última nota a respeito de A sociologia posta em questão é sobre o debate contemporâneo acerca da obra de Clóvis Moura, em especial, a categoria práxis. Muitos dos principais estudiosos do autor em pauta assinalam seu feito e caracterizam sua obra como “teoria da práxis negra”. O livro A sociologia posta em questão não se habilita a essa caracterização.

Parte da análise da categoria práxis negra ganhou força com os estudos sobre marxismo negro encabeçados por Cedric Robinson, Ramón Grosfoguel, Daniel Montañez. Refletindo sobre a questão a partir desse debate crítico, é interessante e pertinente observar como a experiência de ser negro no dinamismo do capital forjou uma teoria em que raça era o centro de uma elaboração sofisticada sobre economia, política, classe, Estado, gênero etc. Nesse sentido, é notório que a vivência negra habilitou e exigiu desses intelectuais uma dedicação ao tema do racismo em suas conexões com o capitalismo. Assim, estes intelectuais negros, orientados pelo marxismo, deram contribuições inestimáveis para o desvelamento do racismo enquanto fenômeno social. Porém, não foram apenas intelectuais negros marxistas que descortinaram o tema do racismo. Por isso, enquanto categoria descritiva de análise, marxismo negro contribui para a caracterização de um problema no interior do marxismo, mas de maneira parcial. Nesse mesmo ponto, a categoria analítica marxismo negro apresenta um primeiro imbróglio teórico: no caso de indivíduos negros, há uma experiência que justifica a imersão no tema do racismo a partir do marxismo; no caso de intelectuais brancos,

há uma sensibilidade para o tema. Essas explicações de caráter subjetivista transferem para a vivência dos indivíduos algo que está no campo das relações sociais.

Em outra esfera, a categoria analítica marxismo negro permite refletir sobre a questão de que a maior parte dos intelectuais negros marxistas teve dificuldades ou foi negligenciada, tanto pelos operadores como pelos instrumentos pelos quais o marxismo se difundiu ao longo do século XX: partidos, sindicatos e universidades. Em outro momento me detive de maneira um pouco mais cuidadosa sobre esse problema (FARIAS, 2017) e continuo mantendo a tese de que o marxismo é uma ferramenta fundamental na luta antirracista. Sobretudo, enquanto um recorte analítico que possibilite não só entender quem negro foi e quem negro é no fazer histórico, mas que dá ferramentas para superar um espírito do tempo em que o pertencimento racial virou um axioma, e a subjetividade negra, uma epistemologia. Entretanto, não há garantias e nem certificações. As instituições marxistas, ou as instituições pelas quais o marxismo se forjou e se difundiu, não estão alheias às influências da cultura, sendo que o racismo é um complexo que se amalgama com as culturais locais e nacionais.

Por isso, observando por um outro lado, há de se pensar os limites da categoria marxismo negro como categoria política, porque o racismo é um fenômeno social e não uma leitura de mundo. Creio que a categoria práxis negra, subsidiada pela análise do marxismo negro, não tem a mesma consistência e validade quando se opera com ela nessa instância, ou seja, no campo da política.

No caso de Clóvis Moura, em nenhum momento o autor utilizou a categoria práxis negra, não só em *A sociologia posta em questão*, como também no conjunto da obra. Ao contrário, utilizou-se fartamente da categoria práxis e ensejou contribuições categoriais originais sobre a política, como a categoria quilombagem, que designa um conjunto de ações políticas levadas a cabo pelo africano vertido à condição de escravizado no período colonial e no Império.

No caso do livro em questão, o autor caracterizou a categoria práxis apreendendo-a como um processo imanente à dinâmica e às contradições da sociedade moderna. Contra uma posição funcio-

nalista, que aponta para os processos disruptivos como patologia social, Moura atrelava a análise a um momento ideal de sistematização do movimento da realidade, buscando, assim, o sentido da práxis nas circunstâncias em que ela ocorre. Não há um apriorismo subjetivo ou essencial, nem um finalismo político determinado, como também um tautologismo:

A práxis política dos grupos que representam as classes em devir é considerada anormal, patológica, e as instituições estatais, representativas da normalidade, usam todos os recursos de que dispõem para neutralizá-la e manter o equilíbrio social. Em outras palavras: a luta de classes passa a se expressar abertamente. Os agrupamentos, as organizações e instituições que representam interesses contraditórios passam a atuar de forma antagônica, chocando-se no espaço social. Esses choques assumem conotações diversas e se multiplicam em cadeia, simetricamente, à medida que os problemas avultam e exigem soluções (...). (MOURA, 2022, p. 178)

Para o autor, a práxis, como processo de emancipação política, tem manifestações distintas no campo tático, cuja circunstâncias determinam, ainda que com relativa autonomia do campo político, as suas formas:

A violência política que parte das classes em devir é a parceira de toda nova sociedade. Este conceito, que muitos sociólogos negam, afirmando ser antiquado porque, segundo eles, era a expressão de um estágio já superado da sociedade capitalista, voltou a ser admitido com maior vigor depois que uma série de acontecimentos comprobatórios na Ásia, África, América Latina, Oriente Médio e Europa. Cabe, portanto, ao sociólogo, ao invés de rotular a violência como patologia social, estudar o sentido, o cometido dessa vio-

lência: a violência dos que desejam deter o progresso social ou a dos que desejam dinamizá-lo, para isto, têm de chocar-se com aquelas forças e instituições sociais que não o permitem. (MOURA, 2022, p. 179).

Como se pode ver, o fundamento da práxis é a classe – no caso brasileiro, as frações da classe trabalhadora, composta, em sua maioria, pela população negra, como uma determinação que substantiva esta classe. Portanto, não se trata de um adjetivo ou de uma especificidade. É por isso que entender a dinâmica da luta de classes, para o autor, pressupõe a compreensão do racismo enquanto ideologia de dominação, e a práxis da classe trabalhadora como negação intotum não só do racismo, mas da sociedade brasileira como um todo.

A luta negra, em seu sentido mais estrito, diz sobre o combate de frações da classe trabalhadora em processo de luta por emancipação política e, em seu processo mais amplo, na composição da estratégia socialista. Portanto, ela é imanente ao contexto de um Brasil radical e dialeticamente negro. Em textos posteriores, Clóvis Moura retomou essa discussão em termos de questionamentos a análises que qualificavam as lutas políticas do Terceiro Mundo como pré-políticas:

Criou-se um conceito de movimento social no qual somente seriam considerados políticos aqueles que tivessem condições de elaborar um programa de ação e de governo de acordo com os postulados da Revolução Francesa e que desembocassem, como conclusão, em um projeto liberal. Fora desse caminho não haveria salvação. Os demais seriam formas arcaicas de movimentos sociais, banditismo social, milenarismo, mas todos fora dos padrões normativos e ideológicos que dariam as razões para serem reconhecidos como políticos.

Embora o conceito de movimento pré-político tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento

marxista – E.J. Hobsbawm –, acreditamos que ele é eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de se analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo. A luta de Zapata e Pancho Villa no México, a de Sandino, na Nicarágua, o movimento camponês de Pugachev, na Rússia, todos os movimentos de libertação da África Negra, como o kinbangista, incluindo-se os Mau-Mau e o de Lumumba (...). (MOURA, 2000, p. 25)

Ora, seguindo essa esteira analítica, entende-se que a particularidade histórica conforma as circunstâncias pelas quais, a seu modo, cada classe trabalhadora vai forjando seu devir. Com maior ou menor capacidade de compreensão do processo como um todo, a dialética entre classe-em-si e classe-para-si é um universal, ainda que concretamente distinta em cada região do globo.

Clóvis Moura não foi, portanto, o teórico da práxis negra, mas o teórico que buscou apreender a dialética entre forma e conteúdo do fazer político da classe trabalhadora brasileira. No limite, ou a esquerda brasileira tem no enfrentamento ao racismo uma base de sua agenda, ou quando, “ao se deitar, estará morta”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIAS, Marcio. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. *Questão étnico-racial, Estado e classes sociais*. Ser Social, v. 19, n. 41, 2. sem./2017.

_____. Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico. São Paulo: Dandara, 2019.

MOURA, Clóvis. Sociologia política da Guerra de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. A sociologia posta em questão. Porto Alegre: Figura de Linguagem, 2022.

Para saber mais:

FARIAS, Marcio. Clóvis Moura. In: *Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira*. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF – Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/-VfIEZEGVY4>>.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global. 1983

_____. *Dialética Radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita. 1994

_____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática. 1989.

_____. *Negro, de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. *Preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Resenha São Paulo, 1976.

_____. *Rebeliões da senzala [1959]*. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014

MOURA, Soraya. Clóvis Moura: pensador das raízes da opressão e do protesto negro no Brasil. *Revista princípio*. Áudio de entrevista. Disponível em: <<https://marxismo21.org/clovis-moura>>

-marxismo-e-questao-racial/>.

OLIVEIRA, Fabio Nogueira. Modernidade, política e práxis negras no pensamento de Clóvis Moura. *Plural*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 45-64, jan. 2011.

PROCÓPIO, Ana. Paula. O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social – UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

RUY MAURO MARINI: O INTELLECTUAL ENGAJADO

AMARILDO AP. VIEIRA⁵⁷

Podemos afirmar que a teoria da dependência cumpre uma função prática, mas justamente como análise objetiva, fundada, da natureza da realidade e de seu desenvolvimento. Desse ponto de vista, pode-se inferir que a grande contribuição do pensamento de Marini, que ressalta sua relevância e atualidade, incide no fato de que suas análises acerca da realidade, e em especial, no referente ao capitalismo latino-americano, não ficaram circunscritas ao âmbito das categorias econômicas, pois sua metodologia transcendeu a economia e conectou-se à realidade concreta imposta pela nova lógica de acumulação capitalista que se apresentava em seu tempo, ou seja, sua teoria é o reflexo da realidade concreta, em escala mundial, gestada pelo imperialismo. Sobre este pressuposto metodológico, identificou as contradições do capitalismo latino-americano a partir da irradiação imediata dos conflitos e antagonismos de classe.

Foi em face desse objetivo que Marini se dedicou a compreender a essência do capitalismo monopolista em sua estrutura vital, colocando em relevo seus nódulos constitutivos e, simultaneamente, a atualidade e viabilidade da revolução socialista como propriedade da fase imperialista. Dito em outras palavras, Marini evitou apreciar os fatos de forma isolada, fora de conexão, mas, ao contrário, partindo da perspectiva metodológica da totalidade de Marx, estabeleceu o reconhecimento do caráter geral de toda a era marcada, do ponto de vista dos capitalistas, pela expansão imperialista; do ponto de vista do proletariado, pela necessidade imperiosa da revolução. Assim, a atualidade da revolução se constituiu no instrumento de precisão para todas as suas incursões políticas.

57. Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: amarildovieira761@gmail.com.

Pode-se afirmar, portanto, que no processo de construção do pensamento de Marini, tal qual apregoada pela tradição marxista, a teoria torna-se uma arma a ser utilizada pelo proletariado, pois cumpre uma função prática, mas o faz justamente como análise prática objetiva, fundada, da natureza da realidade e de seu desenvolvimento.

TRAJETÓRIA DE UM REVOLUCIONÁRIO

Ruy Mauro Marini, autor bastante difundido na América Latina, desenvolveu um amplo estudo sobre as particularidades e contradições das sociedades latino-americanas⁵⁸, destacando que o processo de subdesenvolvimento dos países da região está intimamente relacionado à história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial e que somente a compreensão do processo de evolução dos mecanismos que caracterizam a economia capitalista mundial pode proporcionar uma análise adequada dos problemas econômicos e sociais pertinentes a toda a América Latina.

Tendo como objetivo prioritário desmistificar a política de conciliação de classes defendida pela esquerda reformista e fincar as bases para a construção de uma “nova esquerda”⁵⁹ revolucionária

58. Sua obra *Subdesenvolvimento e revolução*, elaborada em 1968 e publicada um ano depois, durante o fim do seu primeiro exílio no México, constitui-se em um importante instrumento de reflexão sobre as causas do subdesenvolvimento dos países da América Latina, além de fazer uma reflexão particular sobre o golpe militar de 1964 no Brasil e suas implicações para a América Latina. Cabe ressaltar a importância dos dois últimos capítulos do livro: “O movimento revolucionário-brasileiro” e “Em direção à revolução continental”, que abordam os problemas enfrentados pela esquerda armada que, segundo o próprio autor, suscitou grande entusiasmo na jovem intelectualidade e na militância de esquerda do período.

59. Marini, como fundador e dirigente da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop), compreendia por “nova esquerda” a edificação de um movimento revolucionário de matiz marxista-leninista que caracterizava a revolução como anti-imperialista e socialista, refutando a tese de relações feudais no campo e rechaçando a ideia da existência de uma burguesia latino-americana capaz de dirigir uma luta anti-imperialista.

na América Latina, Marini procurou combater as concepções desenvolvidas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal)⁶⁰, que teve entre seus principais ideólogos o argentino Raúl-Prebisch, os brasileiros Celso Furtado, Ignácio Rangel, Aníbal Pinto e o greco-francês Arghiri Emmanuel, uma vez que as proposições formuladas por estes teóricos haviam sido incorporadas por expressivos segmentos da esquerda latino-americana. Defendendo a existência de burguesias nacionalistas na América Latina, o pensamento cepalino apoiava-se na tese da “deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo” (MARINI, 2011, p. 64) no continente. Concepções estas que coincidiam com as teses herdadas pelo pensamento da esquerda stalinista filiada à III Internacional, que propunha um programa norteado pela revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista como condição do desenvolvimento capitalista na região.

Segundo Marini:

Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal, a Teoria da Dependência tem suas raízes nas concepções que a “nova esquerda” – particularmente no Brasil, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A Cepal só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista

60. Fundada no final dos anos 1940 e início de 1950, a Cepal foi um organismo vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) que tem como principal objetivo identificar e elaborar projetos relativos aos problemas econômicos da América Latina e Caribe.

autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal que eles haviam herdado da III Internacional. (MARINI, 2011, p. 63-4)

Durante o seu exílio no México, de 1964 a 1969, Ruy Mauro Marini desenvolveu intensa atividade intelectual, dedicando seus estudos à realidade latino-americana. Publicou no exílio, em 1969, uma de suas principais obras: *Subdesenvolvimento e revolução*. Ao denunciar, por meio de um artigo, o massacre de estudantes em Tlatelolco, em 1968, Marini acabou por desencadear um grave incidente com o governo mexicano e, com o aumento das tensões, procurou exílio em outros países.

Exilou-se no Chile de 1969 a 1973, onde se engajou na luta política militando no Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR)⁶¹, passando a contribuir decisivamente na organização do partido e, sobretudo, no incremento do debate teórico acerca do pensamento marxista, da realidade chilena e dos caminhos da revolução latino-americana. Publicou, ainda em 1973, sua principal obra,

61. Sobre a trajetória política e acadêmica de Ruy Mauro Marini, sugiro a leitura de Marini (2011a). Sobre a sua produção teórica no MIR, sugiro o livro *O reformismo no Chile e a contrarrevolução* (MARINI, 2019)

62. Para compreendermos a concepção de capitalismo dependente desenvolvida por Ruy Mauro Marini, é condição fundamental analisarmos a sua principal obra, *Dialética da dependência*. “A Dialética da dependência contém o fulcro de sua concepção sobre o capitalismo periférico, ao criticar as limitações – já evidentes nos anos [19]60 – da concepção cepalina e formular uma teoria que articula o processo de inserção das formações sociais periféricas no sistema capitalista mundial com as modalidades de acumulação e de exploração da força de trabalho. Competindo em inferioridade de condições, não apenas pela chegada tardia ao mercado internacional, como pelo grau menor de desenvolvimento das forças produtivas, as burguesias periféricas buscam compensar esse déficit com a superexploração da força de trabalho, uma combinação da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa e com a intensificação na exploração da mão-de-obra. Por outro lado, radicaliza a separação entre a baixa e a alta esfera de consumo, privilegiando o mercado externo, o consumo suntuário e as encomendas estatais, deprimindo ainda mais o mercado interno.” (SADER, 2000, p. 8).

Dialética da dependência, na qual analisa o caráter dependente das economias capitalistas da América Latina⁶²

Ainda no exílio, polemizou notavelmente com Fernando Henrique Cardoso e José Serra⁶³ acerca da Teoria da Dependência, tratando-a como subordinação⁶⁴. Marini teve em seus detratores feroces inimigos que, com agressões deliberadas, procuraram impedir a divulgação de sua obra.

Como principal teórico marxista da Teoria da Dependência no Brasil e um dos principais da América Latina, Marini formulou suas ideias desenvolvendo três importantes teses que consistem no centro nervoso de sua elaboração teórica. São elas:

1. o caráter dependente, entendido por ele como subordinação⁶⁵ do capitalismo latino-americano em relação ao capital estrangeiro e a sua associação com o capital externo – em especial, ao estadunidense –, sendo a revolução socialista a única via possível para emancipação da classe trabalhadora⁶⁶;
2. a divisão internacional do trabalho e a su-

63 “(...) as instituições acadêmicas brasileiras estavam fechadas para nós, mas proibidas para Ruy depois dos ataques de Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Ambos haviam escrito uma pretensa crítica a Ruy Mauro que, aos olhos da revista mexicana em que seria impressa, tamanha agressão apenas poderia ser publicada com a merecida resposta, tanto que os mexicanos esperaram – atrasando pela primeira vez um número na história da revista – até a resposta de Marini. Fernando Henrique e Serra – mesmo antes de obterem qualquer mandato – mostraram-se fascistas ao proporem, naquele artigo, a censura de um intelectual latino-americano.” (BAMBIRRA, 2011, p. 274)

64. Sobre esta polêmica verificar: Marini (1977); Serra; Cardoso (1978); Marini (1978).

65. Nos anos 1960, surge a Escola da Dependência; pela vertente marxista destacam-se: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Agustín Cueva que, ao analisarem o caráter dependente do capitalismo latino-americano, o tratarão como subordinado ao capitalismo desenvolvido, defendendo a revolução como única saída possível para esta situação. Por outro lado, a tendência de matiz weberiana, schumpeteriana, da Teoria da Dependência terá como principais expoentes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que defenderam a tese do desenvolvimento capitalista integrado como único meio de

perexploração da força de trabalho como fatores decisivos para o processo de acumulação capitalista na América Latina.

3. a necessidade do capitalismo brasileiro de se expandir em direção ao exterior, uma vez que o processo de desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil foi incapaz de gerar condições para o surgimento de um mercado de consumo interno que incluísse parte considerável das massas. De sorte que a ditadura militar foi a promotora do subimperialismo brasileiro.

Torna-se, portanto, imperioso analisar separadamente cada um dos tópicos mencionados, com o intuito de compreender como se originou e desenvolveu-se esta situação de dependência, entendida por Ruy Mauro Marini como uma posição de subordinação dos países da América Latina em relação aos países de economia capitalista avançada.

Nessa quadra, o caráter de subordinação dos países de economia dependente assume uma dimensão de grande relevo; isto porque o autor analisava as distintas relações de produção nos países centrais e nos periféricos a partir dos fundamentos econômicos desenvolvidos por Marx, evidenciando que a acumulação de capital em ambos os casos se realiza de forma distinta, mesmo estando inseridos no mesmo processo de desenvolvimento do capitalismo em escala internacional.

superação da dependência e do atraso tecnológico do continente. Desta forma, acreditavam que as razões dos problemas econômicos do continente residiam nos limites inerentes às burguesias latino-americanas.

66. Ao formular suas teses sobre o caráter dependente do capitalismo latino-americano, Marini tinha como prioridade potencializar a “nova esquerda” brasileira e latino-americana, uma vez que para os países do continente superarem seu subdesenvolvimento é necessário combater a dominação imperialista exercida pelos países desenvolvidos. E esta subordinação somente seria rompida através da revolução socialista em escala continental.

DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E IMPOSIÇÃO DA MAIS-VALIA RELATIVA

Ao analisar o caráter de dependência – “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2011, p. 134) – dos países latino-americanos, Marini iniciava suas considerações procurando entender a gênese do processo de integração da América Latina ao mercado mundial. Partindo do processo da expansão comercial ocorrida no século XVI, ressaltava que a América Latina, desde sua origem, desenvolveu-se em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional e que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 1978b, p. 131).

Primeiramente como colônia exportadora de metais preciosos e gêneros tropicais, o continente contribuiu de forma significativa para o processo de acumulação primitiva de capital, o que colaborou decisivamente para o advento da Revolução Industrial. Com a independência política conquistada no início do século XIX, a América Latina originou um conjunto de nações que se articularam economicamente em torno da Inglaterra, firmando-se como países produtores e exportadores de bens primários, em troca de manufaturas e empréstimos.

É, portanto, a partir desse contexto que a América Latina, em intrincada relação com o capitalismo europeu, foi inserida decisivamente na divisão internacional do trabalho, divisão esta que definiu o processo de desenvolvimento de todos os países da região.

Em outros termos, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais que mais dependência, e sua superação

supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas. (MARINI, 2011, p. 134-5)

Nesse momento, é necessário destacar a diferenciação que Marini fez entre o período colonial latino-americano e o período de dependência⁶⁷ iniciado, segundo o autor, a partir da emancipação política conquistada nas primeiras décadas do século XIX. Reconhecendo que existe uma continuidade entre os dois períodos, enfatizou que ambos não eram homogêneos, uma vez que no período colonial a América Latina desempenhou um papel de extrema relevância no processo de acumulação primitiva de capital levado a cabo pelas potências europeias, em especial, na produção e exportação de metais preciosos nos séculos XVII e, sobretudo, XVIII, graças à concomitância entre a descoberta de ouro no Brasil e o auge da indústria manufatureira na Inglaterra⁶⁸.

Apesar do papel significativo desempenhado pela América Latina no processo de formação da economia capitalista em escala mundial, foi, entretanto, apenas no transcorrer do século XIX e, particularmente, após 1840 que os países recentemente nascidos da América Latina se articularam plenamente com a economia capitalista em escala mundial. Isso porque nesse período surgiu a grande indústria moderna que contou com a possibilidade de consolidar-se, alicerçada pela divisão internacional do trabalho, ou seja, a grande indústria moderna teria sido “fortemente obstaculizada, se não houvesse contato com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional” (MARINI, 2011, p. 136).

67. Marini, em relação a temática posta em tela, discordava de André Gunder Frank, pois sua tesereferente ao “desenvolvimento do subdesenvolvimento” colocava em igualdade a situação colonial vivida pela América Latina e a situação de dependência iniciada a partir do século XIX.

68. Sobre este período, é indicado consultar as obras de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Nelson WerneckSodré.

De sorte que se formou no continente um capitalismo de caráter subordinado em relação aos países de economia avançada. Desta maneira, a América Latina consolidou suas primeiras atividades econômicas como mera fornecedora mundial de alimentos que foi, sem dúvida, a condição imperiosa para a sua inserção no mercado internacional, proporcionando, conseqüentemente, o aprofundamento da divisão internacional do trabalho.

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão internacional do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. (MARINI, 2011, p. 136-7)

Nessa via, os países da América Latina rapidamente acrescentaram a suas atividades econômicas a tarefa de produzir e exportar matérias-primas industriais, cuja importância cresceu em sintonia com o desenvolvimento industrial nos países industrializados da Europa e dos Estados Unidos.

O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram que a massa de matérias-primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção. Esta função, que chegará mais tarde à sua plenitude, é também a que serevelaria como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tiver alcançado um novo estágio. (MARINI, 2011, p. 137-8)

Como consequência desse processo, a inserção dos países da América Latina no mercado mundial colaborou para que o eixo da acumulação de capital nos países industriais se deslocasse da acumulação sedimentada na exploração da mais-valia absoluta para a centrada na exploração de mais-valia relativa, ou seja, a acumulação de capital nos países de economia desenvolvida passou a se efetivar mediante o aumento da capacidade produtiva do trabalho, logo, superando a simples exploração do trabalhador.

É, portanto, nesse contexto que a “inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 2011, p. 138). De sorte que a mais-valia relativa consiste em uma forma de exploração do trabalhador assalariado mediante as transformações das condições técnicas de produção, resultando na desvalorização real da força de trabalho.

Em suma, a inserção dos países da América Latina no mercado mundial, a partir da segunda metade do século XIX, por meio do fornecimento de produtos agrícolas em massa e da exportação de matérias-primas baratas, foi decisiva para a redução dos salários nos países industrializados, uma vez que, fornecendo mercadorias a preços baixos, os custos de produção dos bens de consumo adquiridos pelos trabalhadores tornam-se mais baratos e, simultaneamente, os seus salários desvalorizam-se no mercado. Em outros termos, “mediante sua incorporação no mercado de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 2011, p. 140).

Paralelamente, impuseram aos países da América Latina um aumento da oferta de matérias-primas destinadas à indústria com preços cada vez mais desvalorizados no mercado internacional; desta forma, as necessidades da produção capitalista industrial foram atendidas, como também foram superados os obstáculos para a sua expansão. Em outros termos, ao baratear os preços das matérias-primas e os meios de subsistência dos trabalhadores, a América Latina contribuiu para que ocorresse uma elevação da mais-valia e a redução do valor do capital constante, gerando o incremento das taxas de lucro nos países desenvolvidos.

O CASO BRASILEIRO E O IMPERATIVO DA SUPEREXPLO- RAÇÃO DA FOÇA DE TRABALHO

Tendo como esteio o cenário aludido, Marini identifica que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual buscaram compensar suas perdas no comércio internacional de mercadorias por intermédio da intensificação da exploração da força de trabalho. Essa forma de acumulação capitalista, característica dos países dependentes, efetiva-se por meio de três mecanismos: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

No tocante ao primeiro mecanismo de exploração (a intensificação do trabalho), este está intrinsecamente ligado ao aumento da mais-valia adquirida pelo capitalista através de uma maior exploração do trabalhador, e não do incremento de sua capacidade produtiva; por outro lado, o segundo mecanismo (o prolongamento da jornada de trabalho) está relacionado ao aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica; nesse caso, ocorre simplesmente um aumento do tempo de trabalho excedente (aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo); o último mecanismo identificado consiste na expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho; neste caso, o consumo do operário é reduzido abaixo do seu padrão normal, assim, “o fundo necessário de consumo do operário se converte (...) em um fundo de acumulação de capital”, implicando um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2011, p. 148).

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocan-

do assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho. (MARINI, 2011, p.150-159)

Vale dizer que essa forma de acumulação capitalista é coerente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países da América Latina e com as formas de atividades econômicas que historicamente foram praticadas nos países do continente. Economias centradas na indústria extrativista e na agricultura que se consolidaram, principalmente, pelo uso extensivo e intensivo da força de trabalho, pois desta forma diminuía a composição-valor do capital, o que, adicionado à superexploração da força de trabalho, fez com que se elevassem as taxas de mais-valia e de lucro apropriadas pelos capitalistas.

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: FORMA PARTICULAR DO CASO LATINO-AMERICANO

Como já foi abordado, a base real da economia latino-americana consistia em atender aos interesses dos países industriais. Dessa forma, a sua produção estava totalmente vinculada ao mercado externo, não dependendo do mercado interno de consumo para o seu desenvolvimento. Nos países dependentes realizava-se, deste modo, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital, isto é, a produção e a circulação de mercadorias que, somadas com a oferta abundante de mão-de-obra, fincaram as bases para a compressão do consumo individual dos trabalhadores e, consequentemente, para a intensificação da superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, a economia exportadora dos países da América Latina tornou-se algo maior que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: “é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhes são próprias” (MARINI, 2011, p. 157), gerando uma forma particular – friso: forma particular – de relações de exploração e criando, por conseguinte, um ciclo de capital que intensificava a dependência da América Latina frente ao capital internacional.

Como resultado, temos a redução do padrão de consumo individual dos trabalhadores, gerando uma depressão nos níveis de demanda interna em benefício das exportações para o mercado mundial. Tendo como princípio o incremento de lucros a partir das exportações, em consonância com um consumo interno restrito, surgia a necessidade de importação de produtos para abastecer um setor do mercado interno.

A separação entre o consumo individual que tem como pressuposto o salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada originou uma estratificação do mercado interno do capitalismo dependente latino-americano, onde a esfera baixa de circulação – que o sistema tendia a restringir e que atendia às necessidades imediatas dos trabalhadores – ficava a cargo da produção interna, e a esfera alta de circulação – que o sistema tendia a ampliar e que atendia às necessidades das classes abastadas – ficava a cargo da produção externa, por meio das importações.

INDUSTRIALIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Foi a partir desses pressupostos teóricos que Ruy Mauro Marini desenvolveu suas análises sobre a industrialização⁶⁹ ocor-

69. Com base em tal contexto é que Marini desenvolveu suas análises sobre a constituição da industrialização latino-americana, afirmando que a primeira etapa desta corresponde à substituição de bens de consumo não duráveis, em consonância com a necessidade de desenvolver uma indústria pesada, produtora de “bens intermediários, de consumo duráveis e de capital”. Segundo o autor, a burguesia indus-

rida no interior das economias exportadoras dos principais países da América Latina, com especial atenção para o Brasil, o México e a Argentina. Por esse ângulo, asseverava que não ocorreu em nenhum país da região um desenvolvimento capaz de “conformar uma verdadeira economia industrial que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital” (MARINI, 2011, p. 159), propiciasse mudanças qualitativas no desenvolvimento econômico do continente. De sorte que a nascente indústria latino-americana não rompeu seu caráter subordinado, ao contrário, manteve-se como produtora e exportadora de bens primários, o que se constituiu no centro nervoso do processo de acumulação das economias dependentes.

Essa lógica forjada no continente assumiu uma nova forma apenas a partir da crise da economia capitalista mundial, correspondente ao período entre a I e a II Guerras Mundiais, quando ocorreu um deslocamento do eixo de acumulação, devido ao surgimento de obstáculos para o desenvolvimento baseado na produção para o mercado externo, originando a denominada moderna economia industrial.

Nessa nova fase, ocorreu uma transformação significativa na chamada esfera alta de circulação – que tem como consumidores a alta burguesia –, uma vez que os países desenvolvidos – fornece-

trial latino-americana tomou consciência desta situação devido ao esgotamento de seus respectivos mercados internos para produtos de bens de consumo não-duráveis, o que inviabilizava o desenvolvimento das chamadas indústrias leves. Esta situação impôs à burguesia latino-americana a necessidade de buscar a ampliação de seu mercado interno. Segundo Marini, o caminho adotado foi a dinamização deste mercado, mediante a implementação de políticas de redistribuição de investimentos/receitas que vão desde o aumento de salários até a implementação da reforma agrária. Nesse contexto, destacava o governo de J. Perón, na Argentina e, principalmente, o de Getúlio Vargas no Brasil, no período de 1950-54. A partir deste cenário, Marini apontou as restrições enfrentadas para a expansão das chamadas indústrias leves, em conjunto com as dificuldades para a importação de bens intermediários e de equipamentos, como as principais causas que impulsionaram a burguesia industrial do continente em direção à segunda etapa do processo de industrialização, ou seja, a criação de uma indústria pesada.]

dores de bens manufaturados de consumo – encontravam-se impossibilitados, em consequência da guerra, de atenderem ao mercado externo.

Como saída para essa situação, articulou-se um deslocamento do setor produtivo em direção ao mercado interno, gerando a expectativa de que estaria surgindo no interior das economias dos países dependentes uma correção de rumos que se orientava no sentido de uma configuração semelhante à dos países industriais clássicos.

Foi nesse contexto de significativas transformações econômicas e políticas em escala mundial, mais precisamente na década de 1950, que o pensamento desenvolvimentista (dividido em várias correntes) começou a ganhar notoriedade defendendo, sobretudo, a tese de que “os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer” (MARINI, 2011, p. 160).

Marini, há de se ressaltar, foi um dos críticos mais severos do pensamento desenvolvimentista, expondo os limites da compreensão deste em relação às particularidades intrínsecas ao capitalismo dependente dos países latino-americanos.

De fato, as similaridades aparentes da economia industrial dependente com a economia industrial clássica encobriam profundas diferenças, que o desenvolvimento capitalista acentuaria em lugar de atenuar. A reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicava um mecanismo específico de criação do mercado interno radicalmente diferente do que havia atuado na economia clássica e que teria graves repercussões na forma que assumiria a economia industrial dependente. (MARINI, 2011, p. 160)

Ora, fica evidente que a primeira distinção consiste no fato de que nos países de economia capitalista clássica existia um mer-

cado interno de consumo que se alicerçava como o centro vital do processo da acumulação de capital; desta forma, além de separar os produtores dos meios de produção e de criar uma massa de proletários que somente dispunha de sua força de trabalho, o capital também criou uma massa de consumidores.

De sorte que os produtos necessários para a subsistência dos trabalhadores foram incorporados ao capital como elemento material do capital variável e somente eram restituídos a eles quando, mediante o recebimento de seus salários, os trabalhadores os consumiam com o objetivo de atender às suas necessidades imediatas, gerando uma estrita relação entre o ritmo de acumulação e o mercado.

Outro fator importante é a possibilidade de o capitalista industrial obter junto aos países de economia subordinada, a preço baixo, os alimentos necessários para abastecer os trabalhadores de suas respectivas nações, estreitando ainda mais o elo existente entre acumulação e mercado, uma vez que, ao consumir alimentos a preços acessíveis, os trabalhadores, simultaneamente, direcionavam parte substancial de seus ganhos para o consumo individual de produtos manufaturados.

Foi devido a esta engrenagem que a demanda industrial dos países de economia clássica concentrou-se basicamente na produção de bens de consumo populares e procurou constantemente barateá-los, pois incidem diretamente na desvalorização da força de trabalho e, conseqüentemente, na taxa de mais-valia apropriada. Em virtude dessa particularidade, as economias de via clássica se desenvolveram tendo como prioridade a acumulação estruturada no aumento da produtividade do trabalho.

O desenvolvimento da acumulação baseada na produtividade do trabalho tem como resultado o aumento da mais-valia e, em consequência, da demanda criada pela parte desta que não se acumula. Em outras palavras, cresce o consumo individual das classes não produtoras, com o que se amplia a esfera da circulação que lhes corresponde. Isto não só impulsiona o crescimento da produção de bens de consumo manufaturados, em geral, como também o da produção de artigos suntuários. (MARINI, 2011, p. 161)

A circulação, nesse caso, tendia a cindir-se em duas esferas

de consumo, daí a sua similaridade com as economias subordinadas da América Latina; contudo, salta aos olhos uma diferença radical: a expansão do consumo de artigos suntuários era uma consequência da transformação das condições de produção e somente tornou-se possível porque, aumentando a produtividade do trabalho, parte significativa do consumo individual total correspondente ao trabalhador assalariado diminuiu, de forma que uma fração considerável da produção era destinada a atender às necessidades de consumo das classes abastadas. Como resultado, ocorreu uma distensão entre essas duas esferas, porém, sem proporcionar um rompimento entre ambas.

Um fator de suma importância que impediu essa ruptura foi a forma como se ampliou o mercado mundial, visto que a oferta adicional de produtos suntuários criada pelo mercado externo foi limitada por dois fatores: o primeiro fator correspondeu ao comércio entre nações produtoras desses bens, pois a competição entre elas suscitou choques de interesses, gerando, por parte das nações desfavorecidas nas disputas por mercados, mecanismos de proteção de suas economias que restringiram a importação desses tipos de produtos; o segundo fator relacionava-se aos limites de consumo dos países de economia subordinada, uma vez que a grande concentração de renda inerente a elas restringiu o consumo apenas a uma reduzida classe abastada.

Como decorrência dos fatores aludidos, para que a produção de bens de luxo pudesse se expandir era obrigatória sua conversão em produtos populares no interior mesmo da economia industrial, neste sentido, tornava-se fundamental, como já observamos, a diminuição do preço dos alimentos produzidos pelos países de economia subordinada para o mercado internacional, dado que o rebaixamento desses valores permitiu aos países de economia industrial desenvolvida elevar o valor real dos salários, ampliando o consumo individual dos trabalhadores e agilizando a esfera da circulação.

Nas economias de caráter subordinado, ao contrário das economias industriais clássicas, ocorreu historicamente uma compressão constante do padrão de consumo individual dos trabalhadores, criando uma indústria débil que se expandiu em decorrência de

fatores externos que a obrigavam a produzir visando à substituição de produtos importados. A industrialização, neste caso, não gerou demandas próprias, ela surgiu para suprir as necessidades já existentes e se constituiu com o objetivo de atender aos interesses das economias dos países clássicos.

A partir dessas considerações, a industrialização empreendida na América Latina desde seu início não propiciou aos trabalhadores a oportunidade de se constituírem como parte integrante de um mercado interno de consumo, uma vez que a lógica de acumulação de capital nos países da região centrou-se na superexploração da força de trabalho. Em outros termos, a superexploração compôs a pedra fundamental para a sobrevivência das economias industriais dos países capitalistas dependentes, porque, em virtude do baixo padrão tecnológico, o custo de produção era determinado obrigatoriamente pelos salários e, devido ao excedente de mão-de-obra existente, tornava-se viável implementar uma política econômica de constante arrocho salarial. Nessas circunstâncias, foi proporcionada aos capitalistas a oportunidade de absorverem grandes massas de trabalhadores, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada, acelerou a concentração de capital no setor industrial.

Partindo, então, do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, mesmo que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que opera, mas a separação entre a esfera alta e baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (MARINI, 2011, p. 164)

Fica evidente, nesse contexto, que a produção industrial latino-americana independia das condições salariais dos trabalhadores em seus respectivos países. O funcionamento dessa engrenagem ocorreu em virtude de dois fatores conjugados. Primeiramente, pelo fato de o valor das manufaturas não determinar o valor da força de trabalho, uma vez que estas não consistiam em mercadorias prioritárias do consumo individual do trabalhador. Desta forma, não seria desvalorização do preço da manufatura que influenciaria a quantidade de taxa de mais-valia apropriada pelo capitalista, ao contrário, o que fez aumentar esta taxa foi exatamente o incremento da exploração da força trabalho – intensiva e extensiva – mediante o rebaixamento dos salários. Em segundo lugar, porque a contradição existente no interior das economias dependentes entre a expansão da oferta de mercadorias e o baixo poder de compra da classe trabalhadora não criou ao capitalista maiores problemas na esfera da circulação, pois estas manufaturas não se destinavam a atender às necessidades essenciais do proletariado.

Vale ressaltar que, em determinadas situações, que variaram de país para país, surgiu a necessidade de generalização do consumo de manufaturas. Nas nações de capitalismo clássico, o problema foi superado por meio da conversão de bens suntuários em bens de consumo popular. Não obstante, nos países de economia industrial dependente, a saída encontrada foi a ampliação do mercado a partir da expansão do poder de consumo da classe média, o que somente pôde ser alcançado “a partir da mais-valia não acumulada e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição ‘sinequa non’ para baratear as mercadorias” (MARINI, 2011, p. 165).

Cabe advertir para o fato de que, por meio do aumento da produtividade do trabalho, a tendência seria a alteração substancial no modo de acumulação de capital, visando a permitir transmutar o padrão de consumo dos trabalhadores, que passariam a utilizar bens manufaturados; dessa forma, ocorreria um deslocamento do eixo da acumulação de capital centrado na superexploração do operariado para o aumento da capacidade produtiva do trabalho.

Contudo, essa tendência encontrou obstáculos, em

face da ampliação do padrão de consumo da classe média: “isto supõe, de fato, o incremento da renda que recebem esses setores, incremento que, como sabemos, se derivam da mais-valia e, em consequência, da compressão do nível salarial dos trabalhadores” (MARINI, 2011, p. 165).

Isto posto, a transição de um modo de acumulação capitalista para outro tornou-se praticamente inviável, entretanto, abriu a possibilidade para o surgimento de um novo mecanismo que viabilizaria a acumulação capitalista nas economias industriais dos países dependentes. Esse mecanismo consistiu no acesso à tecnologia dos países de capitalismo avançado, que teve como objetivo aumentar a capacidade produtiva do trabalho.

Seja como for, no momento em que as economias industriais dependentes vão buscar no exterior o instrumento tecnológico que lhes permite acelerar seu crescimento, incrementando a produtividade do trabalho, é também aquele em que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital para elas, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida. (MARINI, 2011, p. 167-8)

É imperioso salientar, por fim, que o desenvolvimento tecnológico nos países de capitalismo dependente somente foi possível mediante a constante intensificação da superexploração da força de trabalho, dado que a acumulação nessas circunstâncias depende inextravelmente do aumento da massa de valor.

TECNOLOGIA, ESTADO E SUBIMPERIALISMO

Cabe, neste momento, verificar como Ruy Mauro Marini analisou os efeitos da introdução tecnológica nos países dependentes e quais seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos. Ele considerava a elevação do padrão tecnológico das economias industrializadas da América Latina tendo como referência uma estrutura produtiva alicerçada na maior exploração da força de trabalho, isto

é, uma forma de acumulação centrada na superexploração da força de trabalho.

Esta conjugação de fatores – avanço tecnológico e superexploração da força de trabalho – conferiu ao capitalista a possibilidade de intensificar o ritmo de trabalho do operariado, elevando a sua produtividade em conformidade com a baixa remuneração salarial. No entanto, para que esse mecanismo de acumulação de capital pudesse se efetivar, era condição vital que as novas técnicas de produção estivessem vinculadas a setores industriais orientados para a produção de mercadorias destinadas ao consumo popular nos países de capitalismo avançado⁷⁰.

Em síntese:

A difusão do progresso técnico na economia dependente avançará então paralelamente com uma maior do trabalhador, precisamente porque a acumulação segue dependendo no fundamental mais do aumento da massa de valor – e em consequência de mais-valia – do que da taxa de mais-valia. (MARINI, 2011, p. 169)

A partir deste novo estágio alcançado pelo capitalismo latino-americano, em que o desenvolvimento tecnológico se concentrou, sobremaneira, no setor industrial produtor de bens suntuários, o Estado assumiu papel proeminente para a superação de obstáculos inerentes a essa estrutura produtiva, inicialmente intervindo de forma decisiva na economia por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo suntuário.

Outro expediente utilizado pelo Estado, expresso nas políticas econômicas implementadas na região, encontra-se na alta da in-

70. “O abismo existente ali entre – nas sociedades dependentes – o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. destinem-se necessariamente a esta última.”(MARINI, 2011, p. 169)]

flação, que ambicionava transferir o poder de consumo da esfera baixa para a esfera alta de circulação, rebaixando ainda mais os salários dos trabalhadores, logo, inviabilizando qualquer projeto econômico que visasse a estimular o incremento tecnológico no setor destinado a contemplar o consumo popular⁷¹.

Por essa via, à medida que avançava a industrialização nos países latino-americanos, a possibilidade de aproximação entre as duas esferas de circulação – a alta esfera e a baixa esfera – tornava-se impraticável, uma vez que o arrocho salarial imposto à classe trabalhadora era condição vital para a sobrevivência da acumulação capitalista imanente aos países de economias dependentes.

As contradições intrínsecas ao modo de acumulação de capital fundamentado no binômio progresso tecnológico e superexploração da força de trabalho, no entanto, levaram as economias dependentes a criarem um imenso exército de reserva de força de trabalho, como também restringiram o padrão de consumo de mercadorias de luxo por parte da grande e média burguesia.

Esse fato criou a necessidade de expansão das economias dependentes para o exterior em busca de novos mercados de consumo, agora, não mais como meros exportadores de alimentos e matérias-primas para países desenvolvidos, mas também como exportadores de bens essenciais e de produtos suntuários. Coube à economia brasileira, como expressão maior dessa nova fase do capitalismo dependente latino-americano e em virtude de suas especificidades, forjar as condições concretas para se estabelecer enquanto uma subpotência regional, por outra forma, como potência subimperialista, pois, “independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza” (MARINI, 1977).

71.É a partir deste contexto que podemos compreender a diferença do patamar de desenvolvimento entre as duas frações do capital industrial latino-americano. Havia uma fração vinculada a indústrias de bens suntuários e outra ligada a indústrias tradicionais (orientadas para o consumo de massas) que, segundo Marini, tendiam, em países de economias dependentes, à estagnação, e em muitos casos à regressão.

Nessa asserção, o subimperialismo brasileiro é definido nos seguintes termos:

O subimperialismo brasileiro não é somente a expressão de um fenômeno econômico. Resulta, em grande medida, do próprio processo de luta de classes no país e do projeto político, definido pela equipe tecnocrático-militar, a qual assume o poder em 1964, conjugados às condições conjunturais na economia e na política mundial. (MARINI, 1977)

Ora, partindo dessa definição, identificamos os vínculos de complementaridade de interesses entre a burguesia brasileira e o imperialismo estadunidense, de sorte que as condições políticas estavam vinculadas à nova configuração do imperialismo pós-guerra, liderado pelos Estados Unidos no contexto da cooperação antagônica⁷². Assim, interessava a ambas as partes a implementação de uma política repressiva, visando a conter a ascensão da classe trabalhadora no Brasil, como também no continente. No plano econômico, destacava-se a expansão do capital, sobretudo o financeiro, a partir de 1960.

72. Ruy Mauro Marini foi fortemente influenciado pelas teses de August Thalheimer, que, logo após o término da II Guerra Mundial, dedicou-se a compreender as novas bases pelas quais o mundo contemporâneo se edificava. Analisando cuidadosamente a política internacional desse período, estabeleceu novos conceitos dentro da tradição marxista, destacando, sobretudo, a tese da cooperação antagônica como principal expressão da fase do imperialismo pós-guerra. Apoiado nas análises de Lênin sobre o imperialismo, o teórico e militante revolucionário alemão entendeu que o imperialismo pós-guerra – denominado posteriormente de “anos dourados” ou as “três décadas gloriosas” pelos economistas – não representava uma ruptura com o imperialismo clássico, ou seja, não significava uma nova etapa do capitalismo; ao contrário, constituía um desdobramento do imperialismo sob a égide dos monopólios, mantendo em seu bojo leis gerais forjadas em todo o transcorrer do imperialismo em seu período anterior. Não obstante, as características da era do imperialismo desnudadas por Lênin permaneciam plenamente válidas no contexto do imperialismo dos “anos dourados”.]

As condições políticas se relacionam com a resposta do imperialismo, à passagem da monopolaridade à integração hierarquizada, que já mencionamos, e mais especificadamente com sua reação frente à Revolução Cubana e ao ascenso das massas registrado na América Latina na década passada (...). As condições econômicas se relacionam com a expansão do capitalismo mundial nos anos 1960 e com sua particular expressão: o boom financeiro. (MARINI, 1977)

Ao nos debruçarmos sobre a teoria do subimperialismo, é preciso ter em mente que sua ambição era desvendar um fenômeno histórico existente em um determinado período. Fenômeno este que, para ser compreendido em sua complexidade e magnitude, necessitava do exame acurado do seu processo de formação e a apreensão dos principais módulos que o constituíam. Nesse sentido, fica claro que o estudo do subimperialismo brasileiro não deve ser reduzido a seus aspectos meramente políticos, pois “a política de subpotência praticada pelo Brasil não nos dá a chave da etapa subimperialista em que este tem entrado” (MARINI, 1977). Como também não podemos explicá-lo a partir da mera entrada de capital externo.

Para compreendê-lo, é necessário alcançar o núcleo desencadeador do processo, isto é, o Estado, pois a burguesia dependente, em virtude de seus limites e debilidades históricas, somente pôde se expandir mediante a atuação deste.

(...) ao assumir conscientemente a decisão de se submeter à tendência integradora que lhe impõem os centros imperialistas, (...) precisa concentrar e organizar suas forças para dela se beneficiar. Suas desvantagens em relação à burguesia imperialista são demasiadamente grandes para que aquela queira negociar diretamente com esta, e é por essa razão que opta pelo fortalecimento do Estado nacional como instrumento de intermediação. (MARINI, 1977)

Aos olhos da burguesia dependente brasileira, portanto, o fortalecimento do Estado nacional perpetrado por meio da ditadura militar tinha como função primordial implementar uma política econômica que entrelaçasse os interesses do capital nacional, ávido por expansão, com os do imperialismo – além de atender às ambições militares de transformar o país em uma potência regional.

Tem sido em função disso que o Estado brasileiro tem conseguido pautar um projeto não de uma estrutura subimperialista, senão de uma política subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que podia conferir-lhe o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil. Tem sido também o que lhe permite compelir os grupos capitalistas a implementarem este projeto, atendendo tanto aos interesses econômicos destes grupos, quanto aos interesses políticos (poderia se dizer, se quiser, os interesses de potência) que expressa a elite tecnocrático-militar, que detém o controle do aparato estatal. (MARINI, 1977)

Nessa acepção, a teoria do subimperialismo abre caminho para a compreensão de que a ditadura militar não é um fenômeno isolado ou imposto pelo imperialismo, ao contrário, ela se apresenta como resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tendo como tarefa central engendrar novas perspectivas de desenvolvimento econômico e acumulação para o capital nacional e externo. Para tanto, se fez valer do aparato de repressão do Estado, reprimindo violentamente o movimento sindical, para impor, pela força, uma política de intensificação do arrocho salarial; em outros termos, o Estado bonapartista intensificou pela repressão extrema a superexploração da força de trabalho.

Simultaneamente, promoveu um novo equilíbrio entre as forças políticas, reforçando a coalizão das frações burguesas⁷³. Entretanto, esta cooperação somente pôde ser confirmada mediante a renúncia da burguesia nacional a dinamizar o mercado de consumo interno, evitando, com isto, medidas de caráter estrutural que

[73. Para Marini o Estado bonapartista edificado pelos militares retomou o Estado de compromisso de 1937.

alterariam a dinâmica do capitalismo brasileiro. Por isso, a repulsa a qualquer proposta reformista que colocasse em perigo a forma de acumulação de capital vigente.

O regime militar, no contexto exposto, deparou-se com as condições propícias para promover a integração acelerada da indústria nacional ao capital estadunidense. Em contrapartida, ao se subordinar de forma, a princípio, tão servil ao imperialismo, a face mais perversa do sistema se fez presente, uma vez que renunciou a desenvolver um mercado de consumo interno proporcional ao seu desenvolvimento econômico. Como resultado, promoveu a restrição do acesso a tais mercados para um vasto contingente da classe trabalhadora.

Partindo dessa premissa, fica evidente que essa particularidade do capitalismo brasileiro o conduziu a uma grave contradição, uma vez que incrementou a produção sem criar um mercado consumidor nacional, restringindo o nível interno de consumo, ao mesmo tempo em que aumentou o exército industrial de reserva, ou seja, manteve à disposição um insigne mercado de força de trabalho.

Nesse contexto, uma indagação se faz pertinente: qual a causa dessa contradição, própria do desenvolvimento capitalista brasileiro?

Na ótica da teoria do subimperialismo, essa peculiaridade do capitalismo brasileiro é resultado direto da sua impotência em controlar seu processo tecnológico. É importante assinalar que a tecnologia, no interior dessa lógica de acumulação, consistiu simplesmente num produto de importação condicionado pela balança de comércio e pelos movimentos externos de capital, tornando-se simplesmente condição necessária à conquista de novos mercados no plano externo, ou condição vital para a expansão subimperialista.

Nessas circunstâncias, a necessidade de adquirir cada vez mais tecnologia, condição básica para sua expansão, conduziu a burguesia brasileira a se envolver com mais intensidade nas malhas da cooperação antagônica. Como resultado, concretizou-se a cooperação dos grupos monopolistas norte-americanos com setores da burguesia nacional, notadamente com a fração industrial. Cooperação esta afiançada por meio de uma crescente taxa de lucros gerada,

como já vimos, pela intensificação da superexploração da força de trabalho, garantida pela política econômica e pela violenta repressão à classe trabalhadora, ambas implementadas por um Estado de cariz bonapartista.

De sorte que:

A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é levada assim a um ponto crítico, que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe uma opção entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, caminhando para a ruptura. É o que ocorreu no Brasil em 1964 (...). (MARINI, 2000, p. 5)

Sintetizando: o capitalismo brasileiro, envolto nas malhas da cooperação antagônica e por meio de uma ofensiva violenta do Estado contra a classe trabalhadora, chegou à sua fase subimperialista sem apresentar grandes alterações em sua economia. Por outro lado, ratificou sua posição de subalternidade frente ao imperialismo, sobretudo, frente ao imperialismo estadunidense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão aqui apresentada não visa a fazer um mero resumo das análises desenvolvidas, o que seria uma redundância. O objetivo é apontar algumas questões pertinentes ao pensamento de Ruy Mauro Marini que ratificam sua atualidade e importância perante os desafios impostos pela emancipação humana. Propositura esta que em hipótese alguma se apresenta como um esquema fechado, refratário a críticas, ao contrário, encontra-se aberta para questionamentos e críticas. Assumo, portanto, a posição no campo do marxismo de que o conhecimento não é um arcabouço de verdades absolutas, mas sim um campo sempre aberto a novas formulações e compreensões, conforme as mudanças da própria realidade presente, ou seja, da historicidade da sua produção.

Nessa perspectiva, creio que a obra de Marini continua a

cumprir um papel de extrema relevância, pois, por um lado, posicionou-se frontalmente contra os dogmatismos e as deturpações de talhe stalinista que predominavam na esquerda brasileira, bem como em parte significativa da América Latina. Por outro lado, colocou-se em um plano político e ideológico radicalmente oposto ao receituário neodesenvolvimentista, de matiz keynesiana, que objetivava forjar condições satisfatórias para que o Brasil e os demais países do continente se inserissem no mercado mundial, defendendo tese segundo a qual economias da periferia do sistema, uma vez introduzidas no capitalismo em escala internacional, poderiam ser guindadas a um suposto período de desenvolvimento com capacidade de equacionar seus graves problemas sociais. Há de dizer que, para tanto, era necessária a complementaridade entre Estado e mercado, estimulado por um sistema financeiro voltado para a atividade produtiva e não especulativa.

Nesse raciocínio, o antagonismo entre capital e trabalho é radicalmente renegado, pois o Estado cumpre a tarefa de promover intervenções intencionando, em um primeiro momento, domesticar o mercado e, por conseguinte, promover o consenso político entre as classes sociais. Assim sendo, as políticas econômicas e reformas implementadas por sucessivos governos eram consideradas complementares e modernizadoras da economia, do Estado e das relações entre as classes sociais em escala continental.

Ora, Marini, ao encetar uma análise concreta da realidade e apreender a real dimensão das particularidades do capitalismo industrial brasileiro e latino-americano, colocou em tela a exigência de nosso tempo, isto é, retomar a atualidade da revolução social como ponto de partida, assim, enlaçando uma teoria capaz de conduzir a uma compreensão crítica da realidade, com uma prática à altura de sua relevância. Posicionamento teórico-político que permite conjugar as lutas parciais dos trabalhadores com a transformação radical da sociedade, isto é, estabelecendo práticas políticas defensivas sem perder do horizonte a revolução socialista em escala continental.

Deslocando-se para a realidade presente ressalto a necessidade incontornável de uma revolução política com alma social, radical e infinita, qual seja, uma revolução que principia por um ato

político – a destruição do Estado – e que transita para a superação da propriedade privada, do trabalho assalariado e do próprio capital. Uma revolução que somente pode ser levada a sua radicalidade por meio da edificação de uma nova sociabilidade sedimentada pelo trabalho livre e associado. Pressuposto imperativo para o processo de emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARINI, Ruy Mauro. *Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo*. Cadernos de Estudos Econômicos e Sociais, D. A. Face/UFMG, Belo Horizonte, n. 4, 1968.

_____. *A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo* [1977]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/index.htm>>. Acesso em: 20 set. 2021.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era S/A, 1977.

_____. *Las razones del neodesarrollismo* (Respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, México, 1978a.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. 9. ed. México, D. F.: Siglo XXI, 1978b.

_____. “Dialética da dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. “Memória”. In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011a.

_____. *Estado y crisis en Brasil*. Cuadernos Políticos, México, Ediciones Era, n. 13, jul./set. 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*. Cuadernos Políticos, México, Ediciones Era, n. 20, p. 18-39, abr./jun. 1979. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. “O reformismo e a contrarrevolução”. In: _____. *Estudios sobre o Chile*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. “O reformismo no Chile e a contrarrevolução”. In: _____. *Estudios sobre o Chile*. São Paulo: Expressão Popular, 2019a.

Para saber mais:

BAMBIRRA, Vânia. *A teoria da transição e prática socialista*. Brasília: Ed. UNB, 1993.

_____. “Ruy Mauro Marini: meu melhor amigo!” In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

_____. O capitalismo dependente latino-americano. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

CHASIN, J. A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad. Hominem, 2000.

_____. “Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica”. In: TEIXEIRA, F. J. S. Pensando com Marx. São Paulo: Ed. Ensaio, 1994.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Editora UFRJ, 2010.

FRANK, André Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. “Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo”. In: STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

LEITE, Leonardo de Magalhães. Dialética da Dependência de Ruy Mauro Marini (1973). Apresentação do curso 1/5, 2020. Duração: 56:76. Direção, roteiro e gravação: Leonardo M. Leite. Edição Final: Mattheus S. Alves. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=974FL4MUbjA>>.

LUEDEMANN, Cecília. Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência. Série Realidade Brasileira, 2014. Realização: Editora Expressão Popular e Escola Nacional Florestan Fernandes. Duração: 51:43. Direção: Cecília Luedemann e Miguel Yoshida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA&t=1930s>.

MARINI, Ruy Mauro. Escritos. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

MIA. Ruy Mauro Marini (verbete). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/index.htm>>. Acesso em: 19 set. 2021.

SADER, Emir (Org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. O caminho brasileiro para o socialismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. (Coord.). “Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano”. In: A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC- Rio/Boitempo Editorial, 2009.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. Revista Mexicana de Sociología, México, 1978.

VIEIRA, Amarildo Aparecido. Polop: imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980). Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2015.

_____. Ruy Mauro Marini. In: Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF – Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/7L-RunJt-fHs>>.

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA ECONOMIA NA REPÚBLICA VELHA BRASILEIRA (1889-1930): UMA INTERPRETAÇÃO TEÓRICA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

ERIBELTO PERES CASTILHO⁷⁴

Em 1977, Francisco de Oliveira publica o livro *A economia da dependência imperfeita*, obra composta por uma reunião de trabalhos esparsos, cuja unidade consiste no esforço do autor para apanhar a riqueza dos processos sociais e delinear a especificidade do capitalismo brasileiro. Dentre os trabalhos que compõem o livro se insere, no primeiro capítulo, *A emergência do modo de produção de mercadorias*, pesquisa que, por representar especificamente a interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930) feita por Francisco de Oliveira, será objeto principal de análise do presente artigo.

Atento à afirmação de Karl Marx de que “o capital não é apenas uma relação social: ele é também e essencialmente um movimento, uma reprodução”, Oliveira busca responder, por meio da pesquisa das formas e do movimento da reprodução do capital, a uma importante questão: “Por que tardou a industrialização no Brasil como forma do novo capital?” (OLIVEIRA, 1977, p. 2)

Nesse sentido, ele afirma que, para responder a tal questão, não basta assumir como pressuposto o legado da escravidão na economia brasileira⁷⁵, nem tampouco remeter à subordinação da eco-

74. Doutor em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: eribeltopc@gmail.com.

75 Segundo Oliveira, a escravidão já era “um pressuposto da forma como o capital se reproduzia aqui para engordar as potências colonialistas” (OLIVEIRA, 1977, p. 2).

76 [A validade desse pressuposto é questionável porque, segundo Oliveira, outras economias – como é o caso da Argentina, por exemplo – também eram subordinadas ao imperialismo, mas mesmo assim conseguiram lograr processos de industrialização bem antes do Brasil (OLIVEIRA, 1977, p. 3).]

nomia nacional frente ao capitalismo internacional⁷⁶. O que é necessário entender, por meio da já citada pesquisa das formas e do movimento da reprodução de capital, é:

como e por que no Brasil, desde o século XIX e adentrando o atual [século XX], um pressuposto da inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho comandada pelas potências imperialistas transforma-se num obstáculo, numa contradição em termos mais rigorosos, para a expansão do capitalismo (OLIVEIRA, 1977, p.3).

Oliveira ainda assevera, no que tange à teorização do Estado no capitalismo monopolista, que as contribuições de Karl Marx neste diapasão não passaram de “breves esboços”e, assim sendo,

ficamos órfãos precisamente do método⁷⁷, que é o que pode nos ajudar a desbravar os caminhos e as situações concretas que nem mesmo o gênio de Marx poderia antecipar: fazê-lo de outra forma seria reduzir o marxismo àquela teleologia, que pode ser muito con-

77. Grifo nosso. Importante apontar aqui um equívoco muito comum – e claramente presente nesta citação de Oliveira –, derivado do que o filósofo J.Chasin denominou de “imperialismo gnosiológico ou epistêmico que dominou a marxologia nos últimos decênios”. Noutras palavras: “Desde os anos [19]50, com antecedentes bem mais remotos, sem se indagarem pela adequação do caráter de suas abordagens ao objeto pesquisado, o mais que fizeram os intérpretes de Marx foi disputar sobre ‘o estatuto científico’ de seu discurso. Em suas querelas, mais ou menos agudas, primaram por conferir talhes analíticos ao pensamento marxiano que infletiram ao sabor das conflitantes equações formuladas pela tematização convencional da problemática do conhecimento, isto é, cada um deles descobriu ou emprestou ao pensamento de Marx o fundamento de um perfil teórico cognitivo e método diverso, porém, laborando todos eles na certeza uníssona de que a base da reflexão marxiana ou a resolução de suas ‘dificuldades’ estava em algum canteiro do subsolo lógico-gnosio-epistêmico” (CHASIN, 1995, p. 337).]

fortável para as discussões acadêmicas, mas que pode nos conduzir àquele estado de inação, à semelhança da Carolina da canção de Chico Buarque: o tempo passou pela janela, e só Carolina não viu (OLIVEIRA, 1977, p. 7).

Atentos à janela e, sobretudo, ao tempo que Carolina não viu, sigamos então à análise da pesquisa A emergência do modo de produção de mercadorias (1889-1930), que, segundo o autor, é uma “incessante síntese entre teoria e prática” (OLIVEIRA, 1977, p. 2).

Oliveira já de início adverte que o período da República Velha ou I República é geralmente entendido sob o “ponto de vista da completa inserção da economia brasileira no padrão da divisão internacional do trabalho ‘produtores de manufaturas versus produtores de matérias-primas’”, padrão este que entrará em crise em 1929, tendo nesse período “seu ponto de inflexão ou de ruptura” (OLIVEIRA, 1977, p. 9).

Segue na exposição de duas perspectivas teóricas que buscam interpretar o período correspondente à República Velha. A primeira, “que se pode genericamente enquadrar como histórico-estruturalista”⁷⁸, ressaltou “o aspecto de formação do mercado interno, via expansão da renda monetária das exportações, principalmente do café, que se dava mediante a reiteração e o aprofundamento da própria economia agroexportadora” (OLIVEIRA, 1977, p. 10). Já a segunda, “filiada à teorização neoclássica e marginalista”⁷⁹, ressaltou, segundo ele, “o processo de alocação dos fatores econômicos e sua distribuição entre produção para exportação e produção para o mercado interno” (OLIVEIRA, 1977, p. 10-1).

Para Oliveira, as perspectivas acima citadas, ainda que sejam claramente antagônicas, possuem um mesmo fundo teleológico,

78. Aqui, Oliveira refere-se particularmente ao economista histórico-estruturalista Celso Furtado.

79. O autor se refere mais especificamente a três economistas neoclássicos: Carlos Manuel Peláez, Annibal Villela e Wilson Suzigan.

qual seja,

o de que a economia brasileira estava destinada a etapas superiores de atividade econômica, pela existência de recursos naturais, mão-de-obra, vastidão continental, mercado interno; chegar ou não a essas etapas superiores é, nas interpretações mais citadas, ora uma distorção na alocação de recursos, ponto de vista dos neoclássicos, ora uma decorrência natural da renda produzida pelas exportações, ponto de vista dos histórico-estruturalistas (OLIVEIRA, 1977, p. 11).

Segundo o autor, sua posição interpretativa distingue-se das análises acima referidas, uma vez que não busca entender o movimento das forças sociais e suas diversas situações “nem como desvios [como para os neoclássicos], nem como decorrência natural [como para os histórico-estruturalistas]” (OLIVEIRA, 1977, p. 11), ou seja:

O único destino – no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar no caso da economia brasileira é seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. Este é, concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão do capitalismo ocidental. (OLIVEIRA, 1977, p. 11)

A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO DE MERCADORIAS

Recuando um pouco na história, Oliveira afirma que, apesar do período correspondente ao I e II impérios (1822-89) se apresentar, na aparência, com um mesmo estilo de crescimento econômico do período colonial, centrado no modelo agroexportador, tanto seu “conteúdo quanto as formas desse crescimento haviam mudado substancialmente” (OLIVEIRA, 1977, p. 12).

Enquanto no período colonial a classe dominante local, forjada a partir das concessões do Estado português, tinha suas ati-

vidades econômicas totalmente subordinadas aos interesses metropolitanos, no I Império e, principalmente no II (em particular, na economia cafeeira), a “natureza” dessa classe se alterou fundamentalmente:

De classe dominante fundada pelo Estado, o baronato brasileiro (mais no sentido da propriedade e posse dos meios de produção que no sentido da às vezes ridícula e sempre pretensiosa aristocracia) passava à condição de classe dominante que repudiava um tipo de Estado estranho aos interesses e, portanto, hostil. De posse do principal meio de produção – a terra –, essa classe detinha a total virtualidade de mediar o emprego da mão-de-obra – escrava, decerto – e, portanto, de autonomizar-se em relação ao Estado⁸⁰ (OLIVEIRA, 1977, p. 12)

80. Aqui Oliveira está claramente dialogando com Celso Furtado, uma vez que, também para esse economista: “Se se compara o processo de formação das classes dirigentes nas economias açucareira e cafeeira percebem-se facilmente algumas diferenças fundamentais. Na época de formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses”. Já a economia cafeeira “formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. (...) Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançara sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República.”(FURTADO, 1971, p. 115-6)].

Outra importante determinante que, segundo Oliveira, contribuiu sobremaneira para importantes mudanças na forma e no conteúdo da reprodução do capital no período histórico analisado foi a Abolição da escravidão (1888). Esta, que representou o golpe de misericórdia do Império, não se deu, tal como alerta o autor, parafraseando Marx, como um raio num dia de céu azul, mas foi fruto de uma “contradição entre a estrutura de produção e as condições de realização do produto”(OLIVEIRA, 1977, p. 12-3).

Sob a perspectiva da reprodução do capital, a sempre crescente expansão das lavouras de exportação, especialmente a cafeeira, exigia como contrapartida um aumento mais que proporcional do capital constante, constituído seja pelo “próprio estoque de capital empastado nos escravos, seja pelos meios de subsistência dos mesmos escravos”(OLIVEIRA, 1977, p. 13).

Somado a isso, ocorreu um considerável crescimento das importações nesse período – impulsionado principalmente pelos constantes incrementos da demanda pelos meios de subsistência necessários à manutenção do crescente número de escravizados –, fato que, segundo o autor, representava constantemente um preocupante risco “à estabilidade da forma de valor do produto: a moeda estrangeira e principalmente a taxa de câmbio”(OLIVEIRA, 1977, p. 13).

Agravando ainda o quadro, Oliveira observa que essa expansão produtiva, por se dar numa insuficiente base de infraestrutura necessária à cultura de exportação – tais como portos e ferrovias –, exigiu “doses incrementadas de moeda externa, com o que as crises cambiais chegam quase a um estado crônico”(OLIVEIRA, 1977, p. 13).

Do ponto de vista da reprodução do capital, portanto, foi a Abolição da escravidão que garantiu uma sobrevida à expansão do padrão de acumulação fundado na agroexportação; ela resolveu “um

dos lados da contradição, transformando o trabalho compulsório em força de trabalho”(OLIVEIRA, 1977, p. 13).

Com efeito, foram as “metamorfoses operadas nas relações de produção”(OLIVEIRA, 1977, p. 13) que acabaram por potencializar o crescimento da economia da República Velha, ainda que nos mesmos termos da antiga divisão internacional do trabalho – produtor e exportador de produtos primários.

Ou seja, com a Abolição da escravidão e o consequente rompimento das autarcias das unidades de produção [Segundo Oliveira, as unidades de produção da economia agroexportadora eram completamente autárquicas, isto é, dentro delas se produziam todos os insumos internos necessários à produção (por exemplo, a “roça” destinada à produção de alimentos para a reprodução dos escravos, que se situava dentro da própria unidade produtiva e era mantida pela força de trabalho dela componente). Segundo o autor, essa característica fundamental da economia agroexportadora acabou por bloquear – como veremos – a divisão social do trabalho nas já raras unidades camponesas do Brasil, fato que, com a Abolição da escravatura, transformou-se completamente. Tanto é assim que, segundo o autor: “Hoje tem muita gente que, para decorar suas casas, sai aí procurando, nas pequenas cidades do interior do Brasil, rocas de fiar que não passam de peças de museu; são peças tão raras que quem as consegue pode exibi-las orgulhosamente, mobiliando as casas, dando aquela aparência de novo-velho que é o bom-tom da nova classe média; mas isso na verdade são apenas peças de museu porque essa divisão social do trabalho interna a unidades camponesas no Brasil nunca houve ou, quando houve, foi em casos muito raros.” (OLIVEIRA, 1982, p. 42)] houve, concomitantemente, o surgimento de um “quase-campesinato [Para Oliveira, o surgimento do quase-campesinato – e essa designação por ele sugerida deve-se ao fato de não ter o camponês brasileiro a propriedade da terra, senão a posse – se dá, ao contrário das interpretações do que denomina leituras lineares da história, simultaneamente à instauração do trabalho livre. Defende o autor a ideia de que a inexistência – ou melhor, rara existência – de um campesinato é uma das especificidades do processo de economias tal como a brasileira que, baseada na monocultura e no traba-

lho escravo, “nasceram como uma reserva de acumulação primitiva da expansão do sistema capitalista em escala mundial” (OLIVEIRA, 1977, p. 13).] no Brasil, com o que se deu um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1977, p. 13). Nesse sentido,

avançam os processos de acumulação primitiva, que a nova classe [a burguesia agrária brasileira] revertia agora pro domo suo, e que significavam não apenas a ampliação da posse e propriedade da terra, mas o controle das nascentes trocas entre as unidades de produção distintas, desfeita a autarcia anterior, por intermédio de todas as instituições que depois vão caracterizar a estrutura política e social de República Velha, como o coronelismo, o complexo latifúndio-mini-fúndio, os agregados (OLIVEIRA, 1977, p. 14).

Segundo Oliveira, esse “conceito” de “acumulação primitiva”, tomado de empréstimo de Karl Marx quando de sua análise da expropriação do campesinato europeu [A respeito da acumulação primitiva exposta por Karl Marx, cf. Marx(1977).] como condição prévia à acumulação capitalista, deve ser, para os fins requeridos à sua análise, redefinido da seguinte maneira:

em primeiro lugar, trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação –, mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética (OLIVEIRA, 2003, p. 43).

Foi também graças à instauração do trabalho livre que se

deu, para Oliveira, a possibilidade de inversão da composição orgânica do capital ⁸⁴ nas unidades produtivas agroexportadoras, isto é, grande parte do capital constante que, no período anterior, era empenhado na propriedade dos escravizados e na importação dos meios de sua subsistência foi então liberada. Dessa forma, portanto, alterou-se a composição orgânica do capital dessas unidades produtivas, donde, tem-se o predomínio do capital variável que, segundo Oliveira, também concorreu para o crescimento da “rentabilidade das explorações” (OLIVEIRA, 1977, p. 14).

Assim sendo, o volume de excedente que agora se transferia ao “controle dos ‘barões do café’ (assim como dos barões do açúcar e dos outros barões)” era quantitativamente muito superior ao das épocas anteriores, isto é, “o que passa virtualmente ao controle dessa

84 “A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de reprodução empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica.”(MARX, 1996, p. 712-3) Ainda no mesmo diapasão, Francisco Teixeira também nos esclarece, em sua leitura crítico-comentada de O capital de Karl Marx, o seguinte: “O valor de todo e qualquer produto se resolve na seguinte equação: $C + V + M$. ‘C’ representa o capital constante, isto é, o valor das máquinas, equipamentos, matérias-primas e outros tantos meios de trabalho [tal como o escravo e seus meios de subsistência]; ‘V’ expressa o capital variável, capital despendido na compra da força de trabalho, e ‘M’, a massa de mais-valia produzida. Noutras palavras, aquela equação pode ainda ser expressa da seguinte forma: o capital constante é trabalho passado materializado nos meios de produção, enquanto $V + M$ representam o valor novo criado durante o processo de trabalho, durante o tempo em que a força de trabalho está em ação.” (TEIXEIRA, 1995, p. 141)

84. [Fernando Antônio Novais, historiador paulista que aqui é citado por Oliveira, utilizou o termo “exclusivo” metropolitano para designar, à semelhança do termo

nova classe social é aquilo que na Colônia constituía o ‘exclusivo’, como salienta Fernando Novais⁸⁴, isto é, o monopólio do excedente econômico” (OLIVEIRA, 1977, p. 14).

Oliveira assevera,entretanto, que um segmento – e, com ele, uma parte considerável do excedente produzido pela economia agroexportadora – ainda escapava do controle do excedente econômico monopolizado pela classe de barões do café, açúcar e correlatos: tratava-se da intermediação comercial e financeira externa dos produtos de exportação, que se situava na esfera de circulação. Em suma, o que antes constituía

o “exclusivo” comercial da Colônia havia sido substituído pelos lucros da intermediação comercial dos produtos de exportação, agora pela Inglaterra e logo após pelos Estados Unidos da América do Norte (para citar apenas os dois principais) e pela intermediação financeira da City, que financiava a comercialização interna e externa dos produtos de exportação (OLIVEIRA, 1977, p. 14).

Claro está, portanto, que a economia da República Velha encerrava, nos termos observados por Oliveira, uma patente contradição:ao mesmo tempo em que a Abolição da escravidão foi responsável por novas condições de “produção do excedente e a passagem do seu controle para uma classe social interna”, a intermediação comercial e financeira externa acabou por malograr as plenas possibilidades desse controle pela “nova classe social burguesa agrária brasileira”, bem como contribuiu, sobremodo, “para fazer abortar o avanço da divisão social interna do trabalho e, com isso, negar o processo de acumulação e crescimento”(OLIVEIRA, 1977, p. 14-15).

utilizado na própria época, o denominado “monopólio comercial” que, segundo ele, “constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema [Colonial], através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeia em transição para o capitalismo integral” (NOVAIS, 2005, p. 72).]

A despeito dessapatente contradição instaurada em seu co-
ração econômico, a Primeira República, beneficiada pelas transfor-
mações ocorridas nas relações de produção acima descritas, acabou
por reiterar a “‘vocaçãõ agrícola’ do País, atingindo o auge da expor-
taçãõ de café entre 1910 e 1925”(OLIVEIRA, 1977, p.15).

Para Oliveira, essa reiteraçãõ da “vocaçãõ agrícola” da eco-
nomia brasileira aprofundou a virtualidade da diferenciaçãõ crescen-
te da divisãõ social interna do trabalho, nãõ tanto pelo efeito-renda⁸⁶
– que Celso Furtado privilegiou no seu livro *Formaçãõ econômica do
Brasil* –, mas principalmente pelo efeito-troca. Segundo Oliveira, a
Aboliçãõ da escravidãõ nãõ poderia jamais – e o advérbio é do pró-
prio autor – ter elevado a renda derivada do trabalho; o nível global
da renda, ao contráριο do que pregava Celso Furtado, permanecia
constante, mudando, porém, “sua forma”(OLIVEIRA, 1977, p.15).
Ou seja, com o rompimento das autarcias produtivas das unidades
agroexportadoras, bem como a consequente formaçãõ do já descrito
quase-campesinato ou economia de subsistênciã, fora expulsa

para fora dos custos de produçãõ do café a
manutençãõ da massa trabalhadora (ainda que a pro-
duçãõ dos bens de subsistênciã possa ter permanecido
dentro das fronteiras do latifúndio); no proceder-se
a essa mudançã de forma da produçãõ dos meios de
subsistênciã, procedia-se, concomitantemente, a uma
mudançã de conteúdo fundamental, para a existênciã
de um modo de produçãõ de mercadorias, pois antes,
ainda que existisse, a produçãõ de subsistênciã pelos

86. Para o economista Celso Furtado, a virtualidade de constituiçãõ e crescimento
tanto do mercado interno quanto da divisãõ social interna do trabalho era, como
já observado por Oliveira, uma “decorrênciã natural” do incremento da renda mo-
netária produzida pelas exportações; segundo esse cevalino histórico-estruturalista:
“Quando convergem certos fatores (...), o mercado interno se encontra em
condições de crescer mais intensamente [devido ao dito efeito multiplicador] que a
economia de exportaçãõ, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta
última.” (FURTADO, 1971, p. 152, grifos nossos).

próprios escravos não fundava nenhuma troca (OLIVEIRA, 1977, p. 15-16).

Como se vê, foram as transformações nas relações de produção, operadas com a instauração do trabalho livre, que possibilitaram a emergência de um modo de produção de mercadorias fundado em relações internas de troca. Assim sendo,

no caso quase geral da agricultura brasileira, de persistência de uma fraca monetarização das relações de troca – fenômeno largamente existente ainda hoje –, a própria reiteração das relações de troca acaba por escolher uma mercadoria-padrão, que se metamorfoseia em dinheiro; virão a ser o sal, o querosene, o pouco vestuário e calçado, enfim, elementares artigos da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência, que quase tomam o lugar do dinheiro nas novas relações de troca (OLIVEIRA, 1977, p. 16).

É, contudo, importante atinar ainda para o fato de que alguns desses produtos elementares, tais como calçados, vestuário etc. que, como visto acima, metamorfosearam-se em dinheiro nas relações de troca, não eram produzidos, tal como observa Oliveira, nem “pelas unidades de agroexportação nem pelas unidades da chamada agricultura de ‘subsistência’, o que forceja a diferenciação da divisão social do trabalho em outros segmentos do sistema econômico” (OLIVEIRA, 1977, p.16).

A INTERMEDIÇÃO COMERCIAL E FINANCEIRA EXTERNA DA ECONOMIA DA REPÚBLICA VELHA

Voltemos agora, na esteira do ideário de Oliveira, àquele importante segmento do processo de acumulação da economia brasileira que, no período histórico analisado, escapava ao controle da dita classe burguesa agrária brasileira, qual seja: a intermediação

comercial e financeira.

Essa atividade que, como visto logo acima, era de realização quase totalmente externa, particularmente pela Inglaterra e Estados Unidos, não somente retinha grande parte do excedente produzido pela economia agroexportadora brasileira para servir à acumulação – primitiva – em seus países de origem, como também, por realizar-se inteiramente na forma de divisas estrangeiras⁸⁷, tornava “a preservação dessa forma de valor vital para a realização completa do circuito ‘produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção’”(OLIVEIRA, 1977, p.16-17).

Oliveira observa, portanto, que a política cambial, com vistas à preservação do valor “divisas estrangeiras”, converteu-se, “ao longo da história da I República, na determinante fundamental do arremedo do que se poderia chamar de ‘política econômica’ do governo e núcleo das controvérsias e das lutas econômicas, sociais e políticas no seio da própria classe dominante”(OLIVEIRA, 1977, p.17). E isso porque, segundo ele, tanto a renda dos produtores da agroexportação quanto a reposição dos pressupostos do circuito acima mencionado (produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção) eram completamente dependentes da preservação do valor “divisas”, isto é, da moeda externa.

Oliveira assegura, no entanto, que a política cambial dessa

87 “A reiteração da ‘vocalização agrícola’ do país e as formas pelas quais se financiava essa ‘vocalização’ chegaram ao ponto de converter a libra esterlina, então a moeda internacional por excelência, quase em moeda interna. Não apenas a renda dos próprios produtores da agroexportação se expressava em moeda externa, como as transações importação-exportação podiam fazer-se diretamente, sem necessidade de conversão à moeda nacional, como os depósitos nacionais no exterior e, principalmente, os pagamentos – na maior parte dos casos, retenção de parte dos empréstimos – do financiamento da comercialização realizava-se completamente à margem do sistema financeiro-monetário, interno. Mesmo os impostos governamentais sobre importação, então a principal fonte de recursos públicos, realizavam-se parcialmente em ouro, ou, o que é o mesmo, em moeda externa.”(OLIVEIRA, 1977, p. 17)

época oscilava constantemente entre períodos de alta e de baixa da taxa de câmbio; ora forçosamente se privilegiava a relação mil-réis/libra esterlina, devido ao agravamento de problemas financeiros do governo e à escassez de meios de pagamentos suficientes para saldar suas dívidas; ora essa relação declinava, graças às exigências do setor agroexportador, que tinha na preservação do valor “divisas estrangeiras” a condição necessária à manutenção de seus níveis de acumulação. Dessa forma, portanto:

Ausente da determinação explícita da taxa cambial está, sempre, a questão da divisão social do trabalho interno; são sempre, de um lado, a necessidade de preservação da forma de valor privilegiada da produção agroexportadora e, de outro os problemas financeiros do governo; mas, por fora, à semelhança de corridas de cavalos, corre um ganhador potencial, que força, como tendência, uma relação declinante mil réis/libra esterlina. (OLIVEIRA, 1977, p. 17)

Oliveira chama a atenção, contudo, para o fato de que, sob a perspectiva da ampliação do mercado interno e da formação do capital interno,

tanto uma taxa de câmbio alta como baixa são neutras em relação ao preço dos bens de capital importados se não atuam fatores internos de intermediação financeira, pois, se no primeiro caso exigem-se menos mil-réis por libra esterlina enquanto no segundo caso se dá o contrário, o resultado é o mesmo para uma dada disponibilidade interna de recursos reais a serem transportados em bens de capital importado (OLIVEIRA, 1977, p. 18).

Com efeito, esses fatores internos de intermediação financeira que poderiam contribuir para a redução do custo do capital-dinheiro interno (e a conseqüente formação interna de capital em

outros segmentos da economia que não apenas o agroexportador) somente se viabilizaria quando coincidisse “temporalmente retração de demanda externa do café – com a consequente contração da receita [do governo] em divisas”(OLIVEIRA, 1977, p.19). Ou seja, com a simultânea redução das exportações, queda das receitas governamentais graças à diminuição das importações⁸⁸, bem como aumento ou simples manutenção do serviço da dívida externa, acabava-se por gerar constantes déficits nas receitas correntes do governo, obrigando-o, frente à necessidade de aumentar os meios de pagamento tanto externos quanto internos, a impor a desvalorização cambial. Porém, para financiá-la, o governo acaba por se valer de um expediente até então pouco utilizado, qual seja:

o governo emite e, na passagem, cria a necessária intermediação financeira que reduz temporariamente o custo do capital-dinheiro interno, dando alento à realização do valor das mercadorias internas, com o que potencializa também os níveis de formação de capital interno, apesar de que a desvalorização em si mesma pudesse elevar os custos de importação; o crucial aqui será o diferencial que vier a se estabelecer entre o custo do capital-dinheiro interno e a elevação em mil-réis dos preços dos produtos de importação (OLIVEIRA, 1977, p. 19).

Oliveira revela,entretanto, o caráter efêmero de tais soluções, pois seus efeitos cessam uma vez restabelecidos “os níveis de exportação, reforçados os empréstimos externos, reativadas as importações e, portanto, as receitas governamentais”(OLIVEIRA, 1977, p.19). A partir daí, o governo retomava o financiamento “quase que

88 . Observe-se que os impostos governamentais sobre a importação eram, nesse período, a principal fonte de recursos públicos do Estado brasileiro. Desse modo, ao reduzirem-se as importações ocorria, consequentemente, também uma retração nas receitas do governo.

exclusivamente externo da economia”, isto é, retomava sua “política contracionista”, retirando, dessa forma, “os mecanismos de intermediação financeira interna, que havia temporariamente criado, [e] bloqueando a formação de capital interno nos outros segmentos da economia”(OLIVEIRA, 1977, p.19).

Necessário ainda frisar outra importante determinante que, por ter um efeito substancial na composição da dívida externa, acabava por influir sobremodo na taxa de câmbio desse período: trata-se dos “capitais estrangeiros que se aplicavam sobretudo na implantação da infraestrutura de ferrovias e portos, necessárias para a própria reiteração da ‘vocação agrícola’ do país”(OLIVEIRA, 1977, p.20).

Segundo Oliveira, não seria possível a cultura cafeeira ter assumido a posição que assumiu na economia do país, nem tampouco a economia brasileira ter chegado ao nível a que chegou na divisão internacional do trabalho no capitalismo mundial, não fossem as profundas modificações no sistema de transportes aqui ocorridas. Com a construção das ferrovias em substituição às conhecidas “tropas de burros”, houve um conseqüente incremento da produtividade, que se corporificava no “valor dos produtos da agroexportação, aumentando substancialmente também a massa de valor via incremento das quantidades produzidas e exportadas”(OLIVEIRA, 1977, p.21).

Sendo o Estado o garantidor do financiamento externo dos investimentos diretos de capital estrangeiro no sistema de transportes, contudo, padecia ele de recorrentes crises que acabaram por assolar gravemente suas finanças, visto que,

à medida que a dívida externa aumentava pelo incremento da implantação do sistema de transportes a debilidade do Estado, em face das flutuações da oferta e da demanda e dos preços dos produtos da agroexportação, colocava-o frente a uma rigidez do serviço da dívida externa, cuja margem de manobra se desdobrava frequentemente em reforçar o endividamento externo (OLIVEIRA, 1977, p. 21).

Em algumas situações tais como redução de meios de pagamento externo, bem como impossibilidade de tomar novos empréstimos externos, porém, teve o Estado de recorrer a um procedimento não tão tradicional – a já descrita desvalorização cambial e a “ampliação da dívida interna, seja pela simples emissão monetária, seja por títulos representativos da dívida pública, seja autorizando os bancos privados emissores, seja autorizando os próprios Estados a emitirem títulos”(OLIVEIRA, 1977, p.21). Desse modo, estão dadas as condições do nascimento da intermediação financeira interna, atividade que, para Oliveira, intensificou “o passo à concretização da diferenciação da divisão social do trabalho interno mediante um reforço à realização do valor das mercadorias internas”(OLIVEIRA, 1977, p.21-22).

Uma vez descrito o complexo movimento da intermediação comercial e financeira e seus desdobramentos na economia brasileira, sigamos, pois, nossa análise imanente, buscando compreender melhor a divisão social do trabalho e a formação do mercado interno no período correspondente à República Velha.

OS OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS À DIVERSIFICAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO RUMO À INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Oliveira, não foi a condição de produtor de bens primários para o mercado capitalista mundial que gerou sérios obstáculos ao país para que este lograsse “o salto quantitativo e qualitativo” rumo à industrialização; “bem mais importante que a simples condição de colônia para a existência daqueles obstáculos foi o tipo de colonização”(OLIVEIRA, 1977, p.22).

Ou seja, Oliveira, utilizando-se de uma distinção entre tipos de colonização presente em Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso

89. Essa distinção – que se apresenta na tese de doutorado de Celso Furtado e nas obras Casa grande & Senzala de Gilberto Freyre, Formação do Brasil contemporâ-

Furtado e Fernando Novais – colônias de exploração e colônias de povoamento⁸⁹ –, defende o seguinte:

Na raiz, pois, da impotência da divisão social do trabalho no Brasil, encontra-se o ter sido o País colônia de exploração comercial que adotou formas de trabalho compulsório⁹⁰. Esta é a base ou a ausência de base para o mercado interno, e não simplesmente o da produção de bens primários de exportação. (OLIVEIRA, 1977, p. 22)

De fato, a adoção do trabalho compulsório com vistas à acumulação primitiva nas metrópoles capitalistas acabou por gerar sérios efeitos na economia brasileira. Dentre eles, é importante frisar, segundo o autor, que a acumulação, em economias desse tipo, “resulta na ampliação do fundo de terras, sem, entretanto, produzir renda da terra, e ampliação do fundo de escravos, que corresponde ao capital constante”, ou seja, o que há, para Oliveira, é “uma acumulação de riquezas [em fundo de terras, ou números de escravizados], mas não de capital” (OLIVEIRA, 1977, p.23). Desse modo, pois, inexistente o capital-dinheiro interno, sendo o avanço da divisão social do trabalho, nessas condições, “insignificante e incapaz de transformar qualitativamente o padrão econômico de acumulação e crescimento” (OLIVEIRA, 1977, p.23).

neo, de Caio Prado Jr., e Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), de Fernando A. Novais – deve-se ao autor francês Paul Leroy-Beulieu, em *Colonisation chez les peuples modernes* (cf. OLIVEIRA, 2003, p. 88).

90. Conforme o historiador Fernando Novais, não bastava que as colônias de exploração, ao contrário das colônias de povoamento inglesas ou francesas, produzissem “os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que a sua comercialização promovesse estímulos à originária acumulação burguesa nas economias europeias. (...) Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou, na sua forma limite, o escravismo” (NOVAIS, 2005, p. 42-3).

Para Oliveira, a “necessidade” da Abolição da escravidão começou a se apresentar economicamente para o capital tão logo os encargos com a manutenção dos escravizados passaram a ameaçar a própria forma de valor da economia agroexportadora. Na composição orgânica do capital da economia agroexportadora predominava um “tipo de capital constante que incluía o escravo, cuja subsistência, também capital constante, forçava para baixo a taxa de lucro [do setor agroexportador]”(OLIVEIRA, 1977, p.23). Nesse cenário, portanto, teria a Abolição o condão de resolver ao menos um dos lados dessa contradição, uma vez que, ao transformar o trabalho compulsório em força de trabalho, acabou por transferir “para fora dos custos de produção dos bens agroexportados” o fundo de subsistência dos ex-escravizados que, agora enquanto trabalhadores “livres”, têm de cuidar, mediante a venda de sua força de trabalho, da reprodução de sua própria existência.

Essa transformação, como assinalado por Oliveira, possibilitou o nascimento de um modo de produção de mercadorias cuja emergência se deu, inicialmente, “no próprio campo, na produção dos bens agrícolas e pecuários”(OLIVEIRA, 1977, p.25). Primeiramente foi fundado o já referido quase-campesinato ou economia de subsistência que, a partir de então, passou a assumir as tarefas de produção dos “bens da cesta de consumo do capital variável, de um lado, e, de outro, cumprir, para o nascente modo de produção de mercadorias interno, o papel da acumulação primitiva, que a economia colonial havia desempenhado para o modo de produção de mercadorias externo”(OLIVEIRA, 1977, p.24). Consequentemente, a própria agroexportação recebeu, segundo Oliveira, um “inusitado alento”, donde, o nascimento da força de trabalho e, concomitantemente, do quase-campesinato constituiu “os motores que vão acelerar a radicalização da ‘vocação agrícola’ do País, ao ponto de tornar o café o produto primário de maior valor no comércio internacional”(OLIVEIRA, 1977, p.25).

Já no que concerne ao avanço da divisão social do trabalho nas cidades, também a passagem para o trabalho livre fundou a possibilidade da emergência de um modo de produção de mercadorias, uma vez que a “separação entre produtores e meios de produção vai

fazer crescer enormemente uma população para o capital [citadino], com o que a potencialidade da acumulação é reforçada”(OLIVEIRA, 1977, p.25). Porém, toda essa potencialidade surgida nas cidades graças às transformações nas relações de produção esbarrou em diversos fatores que, na esteira do pensamento de Oliveira, apresentaremos abaixo.

Primeiramente, há de se notar que “a ausência daquela base capitalista prévia, desde que a economia agroexportadora era uma economia que exportava seu excedente, vai cobrar fortes direitos no momento em que se empreende o esforço no sentido de aprofundar a divisão social do trabalho via industrialização”(OLIVEIRA, 1977, p.116). Isto é, a inexistência de uma acumulação prévia que “se cristalizasse na máquina”(OLIVEIRA, 1977, p.116) acabaria por forçar uma “capitalização de nível muito baixo: a força de trabalho liberada não tem, praticamente, nenhuma virtude técnica a transferir para o capital” (OLIVEIRA, 1977, p. 25).

Somado a isso, também se observava uma “nova configuração nas relações campo-cidade”(OLIVEIRA, 1977, p.26), ou seja, com a instauração do trabalho livre e a simultânea absorção da força de trabalho pelas novas relações de produção – seja na forma de assalariados, semiassalariados, camponeses ou quase-camponeses –, opera-se uma maior radicalização da

especialização anterior: assalariados e semiassalariados produzem apenas os bens de exportação, camponeses e quase-camponeses produzem agora apenas os bens alimentícios de sua própria cesta de consumo e algumas matérias-primas, cujo excedente vai para as cidades (OLIVEIRA, 1977, p. 26).

O advérbio apenas, que na citação anterior é utilizado duas vezes e de forma sublinhada pelo autor, não deve ser desprezado, quer dizer, foi graças a esses apenas que nasceu a exigência, para que a divisão social do trabalho nas cidades avançasse, do que Oliveira denomina de “simultaneidade da industrialização com urbanização, cujo resultado será, quando concretizado, uma autarcização da

produção industrial elevando os coeficientes do capital constante a níveis insuportáveis para a frágil formação de capital industrial”(OLIVEIRA, 1977, p.26).

SIMULTANEIDADE DA INDUSTRIALIZAÇÃO COM URBANIZAÇÃO E AUTARCIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL: CONSTITUIÇÃO INICIAL DO URBANO E DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Necessário aqui esclarecer algumas mediações presentes no pensamento de Oliveira que, sem dúvida, contribuirão para o entendimento do que vem a ser essa simultaneidade da industrialização com urbanização, ou mesmo essa autarcização da produção industrial. Para tanto, pedimos paciência e atenção ao leitor, virtudes que serão imprescindíveis a uma maior compreensão do tema em questão.

Inicialmente, Oliveira chama a atenção para o fato de que havia alguns pressupostos históricos que acabaram por condicionar a formação do urbano na economia brasileira; esses pressupostos seriam, para ele, “derivados exatamente da formação da economia colonial e situavam-se, evidentemente, sob aquele ângulo da divisão social do trabalho”(OLIVEIRA, 1982, p.37).

Prosseguindo no mesmo raciocínio, afirma que as cidades brasileiras se constituíram basicamente segundo um padrão litorâneo, observando, porém, que tal padrão não se deveu apenas ao caráter agroexportador de produtos primários da economia brasileira, mas também à “divisão social do trabalho, e isto tem a ver com a forma específica do capital que controlava desde cima (sem entrar nela) essa economia agroexportadora”(OLIVEIRA, 1982, p.37).

Em resumo: na divisão social do trabalho da economia agroexportadora desde os tempos do “Brasil Colônia e depois, já com o país independente, no prosseguimento da expansão da agricultura de agroexportação (...) até o final dos anos [19]20”, cabia às cidades o papel de sede tanto dos “aparelhos que faziam a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias, quanto dos aparelhos de Estado”(OLIVEIRA, 1982, p.37), isto é, cabia a elas

a função de serem sede do capital comercial e burocrático.

Segundo Oliveira, se não compreendermos esse caráter inicial da urbanização brasileira “como centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela” dificilmente poderíamos entender “o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passos largos do que aqueles que nós nos acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização”(OLIVEIRA, 1982, p.38).

É obvio, tal como dispõe Oliveira, que a “industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria”(OLIVEIRA, 1982, p.38). Entretanto, tal entendimento, segundo ele, nos tem levado a desprezar a formação urbana dentro das condições da economia agroexportadora, por exemplo, o tamanho das cidades que, por cumprirem a já assinalada função de sede do capital comercial e burocrático, já eram, antes mesmo da irrupção da industrialização, razoavelmente grandes para a época.

Importante notar ainda, no que se refere à formação do urbano analisada pelo autor, que, por ter sido a economia agroexportadora brasileira fundada na monocultura, não se criou,

ao estilo da Europa – se quisermos falar da Europa como uma referência – a imensa cadeia de aldeias e pequenas vilas. O caráter monocultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno das próprias regiões produtoras dos bens primários de exportação (OLIVEIRA, 1982, p. 38).

Desse modo, portanto, ao contrário “dessa imensa teia de aldeias e pequenas cidades – que talvez seja um padrão característico da urbanização europeia”, verificou-se no Brasil “uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo lati-

fúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, mas que, por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio”(OLIVEIRA, 1982, p.38-39).

Todo o período colonial, bem como todo o século XIX, será marcado pela permanência do padrão de urbanização acima descrito, sendo que:

A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio caráter autárquico das produções para exportação. Esse caráter autárquico embota a divisão social do trabalho e, embotando a divisão social do trabalho, não dava lugar ao surgimento de novas atividades cujo centro natural fossem evidentemente as cidades, por uma série de razões bastante conhecidas. (OLIVEIRA, 1982, p. 40)

Ainda no que concerne ao padrão de urbanização acima assinalado, Oliveira observa que “não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo”(OLIVEIRA, 1982, p.40). Foi graças à existência do trabalho compulsório que não houve no Brasil, segundo o autor,

aquilo que as cidades eram na Europa, isto é, o mercado onde se dava a formação tanto do exército ativo quanto dos exércitos industriais de reserva. Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização do país, de um lado, e da polarização em torno de poucas cidades do outro (OLIVEIRA, 1982, p. 40).

Como se vê, o fato de ter sido a economia agroexportadora brasileira fundada na monocultura e no trabalho compulsório acabou por negar a cidade enquanto mercado da força de trabalho, seja pelo caráter autárquico das produções agrícolas, seja como espaço na divisão social do trabalho.

Esse padrão de urbanização (que, como mencionado acima, durou até os anos 20 do século passado), contudo, foi redefinido tão logo esse urbano passou a ser a sede não somente dos ditos “aparelhos burocráticos do Estado” e do capital comercial, mas também do novo aparelho produtivo que é a indústria. Ou seja, é “completamente óbvio e transparente” que a irrupção da industrialização foi a responsável pela redefinição no padrão urbano brasileiro rumo ao enorme salto que as cidades deram nesse período; de outro modo, “o próprio tamanho que as cidades tomam, a própria rapidez do processo de urbanização, medido pelos incrementos da população que aflui às cidades, tem muito a ver, de um lado, evidentemente, com a industrialização, com a massa de *capitas* e, portanto, com o processo de acumulação sediado nas cidades”(OLIVEIRA, 1982, p.41).

Se “óbvia e transparente” é essa relação causal entre industrialização e incremento da urbanização, não tão óbvio, entretanto, e por isso necessário questionar, segundo Oliveira, por que “também a industrialização, quando se dá, impõe um ritmo de urbanização desse porte?”⁹¹ (OLIVEIRA, 1982, p.41)

A resposta a essa questão que, enfim, dará o real significado das categorias apresentadas, está na explicitação do que vem a ser, para Oliveira, essa simultaneidade da industrialização com urbanização e autarcização da produção industrial.

Ou seja, Oliveira defende a ideia de que, graças à antiga he-

91 O ritmo de urbanização a que Oliveira se refere pode ser exemplificado pelo “espetáculo um tanto impressionante do salto de uma cidade como São Paulo que, ao fim do século XIX, tinha uma significância pequena dentro do conjunto das grandes cidades brasileiras, para, no curso de 60 anos, dar um enorme salto e chegar a constituir-se na maior aglomeração urbana da América Latina” (OLIVEIRA, 1982, p. 41).

rança autárquica do campo, que determinava um caráter pobre de urbanização no conjunto do país, ao tornar-se “com a industrialização o centro do aparelho produtivo”, a cidadetevede constituir-se também de forma autárquica, isto é,

a industrialização vai impor um padrão de acumulação que potencia, por uma potência X, ainda não determinada, uma urbanização; a industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é, em muitos graus, em muitos pontos, superior ao próprio ritmo da industrialização (OLIVEIRA, 1982, p. 41).

Em outros termos: tanto a condição de autarquia do campo, que emperrou a diversificação da divisão do trabalho nos períodos anteriores, quanto a pretérita existência do trabalho compulsório, que impossibilitou a formação de um mercado de trabalho na cidade, acabou por exigir que a industrialização brasileira tivesse de se fazer “imediatamente urbana e excepcionalmente urbana”(OLIVEIRA, 1982, p.42).

Assim, enquanto nos países centrais (tais como Inglaterra e França, por exemplo) a expansão capitalista industrial repousou “inicialmente sobre uma especial combinação da divisão social do trabalho entre campo e cidade”(OLIVEIRA, 1982, p.42), no Brasil o mesmo não pode ocorrer.

92 Engels já demonstrava, em sua clássica obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, que, “antes da introdução das máquinas, a fição e a tecelagem tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário” (ENGELS, 2007, p. 45-6).]

Enquanto a indústria têxtil inglesa – para tomar um exemplo concreto, segundo o autor⁹² – acolhia a tecelagem e a fiação, “a outra parte do processo industrial da fabricação de tecidos continuou a residir no campo, isto é, o camponês europeu era autárquico noutro sentido, no sentido de que dentro da unidade camponesa existia uma divisão social do trabalho que ia desde as tarefas agrícolas até as tarefas de manufatura”(OLIVEIRA, 1982, p.42).

Já no Brasil, o processo de constituição da indústria não se deu nos mesmos termos dos países clássicos; aqui, “quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista (...), ela tem que ser simultaneamente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas”(OLIVEIRA, 1982, p.42). Ao contrário “do camponês europeu [que] era, simultaneamente, um agricultor e um artesão”, o camponês brasileiro ou, como alerta Oliveira, o “semicamponês (...) porque nunca teve a propriedade da terra, senão a posse”(OLIVEIRA, 1982, p.42) produzia apenas os bens agrícolas e pecuários. Aqui, devido ao fato de quase inexistir uma maior diversificação da divisão social do trabalho na unidade camponesa, ou a industrialização seria simultaneamente urbana, “ou teria muito poucas condições de nascer”(OLIVEIRA, 1982, p.42).

Assim, uma vez compreendida a real significação para Oliveira da expressão simultaneidade da industrialização com urbanização, resta-nos ainda desvendar a outra, qual seja, autarcização da produção industrial.

Conforme o autor, as indústrias que nasceram nas cidades, que até então eram sede “apenas do aparelho burocrático quanto do capital comercial”, não encontraram um tipo de divisão social do trabalho “que desse lugar a unidades produtivas de pequeno porte”(OLIVEIRA, 1982, p.43); por inexistir uma ampla divisão social do trabalho anterior, as indústrias nascentes tiveram de se constituir na forma de grandes unidades produtivas – em unidades de grande porte.

Somado a isso, essas indústrias também não tiveram como se apoiar “em nenhuma divisão social do trabalho pretérita que as ligasse com o campo”(OLIVEIRA, 1982, p.43), uma vez que, como

visto, o campo brasileiro apenas produzia, ao contrário do campo nos casos clássicos, os bens agrícolas e pecuários, não havendo qualquer produção manufatureira.

Assim, seja pela inexistência anterior de uma ampla divisão social do trabalho nas cidades, seja pela relação estanque dessa mesma divisão entre o campo e a cidade, terão as indústrias nascentes brasileiras de ser “completamente autárquicas”;

de um lado, a grande maioria das indústrias brasileiras dos grandes conjuntos industriais, as Indústrias Matarazzo, por exemplo, vamos ver que ela, sendo uma indústria de bens não duráveis de consumo, tem dentro de si desde o princípio uma divisão social do trabalho extremamente complexa. Isso se repete por quase todos os grandes conjuntos da indústria brasileira. (...) A indústria vai conter dentro de si uma divisão social do trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo exclusivo processo fabril de produção da mercadoria final. Isto é bastante evidente. Cidades como Paulista, em Pernambuco, e Votorantim, em São Paulo, são exemplos onde a indústria para se instalar teve que simultaneamente instalar uma cidade, desde o fazer a casa para o operário (o que em muitos casos parecia um pouco o idílio entre capital e trabalho), e até uma complexa divisão social do trabalho no interior da própria fábrica (OLIVEIRA, 1982, p. 43).

Claro está, portanto, que por a nascente indústria brasileira ter de surgir mediante uma autarcização de sua produção, acabou ela por exigir “graus de capitalização muito mais altos”(OLIVEIRA, 1982, p.44). Por ter de instalar “toda uma complexa divisão social do trabalho no interior de uma unidade industrial”(OLIVEIRA, 1982, p.44), tiveram essas indústrias de elevar constantemente os coeficientes do capital constante de sua produção, sem o qual elas não se viabilizariam.

Por esta razão, todo esse complexo processo de constituição industrial concorreu com o rebaixamento do “próprio poder de acumulação de cada grupo industrial em si mesmo”(OLIVEIRA, 1982, p.44) e isso porque, para tomar novamente um exemplo concreto do autor,

se uma indústria como a Matarazzo, para funcionar, exigia manter quase todo um complexo industrial para fabricar um único bem, isto significava que, do ponto de vista da produtividade do trabalho, para conseguir uma tonelada de sabão em relação aos capitais aplicados, a produtividade do trabalho era baixa. (...) Isso requereu taxas de capitalização elevadas e, quase que por essa determinação de base técnica, as indústrias logo tiveram uma alta concentração de capital e uma tendência a constituir-se em oligopólios ou conglomerados (OLIVEIRA, 1982, p. 44).

Como se vê, tanto a simultaneidade da industrialização com urbanização, quanto a autarcização da produção industrial – condições necessárias, segundo Oliveira, ao nascimento das indústrias brasileiras – acabaram por resultar num ritmo de acumulação industrial contingente e lento. Desse modo, o avanço da divisão do trabalho interno com vistas ao desenvolvimento do capitalismo industrial repousou “tãosomente sobre as relações que o custo da reprodução da força de trabalho industrial guardará com a própria acumulação industrial, e, secundariamente, sobre o perfil de demanda das débeis camadas médias das cidades”(OLIVEIRA, 1977, p. 26).

Ou seja, ao contrário de Celso Furtado que, baseando-se no consumo da burguesia, construiu a famosa tese da “industrialização por substituição de importações”⁹³ com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é

93. Para Furtado, a “existência de uma classe dirigente [tal como a brasileira.

o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países. (...) Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”. Desse modo, pois: “A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fases mais avançadas, quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização” e, não sem razão, segundo ele, será “durante a fase de ‘substituição de importações’, a qual se liga às tensões da balança de pagamentos, que tem início a formação de um sistema industrial [brasileiro].”(FURTADO, 1974, p. 77-94)], Oliveira avalia que o avanço da diversificação da divisão social do trabalho rumo ao capital industrial se deu, na verdade, graças a outros fatores. Em primeiro lugar, devido à manutenção, mediante as “transformações que se processam no próprio campo”(OLIVEIRA, 1977, p.27), do baixo custo da reprodução da força de trabalho que, somada ao simultâneo surgimento do já assinalado exército industrial de reserva, contribuíram para a permanência dos ínfimos níveis salariais dos novos operários industriais. Em segundo, ao contrário da tese de Furtado acima citada, foram os poucos itens não agrícolas da cesta de consumo dos assalariados, ou ainda da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência (campesinato ou quase-campesinato) que, segundo Oliveira,

imporão um caminho à industrialização nascente: ela começará pelos bens não duráveis, tipo alimentos, calçados, têxteis, e alguns bens intermediários para os quais a existência de recursos naturais do País, os altos custos de transporte de importação e o concurso da mão-de-obra barata os tornarão competitivos (principalmente no ramo de minerais não metálicos). O tamanho das empresas nesses ramos não será insignificante, principalmente no têxtil, dada a dimensão do mercado constituída por uma massa de valor (a folha de salários) de baixo nível, é certo, mas extremamente

extensa. O sentido geral da industrialização seguirá, de perto, pois, os níveis, a composição e as modificações no custo de reprodução da força de trabalho; a demanda das classes médias, débeis tanto numérica quanto qualitativamente, bem como da burguesia agrária e urbana, continuará sendo atendida pelas importações (OLIVEIRA, 1977, p. 27).

Concluindo nossa análise, faz-se necessário um breve resgate de alguns pontos anteriormente expostos.

Como vimos, Oliveira busca responder, mediante a pesquisa das formas e do movimento da reprodução do capital no período correspondente à República Velha (1889-1930), à seguinte questão: “Por que tardou a industrialização no Brasil como formado novo capital?” (OLIVEIRA, 1977, p. 2)

Certamente, a análise até aqui realizada já nos ofereceria subsídios suficientes para contribuir com a resposta à questão formulada por Oliveira, todavia, não seria demasiado, a nosso ver, repassar sucintamente os elementos que nos auxiliariam nessa tarefa.

Como se viu, o desenvolvimento do capital industrial no Brasil no período correspondente à República Velha foi marcado por uma série de restrições que, segundo Oliveira, acabaram por protelar seu avanço.

A quase inexistência, devido à herança do modo de produção agroexportador, de uma economia de trocas anterior; a necessidade, graças à referida relação estanque entre campo e cidade, da simultaneidade da industrialização com urbanização, bem como da autarcização da produção industrial; e, por fim, a concentração de renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravismo foram responsáveis, em grande medida, por esse intermitente e tardio avanço da economia brasileira rumo ao capitalismo industrial. Contudo,

ao lado de todas essas restrições, existirá uma outra que garroteará as possibilidades de financiamento da acumulação de capital: a já assinalada interme-

dição comercial e financeira externa da economia da República Velha, que privilegiará constantemente a forma de valor da agroexportação, e que se expressa na política de defesa do café. Um negativo dessa restrição pode ser encontrado no encilhamento: na ausência dos mecanismos internos de financiamento da formação de capital, a virtualidade das demais condições – que avançam, apesar de tudo – não conseguirá concretizar-se, pelo menos na velocidade esperada pelos agentes sócio-políticos-econômicos que viam na implantação do trabalho livre assalariado o sinal de mudanças há tanto tempo esperado (OLIVEIRA, 1977, p. 28).

Fica evidente, portanto, que, com todas as restrições assinaladas por Oliveira, a diferenciação da divisão social do trabalho interno rumo ao capitalismo industrial não poderia deixar de ser inexpressiva no período correspondente à República Velha. O resultado será um ritmo de acumulação industrial não apenas lento, mas contingente, e conseqüentemente a níveis bastante medíocres para o conjunto da economia industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco S. Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O capital. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974.

LEROY-BEULIEU, Paul. Colonisation chez les peuples modernes. Paris: Guillaumin, 1886.

MARX, Karl. A origem do capital: acumulação primitiva. Trad. Walter S. Maia. São Paulo: Ed. Global, 1977.

_____. O capital. I v. II. Trad. Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. Folheto-Mimeo., acervo FAU-USP, 1982.

_____. A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

_____. Crítica à razão dualista; O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003b.

PELÁEZ, Carlos Manuel. Consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil – 1889-1945. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 25, n. 3, 1971.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945. Rio de Janeiro: Ipea, Série Monográfica, Monografia nº 10, 1973.

Para saber mais:

CASTILHO, Eribelto Peres. Formação econômica do Brasil no pensamento de Francisco de Oliveira. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 2008.

_____. Chico de Oliveira. In: Pensando o Brasil: bases teóricas para a análise da miséria brasileira. Curso de extensão organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas da Realidade Brasileira da UFF – Rio das Ostras, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/nwRRgMNvXNY>>.

_____. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Bóris (Org.). História da civilização brasileira. III: o Brasil republicano t. 1: Estrutura de poder e economia. São Paulo: Difel, 1974, v. 1, p. 391-414.

_____. O terciário e a divisão social do trabalho. Estudos Cebrap, São Paulo, v. 24, p. 137-168, 1979.

_____. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

_____. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 48, 1997.

_____. Entrevista. In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. Conversas com economistas brasileiros. II. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. Entrevista. Margem Esquerda – ensaios marxistas, n. 10, São Paulo, Editorial Boitempo, nov. 2007.



ISBN: 978-65-89439-03-5



NOJOSA EDIÇÕES